



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

ANA CAROLINA LIMA GOMES

***LA SIEMBRA DE LA DEPENDENCIA: ECONOMIA POLÍTICA DO
RENTISMO PETROLEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES À POLÍTICA
INDUSTRIAL BOLIVARIANA (1999-2013)***

BRASÍLIA
ABRIL, 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

ANA CAROLINA LIMA GOMES

***LA SIEMBRA DE LA DEPENDENCIA: ECONOMIA POLÍTICA DO
RENTISMO PETROLEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES À POLÍTICA
INDUSTRIAL BOLIVARIANA (1999-2013)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cicero.

BRASÍLIA
ABRIL, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L1 Lima Gomes, Ana Carolina
La siembra de la dependencia: economia política do
rentismo petrolero e suas implicações à política industrial
bolivariana (1999-2013) / Ana Carolina Lima Gomes;
orientador Pedro Henrique de Moraes Cicero. -- Brasília,
2022.
180 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências Sociais) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Capitalismo dependente petrolero-rentista. 2.
Revolução Bolivariana. 3. Industrialização. 4. Socialismo do
Século XXI. 5. Teoria Marxista da Dependência. I. de Moraes
Cicero, Pedro Henrique, orient. II. Título.

**LA SIEMBRA DE LA DEPENDENCIA: ECONOMIA POLÍTICA DO
RENTISMO PETROLEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES À POLÍTICA
INDUSTRIAL BOLIVARIANA (1999-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Aprovado pela Banca Examinadora em 27 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cicero – Orientador (ELA/UnB)
Presidente da Banca

Prof. Dr. Daniel Bin (ELA/UnB)
Membro Interno

Profa. Dra. Carla Cecília Campos Ferreira – Membro Externo (ESS/UFRJ)
Membro Externo

Prof. Dr. Edemilson Paraná (ELA/UnB)
Membro Suplente

Dedico este trabalho às minhas queridas
avós,
Antônia, Teresa e Efigênia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a João Batista Gomes e Claudionora Lima da Silva, meus pais, e a João Paulo Lima Gomes e Júlia Ferreira Gomes, meus irmãos, é, para mim, quase incluir neste trabalho uma segunda dedicatória. A eles agradeço por tudo, não há palavras que caibam. Agradeço o amor e o apoio incondicional a mim dedicados, a despeito de nossas divergências político-ideológicas – e, sobretudo, por elas. Agradeço, ainda, à Clauzineide Lima da Silva, Mary Monteiro Moreno e a meus primos-irmãos Elen Moreno da Silva, Priscilla Araújo da Silva, Tiago Pinho Silva, Amanda Silva Nazareth e Luiz Victor do Rego Monteiro.

Devo agradecer a ininterrupta orientação do professor e camarada Pedro Henrique de Moraes Cicero, sempre atenta, generosa e (bastante) paciente. Em especial, agradeço por seu constante incentivo (quando eu mesma me desacreditava) e por seu rigor crítico; por me ensinar a jamais atenuar a crítica, sob o risco de conceber uma contribuição parcial e aquém das exigências do objeto investigado. Sem atribuir-lhe os erros, considero que grande parte da qualidade deste trabalho e do direcionamento marxista em minha formação resultam de sua influência.

À professora Carla Cecília Campos Ferreira, agradeço a generosidade intelectual e por suas valiosas contribuições na banca de defesa e no exame de qualificação. Como resaltei em outras ocasiões, considero que o contato com sua produção motivou o despertar da autonomia intelectual em mim, a ponto de ser inconcebível não a retomar como a grande referência do meu primeiro esforço em produzir conhecimento. Igualmente, agradeço aos professores Daniel Bin, Edemilson Paraná e Franco de Matos pelas contribuições e disponibilidade em compor as bancas de defesa e qualificação.

Agradeço, ainda, à professora e amiga Carolina Silva Pedroso, quem gentilmente me dedicou apoio tanto bibliográfico como pessoal e me permitiu contatos acadêmicos valiosos, como o do professor e ex-ministro Luis Salas Rodriguez. Ao professor Salas, agradeço o feliz encontro quando da minha breve estadia em Caracas enquanto observadora internacional durante as eleições legislativas de dezembro de 2020 (6D), certamente um episódio que me trouxe um alcance analítico em relação à recente conjuntura venezuelana até então inédito.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, às professoras Marisa Silva Amaral e Lara Martim Rodrigues Selis, duas grandes referências cultivadas ao longo da minha graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Estendo meus agradecimentos aos professores-camaradas Natan Oliveira e Matheus Guarino, bem como aos demais responsáveis pela viabilização do projeto *Paralel os Odiados: Marx*, no âmbito do Coletivo Direito Popular de Niterói-RJ, além dos colegas que comigo acompanharam o curso. Como já afirmei antes, esta foi uma das experiências intelectuais mais transformadoras que já experimentei, tanto pela densidade das discussões e como pela horizontalidade do espaço. Que venham as próximas!

Não poderia deixar de mencionar e agradecer a instrução e acompanhamento de Raoni Machado Jardim, Atenea García e Ana Luiza Krüger, essenciais ao desenvolvimento deste trabalho.

Há pelo menos dez anos, nada do que eu sinta e realize existe sem a cumplicidade de Poliana Temístocles, Maisa Barbosa, Arthur Santana e Nathalie Ferreira, queridos amigos cujo afeto sou incapaz de mensurar. Aos meus queridos Anderson Santiago, Fábio Paes, Ana Luiza Loures (que, estando em outro país, gentilmente me fotocopiou praticamente na íntegra uma referência imprescindível para esse trabalho), Mariana Pontes, Olívio Filho, Júlia Machado, Davi Demuner, Mateus Rocha, Mariani de Ávila Resende e a camaradinha Moana, Thiago Foresti, Gustavo Lagares e Marcus Quaresma, igualmente os agradeço pela longa e amorosa caminhada até aqui.

Aos meus amigos queridos, as profanas, com quem estabeleci relações que, para a minha surpresa, rapidamente transcenderam os assuntos acadêmicos, tornando o (longo) processo de pesquisa mais leve: Luiza Calvette, Raquel Braga e Tito Augusto, sem esquecer dos camaradinhas Antônio e Teresa. Aos queridos Guilherme Fissmer, Jacqueline Lopes e à camaradinha Maria, agradeço pelos valiosos comentários e pelos vínculos de camaradagem que transcenderam os de militância política.

Rendo sinceros agradecimentos ao aguerrido corpo diplomático da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Brasília, em especial à Irene Rondón, Freddy Flores e Edgar González, cujo acolhimento e generosidade sempre me remetem a um sentimento indescritível de familiaridade. Além disso, agradeço a toda a coordenação do Comitê Anti-imperialista General Abreu e Lima (CAL), entidade fundamental à Solidariedade Internacional em Brasília que me recebeu de braços abertos, me incentivando a ocupar espaços e a elaborar minhas primeiras análises; especialmente, agradeço à Juliana Medeiros, Pedro Batista, Alfredo Alencastro, Expedito Mendonça e ao camarada Yen Campos Cuadro.

Devo agradecer também meus companheiros de departamento Tamara Pastro, Marcelo Marques, Daniel Alves, Luara Loth, Lucas Pordeus e Lucas Vargas Vargas, além

de Cecília Souza, Raquel Maciel e todas as funcionárias, funcionários e servidores atuantes no Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA), no Restaurante Universitário e na Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília.

Por fim, agradeço ao Programa de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo financiamento foi de fundamental importância ao desenvolvimento desse trabalho.

Suponhamos que produzíssemos como seres humanos - cada um de nós haveria se afirmado duplamente na sua produção: a si mesmo e ao outro. 1º) Na minha produção, eu realizaria a minha individualidade, a minha particularidade; experimentaria, trabalhando, o gozo de uma manifestação individual da minha vida e, contemplando o objeto, a alegria individual de reconhecer a minha personalidade como um poder real, concretamente sensível e indubitável. 2º) No teu gozo ou na tua utilização do meu produto, eu desfrutaria da alegria espiritual imediata, através do meu trabalho, de satisfazer a uma necessidade humana, de realizar a essência humana e de oferecer à necessidade de outro o seu objeto. 3º) Eu teria a consciência de servir como mediador entre ti e o gênero humano, de ser reconhecido por ti como um complemento do teu próprio ser e como uma parte necessária de ti mesmo, de ser aceito em teu espírito e em teu amor. 4º) Eu teria, em minhas manifestações individuais, a alegria de criar a manifestação da tua vida, ou seja, de realizar e afirmar, na minha atividade individual, a minha verdadeira essência humana, a minha sociabilidade humana.

Nossas produções seriam como que tantos espelhos que irradiariam a nossa essência entre nós.

Nesta reciprocidade, o que seria realizado de minha parte sê-lo-ia também da tua parte.

(Marx, Cadernos de Paris, p. 221-222)

LISTA DE SIGLAS

AAB	Agenda Alternativa Bolivariana
AD	Acción Democrática
Alasca	<i>Aluminios del Caroní</i>
ALBA-TCP	<i>Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos</i>
Albarca	<i>Aluminios de Barquisimeto C.A</i>
ALCA	<i>Acuerdo de Libre Comercio para las Américas</i>
Alucasa	<i>Aluminio de Carabobo</i>
Alven	<i>Aluminios Venezolanos</i>
ANC	Asamblea Nacional Constituyente
BANDES	<i>Banco de Desarrollo Economico Social</i>
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BVC	Banco Central de Venezuela
CADIVI	<i>Oficina de Régimen de Cambio Diferencial</i>
CAEZ	<i>Central Azucarero Ezequiel Zamora</i>
CAF	<i>Corporación Andina de Fomento</i>
CC	<i>Consejos Comunales</i>
CCP	<i>Comisión Central de Planificación</i>
CD	<i>Coordinadora Democrática</i>
Cecososola	<i>Central Cooperativa de Servicios Sociales del estado Lara</i>
CECPP	<i>Consejos Estatales de Coordinación de Políticas Públicas</i>
Cenda	<i>Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores</i>
CENDITEL	<i>Centro Nacional de Desarrollo e Investigación em Tecnologías Libres</i>
CIET	<i>Conferencias de Estadísticos del Trabajo</i>
CFG	<i>Consejo Federal de Gobierno</i>
CLAP	<i>Comité Local Abastecimiento y Producción</i>
CLPP	<i>Consejos Locales de Planificación Pública</i>
Coindustria	<i>Confederación de Industriales de Venezuela</i>

Comsigua	<i>Complejo Siderúrgico Guayana</i>
CONIBA	<i>Compañía Nacional de Industria Básica</i>
Copei	<i>Organización Política Electoral Independiente</i>
COPRE	Comissão para a Reforma do Estado
Cordiplan	<i>Central de Coordinación y Planificación</i>
Corpoelec	<i>Corporación Eléctrica Nacional</i>
Cofac	<i>Cooperativas Federadas de Ahorro y Crédito</i>
CRBV	<i>Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela</i>
CTV	<i>Confederación de Trabajadores de Venezuela</i>
CVF	<i>Corporación Venezolana de Fomento</i>
CVG	<i>Corporación Venezolana de Guayana</i>
CVP	<i>Corporación Venezolana del Petróleo</i>
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
Edelca	<i>Electrificación de Caroní</i>
EIR	Exército Industrial de Reserva
EPS	Empresas de Produção Social
FAN	Forças Armadas Nacionais
FBT	<i>Fuerza Bolivariana de los Trabajadores</i>
Fedeagro	<i>Confederación de Asociaciones de Productores Agropecuarios</i>
FEM	<i>Fondo de Estabilización Macroeconómica</i>
FIEM	<i>Fondo de Inversiones para la Estabilización Macroeconómica</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fonacit	<i>Fondo Nacional de Ciencia y Tecnología</i>
Fondemi	<i>Fondo de Desarrollo Microfinanciero</i>
Fonden	<i>Fondo de Desarrollo Nacional</i>
Fondespa	<i>Fondo para el Desarrollo Económico e Social del País</i>
GMV	<i>Gran Misión Vivienda</i>
IBH	<i>International Briquette Holding</i>
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
INE	<i>Instituto Nacional de Estadísticas</i>

<i>Invepal</i>	<i>Industria Venezolana Endógena del Papel</i>
IVE	Indicadores de Vulnerabilidad Externa
LCR	<i>La Causa R</i>
LEAC	<i>Ley Especial de Asociaciones Cooperativas</i>
LOCTI	<i>Ley Orgánica de Ciencia, Tecnología e Innovación</i>
LOFANB	<i>Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas Nacionales Bolivarianas</i>
LOH	<i>Ley Orgánica de Hidrocarburos</i>
LOTTT	<i>Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras</i>
MAC	<i>Ministerio de Agricultura y Cría</i>
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MEM	<i>Ministerio de Energía y Minas</i>
Mercal	<i>Misión Mercado de Alimentos S.A.</i>
MIBAM	<i>Ministerio de Industrias Básicas y Minería</i>
MILCO	<i>Ministerio de Industrias Ligeras y Comercio</i>
MINEC	<i>Ministerio del Poder Popular para la Economía Comunal</i>
MINEP	<i>Ministerio de Economía Popular</i>
MINPET	<i>Ministerio del Poder Popular del Petróleo</i>
MIV	<i>Mapa Industrial de Venezuela</i>
MPC	<i>Ministerio de Producción y Comercio</i>
MPPIP	<i>Ministerio del Poder Popular de Industrias y Producción Nacional</i>
MRB-200	<i>Movimiento Bolivariano Revolucionario 200</i>
MVC	<i>Misión Vuelta Caras</i>
MVR	Movimiento Quinta República
NEL	<i>Nuevo Enfoque Laboral</i>
NMP	<i>Nuevo Modelo Productivo</i>
OPEP	Organización dos Países Exportadores de Petróleo
ORVE	<i>Organización Venezolana</i>
PCV	<i>Partido Comunista de Venezuela</i>
PDESN	<i>Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación</i>
PDVAL	<i>Productora y Distribuidora Venezolana de Alimentos</i>

PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela S.A.</i>
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNP	<i>Plan Nacional de Producción</i>
PP	Polo Patriótico
PPS	<i>Primer Plan Socialista</i>
PPT	<i>Patria Para Todos</i>
PSUV	<i>Partido Socialista Unido de Venezuela</i>
RNEST	Refinaria Abreu e Lima
SENIAT	<i>Servicio Nacional Integrado de Administracion Aduanera y Tributaria</i>
Serlaca	<i>Servicios de Laminación</i>
SIDETUR	<i>Siderúrgica del Turbio</i>
SIDOR	<i>Siderurgica del Orinoco</i>
SIEX	<i>Superintendencia de Inversiones Extranjeras</i>
SIGESIC	<i>Sistema Integral de Gestión para la Industria y el Comercio</i>
SNCTI	<i>Sistema Nacional de Ciencia, Tecnologia e Innovación</i>
TEM	Títulos de Estabilização Monetária
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TRC	Tratado de Reciprocidade Comercial
UCV	<i>Universidad Central de Venezuela</i>
UNASUR	<i>Unión de Naciones Suramericanas</i>
UNT	<i>Unión Nacional de Trabajadores</i>
URD	<i>União Republicana Democrática</i>
Venalcasa	<i>Venezolana de Alimentos Mi Casa</i>
Venalum	<i>Industria Venezolana de Aluminio C.A.</i>
VIT	<i>Venezolana de Industrias Tecnológicas</i>
Vtelca	<i>Venezolana de Telecomunicaciones</i>

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.1 – Investimento estrangeiro direto (IEDN), 100:1995 - 1950 a 1999.....	48
Gráfico 1.2 – Taxa média de crescimento interanual (%).	55
Gráfico 1.3 – Total da dívida externa acumulada, DOD US\$ a preços atuais	66
Gráfico 1.4 – Industrialização (manufatura; valor agregado em % do PIB)	75
Gráfico 1.5 – Estimativa de fuga de capital segundo dados do Banco Mundial, em milhões de dólares (100:1995)	75
Gráfico 2.1 – Saídas de Capital (em milhões de US\$)	85
Gráfico 2.2 – Relação entre PIB total, PIB petroleiro e PIB não-petroleiro, a preços constantes (1997:100).....	113
Gráfico 2.3 – Produto não-petroleiro por atividade econômica, a preços constantes (1997:100)	114
Gráfico 2.4 – Participação do emprego industrial sobre o emprego total	116
Gráfico 3.1 – Valor total das exportações de bens e serviços na Venezuela.....	143
Gráfico 3.2 – Participação porcentual do petróleo cru em relação aos principais produtos de exportação.....	143
Gráfico 3.3 – Salário-mínimo real (índice anual médio, 2000:100).....	151
Gráfico 3.4 – Distribuição porcentual dos ocupados por tipo de contrato.....	152
Gráfico 3.5 – Balança de rendas em valores nominais.....	160
Gráfico 3.6 – Balança de serviços	160
Gráfico 3.7 – Dívida externa total, em valores nominais	161
Gráfico 3.8 – Índices de volume de comercio exterior (2010: 100).....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Comparação entre o Tratado de Reciprocidade Comercial (TRC) entre Venezuela e Estados Unidos de 1939 a 1952.....	33
Tabela 2.1 – Investimentos (em milhares de Bs.) e saída de capital (em milhões de US\$)	122
Tabela 3.1 – Procedência da oferta de bens (%).....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 LEIS TENDENCIAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE PETROLEIRO-RENTISTA	21
1.1 A singularidade da categoria dependência petroleiro-rentista e as condições objetivas de valorização do capital ao longo do período concessionário	22
1.2 Do amadurecimento dos mecanismos de sustentação do processo nacional de acumulação à conformação da <i>Gran Venezuela</i>	42
1.3: A <i>Apertura Petrolera</i> como reconfiguração <i>puntofijista</i> ao eixo neoliberal e a emergência do bolivarianismo	64
2 O INVENTAMOS O ERRAMOS: DETERMINANTES DA POLÍTICA INDUSTRIAL BOLIVARIANA À LUZ DAS LEIS DA DEPENDÊNCIA PETROLEIRO-RENTISTA	80
2.1 Ruptura política e ortodoxia macroeconômica como alternativa à crise estrutural do modelo <i>puntofijista</i>	83
2.2 Disponibilidade de valor desde a intervenção sobre os recursos petroleiros e a gênese do <i>Nuevo Modelo Productivo</i> (NMP)	96
2.2.1 A aposta bolivariana no desenvolvimento endógeno via <i>Nuevo Modelo Productivo</i> (NMP).....	102
2.2.2 O advento da <i>industrialización soberana</i> em suas contradições aparentes	107
2.3 Limites da alternativa endógena e a inflexão ao socialismo produtivo venezuelano	119
3 HUNDIÉNDONOS EN EL EXCREMENTO DEL DIABLO: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA VENEZUELA BOLIVARIANA	139
3.1 A intensificação do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva na Venezuela bolivariana.....	142
3.2 Debilidades da <i>siembra</i> bolivariana: a aposta no <i>socialismo rentístico</i> e o fortalecimento dos determinantes estruturais da dependência.....	156
A MODO DE CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS	169

RESUMO

Concatenando o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos à abstração da experiência prática bolivariana, este trabalho versará sobre o solapamento das ilusões desenvolvimentistas pelo avanço do capitalismo dependente petroleiro-rentista na Venezuela, com destaque à sua incidência no âmbito da política industrial conduzida entre 1999 a 2013. No intuito de desvelar a complementariedade entre a condição dependente e o modo de acumulação petroleiro-rentista na Venezuela, através da reprodução da lógica *sembrar el petróleo*, retomaremos a categoria analítica da dependência própria da Teoria Marxista da Dependência (TMD), apurando as implicações desta conexão à condução econômica bolivariana. Constatadas as leis tendenciais do capitalismo dependente petroleiro-rentista, examinaremos os lineamentos do modelo produtivo alternativo inaugurado pelos bolivarianos quanto ao aperfeiçoamento das políticas econômicas afeitas ao neoestruturalismo cepalino à inflexão suscitada pelo anúncio à transição ao Socialismo do Século XXI. Analisaremos a dimensão empírica deste fenômeno, marcadamente o advento da *industrialización soberana*, à luz dos constrangimentos produzidos pelo caráter dependente da economia venezuelana à proposta de renovação do processo de substituição de importações sob manejo bolivariano. Concomitantemente à vigorosa disponibilidade de divisas derivada da apreciação dos preços do barril naquele imediato, serão contrastados os paradoxos inerentes à elaboração de um novo modelo de acumulação, o *socialismo productivo venezolano*, e seus enfrentamentos aos mecanismos compensatórios para a acumulação interna, detidamente a superexploração da força de trabalho, em meio à dinâmica de transferência de valor imposta pelo circuito internacional de acumulação do capital. A apreensão dos contornos assumidos por essa proposta de reconversão produtiva nos conduz, por sua vez, ao exame do padrão de reprodução vigente na América Latina, fundamentação teórica elaborada por Ruy Mauro Marini e Jaime Osório como recurso à historicização dos eixos sustentadores da valorização em dado período histórico. Admitindo a reprodução da premissa *sembrar el petróleo* como inerente à reprodução ampliada da dependência, é intenção deste trabalho contribuir com diagnósticos norteados à elaboração da orientação produtiva pós-rentista na Venezuela, inscrevendo a superação de sua condição dependente como elemento incontornável a este fim.

Palavras-chave: Capitalismo dependente petroleiro-rentista; Revolução Bolivariana; Socialismo do Século XXI; Teoria Marxista da Dependência.

RESUMEN

Concatenando el comportamiento de los principales indicadores macroeconómicos a la abstracción de la experiencia práctica bolivariana, esta investigación se detendrá en el agotamiento de las ilusiones desarrollistas por el avance del capitalismo dependiente petrolero-rentístico en Venezuela, con énfasis en su incidencia en el ámbito de la política industrial entre 1999 y 2013. A fin de desvelar la complementariedad entre la condición dependiente y el modo de acumulación petrolero-rentístico en Venezuela, a través de la reproducción de la lógica de “sembrar el petróleo”, retomaremos la categoría analítica de la dependencia en el marco de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), evaluando las implicaciones de esta conexión para la conducción económica bolivariana. Una vez constatadas las leyes tendenciales del capitalismo dependiente petrolero-rentístico, analizaremos los contornos del modelo productivo alternativo inaugurado por los bolivarianos en cuanto al desarrollo de las políticas económicas afines al neoestructuralismo cepalino hasta la inflexión producida por el anuncio de la transición al Socialismo del Siglo XXI. Analizaremos la dimensión empírica de este fenómeno, señalada por la industrialización soberana, ante las limitaciones producidas por el carácter dependiente de la economía venezolana a la propuesta de renovación del proceso de sustitución de importaciones bajo la gestión bolivariana. En conjunción con la vigorosa disponibilidad de divisas derivada de la apreciación de los precios del barril de petróleo en ese período, se contrastarán las paradojas inherentes a la elaboración de un nuevo modelo de acumulación, el socialismo productivo venezolano, y sus enfrentamientos con los mecanismos compensatorios de acumulación interna, en particular la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, a través de la dinámica de transferencia de valor impuesta por el circuito internacional de acumulación de capital. La comprensión de los contornos asumidos por esta propuesta de reconversión productiva nos lleva, a su vez, a examinar el patrón de reproducción vigente en América Latina, fundamentación teórica elaborada por Ruy Mauro Marini y Jaime Osório como recurso para la historización de los ejes sustentadores de la valorización en un período histórico determinado. Admitiendo la reproducción de la premisa de “sembrar el petróleo” como inherente a la reproducción ampliada de la dependencia, la intención de este trabajo es contribuir con diagnósticos orientados a la elaboración de una orientación productiva post-rentística en Venezuela, inscribiendo la superación de su condición de dependiente como un elemento imprescindible para este fin.

Palabras clave: Capitalismo dependiente petrolero-rentístico; Revolución Bolivariana; Socialismo del Siglo XXI; Teoría Marxista de la Dependencia.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, buscaremos oferecer contribuições teóricas ao exame da premissa *sembrar el petróleo*, também referida, neste trabalho, por *siembra petrolera*, como expressão do processo de reinvestimento produtivo patrocinado pela receita das exportações petrolíferas em estreita imbricação ao regime de acumulação petroleiro-rentista, constitutivo do ciclo do capital dependente venezuelano. Grosso modo, caracterizado de modo genérico por um caráter pretensamente improdutivo e ancorado nos rendimentos da dívida pública, a especificidade assumida pelo rentismo de tipo petroleiro reside na dinâmica de apropriação pelo Estado, na condição de proprietário das jazidas nacionais, de um excedente derivado do valor gerado pela exploração dos hidrocarbonetos sobre seus preços de produção, equivalente ao seu diferencial de produtividade. Ao longo desta exposição, nosso objetivo é desvelar como incide o eixo de acumulação petroleiro-rentista e, no imediato, a lógica da *siembra*, no desempenho dos projetos de industrialização levados a cabo no país caribenho entre 1999 e 2013, assumindo tal lógica como recurso inerente à reprodução ampliada da dependência.

Não nos deteremos sobre a estruturação do ciclo do capital na formação dependente petroleiro-rentista em cada uma de suas fases (produção, acumulação, circulação, distribuição/apropriação do valor), ou às formas assumidas pela renda fundiária (detidamente, aquela relacionada aos diferenciais de produtividade) e seu desdobramento como modalidade de apropriação de valor, cuja exigência analítica nos requereria uma escala superior de abstração. Optamos por privilegiar as dimensões mais concretas da análise, identificando no primeiro capítulo as leis tendenciais que fundamentam a reprodução do capital no país caribenho a fim de captar os movimentos da acumulação e discerni-los sob os diferentes padrões que se estabelecem por seu vínculo subordinado na divisão internacional do trabalho.

Aos propósitos desta pesquisa, lançaremos mão da categoria padrão de reprodução do capital, elaborada por Marini (2011 [1973], 2012) e Osório (2012, 2016), enquanto ferramenta de mediação entre os distintos níveis de análise; do mais abstrato, relacionado aos fundamentos da reprodução do modo de produção capitalista, aos histórico-concretos, relacionados aos contornos particulares que tal reprodução encarna junto às relações econômico-sociais tomadas na Venezuela, bem como a dinâmica conjuntural bolivariana enquanto síntese das contínuas determinações destas unidades, elemento ativo apto a

engendrar modificações junto à correlação de forças constituidoras do processo. Sob tal perspectiva, uma vez agudizadas as contradições inerentes à lógica de reprodução predominante desde a irradiação de crises estruturais, o reestabelecimento de novas condições em prol da retomada da valorização conforma aos processos internos de acumulação traços específicos, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e novos valores de uso até propiciar a renovação de seu ciclo de reprodução em novos estágios, bem como a ampliação de suas contradições. No caso venezuelano, constatamos a predominância dos hidrocarbonetos como valor de uso determinante na integralidade das modalidades de reprodução, desde a etapa agromineira-exportadora, associado à produção cafeeira e cacaueteira, à etapa industrial sob direção transnacional, com o estabelecimento do aparelho produtivo petrolífero e da matriz institucional que o compete.

Partiremos, pois, do estremecimento das condições materiais e sociais vigentes no intervalo de transição entre as modalidades de reprodução industrial integrada ao capital estrangeiro à exportadora de especialização produtiva, cuja transição caracterizou-se pela reconfiguração *puntofijista* aos moldes neoliberais, pavimentando a majoração da participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera nacional, e, dialeticamente relacionada a ela, a emergência da experiência institucional bolivariana na presidência do Ten. Coronel Hugo Rafael Chávez Frías. Junto ao marco temporal no qual se situa a presente pesquisa, assumindo o contínuo esforço de integrar à análise particular os rumos induzidos pela dinâmica capitalista mundial, constatamos que o intervalo destacado coincide com o advento e hegemonização do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva no país caribenho o qual, em suas especificidades, acelera o ritmo da regressão industrial iniciada na década de 1980, fenômeno vulgarmente designado por desindustrialização. Veremos que o conjunto de tais determinações, ao invés de amortizar as deformações cristalizadas pela condição dependente, contribuiu para o seu agravamento e para a produção de novos antagonismos ao longo das décadas seguintes, configurando as características que a industrialização venezuelana apresenta atualmente.

Ao longo do segundo capítulo, veremos que a captação dos excedentes internacionais petrolíferos e sua atuação enquanto aporte orçamentário constituiu uma referência imprescindível à elaboração do modelo produtivo endógeno aspirado pelos bolivarianos, visando alcançar um desempenho econômico menos vulnerável ao comportamento dos preços petrolíferos no mercado internacional. Adiante, projetou-se maior direcionamento estatal a setores considerados estratégicos como a agroindústria,

elétrica, metalmecânica e a produção de bens de capital para o circuito siderúrgico e de alumínio, os quais incidissem sob o nível de produtividade do aparato industrial vigente em favor do desenvolvimento de segmentos como o de bens de consumo essenciais. Nesta etapa, propagada como *socialismo productivo venezolano*, objetivos próprios do endogenismo como o fomento à novas cadeias produtivas e a diversificação industrial foram subordinados à construção de novas relações de produção por meio da reorientação do marco legal da propriedade dos meios de produção.

No que diz respeito aos aspectos organizacionais da produção, da planificação industrial por intermédio estatal procederia a progressiva incorporação de entidades econômicas privadas e estatais à dinâmica das Empresas de Produção Social (EPS), mediante a designação pelo Estado de atividades econômicas e administrativas às forças sociais. Assim, a ampliação da base material da produção e a integração entre cadeias produtivas regionais contaria com o fortalecimento das unidades da economia social embasadas por pressupostos participativos, cujas células organizativas fundamentais derivariam do processo de institucionalização das *misiones* e demais unidades associativas existentes, como as cooperativas. A superação do protagonismo do Estado como proprietário e distribuidor da renda petroleira, por sua vez, decorreria de mecanismos de descentralização administrativa que promovessem uma profunda modificação do regime de propriedade através da progressiva atribuição de caráter comunal à propriedade estatal, aliada ao processo de erradicação da antiga institucionalidade a partir da incorporação da nova práxis política.

Buscando reestruturar as relações de produção sob o ciclo dependente petroleiro-rentista, fundamentado, por suposto, em torno da superexploração da força de trabalho, a aposta bolivariana na conversão do eixo de acumulação rentista a partir da difusão do progresso técnico coincide com o afrouxamento relativo dos laços de dependência em um contexto marcado pela prosperidade econômica mundial e pela apreciação das *commodities*. Condicionado pela instabilidade dos preços do barril, sujeitos a uma demanda majoritariamente internacional, e pelo não esclarecimento de metas concretas para a consecução de um desenvolvimento tecnológico autônomo e para as etapas de controle social do aparato estatal, o *socialismo productivo venezolano* submete-se como horizonte normativo à automática reprodução da lógica *sembrar el petróleo*. Se esta proposta buscou contornar os determinantes estruturais da dependência desde o investimento da renda enquanto elemento viabilizador de um tecido produtivo dirigido à realização das mercadorias pelo mercado interno e à satisfação do consumo dos

trabalhadores, a reivindicação dos aportes petroleros como seu centro gravitacional, contudo, corroborou a agudização da estrutural tendência à acentuação do volume de exportação de capitais ao longo de todo o período. Diante desta aparente contradição, a regressão do processo de *Industrialización Soberana* parece atestar nossa hipótese de que, tendo sido uma industrialização eminentemente dependente, perpetuaria a reprodução ampliada da dependência até a exaustão do fluxo de petrodólares, a despeito da intensidade que assuma.

Isto posto, as debilidades escancaradas pela irrupção de crises cíclicas entre 2008 e 2014, reminiscentes da crise estrutural deflagrada a finais da década de 1960, desnudam o aprofundamento da subordinação produtiva ao modelo exportador de recursos energéticos, e, por extensão, da própria condição dependente petroleiro-rentista a partir da estratégia bolivariana. Partindo da inconsistência em considerar o *socialismo productivo venezolano* acomodado à racionalidade mercantil, é pretensão desta investigação constatar a viabilidade das formulações bolivarianas em política industrial encarregadas de extrapolar a reprodução do ciclo do capital dependente e lançar as bases de um modo de acumulação alternativo que elimine as contradições inerentes a este ciclo até a sua gradual extinção, conforme as condições objetivas impostas pelo momento histórico em que se realizam.

1 LEIS TENDENCIAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE PETROLEIRO-RENTISTA

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. [...] A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo
(MARINI, 2013[1969], p. 63)

No intuito de investigar as especificidades a partir das quais o ciclo do capital se reproduz nos marcos da inserção venezuelana na articulação dialética implícita à economia mundial, retomaremos a caracterização da categoria dependência¹ própria da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a fim de desvelar a complementariedade entre o desenvolvimento dependente e o modo de acumulação petroleiro-rentista no país caribenho. Para tanto, se faz necessária uma digressão analítica que demonstre a centralidade desempenhada pela condição dependente enquanto explicação mais adequada às determinações e contradições sob as quais opera o processo de reprodução

¹ De antemão, cumpre assinalar que a condição dependente não se reduz à uma série de determinações unidirecionais engendradas a partir da subordinação de dada formação econômico-social ao imperialismo, desconsiderando por completo sua estruturação interna e como se constitui a imbricação desta ao processo de desenvolvimento da economia capitalista mundial. Embasados por Bambirra (2012 [1974], p. 34), “[...] partiremos da conceitualização da categoria de dependência, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso fenômeno externo e coercitivo da situação latino-americana. Tratamos de redefini-la e utilizá-la como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuraremos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre o centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes”. Entendendo a importância desempenhada pela esfera da circulação à conformação das estruturas dependentes, destacamos Luce (2018, 89): “Com efeito, a extensão da circulação do capitalismo central definiu o início da produção capitalista nas economias dependentes. Esta, por outro lado, uma vez engendrada, passou a obedecer a tendência da produção e circulação internacionais, mas também tendências internas que foram-se constituindo como expressão das particularidades da economia dependente. A conjunção de ambas as esferas de causalidade é o que constitui a situação condicionante que determina os limites e possibilidades do desenvolvimento capitalista. Este é, como veremos, o significado de dependência”. Finalmente, nas palavras de Zavala (1964, p. 26), temos que: “La dependencia significa un patrón integral de comportamiento de una sociedad nacional ubicada en el dominio del capitalismo monopolista y cuyas fuentes principales de ingresos son controladas, explotadas o decisivamente influidas por las organizaciones capitalistas de los países dominantes”.

do capital no país. Tal reflexão pretende viabilizar a apuração dos eixos de acumulação e a periodização dos distintos padrões que se estabelecem na Venezuela pela implicação de um vínculo subordinado no contexto das relações econômicas internacionais.

1.1 A singularidade da categoria dependência petroleiro-rentista e as condições objetivas de valorização do capital ao longo do período concessionário

Como ponto de partida analítico-explicativo, assumimos a dependência como o conjunto de modalidades de exploração predominantes na América Latina desde sua vinculação ao mercado mundial, as quais atribuíram contornos estruturais específicos às economias nacionais a partir da conformação de pautas de produção adequadas às necessidades de expansão do modo de produção capitalista (BAMBIRRA, 2012 [1974]; MARINI, 2013 [1969]).

Desde o advento do capitalismo monopolista ou imperialista no fim do século XIX, a ampliação do mercado mundial resultante da aceleração do processo de industrialização nas economias centrais engendrou o amadurecimento dos mecanismos de acumulação de capital no sentido de recompor a taxa geral de lucro nos centros integradores, compensando a tendência à monopolização como alternativa à manutenção dos preços de produção (MARINI, 2013 [1969]). Assim, através da transferência às economias industriais do montante de valor produzido pelas economias dependentes por meio de arranjos como a imposição de desvantajosas práticas financeiras e da estrutura de preços em vigência no mercado mundial e, ainda, o fluxo de investimentos estrangeiros nas esferas produtivas nacionais – dedicados a reforçar, nas economias subdesenvolvidas, a tendência à monoprodução exportadora – assegurou-se a concentração do capital nas economias centrais e, por extensão, o aprofundamento da integração monopólica dos sistemas de produção mediante o processo de expansão imperialista (MARINI, 2013 [1969]).

Considerando as configurações socioeconômicas condicionadas pelas leis tendenciais de produção e circulação do capitalismo central, a condição dependente engendrou nas economias periféricas a precariedade do controle sobre a maior parte dos processos produtivos nacionais, cuja manifestação tende a se agudizar *pari passu* ao desenvolvimento do capitalismo no continente. Tal constatação se verifica em especial junto aos setores centrais da dinâmica de acumulação dependente, tornando-os permanentemente vulneráveis à atuação de fatores externos (FRANK, 1973). Coube às

economias dependentes, então, assumir um papel subordinado no contexto da divisão internacional do trabalho, inicialmente sob a forma de economia exportadora e, posteriormente, através da subordinação dos sistemas produtivos latino-americanos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista sob a égide da exportação de capitais (MARINI, 2013 [1969]).

Concomitantemente ao deslocamento do capital fomentado pela disponibilidade crescente de capital exportável pelas economias centrais a partir do pós-guerra, o esgotamento dos mercados, impelido pela deterioração dos termos de troca própria do processo de integração monopólica, inviabilizou a predominância da vinculação produtiva primário-exportadora da América Latina, fomentando a reorientação econômica da região em direção ao desenvolvimento industrial (MARINI, 2013 [1969]). Assim, diante das restrições produzidas pela crise no setor externo, a expansão dos mercados domésticos de manufaturas e serviços, a partir da transferência dos excedentes de capital do setor exportador, tornou vantajosa a incorporação de programas de industrialização via substituição de importações (ISI) pelas burguesias latino-americanas. Tais programas seriam responsáveis, em tese, por conduzir as economias nacionais a um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas (MARINI, 2013 [1969]).

A processualidade histórica da dinâmica dependente avança, então, da integração dos mercados à etapa da integração dos sistemas de produção, ambas ditadas pelas diretrizes econômicas e tecnológicas das economias capitalistas industriais. Elas suscitaram a substituição da importação de bens de consumo pela importação de bens intermediários e bens de capital, associados a serviços tecnológicos, empresariais e de comunicação que diversificassem os contornos assumidos pela divisão internacional do trabalho em favor da concentração de capital nos grandes centros (LUCE, 2018; MARINI, 2013 [1969]).

Tal como designa a metodologia tipológica de Bambirra (2012 [1974]), na ausência de condições objetivas que engendrassem previamente o processo de industrialização a partir da estratégia de substituição de importações (isto é, o amadurecimento da estrutura econômica e a integração do mercado doméstico), o caráter da industrialização de algumas das economias latino-americanas, entre elas a venezuelana, apresentou características específicas, produto das particularidades históricas sob as quais se deu o engajamento permanente destas junto ao sistema econômico mundial. Diante da escassez de divisas provenientes do setor exportador nacional que promovessem os investimentos industriais primários, o processo de

industrialização em tais economias se desencadeia fundamentalmente sob controle direto do capital estrangeiro (tipo B), expressão da reorientação da dinâmica do capital monopolista desde o domínio das fontes de matéria-prima à intensificação da entrada líquida de capitais nos setores manufaturados dependentes (BAMBIRRA, 2012 [1974]).

A rigor, enquanto produto da integração monopólica mundial, os processos de modernização das estruturas dependentes de tipo B reforçaram a tradicional estrutura produtiva exportadora e a complementariedade entre os interesses das classes oligárquicas e do capital estrangeiro, corroborando para a monopolização do mercado doméstico pelo grande capital e para o abortamento de qualquer tendência dinamizadora destoante de tal orientação (BAMBIRRA, 2012 [1974]). Em função dos interesses externos, não se pretendia lograr o robustecimento e a diversificação da incipiente indústria visando ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais; em vez disso, o objetivo se dirigia à consolidação dos mecanismos acumulativos da dependência que assegurassem a permanente descapitalização econômica a partir da intensificação das remessas de lucros para o exterior (BAMBIRRA, 2012 [1974]).

Tais mecanismos foram substancialmente ampliados pelos fluxos de investimentos estrangeiros privados em meados da década de 1950 e início dos anos 1960, em correspondência à iniciativa estadunidense “Aliança para o Progresso” enquanto incentivo aos processos de industrialização no continente, acelerando a drenagem de capital das economias subdesenvolvidas às prestamistas, superando em larga medida o montante de capital aqui aportado (FRANK, 1973). Na prática, esse cenário intensificou o sistemático controle exercido pelo capital internacional sobre os setores produtivos-chave de tais economias e inaugurou, mesmo que de modo complementar e não prioritário, o seu predomínio sobre a indústria, engendrando sólidos obstáculos ao florescimento de um processo de industrialização autônomo e integrado, capaz de romper com o padrão dependente (BAMBIRRA, 2012 [1974]).

Nos marcos dos processos de industrialização posteriores à consolidação dos monopólios industriais, o estabelecimento das condições gerais de acumulação de capital na Venezuela, a partir do fomento industrial, se relaciona com a estruturação da atividade petrolífera e a acentuação das funções do Estado na economia, em especial a partir do primeiro quinquênio da década de 1940 (SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Até então, o país contava com uma incipiente indústria manufatureira centrada na produção de tabaco, sabão, cerveja, têxteis e calçados, dirigida a um mercado interno pouco expressivo, ambos desvinculados do predominante modelo primário exportador

agropecuario orientado à produção cafeeira, além de uma precária infraestrutura administrativa (LUCAS, 2006; MAZA ZAVALA, 1964). Constituída em 1878, a *Compañía Minera Petrolera de Táchira*, apontada por Lucas (1998)² como marco do pioneirismo petrolero no país, operava com reduzida capacidade produtiva dirigida ao abastecimento do mercado nacional. Com o propósito de ilustrar a abrupta conversão da estrutura produtiva nacional marcada pelo estreito vínculo entre o Estado e os interesses de grandes companhias petroleras, decisivo para a transição de um sistema agrícola de baixa produtividade e de parco domínio territorial a uma estrutura produtiva petrolera de alta densidade de capital, se faz necessário recorrer ao período que corresponde ao governo do general Juan Vicente Gómez (1908-1935).

Nos limitamos a assumir a posição enfatizada por Coronil (2013)³ com relação às continuidades entre o regime *gomezista* e as precedentes presidências dos generais Guzmán Blanco (1870-1877, 1879-1884, 1886-1888) e Cipriano Castro (1899-1908), sem nos atermos aos debates historiográficos relacionados às tensões pendentes entre autocracia e liberalismo à época, os quais permeiam as hipóteses sobre as origens da modernidade venezuelana. Nosso enfoque repousa no fato de que o regime *gomezista* e a indústria petrolera estrangeira radicada no país se condicionaram mutuamente, numa reciprocidade que logrou respaldo político e financeiro no desenvolvimento industrial petrolero venezuelano, cenário que veio a favorecer a atuação do capital estrangeiro, especialmente em setores de maior valor agregado, como o refino. Entre 1924 a 1928, lapso que corresponde ao primeiro grande fluxo de ingressos de capitais estrangeiros ao

² Acerca da industria petrolera na Venezuela, Gerardo Lucas (1998) assinala: “La Compañía Minera Petrolera del Táchira, constituida en 1878, obtuvo título definitivo de concesión de parte del presidente Guzmán Blanco en 1884, siendo sus promotores Carlos González Dona, Antonio Pulido (dueño de los terrenos), el general Baldó y J.R. Villafañe. Su producción, que apenas alcanzo a 60 barriles diarios en 1912, estaba destinada a satisfacer el mercado local, dejando de operar en 1934. La empresa también fue conocida como La Alquitrana o Petrolia. Su producción diaria de 15 barriles atendía a las reducidas necesidades de San Cristóbal y el resto del estado Táchira. A pesar de su limitada influencia, esta iniciativa tuvo gran importancia por constituir un temprano ejemplo de producción nacional dirigida al mercado regional” (LUCAS, 1998, p. 149-150).

³“El discurso oficial del poder seguía siendo nominalmente liberal, a pesar de las flagrantes contradicciones con su práctica. Si bien detentaba el poder absoluto, Gómez se preocupó por mantener una apariencia de legalidad. Testaferros de la élite social ocuparon la presidencia, y el Congreso aprobaba formalmente la legislación de Gómez. Desde las luchas por la independencia, el liberalismo había sido el lenguaje político de la élite política venezolana; este lenguaje parecía inviolable. No solo se asociaba con los orígenes de la nación, sino también con el proyecto de Bolívar de republicanismo y emancipación social encabezado por las élites criollas. Por tanto, se había convertido en un componente esencial de la legitimación del dominio criollo desde la Independencia. Los partidos Conservador y Liberal, fundamentales del siglo XIX, compartían el discurso formal del liberalismo, así como la indiferencia respecto a la efectiva organización de un Estado liberal. En ese siglo desgarrado por la guerra, signado por cambiantes alianzas en el seno de la élite y una sucesión de gobernantes militares, los liberales eran tan conservadores como también los conservadores” (CORONIL, 2013, p. 133).

país, predominam 158,6 milhões de dólares estadunidenses provenientes dos Estados Unidos sob cerca de 50 milhões, de origem britânica (MICHELENA, 2000). Estando o país desprovido de recursos suficientes para custear os investimentos iniciais naquele momento, foram oferecidas, sob a ditadura de Juan Vicente Gómez, condições flexíveis aos negócios petroleiros e extensas garantias aos investimentos estrangeiros, conformando, à época, a política petroleira mais liberal da América Latina, a qual confinou as capacidades e o desempenho regulatório estatais a novas relações, direcionadas a reter na Venezuela parte dos rendimentos obtidos pelas transnacionais (CORONIL, 2013). Lograda a centralização nacional, período designado por via oligárquica de consolidação do Estado, a nova relação entre o aparato estatal e a sociedade venezuelana não produziria qualquer readaptação junto à classe dominante, na medida em que a reconfiguração da modalidade de exploração submetia as fontes dos recursos estatais à administração de uma renda proveniente do comércio do petróleo (FERREIRA, 2012).

Como expressão da embrionária institucionalização do modelo petroleiro, cabe ressaltar que, a princípio, o processo de regulação da atividade petroleira concentrou-se preponderantemente sobre o estabelecimento de vantajosas políticas de concessões a áreas de exploração, caracterizadas por uma ínfima tributação e pela intermediação das elites locais (CORONIL, 2013; MEIRES, 1989). Haja vista sua inconsistência à época, sequer houve a inauguração de um regimento regulatório específico para a atividade petroleira, tendo esta operado segundo os princípios da *Ley de Minería*, sancionada ainda em 1910 (CORONIL, 2013). Pouco depois, em 1913, a proporção de ingressos públicos assegurados via monopólio transnacional seria incrementada pela admissão da *Royal Dutch Shell* em território nacional, a qual prontamente monopolizou o controle sobre as reservas, com a obtenção de duas grandes concessões: *Valladares* e *Vigas*. Como sublinha Coronil (2013), até o fim da década de 1930, a estadunidense *Standard Oil Company* (atua *Exxon*), de John D. Rockefeller, e a britânica *Royal Dutch-Shell*, propriedade de Henri Deterding, controlariam, em conjunto, cerca de 85% da extração de petróleo na Venezuela (respectivamente, as porcentagens atingiam 50% e 30%).

Na medida em que se comprovou a extensa magnitude das reservas, o então ministro Gumersindo Torres, inspirado pelas legislações petroleiras mexicana e estadunidense, sancionou, em 1920, a primera *Ley de Hidrocarburos*, suscitando sua diferenciação com relação à legislação mineira e incorporando critérios regulatórios mais estreitos, como a incidência de impostos sobre a exploração petrolífera e o

estabelecimento de *royalties* às transnacionais petroleiras, os quais orbitavam, em média, em 9% (CARRIZALEZ NAVA, 2015; CORONIL, 2013; MEIRES, 1989). Enquanto marco pioneiro da etapa concessionária, a partir da *Ley de Hidrocarbonetos de 1920* se constituiria a concepção de salvaguarda estatal frente ao caráter extrativo da indústria petroleira, corroborando a implementação de demais medidas relacionadas à capacidade regulatória e à maximização dos ingressos petroleiros, como a criação da *Compañía Venezolana de Petróleo S.A* em 1923, estatal encarregada das negociações junto às transnacionais petroleiras (CARRIZALEZ NAVA, 2015; CORONIL, 2013).

Uma vez centralizado o monopólio executivo sobre as vendas de concessões e de reservas nacionais, Gómez conferiu como destino econômico dos lucros petroleiros a germinação do capitalismo nacional, tendo favorecido enormemente seu patrimônio pessoal, sem se opor frontalmente às pressões políticas proveniente do grande capital petroleiro (CARRIZALEZ NAVA, 2015; CORONIL, 2013). Carente de capacidades institucionais para além daquelas personificadas por Gómez, os primórdios da etapa concessionária permaneceriam desalinhados e vacilantes até a promulgação da *Ley de Hidrocarburos de 1943*, marco da ampliação do intervencionismo econômico estatal no país caribenho. Pouco a pouco, agravada pela emergência da crise estrutural na década de 1930, a decadência da orientação agroexportadora venezuelana legaria maior viabilidade ao modelo econômico petroleiro, ampliando as demandas econômicas e políticas sobre os ingressos por setores urbanos em ascensão (destacadamente os setores comercial e manufatureiro), o que eventualmente veio a restringir a base de apoio ao regime *gomezista* (CORONIL, 2013; MEIRES, 1989).

Alicerçado sobre a recente identificação do país como nação petroleira, o liberalismo rentista venezuelano passaria, então, a requerer a democratização do corpo político, mirando a ampliação da participação social sobre as benesses petroleiras na medida em que, em meados daquele decênio, o valor das exportações petroleiras superava o valor correspondente ao conjunto das demais atividades econômicas no país (CORONIL, 2013; MEIRES, 1989). Veremos que, a despeito de tensões conjunturais, o revezamento entre a democratização estatal e os contrapontos ditatoriais na Venezuela converge, impreterivelmente, ao mesmo critério: o estabelecimento e o bom desempenho do modelo petroleiro caracterizado pelo protagonismo econômico das multinacionais estrangeiras. Nesse sentido, após a morte de Gómez, o vácuo de poder e o florescimento de organizações de ampla base social canalizadas pela *Generación de 28*, a qual

posteriormente daria corpo a *Organización Venezolana* (ORVE)⁴, pleitearam a viabilidade social do modelo petroleiro a partir da maximização dos aportes petroleiros e de sua conversão produtiva, gestando aproximações que sinalizavam para a defesa da soberania econômica e nacionalização do petróleo venezuelano (CORONIL, 2013).

Partindo dos primeiros indícios de incursões estatais em atividades produtivas durante as presidências dos generais López Contreras (1936-1941) e Medina Angarita (1941-1945), os quais demonstraram grande flexibilidade ao apelo democrático, e passando pelo avanço do processo de instalação de indústrias de bens de consumo conduzido pela Junta Civil-Militar (1945-1948), destacadamente por Rómulo Betancourt, da *Acción Democrática* (AD), o amadurecimento do projeto de desenvolvimento econômico industrial culminou com o golpe perpetrado pelo general Pérez Jiménez (1948-1958), inaugurando as tendências que constituiriam os fundamentos do capitalismo dependente petroleiro-rentista. Dentre elas, sobressaem as extensas garantias ao capital estrangeiro relacionadas à agência exclusiva sobre setores completos da cadeia produtiva petroleira, desde a exploração ao refino, frustrando as aspirações a um regime liberal-

⁴ Em 1936, a partir de uma proposta de reforma política e social desde a transição de um governo autocrático a um regime democrático, e inibidas as demandas mais radicais por parte de frações isoladas da *Generación de 28*, o ORVE consolidou, junto à demanda por democratização, a conformação de uma política nacionalista petroleira, convertendo, para tanto, o Estado em órgão conciliatório e representante dos interesses comuns (CORONIL, 2013). À época, o apelo ao povo venezuelano em abstrato, tantas vezes invocado em nome da modernização e unidade nacional, havia sido adaptado ao surgimento de um novo sujeito político: o cidadão de uma nação petroleira. Considerado herdeiro legítimo da riqueza nacional, a nascente concepção democrática em disputa transcendia os limites dos direitos políticos, reivindicando a soberania popular sobre a riqueza petrolífera e a ampliação da participação do Estado na economia, em contraste com o personalismo do regime *gomezista*. Enquanto quadros proeminentes na ORVE, destaca Coronil (2013, p. 151): “Entre sus miembros se contaban Alberto Adriani, más tarde ministro de Agricultura de López Contreras, y Rómulo Betancourt, quien junto a otros miembros fundaría posteriormente el Partido Democrático Nacional (PDN), precursor de Acción Democrática (AD), nacido en 1941 (CORONIL, 2013, P. 144). Outras organizações contemporâneas ao ORVE como o *Partido Republicano Progresista* (PRP), de orientação socialista, ratificando princípios da soberania popular, se pronunciavam com mais rigor pela revisão das concessões outorgadas às companhias estrangeiras no país, bem como pela instituição de impostos sobre os seus lucros, aplicando-os em favor do desenvolvimento dos setores agropecuário e industrial orientados ao abastecimento nacional (DE LA PLAZA, 1970). Acerca das divergências estratégicas entre o ORVE, refletindo postulados perfilados pela anterior ARDI (*Agrupación Revolucionaria de Izquierda*), em relação ao pensamento imperante entre comunistas e socialistas venezuelanos à época (lembrando que o PC operava em ilegalidade desde sua fundação, em 1931), Coronil (2013, p.151) assinala: “Desde su fundación en 1931, el PC [...] Aplicaba a Venezuela la teoría del movimiento comunista internacional, con el argumento de que los intereses de las clases capitalistas en conflicto colocaban a los trabajadores venezolanos en oposición a los capitalistas. Según ARDI, por el contrario, los rasgos específicos de la sociedad venezolana hacían de ella un caso especial: la debilidad de su proletariado y campesinado, el crecimiento de la clase media, la condición de poderoso enclave petrolero y la posición estratégica del Estado. Por tanto, la clase no era el factor determinante en las luchas políticas venezolanas. Todas las clases tenían un enemigo común: el imperialismo y sus aliados locales, las estructuras feudales encarnadas en el gomecismo. Estas premisas se convirtieron en el centro de la autodefinition de AD como partido nacional multiclassista cuya misión consistía en unir al pueblo venezolano por la vía del Estado contra las potencias extranjeras que se habían apropiado de los recursos de su subsuelo”).

democrático permanente, bem como a uma distribuição mais equitativa e a uma designação produtiva dos aportes petrolíferos, então em ascensão (CORONIL, 2013; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981; MAZA ZAVALA, 1964).

A partir de 1958, mediante a constituição das políticas de desenvolvimento da IV República orientadas pela estratégia de industrialização por substituição de importações, o apogeu desse modelo condicionaria em definitivo a economia venezuelana às determinações da reprodução de capital ditadas pelas transnacionais petrolíferas, ao ampliar substancialmente o fluxo de investimentos à Venezuela e estabelecer o conjunto da indústria nacional como polo passivo dos impulsos dinâmicos gerados pelo capital internacional imperialista (DE LA PLAZA, 1970; MICHELENA, 2000)

Diante das adversas circunstâncias de restrições sobre a importação de bens manufaturados quando da eclosão da Segunda Guerra – momento oportuno para a industrialização em muitos países da América Latina –, as especificidades do capitalismo dependente petrolífero-rentista venezuelano se impuseram como obstáculo ao processo de industrialização nacional, implicado pela já evidente dependência das importações e pelo domínio de monopólios estrangeiros sobre o setor petrolífero. A renda petrolífera aparecia, então, como um subterfúgio para contornar o proeminente estancamento econômico, caracterizado por escassas fontes nacionais de produção e intercâmbio, pela tradicional estrutura de apropriação fundiária e pauperização de grande parcela da população venezuelana, especialmente camponeses e da massa urbana trabalhadora, além da acelerada penetração do capital estrangeiro a partir dos consórcios de exploração petrolífera (DE LA PLAZA, 1970). Imperava a crença de que, mesmo tributária da manufatura estrangeira e refém da evasão de capital operada pelas transnacionais, a renda petrolífera capacitaria a aceleração do processo industrialista venezuelano, sustentado através da receita gerada pelas exportações petrolíferas e pela transferência desta aos demais setores da economia sob a forma de investimentos públicos, o que representaria uma extraordinária vantagem em relação aos demais países subdesenvolvidos (FURTADO, 2008; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

Assim, visando a propiciar condições para o fôlego industrializador, as presidências de López Contreras e Medina Angarita assumiram uma disposição protecionista até então inédita, recorrendo à reorientação em matéria cambial, de controle de importações e de preços que culminou com a fundação do Banco Central de

Venezuela (BCV)⁵, no ano de 1940 (LUCAS, 2005). Ademais, adotaram um sistema de contingenciamento, mediante o qual se estabeleceram cotas à importação de produtos manufaturados, e incrementaram os níveis de exoneração sob a importação de matérias primas e maquinários que incidiu sobretudo sobre o setor têxtil, o qual concentrou 40,3% do conjunto de exonerações aplicadas entre 1943-1944 (LUCAS, 2005). No que diz respeito às disputas em torno dos elementos básicos da institucionalidade petroleira, apesar do consenso político quanto à propriedade coletiva do subsolo, a articulação do projeto liberal-democrático não afetou substancialmente os eixos estabelecidos pelo período concessionário no decurso das décadas anteriores (BENEDITO, 2016; CORONIL, 2013).

Promulgada em 1937, a fundação do *Banco Industrial de Venezuela* enquanto canal para que o executivo outorgasse créditos industriais a diversos setores como têxtil, alimentício e químico, introduziu o emprego de financiamento público para impulsionar a industrialização no país (BANKO, 2005; LUCAS, 2005). Pouco depois, no ano de 1944, Medina Angarita patrocinou a criação da *Junta de Fomento de Produccion Nacional*, cuja ênfase sobre o setor agroindustrial buscava contemplar a necessidade de se fomentar o autoabastecimento, refletindo a disposição em matéria de redirecionamento industrial imposta pela escassez de bens de consumo no contexto bélico (LUCAS, 2005). Mitigado pela adversa conjuntura econômica, o volume de créditos concedidos atingiria apenas 53,9% do que representava nos anos anteriores, fato que produziu devastadores efeitos sobre o frágil setor industrial, comprometendo cerca de metade do número de empresas inscritas junto ao Ministerio de Fomento entre 1942 a 1945 (LUCAS, 2005). Outrossim, as acanhadas tentativas de reversão das isenções aduaneiras e de modificação da *Ley de Impuesto Sobre La Renta*, abertamente inspiradas pela jurisdição estadunidense e buscando a taxação em proporção aos lucros das transnacionais em favor da promoção à industrialização e diversificação econômica, não avançaram, em razão de serem contestadas pelo grande capital petroleiro (CORONIL, 2013; MEIRES, 1989).

Como se vê, as restrições impostas pela economia de guerra evidenciam as prematuras correlações entre a constituição do Estado venezuelano como beneficiário

⁵ “La inestabilidad en el ámbito cambiario, que hemos descrito, llevó al Ejecutivo a crear una Comisión de Estudio sobre la banca central, presidida por Manuel R. Egaña, quien logró la promulgación de la Ley del Banco Central de Venezuela, el 8 de septiembre de 1939, frente a una fuerte campaña de opinión pública para evitar o posponer su creación. Tras su instalación, el 15 de octubre de 1940, dicho organismo se encargó de todo lo relacionado con el cambio y quedó, por lo tanto, suprimida la Oficina Nacional Centralizadora del Cambio (ONCAM)” (LUCAS, 2005, p. 22).

passivo dos ingressos petrolíferos e o financiamento do propósito industrialista estatal, numa estreita subordinação ao fluxo de capital estrangeiro. Tais restrições duraram até que o encerramento do conflito anunciasse a recuperação econômica, brindada pelo incremento das exportações venezuelanas em função da crescente demanda internacional pelo combustível a partir da regularização do comércio exterior no pós-guerra (LUCAS, 2005; FURTADO, 2008).

Nas circunstâncias de retomada da atividade petrolífera, a conversão do Estado em ente predominante junto ao financiamento industrial correspondeu à deposição do general Medina Angarita no ano de 1945 e à emergência do regime marcado pela convergência entre *Acion Democrática* (AD) e membros da oficialidade, Junta Civil-Militar ou triênio *adeco*, sob as presidências de Rómulo Betancourt (AD, 1945-1948) e Rómulo Gallegos (AD, 1948). À época, o expressivo impacto suscitado pela *Ley de Hidrocarburos de 1943* em termos de ampliação da arrecadação fiscal, de 43 milhões para espantosos 389 milhões entre 1943 e 1948, realçado pela favorável relação de intercâmbio de que gozava o petróleo, logrou à Venezuela uma vertiginosa expansão econômica (FURTADO, 2008; RIBEIRO, 2018). Ao longo do triênio, marcadamente durante a presidência de Betancourt, a disponibilidade de capital e o aumento do ingresso nacional viabilizaram o predomínio do engajamento estatal em medidas de financiamento a projetos industriais dirigidos à produção de bens de consumo, os quais induziram à recuperação dos níveis de importação, sinalizando a tendência à modificação da composição das importações em favor de maquinários e matérias primas (SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981; MAZA ZAVALA, 1964). Dentre tais medidas, prevalece como a mais significativa a fundação, no ano de 1946, da *Corporación Venezolana de Fomento* (CVF)⁶, órgão implicado no estímulo à economia não-petrolífera cuja presidência inaugural foi exercida por Juan Pablo Pérez Alfonzo⁷, notável entusiasta da industrialização (BANKO, 2005; MOMMER, 1990; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

⁶ Para caracterizar as estreitas relações travadas entre o capital privado nacional e o estrangeiro junto ao financiamento industrial na Venezuela, retomadas a todo vapor no imediato pós-guerra, recorremos a Carrizalez Nava (2015, p. 51), que comenta sobre a prematura conformação de empresas mistas, financiadas via CVF, naquele contexto: “[...] sobre esse processo, Araujo (Ibid.) comenta que em 1947 (no pós-guerra) a CVF cria empresas mistas com grupos norte-americanos representados pelo Grupo Rockefeller para a abertura aos recursos estrangeiros no processo de estímulo à economia não-petrolífera (basicamente maquinarias e matérias primas elaboradas), o que reforça o caráter dependente da economia em geral”.

⁷ Tendo exercido os cargos de *Ministro de Fomento* (1945-1948) e, adiante, de *Ministro de Minas e Hidrocarburos* (1959-1964), Juan Pablo Pérez Alfonzo se apresenta como um expoente incontornável à política petrolífera venezuelana e mundial, por ter sido um dos fundadores da OPEP na década de 1960 (CARRIZALEZ NAVA, 2015). Nas palavras de Michelena (2000, p. 306): “Pérez Alfonzo fue también un gran político, de inspiración nacionalista. Su obra más importante, desde nuestro ángulo de abordaje, es

Por sua vez, para frear o prolongado estado de insatisfação popular e a organização laboral no país, Betancourt reservou aos trabalhadores petroleiros a imposição um contrato coletivo denominado *Creole-Tovar Farías*, o qual congelaria por três anos suas reivindicações, acenando ao legado de López Contreras de aberta perseguição a partidos e organizações sindicais, além da coibição de movimentos campestres e repressão a greves (DE LA PLAZA, 1970; MEIRES, 1989). Sem embargo, aos primeiros sinais de recuperação econômica, instalou-se um cenário de aberta confrontação entre os setores industriais e comerciais acerca dos lineamentos protecionistas adotados pelo executivo. Em essência, estabeleceu-se uma intensa disputa sobre os rumos da industrialização venezuelana, levando Betancourt a assumir uma postura cada vez mais ambígua, que buscasse contemplar simultaneamente tanto o mercado interno quanto a industriais (LUCAS, 2005).

Assim, frente aos aspectos relativos ao abastecimento e à elevação do custo de vida no pós-guerra, Betancourt procedeu favoravelmente à redução das cotas de importação de diversos artigos de consumo, enfatizando, simultaneamente, as exonerações alfandegárias sobre maquinário e insumos básicos ao incipiente desenvolvimento industrial do país (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Do ponto de vista quantitativo, junto à vigente distribuição dos níveis de importação, apresentaram recuperação as cotas de matérias primas relacionadas às demandas petroleiras e de bens de capital, ocupando em torno de 31% do total. Cabe ressaltar que, no decorrer das décadas de 1920 a 1940, cerca de 39,4% deste montante passou a corresponder a maquinários e bens intermediários direcionados à produção não-petroleira, um indicativo de expansão da produção territorial e do fortalecimento dos industriais e da classe média urbana (SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981; MAZA ZAVALA, 1964).

Entretanto, a despeito do crescimento dos índices de produção de bens de consumo não duráveis⁸, substitutos diretos ou indiretos das importações, fatores como a

Petróleo y dependencia (1971). Pérez Alfonzo fue un hombre de gran visión en el área petrolera (1976,1978); por algo se le considera uno de los ‘padres’ de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cuya influencia en la formación de precios todavía se deja sentir. Un apretado resumen de su pensamiento sería el siguiente. Esta segunda visión de la ‘siembra del petróleo’ emergió de la lucha democrática y popular del año 1936. Con el 18 de octubre de 1945 se inicia una política de distribución popular de la renta la cual cumple, objetivamente, con la función de disolver de modo acelerado el sector tradicional de la economía nacional, de mejorar significativamente el capital humano del país y de crear un mercado nacional con un alto poder de compra”.

⁸ Buscando apreender o caráter da industrialização venezuelana em seus primórdios, o tipo de importação predominante que esta engendra e a estratificação social do mercado interno no contexto da dinâmica dependente, recorreremos a Zavala (1964, p. 30):“Por ahora diremos que en los países de economía periférica

intensa migração rural-urbana e a subutilização das capacidades agrárias pressionam a demanda por alimentos em torno de 15 a 20%, corroborando para uma cota de importação de bens de consumo permanentemente elevada (MAZA ZAVALA, 1964). Outra relevante expressão dos câmbios socioeconômicos sob o regime concessionário repousa junto ao Tratado de Reciprocidade Comercial com os Estados Unidos celebrado em 1939, que, a despeito do tímido avanço em políticas industriais e protecionistas herdadas do contexto da Segunda Guerra Mundial, propiciou a redução da livre importação de bens de consumo visando a beneficiar as exportações petroleiras (MOMMER, 1990; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Revisado em 1952 para atender às reivindicações do circuito industrial, a disposição protecionista do dito convênio produziu retaliações por parte dos estadunidenses, que ameaçaram fixar restrições alfandegárias ao petróleo venezuelano. Adiante, a solução atribuída por Pérez Jimenez ao impasse privilegiaria os interesses da aliança comercial-petroleira sobre a indústria, admitindo, porém, o incentivo à importação de máquinas e peças de automóveis em lugar de artigos de bens de consumo (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

Tabela 1.1 – Comparação entre o Tratado de Reciprocidade Comercial (TRC) entre Venezuela e Estados Unidos de 1939 a 1952.

TRC de 1939	
Interesse da Venezuela	Interesse dos Estados Unidos
<ul style="list-style-type: none"> • Redução do gravame que pagavam as importações petroleiras para os Estados Unidos (de 21 centavos a 10,5 centavos de US\$). • Desenvolver rapidamente os recursos petroleiros nacionais, assegurando um mercado para exportar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de uma quota de exportação ao petróleo venezuelano equivalente a 5% do refinado pela indústria norte-americana em 1938. • Aumentar e assegurar suas importações de óleo venezuelano, favorecendo os crescentes investimentos de suas empresas no país.
TRC de 1952	
Interesse da Venezuela	Interesse dos Estados Unidos

o dependiente, como la venezolana, los primeros signos del advenimiento de una etapa industrial se manifiestan en los sectores más próximos al mercado de bienes finales de consumo, donde la importación ha despertado una demanda efectiva y en auge; ello es explicable en razón de la poca complejidad de la industria en este nivel, del breve giro económico de los negocios aplicados a la producción de estos bienes y de la rentabilidad más o menos segura que aquellos ofrecen; con bastante frecuencia esta jerarquía de la industrialización, que da preferencia a la demanda inmediata o directa, es impuesta desde el exterior por los intereses exportadores extranjeros que prevalecen en el mercado del país importador, los cuales consideran más conveniente, para la conservación de ese dominio mercantil, establecer plantas subsidiarias o filiales en las zonas donde la magnitud de la demanda lo justifique, logrando así economías de descentralización o ventajas de producción en escala menor”.

<ul style="list-style-type: none"> • Entrada sem restrição e com preferências alfandegárias para 21 produtos (matérias-primas como petróleo e seus derivados, ferro, cacau, café, orquídeas, etc.) no mercado estadunidense. • Um melhor tratamento do óleo venezuelano no mercado norte-americano, similar às vantagens que recebiam as importações do México e do Canadá. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada sem restrição e com preferências alfandegárias para 182 produtos (desde frutas, queijo, grãos até aviões e bens de capital) no mercado venezuelano. • Desde 1948 os Estados Unidos deixaram de ser autossuficientes em matéria energética, somado a necessidades por matérias-primas para sua indústria armamentista (Guerra da Coréia).
---	---

Fonte: Carrizalez Nava (2015).

Refletindo o peso financeiro do petróleo na economia, a opção pela via petroleira conduziu à adoção de uma política cambiária de valorização do signo monetário, tendência já evidente desde 1934, suscitando a prostração do setor agroexportador e o domínio dos interesses das frações comerciais, aliadas ao capital estrangeiro (BAPTISTA; MOMMER, 1990; MEIRES, 1989; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Mecanismo fundamental de captação e distribuição dos ingressos petroleiros, a sobrevalorização cambial do *bolívar* em relação ao dólar, à época, contribuiu enormemente para o incremento do fluxo monetário e, por extensão, ao projeto de desenvolvimento industrial nacional, centrado no amadurecimento do mercado interno a partir do estímulo às importações (BAPTISTA; MOMMER, 1990; LUCAS, 2005).

Apesar do déficit tecnológico e de sua baixa produtividade do trabalho, o barateamento dos custos dos bens de capital diante do robusto fluxo de ingressos e do câmbio favorável assegurou o acesso ao maquinário necessário ao amadurecimento da incipiente indústria manufatureira, em especial o setor de bens de consumo não duráveis, aumentando a participação desta e do ramo de construção civil de 8,2% a 10,2% em relação ao produto entre 1945 e 1956 (DELGADO, 2018; FURTADO, 2008). Sustentada pela abundante renda internacional petroleira, a sobrevalorização do câmbio não tardou em render efeitos adversos, corroborando para a alteração da composição setorial da produção doméstica ao deteriorar as exportações não-petroleiras, em razão de seu estímulo ao engajamento importador da Venezuela junto ao mercado mundial (BAPTISTA, 2010 [1997]). Nem mesmo a adoção de tipos de câmbio diferenciais desde a fundação do *Banco Central de Venezuela* (BCV), ainda no ano de 1939, direcionada à proteção da produção doméstica, surtiria resultados expressivos (DE LA PLAZA, 1970). As importações assumiriam, portanto, importância cada vez maior ao circuito de realização da renda petroleira, tornando possível a sua conversão em consumo sem, no entanto, fomentar a contrapartida produtiva. A edificação da estrutura industrial foi

marcada pela inauguração de grandes obras públicas financiadas por recursos fiscais procedentes do setor petrolífero, bem como a construção das primeiras grandes refinarias no país, corroborando com uma perspectiva de progresso econômico e de potencial superação do subdesenvolvimento (FURTADO, 2008).

Quanto aos efeitos do câmbio valorizado sobre a industrialização, ainda que não implicassem diretamente em desequilíbrios junto à balança de pagamentos, eventualmente engendrariam problemas para a demanda interna, caso falhassem as possibilidades de substituição de produtos importados por nacionais (LUCAS, 2005; FURTADO, 2008). Contudo, diante do barateamento relativo dos bens importados e da propensão antiexportadora suscitada pela sobrevalorização cambial naquele contexto econômico, tal cenário parecia pouco afeito a se concretizar. Havia, ainda, receio da repercussão monetária sobre a desvalorização, relacionada à emergência de um processo inflacionário aos moldes daquele experimentado durante a vigência da economia de guerra estadunidense (LUCAS, 2005). Eventualmente, o Estado venezuelano passaria a dispor de outros instrumentos, majoritariamente fiscais, para apropriar-se das rendas extraordinárias sem recorrer às manipulações cambiárias, tais como o estabelecimento de maiores impostos sobre a rentabilidade das concessionárias estrangeiras e a ampliação dos *royalties* através da Reforma Petrolífera de 1943, culminando na nacionalização do petróleo por Carlos Andrés Pérez em 1976 (BAPTISTA; MOMMER, 1990). Assim mesmo, ditas condições, projetadas como limitações à acumulação de capital por Ernesto Peltzer (1944)⁹, então diretor *Departamento de Investigaciones Económicas y de Estadística* do BCV, caracterizaram a industrialização dependente venezuelana até as derradeiras décadas do século XX.

Los dos factores que dan empuje al movimiento de industrialización determinan también, de modo general, sus límites. La manera peculiar que Venezuela está incorporada al sistema de intercambio mundial, en virtud de la explotación de petróleo, constituye una barrera prácticamente insuperable en la actualidad para la industria de exportación. La producción fabril para satisfacer la demanda interna encuentra su límite de desarrollo en el mercado que, a pesar de encontrarse en proceso de crecimiento, seguirá teniendo todavía durante muchos años una capacidad de absorción reducida (PELTZER *apud* LUCAS, 2005, p. 24)

⁹ Aqui, cabe fazer breve menção às extensas contribuições de Ernesto Peltzer ao pensamento econômico venezuelano, enquanto economista que exerceu a cátedra de teoria monetária junto à Universidad Central de Venezuela (UCV) e foi consultor econômico e financeiro do Banco Central de Venezuela (BCV), dedicado à análise dos efeitos cambiais sobre a política monetária e o desenvolvimento nacional ao longo das décadas de 1940 a 1970 (LUCAS, 2005; MICHELENA, 2000)

Acerca das características e contradições produzidas pelo acelerado desenvolvimento da estrutura petrolífera e pela rápida expansão econômica venezuelana, sublinha Francisco Meires (1989) que:

[En efecto, se pasó] de una pequeña economía agrícola (4 millones de personas con producto bruto inferior a 7 mil 36recimie de Bs. (a precios 1957), a una petrolera e manufacturera con más de 7 millones de habitantes y 26 mil 36recimie de Bs. De producto total para 1959. En 1936 el petróleo creaba apenas un ingreso equivalente a un tercio del aporte agrícola. El 36recimiento desde 1943 fue tan rápido que ya en 1948 contribuía con 20 por ciento al producto nacional, superando la contribución conjunta de la agricultura y la industria. [...] Mientras en veinte años (1940-1960) el producto bruto se multiplica por 4,6 impulsado por el auge extraordinario del producto petrolero venezolano que se sextuplica, el manufacturero y agrícola conjuntamente sólo consiguen algo más que duplicarse, representando en el último año el 60 por ciento del petróleo, revelándose incapaz de abastecer los requerimientos internos de bienes, lo cual se refleja en una aceleración sin precedente de las importaciones (MEIRES, 1989, p. 170-171).

Considerando os propósitos deste trabalho, assume importância a investigação das diferenças qualitativas apontadas por Mommer (1990) em torno das possibilidades de atuação produtiva da atividade petrolífera e do desempenho do petróleo como mera fonte de remuneração pela exploração internacional de um recurso natural nacional e não renovável, supostamente desvinculado do processo de produção *strictu sensu*. Para tanto, perpassaremos de maneira sucinta pela centralidade desempenhada pela transferência da mais-valia auferida por meio da exportação dos hidrocarbonetos através do que se denomina por renda¹⁰ petrolífera, examinando mais detidamente os efeitos do padrão de

¹⁰ Foge ao nosso propósito nos atermos à análise do que Asdrúbal Baptista (2010) designou por “acumulação rentística de capital”, a saber, o processo de conversão da renda gerada a partir da exploração do petróleo em capital, ou sua relação valor-preço, expressa pelas determinações do valor e sua conversão em preço, debate que necessariamente nos levaria às nuances da categoria de renda fundiária. Assim, nos limitamos a partir da premissa marxiana da renda fundiária, derivada da utilização capitalista da propriedade privada da terra e fixada a partir das disputas entre arrendatários e proprietários, relacionando a privatização dos meios de produção (dentre eles os recursos materiais e naturais) como modo de se assegurar direitos sobre parcela do valor socialmente produzido (DE PAULA, 2018). Historicamente, a conversão produtiva do ingresso petrolífero na Venezuela procedeu de sua admissão enquanto capital natural, legado pela natureza, omitindo seu caráter de renda, bem como as contradições reais entre o Estado proprietário e o capital internacional arrendatário (BAPTISTA; MOMMER, 1990; CORONIL, 2013; RIBEIRO, 2018). Cabe a ressalva de que a renda fundiária deriva não apenas da disponibilidade de recursos naturais úteis, visto que por si mesmos não engendram valor, mas depende da interação entre estes recursos e o modo de produção capitalista em expansão. Ao Estado venezuelano, enquanto detentor dos recursos naturais sob seu território, recairia um excedente, produto da comercialização de tais recursos no mercado internacional, retendo sob a forma de rendimento extraordinário uma parte do excedente de valor dos bens produzidos sobre seus preços de produção, emergindo da condição de dado recurso natural ser monopolizável a metamorfose da propriedade fundiária em renda fundiária (DE PAULA, 2018; MARX, 2011 [1867]; PAULANI, 2016). A fim de evitar incompreensões relacionadas à generalização da noção de renda de monopólio em meio aos tipos de rendimento fundiário, controversia largamente explorada por De Paula (2018, 2020), e entendendo por monopólio a restrição intencional de dada oferta que acarreta controle de preço, bem como reiterando que a explicação da renda fundiária proposta pela teoria marxista da renda pressupõe a existência de concorrência entre diversos capitalistas, sublinhamos que: “Marx fala por

distribuição intersetorial desta em paralelo à capacidade produtiva nacional, à luz do avanço do intervencionismo estatal sobre tais benefícios.

Haja vista a inserção subalterna do país nas fileiras da divisão internacional do trabalho (DIT) e a conseqüente debilidade da acumulação originária privada de capital, o projeto de desenvolvimento capitalista na Venezuela esteve historicamente condicionado ao fortalecimento do protagonismo econômico estatal. Argumenta Michelena (2000) que, tendo em vista o caráter de alta tecnificação da indústria petroleira moderna e a limitada capacidade de realização da conversão renda-capital nacionalmente, a integração rentística aparecia aos círculos governamentais venezuelanos como mais viável que a integração produtiva, justificando a concentração da renda petroleira nas mãos do Estado. Para o caso venezuelano, portanto, a legitimidade da renda fundiária não seria conferida por sua própria origem (propriedade estatal sobre os recursos naturais), mas, antes, pelo seu destino, isto é, pela contribuição que tal renda poderia brindar ao benefício nacional, fornecendo recursos monetários que promovessem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais (CARRIZALEZ NAVA, 2015). Considerando que o caso venezuelano repousa sobre a especialização produtiva petroleira, as disparidades entre a capacidade produtiva nacional e os rendimentos do petróleo, inferindo desta o aprofundamento do vínculo entre monopólio e Estado, nos levam a sustentar o caráter rentista desta economia (BAPTISTA; MOMMER, 1990; MOMMER, 1996).

Em nossa concepção, embasada nas correspondências sublinhadas por Ferreira (2012) entre a vigência da estrutura monopólica da terra sob a estrutura produtiva nacional e o protagonismo do capital estrangeiro junto às principais atividades de exportação, o robusto significado da renda petroleira à acumulação capitalista na Venezuela guarda estreita relação com a condição histórico-estrutural dependente do país. Conforme vaticinou Marini (2013 [1969]), acometidas por uma produtividade do trabalho relativamente baixa, em grande medida derivada de uma composição orgânica média tendencialmente mais baixa em relação às nações hegemônicas, os mecanismos de compensação de que se valem as formações dependentes para angariar excedentes,

diversos momentos em ‘monopólio da terra’ para referir-se ao fato de que, sob o capitalismo, a terra é propriedade privada e seus donos têm exclusividade sobre sua utilização. Assim, a palavra monopólio, aqui, não significa monopólio no sentido econômico, controle de mercado, etc. Este fato é muito relevante e não parece ter sido compreendido pela maior parte dos leitores mais recentes da teoria da renda” (DE PAULA., 2018, p. 136). Dito isto, de maneira bastante simplificada e limitada ao que pretendemos examinar neste trabalho, sublinhamos que este tipo de rendimento pressupõe a criação de mais-valia e a instituição da propriedade privada da terra.

marcadamente a superexploração¹¹ da força de trabalho, logram produzir o rebaixamento do valor de suas mercadorias frente ao valor de mercado ao custo da permanente e estrutural violação das condições sociais necessárias à reprodução da vida das e dos trabalhadores. A seu turno, a natureza monopólica da indústria petrolífera, referência da grande firma capitalista no século XX, torna especialmente predatória a espoliação dos países periféricos inseridos como grandes produtores mundiais já que, do ponto de vista da concorrência intrassetorial, considerando os distintos níveis de produtividade entre as modalidades capitalistas e o alto grau de dependência tecnológica desta linha de produção, serão igualmente distintos os níveis de apropriação de valor entre as economias petroleiras em nível mundial. Assim, a insuficiência na transmissão das receitas petroleiras como compensação à disparidade de produtividade no conjunto das atividades econômicas na Venezuela revela a tendência à hiperconcentração de capital junto ao polo petrolífero, bem como ao seu efeito disruptivo sobre a formação de capital nos demais setores econômicos, sintoma da importância econômica estratégica e de elevada rentabilidade desempenhada pelo petróleo no mercado mundial (FERREIRA, 2012).

Com efeito, tal como desvelou Ferreira (2012), as predisposições disruptivas do capitalismo dependente venezuelano suscitam a tendência a não generalização da mais-valia relativa para o conjunto dos setores econômicos, corroborando o atrofiamento dos

¹¹ Embasados por Marini (2005, 2011 [1973]) e Ferreira (2012, 2018), entendemos que o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é sempre superior para as economias que apresentam uma composição orgânica média tendencialmente mais baixa, como é o caso das economias dependentes. Consequência das dificuldades engendradas pelo parco desenvolvimento do setor I (bens de capital) à elevação da produtividade do trabalho em tais economias, a obtenção de mais-valia relativa - como forma de rebaixar o valor individual de suas mercadorias em relação ao preço comercial médio estabelecido a partir da concorrência intercapitalista em escala mundial e elevar sua participação no montante total de valor trocado, depende, nessas formações sociais, correlativa e necessariamente, do incremento da superexploração. Nas palavras de Ferreira (2018, p. 75-76), já que não podem se valer mais dos meios de produção junto ao processo produtivo, os ganhos de produtividade e, por extensão, o incremento da composição orgânica nas economias dependentes depende da “violação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador mediante a usurpação de parcela da primeira parte da jornada de trabalho destinada à reprodução da força de trabalho”, isto é, da usurpação de parte do tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) à reprodução da própria vida do trabalhador, em condições normais. Tal explicação corresponde ao nosso entendimento acerca da categoria superexploração da força de trabalho. Adiante, no último capítulo desta investigação, a análise dos rumos da política industrial bolivariana nos levará a avaliar com maior atenção essa modalidade de exploração, alçada como compensação à descapitalização resultante da permanente apropriação de valor a que estão submetidas as formações sociais dependentes no mercado mundial, desde a emergência da fase monopolista do modo de produção capitalista (FERREIRA, 2018). Por ora, buscando afastar incompreensões baseadas em desvios estagnacionistas expressos por supostos impedimentos estruturais à extração de mais-valia relativa nas formações dependentes, demarcamos, a partir de Ferreira (2018) e Luce (2018), que os ganhos de produtividade nas formações dependentes se alcançam com a extração exacerbada tanto de mais-valia absoluta e como de mais-valia relativa, articuladas à vigência estrutural da superexploração enquanto eixo central da acumulação.

polos produtivos menos dinâmicos e, por extensão, a redução do nível médio de produtividade do conjunto da economia. Assim, enquanto consequência direta do subalterno engajamento venezuelano junto à divisão internacional do trabalho (DIT) como economia exportadora de óleo bruto e importadora de produtos industriais de maior valor agregado, temos que o conjunto das demais atividades econômicas se organiza em torno da monoexportação petroleira, o que nos leva a assumir a constituição do mecanismo de conversão da renda petroleira em atividades produtivas via *siembra petrolera* como recurso inerente à reprodução ampliada da dependência petroleiro-rentista. Nessas circunstâncias, em associação ao recurso da superexploração, estratégias como a importação de tecnologias e captação de investimentos estrangeiros diretos (IED), tendo operado como uma renda artificial adicional quando incorporadas à produção, ou seja, como um diferencial de produtividade artificialmente capturado pelo Estado proprietário, ao invés de neutralizar as desigualdades no âmbito das relações de produção entre os países, reforçam modalidades de transferência de valor as quais progressivamente projetam a egressão de recursos às economias capitalistas centrais. A este fundamento agregam-se outros aspectos particulares ao histórico da acumulação de capital na Venezuela já demonstrados por Furtado (2008) e Ferreira (2012), como a escassa absorção da força de trabalho em função do alto nível tecnológico e das restritas dimensões do parque industrial petroleiro, além da precariedade do nível salarial, pressionado pela grande dimensão do exército industrial de reserva no país caribenho.

Desta feita, para além de um aspecto circunstancial ou o resultado de um erro de direção estratégica, concebemos o predomínio do rentismo-petroleiro como resultado do engajamento econômico venezuelano dependente em meio às grandes cadeias produtivas globais, orientado ao que Osório (2012) configura por “incremento da capacidade exportadora sob monopólio do capital estrangeiro”. Retomaremos com mais detalhes tais traços adiante, no último capítulo desta investigação, situando-os sob a categoria de padrão de reprodução do capital¹².

¹² Nas palavras de Osório (2012, p. 40-41): “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”. Adiante, o autor afirma: O

Partindo deste nível superior de abstração, portanto, ainda que admitamos que a orientação produtiva petroexportadora na Venezuela constitua um enclave¹³ econômico de grande magnitude, entendemos ser a dependência a articulação central do subdesenvolvimento do país, isto é, a predominância de enclaves sobre o setor petroexportador não corresponde à causa última do subdesenvolvimento, senão a uma das implicações estruturais do caráter dependente do capitalismo venezuelano. Coincidindo com as considerações de Salvador de La Plaza (1970) acerca dos impactos profundamente deformadores exercidos pelo grande capital petroleiro à economia venezuelana, sustentamos que o principal empecilho à sua diversificação repousa no predomínio de relações de subalternidade no bojo da indústria petroleira nacional desde o estabelecimento do capital estrangeiro como fator dinâmico do processo de expansão industrial, com o adendo de que tal condição coincide com a tendência sistemática à apropriação, pelas economias centrais, da renda diferencial petroleira gerada nacionalmente.

En cuanto a la necesidad de diversificar la economía venezolana, planteada desde la célebre frase de Uslar Pietri, De la Plaza sostenía que lo importante no era el hecho de que el petróleo y el hierro representasen en 1960 el 94 por ciento de las exportaciones, y el 62 por ciento de los ingresos fiscales, sino el hecho de que ambas industrias estaban en manos de trusts extranjeros, que succionaban la riqueza y el ingreso nacionales (MICHELENA, 2000, p. 308).

particular da análise não deve separar-se, então, dos processos gerais do qual faz parte. Isso implica assumir as características que o processo mundial de acumulação de capitais apresenta, bem como a forma heterogênea que dela deriva, no que diz respeito à geração de centros, semiperiferias e periferias ou de centros imperialistas e regiões e nações dependentes e dos movimentos e relações que se produzem no processo histórico entre essas unidades inter-relacionadas” (OSÓRIO, 2012, 78-79).

¹³ Não raro é constatar a constituição de economias de enclave junto aos casos de economias dependentes latino-americanas nas quais prevalece o controle estrangeiro sob o processo produtivo, já que a própria condição dependente produz estreitos parâmetros estruturais os quais impedem que a indústria nacional se transforme no centro da dinâmica econômica e social destes países. Nesse sentido, entendemos que a elevada composição orgânica no setor petroleiro, em contraste à inferior composição orgânica média do circuito não-petroleiro, explique a constituição deste fenômeno na Venezuela. Conforme salienta Bambirra (2013, p. 111), “a característica fundamental de uma economia de enclave reside em que, seja por sua vinculação íntima com a metrópole, seja por sua própria forma de funcionamento, o enclave não provoca efeitos dinamizadores para a economia e para a sociedade em seu conjunto, salvo em casos especiais, tais como, por exemplo, os enclaves no México. Em todos aqueles países em que o enclave foi a principal forma de dominação imperialista, não se geraram, enquanto tal forma prevaleceu, as condições de funcionamento e de expansão de um mercado nacional. [...] Ainda que a presença do enclave possa provocar certa expansão de um processo de modernização, [...] suas rendas são em geral capitalizadas pelo próprio enclave, dado que este detém o controle de todos os setores conectados ao seu funcionamento. Essa modernização segue sendo muito limitada mesmo quando se estende para além dos setores controlados pelo enclave – por exemplo, através das iniciativas estatais promovidas com os recursos obtidos pelo enclave na forma de impostos. [...] isso ocorre em função de uma dinâmica cujo centro motor, não sendo nacional, não pode se expandir para muito além de onde já chegou”.

As disputas distributivas entre os segmentos nacional (propriedade do subsolo e força de trabalho) e estrangeiro (capital e serviços produtivos) em torno da apropriação do excedente petrolero constituem, portanto, o ponto nevrálgico da dinâmica dependente petrolero-rentista, especialmente evidente durante o período concessionário. Nesse contexto, a acelerada dissolução da política de apropriação *gomezista* e a subsequente legitimação da reivindicação rentística pelo projeto liberal-democrático produziram uma nova concepção acerca do petróleo no âmbito do desenvolvimento econômico nacional (MICHELENA, 2000). Concebendo ambos os processos como uma inequívoca continuidade, as estreitas possibilidades gestadas nos marcos da dependência enquanto contrapartida à dinâmica de acumulação capitalista mundial encerrariam as opções políticas e econômicas na Venezuela à lógica da *siembra*. Trata-se de uma expressão utilizada por Arturo Uslar Pietri¹⁴ (1936) como justificativa conceitual para as transferências da renda petrolera ao setor produtivo privado, entendida por Maza Zavala (1964) como a mais fundamental financiadora da dependência venezuelana. Reduzida à reivindicação rentística nacional, a *siembra*, ainda que viesse a assumir feições nacionalistas a partir de Juan Pablo Pérez Alfonzo (1956, 1971)¹⁵ em aberta oposição à aliança entre o capital estrangeiro e o setor petrolero nacional, não transcendeu às proposições de maximização da renda e de distribuição social dos ingressos (BANCO CENTRAL DE VENEZUELA, 2002; MICHELENA, 2000). No limite, essa dinâmica ensejou disputas em torno das cotas de produção que lograssem alavancar a arrecadação fiscal petrolera, legitimando a campanha em defesa da nacionalização dos campos petrolíferos sem jamais comprometer a polarização dos ingressos em favor das companhias estrangeiras.

¹⁴ Acerca da concepção de Uslar Pietri (1936) relacionada à conversão da renda petrolera em fonte de acumulação, destaca Lucas (2005, p. 21): “Si hubiésemos de proponer una divisa para nuestra política económica lanzaríamos la siguiente, que nos parece resumir drásticamente esa necesidad de invertir la riqueza producida por el sistema destructivo de la mina, en crear riqueza agrícola reproductiva y progresiva: sembrar el petróleo. [...] Es menester sacar la mayor renta de las minas para invertirla totalmente en ayudas, facilidades y estímulos a la agricultura, la cría y las industrias nacionales. Que en lugar del petróleo ser una maldición que haya de convertirnos en un pueblo parasitario y inútil, sea la afortunada coyuntura que permita con su súbita riqueza acelerar y fortificar la evolución productiva del pueblo venezolano en condiciones excepcionales. Em outra oportunidade, Pietri (apud MICHELENA, 2000) sublinharia: “El tema central de la política económica venezolana puede sintetizar en esta consigna perentoria: sembrar el petróleo. Es decir, no abandonarnos a la poderosa corriente unilateral que constituye la industria petrolera, sino por el contrario, canalizarla, dirigirla, aprovecharla, para que con su fuerza y riqueza anime y movilice todas las actividades económicas del país”.

¹⁵ “Para Venezuela, la situación representa continuar por el camino del subdesarrollo y consiguiente dependencia agravada, o decidir por fin seguir un camino independiente para buscar un desarrollo orgánico que nos conduzca a corregir esta Venezuela deformada y dividida en la cual se nos explota desde afuera, mientras desde adentro los cómplices de la situación [...] acallan la conciencia [...]” (PÉREZ ALFONZO apud CARRAZALEZ NAVA, 2015).

Orbitando em torno do impacto petrolífero no campo econômico e carente de importância estratégica para além da maximização da renda, a atuação decisiva do intervencionismo estatal pela emergência e desenvolvimento industrial na Venezuela, cujo ápice é marcado pela nacionalização petrolífera de 1976, não guardou vinculação com o desenvolvimento autônomo das relações nacionais de produção (BAPTISTA, 2010 [1997]). Examinaremos a seguir as questões candentes relacionadas ao encadeamento de ambas as atividades em meio à geopolítica do pós-guerra, até que despontassem os primeiros indícios de esgotamento do vigente padrão de reprodução, apresentando como correlato o declínio relativo dos gastos públicos e o encolhimento do produto industrial venezuelano, no contexto da emergência da crise estrutural a finais da década de 1960.

1.2 Do amadurecimento dos mecanismos de sustentação do processo nacional de acumulação à conformação da *Gran Venezuela*

Vimos que o expressivo e súbito impacto da ampliação da arrecadação fiscal pavimentou a deposição do general Medina Angarita e conduziu à emergência de Rómulo Betancourt pela Junta Civil-Militar, inaugurando a abrangência distributiva propugnada pela *siembra petrolera* do financiamento dos investimentos produtivos ao patrocínio do consumo nacional. Inserida em um contexto (deflagrado desde o pós-guerra) propenso à graduais alterações junto às relações entre a periferia capitalista e as economias centrais, a emergência da AD se apresenta como a síntese de uma conjunção de fatores relacionados às transformações nos padrões vigentes de acumulação de capital na Venezuela, assentada então definitivamente sobre a renda do petróleo (BENEDITO, 2016; BAPTISTA; MOMMER, 1990; RIBEIRO, 2018).

Alavancado pelo imprescindível fornecimento de combustível à máquina bélica aliada, bem como pelo papel estratégico desempenhado pelo petróleo como matriz energética predominante no imediato pós-guerra, a projeção dos países petrolíferos de meros captadores de impostos a partícipes mais incisivos no comércio mundial suscitou a tendência a um maior acometimento fiscal por parte dos Estados rentistas, bem como a emergência de nacionalizações ao longo das décadas seguintes (BENEDITO, 2016; DUTRA, 2019). Conforme assinala Benedito (2016), oportunamente, a conformação de uma iniciativa de autonomização econômica pelo liberalismo-rentista venezuelano significou nada mais que um esforço de conciliação em meio ao incipiente desenvolvimento capitalista dependente, sustentado através da ampliação da parcela

nacional nos benefícios provenientes do petróleo, conjugando o incremento do consumo nacional com diversificação produtiva e assegurando, simultaneamente, a acumulação de capital em nível mundial. Para tanto, delegou-se ao Estado venezuelano a promoção das bases da industrialização e a contenção da atuação organizada das classes trabalhadoras e populares, de modo a garantir uma dinâmica de acumulação gerenciada pelas classes dominantes dominadas e a salvo das contradições internas da luta de classes.

Apontamos como episódios centrais desse processo a promulgação da *Ley de Hidrocarburos* de 1943 e da *Ley de Bienes afectos a Reversión en las concesiones de hidrocarburos* de 1971 e, por fim, a emergência da nacionalização do petróleo em 1976. Tais episódios foram atravessados pela ruptura produzida por um novo golpe de Estado em 1948 e a subsequente instalação da ditadura de Pérez Jimenez em 1952, sem alterações no que tange aos lineamentos da dependência de base petroleiro-rentista (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015; RIBEIRO, 2018). Apesar do significativo incremento no nível de produção industrial e na participação fiscal junto à exploração petrolífera à época (desempenho constituidor do projeto *Gran Venezuela*, o qual permaneceria em média ascendente até o ano de 1979), as precárias condições materiais de contingentes majoritários das camadas populares venezuelanas denunciariam que o desenvolvimento econômico no âmbito do capitalismo dependente petroleiro-rentista aludia a um projeto de sociedade cada vez mais concentrador, oligárquico e excludente (BENEDITO, 2016).

Para além de um mero marco normativo, tendo projetado o Estado venezuelano à condição de proprietário do subsolo, a *Ley de Hidrocarburos* ou Reforma Petroleira de 1943 impugnou o consentimento à apropriação privada da renda petroleira pelo anterior regime de concessões, consolidando a soberania estatal sobre o petróleo tanto em matéria jurídico-patrimonial como tributária, a exemplo dos mecanismos reguladores estadunidenses (BENEDITO, 2016; MOMMER, 1996; RIBEIRO, 2018). A uniformização jurídica das concessões então existentes impeliu o sancionamento de graduais modificações tanto na *Ley de Imposto Sobre La Renta* quanto no modelo centrado na cobrança de *royalties*, cujos ajustes, adequados ao esquema *fifty-fifty*, variariam entre 12% e 16,67%, respectivamente, visando a compensar a arrecadação de modo a se alcançar a metade da renda líquida auferida pelas companhias (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015; RIBEIRO, 2018). Embora corroborasse o reestabelecimento fiscal nacional e a ampliação do poder de negociação do país, a modernização da regulamentação petroleira proposta pelo triênio representou uma perda

qualitativa junto ao cálculo do excedente petrolífero a ser arrecadado pelo Estado, por não incidir sobre o lucro líquido das companhias petrolíferas (BENEDITO, 2016; MOMMER, 1996; RIBEIRO, 2018).

Ademais, sob o comando do Estado, as disposições jurídicas inauguradas em 1943 implicaram na manutenção das operações de produção por concessões em vias de expirarem, em áreas cada vez mais extensas e com validades que poderiam atingir até 40 anos, corroborando, ironicamente, para a consolidação do modelo concessionário e para o estreitamento das negociações entre o Estado e as transnacionais petrolíferas (BENEDITO, 2016). Outro aspecto pioneiro então inaugurado remete ao incentivo à realização do refino do óleo cru nacionalmente, sugerindo maior incidência sobre segmentos da indústria petrolífera de maior valor agregado, fato que resultou na construção de duas refinarias patrocinadas pelas companhias *Royal Dutch-Shell* e *Standard Oil Company*, ao término do conflito (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015).

Acerca das controvérsias ensejadas pela reforma de 1943, assinala o economista venezuelano Carlos Mendonza Pottellá:

A Lei de Hidrocarbonetos de 1943 teve a virtude de converter-se na expressão acabada do regime concessionário. Significou a cristalização de algum nível da correlação de forças [entre grupos nacionalistas, governo venezuelano e companhias estrangeiras] que vimos considerando, condicionada, desde logo, por uma circunstância internacional – a segunda guerra mundial – porém mantendo o signo predominante dessa correlação, ou seja, o predomínio dos interesses estrangeiros, apesar da evolução formal quando comparada ao caos da época *gomezista*. Nesse sentido, a figura da conversão deu nova vida – 40 anos – a concessões em vias de expirarem, concessões que poderiam ter sido negociadas em muito melhores condições, como por exemplo, os milhões de hectares da concessão Valladares, irregularmente usufruídos pela Shell. [...] Todavia, uma outra parte do leão do pacto restou à vista de todos quando se cumpriu o que Lieuwen qualifica de “o maior programa de entrega de concessões na história do país (...) seis milhões e quinhentos mil hectares, superfície maior do que a que já era possuída pelas companhias (POTTELLÁ *apud* BENEDITO, 2016, p. 155-156).

E conclui:

Trata-se de um momento culminante da história petrolífera venezuelana: as concessionárias se consolidam e estendem sua implantação no país. Nas palavras de Pedro Esteban Mejía: “indubitavelmente a outorga de concessões efetuada contribui para acentuar o poderio econômico e político das empresas, do mesmo modo que para incrementar a dependência econômica da Venezuela”. Uma maneira muito peculiar, diríamos nós, de ‘aproveitar as condições favoráveis dadas pela Segunda Guerra Mundial’ [...] Salvador de La Plaza comenta que, nesses anos (1943 a 55 e com cifras próprias) enquanto a produção de petróleo quadruplicava, a participação da Nação aumentou treze vezes: “(...) mas, em virtude de não se haver operado uma transformação da

estrutura feudal do campo nem uma mudança da política econômico-financeira do Estado, essa maior participação traduziu-se em uma acrescida dependência do país em relação aos trustes petroleiros, em uma mais acentuada desfiguração do desenvolvimento econômico, com o consequente enriquecimento dos importadores, de funcionários venais, etc., e a sequele do desperdício e da corrupção”. A essa altura podemos resumir o resultado do pacto Medina-companhias: nova vida às velhas concessões e normalização definitiva das boas relações Estado-concessionárias (POTTELLÁ *apud* BENEDITO, 2016, p. 156-157).

Desde a implementação da Junta Militar para o período de 1948 a 1952, as definições em matéria de política industrial acataram o lineamento protecionista inaugurado pelo regime anterior, estabelecendo cotas de contingenciamento e licenças para a importação mais flexíveis, manejadas de acordo com a recuperação da produção nacional (LUCAS, 2005). Nas circunstâncias da emergência da ditadura presidida pelo general Pérez Jiménez (1952-1958), por sua vez, a trajetória de desenvolvimento industrial concebida em torno do fortalecimento do mercado interno e da crescente participação estatal junto aos aportes petroleiros é convertida em um programa com base em estímulos estrangeiros e no incremento do gasto público em infraestrutura¹⁶, serviços e promoção de indústrias básicas, dentre as quais sobressaíam a siderúrgica, a elétrica e a petroquímica (LUCAS, 2005).

Em termos de importância estratégica, cabe mencionar a fundação da *Siderúrgica Venezolana S. A.* (Sivensa) em 1948, articulada ao início da exploração do minério de ferro cuja produção originalmente esteve orientada ao fornecimento de insumos à indústria local. Haja vista o contexto econômico expansivo, bem como a manifesta cobiça por parte de companhias estrangeiras como a *U.S. Steel* pelas extensas reservas naturais recém-descobertas, Pérez Jiménez decidiu então fomentar a construção de uma planta siderúrgica estatal aberta exclusivamente ao capital estrangeiro e projetada para as

¹⁶ Furtado (2008) vaticina que, em função da alta mecanização e de seu caráter não reprodutivo e altamente concentrador, quando comparados à indústria manufatureira e à construção privada, a tendência é que investimentos em obras públicas absorvam lentamente escassa densidade de mão de obra e que não apresentem contrapartida em um fluxo permanente de renda, originando gastos de manutenção que poderiam comprometer o produto e incorrer em estagnação econômica. Além disso, tais investimentos favorecem o desenvolvimento concentrado das indústrias privadas de materiais de construção diretamente relacionados à execução das obras, corroborando a formação de poderosos conglomerados financeiros, de alta lucratividade e grande densidade de capital: “Em outras palavras, para manter essas obras se necessita mobilizar recursos gerados em outros setores da atividade econômica [o que não corresponde ao caso venezuelano]. A consequência prática disso é que, havendo constância de outros fatores, se os investimentos não reprodutivos crescem mais intensamente que os reprodutivos, os gastos de manutenção e reposição da economia tenderão a aumentar mais que o produto. Ora, como o produto é constituído pela soma dos gastos em consumo, em manutenção e reposição, e investimentos líquidos, admitindo-se a estabilidade da participação do consumo, o aumento relativo dos gastos de manutenção e reposição significaria necessariamente redução na taxa de investimento líquida, que é o fator dinâmico do desenvolvimento (FURTADO, 2008, p. 51).

necessidades da indústria petroleira, ao invés de induzir a produção interna de aço ao desenvolvimento industrial doméstico (CORONIL, 2013).

Veremos que a conformação de uma institucionalidade paralela ao executivo, denominada por *Sindicato de Hierro*, objetivando planejar e empreender iniciativas relacionadas à produção de aço que contassem com participação dos empresários locais, produziria, adiante, um fato político importante na derrocada do *perezjimenismo* (CORONIL, 2013). Outros projetos, tais como o plano hidrelétrico de Guayana, embrião da *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG), a instalação do gasoduto *Anarco-Caracas-Morón* e a construção da rede ferroviária *Barquisimeto-Puerto Cabello* apenas se concretizaram sob os auspícios do executivo e vinculados ao modelo de desenvolvimento em curso, fortemente centrado na indústria do petróleo (CORONIL, 2013; CARRIZALEZ NAVA, 2015; LUCAS, 2005).

Viabilizada pela abundante disponibilidade de divisas desde a normalização do comércio internacional, a instrumentalização das medidas de proteção industrial conviveu com o incremento das importações de bens de capital e de produtos semielaborados, requeridas pela subsistência da indústria nacional e instalação dos novos ramos industriais – estes limitados à elaboração de produtos finais, logrando, a despeito dos obstáculos, uma expressiva apreciação do produto industrial no lapso de 1945 a 1957 (CARRIZALEZ NAVA, 2015; FURTADO, 2008; LUCAS, 2005). Não obstante, a flagrante ausência de um ordenamento legal adequado ao acelerado desenvolvimento industrial significou o paulatino abandono dos incipientes mecanismos protecionistas e de controle sobre os preços do barril, conformando uma política petroleira passiva e de enfoque em ganhos comerciais a curto prazo, ou seja, dirigida à expansão do volume total produzido em detrimento da arrecadação (CORONIL, 2013; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Único princípio promulgado neste período, a *Ley de Hidrocarburos* de 1955 refletiu a tendência à redução da carga fiscal e da participação do setor público junto às receitas petroleiras na medida em que não versa, a rigor, sobre questões fundamentais da política petroleira à época (CORONIL, 2013; FURTADO, 2008). Revelam Lucas (2005) e Coronil (2013), ademais, que já se observava a tendência ao decréscimo nas ofertas de créditos cedidas ao setor industrial no âmbito da *Corporación Venezolana de Fomento* (CVF), esvaziada por intermédio do controle governamental sobre as iniciativas empreendidas pelo setor privado, tendência que vigorou nos anos seguintes até tomar proporções dramáticas no contexto da *Apertura Petrolera*.

Em estreita sintonia às constatações de Bambirra (2012 [1974]), a que nos referimos na primeira seção do presente capítulo, uma tendência que se perpetuou sem alterações ao longo da ditadura *perezjimenista*, a despeito dos câmbios políticos, foi a preponderância dos interesses do capital estrangeiro na definição das políticas industriais, intensificada pela penetração dos mesmos em setores econômicos não-tradicionais com o irromper da etapa de integração monopolística no pós-guerra. Porquanto tributário da renda petroleira, o processo de industrialização venezuelano corroborou para uma robusta ampliação e diversificação dos investimentos estrangeiros, em especial os estadunidenses, não apenas na seara petroleira como no conjunto dos setores econômicos circunscrito às indústrias-base sob controle estatal, como a siderúrgica, petroquímica e elétrica (FERREIRA, 2012; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

Assim, a acelerada ampliação dos investimentos estrangeiros diretos (IED) junto ao setor petroleiro foi acompanhada, embora em menor medida, pela diversificação dos investimentos estrangeiros no conjunto da atividade industrial, os quais abrangeram de 10,7% a 14,8% do total de investimentos no setor no lapso de 1951 a 1957 (BAPTISTA, 2010 [1997]; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Ademais, constata-se Baptista e Mommer (1990) que, brindados pelo auge rentístico, a implementação de grandes projetos de investimentos à margem do orçamento federal contou, ainda, com mecanismos de empréstimos externos hipotecados sobre a renda petroleira futura. Observamos, a partir do Gráfico 1.1 que, dentre os breves intervalos nos quais se verifica um expressivo incremento nos níveis de IED em termos reais, as cifras correspondentes ao lapso de 1955 a 1957 seriam equiparáveis apenas aos níveis verificados no decurso da década de 1990. Sem embargo, veremos que este cenário coincide prontamente com a sistemática propensão a exportação de capitais apresentada pela economia venezuelana ao longo da maior parte do terceiro quartel do século XX.

Gráfico 1.1 – Investimento estrangeiro direto (IEDN), 100:1995 - 1950 a 1999



Fonte: Medina Smith (2005).

Desfrutando de condições bastante favoráveis desde a adoção de exonerações fiscais até extensas garantias às remessas de lucros, tendo registrado elevadas taxas de rentabilidade as quais orbitavam de 30 a 40% ao longo das décadas de 1950 e 1960, as empresas estrangeiras, sobretudo as petroleiras, representaram um importante eixo de sustentação a Perez Jimenez, conjuntamente com as frações financeira, comercial importadora e os grandes latifundiários (CARRIZALEZ NAVA, 2015; CORONIL, 2013). Coronil (2013) estima que quase metade dos dividendos auferidos pela *Standard Oil* derivaram da subsidiária venezuelana *Creole Petroleum*, no intervalo destacado.

Nesse sentido, inferimos que nesse período se cristalizam tendências constituidoras da dependência de base petroleira-rentista no país, dirigidas a viabilizar a expansão da acumulação nacional desde uma nova posição no âmbito da divisão internacional do trabalho: a de produtores industriais secundários, subordinados à produção industrial dos centros capitalistas (FERREIRA, 2012). Tais modificações estruturais se expressam a partir da modernização das instituições e de um desenvolvimento industrial caracterizado por alta densidade de capital, desvinculado da absorção da força de trabalho doméstica, concentrado em setores tradicionais de baixo valor agregado e cujo principal fator propulsor eram os recursos provenientes da exportação petroleira, destinada aos mercados internacionais. Para além da atuação transnacional direta, contribuíram para esta intensificação a retomada das malfadadas concessões às empresas estrangeiras entre 1956 e 1957 (ainda que em termos menos

desfavoráveis aos prevaletentes em 1943) e a disseminação de empresas de capital misto implicadas na exploração do petróleo, aprofundando as fórmulas de associação entre o capital público e o estrangeiro até converter a Venezuela em expoente deste modelo de investimentos no continente (CORONIL, 2013; RIBEIRO, 2018).

Resta claro que, na medida em que foram reprimidos partidos políticos e organizações sindicais de caráter reivindicativo, tais tendências se depararam com solo fértil para a aceleração do processo concentrador. Do ponto de vista quantitativo, de 1950 a 1957, a remuneração do trabalho na Venezuela declinou em 7,4% com relação à renda nacional, ao passo que a remuneração do capital ascendeu na mesma cifra; assim, no ano de 1957, cerca de metade da renda nacional foi apropriada pelos 12% mais abastados, enquanto aos 88% dos venezuelanos restou na outra metade (BAPTISTA, 2010 [1997]; BENEDITO, 2016). Do acentuado contraste entre o precário nível de renda disponível para consumo das massas venezuelanas e o alto nível de produto *per capita* no período considerado, comparável à média dos países industrializados da Europa Ocidental, Furtado (2008) infere o caráter concentrador do desenvolvimento econômico no país.

Os estímulos frequentes à obtenção de máquinas e insumos conduziram ao progressivo incremento da participação de tais artigos no conjunto das importações totais, superando a taxa de 24,2% alcançada durante o triênio até atingir 30,4% entre os anos de 1949 a 1950 (LUCAS, 2005). No que diz respeito ao setor manufatureiro privado, o crescimento da produção têxtil, cimenteira e alimentícia legado pelas precedentes políticas protecionistas conduziu à ampliação das exportações não tradicionais venezuelanas a uma taxa anual de 16,3%, contribuindo para o incremento sustentado do produto industrial e uma diminuição relativa nas importações de tais artigos (LUCAS, 2005). Mesmo assim, haja vista o caráter residual dos investimentos privados orientados ao mercado interno junto à demanda global de crescimento e a escassa participação das indústrias manufatureira e de construção (as quais respondiam a 10,2% do total do produto em 1956, mesmo sendo os setores industriais mais pujantes naquele período), tal expansão não alterou significativamente o baixo grau de industrialização do país (FURTADO, 2008).

Por outro lado, no mesmo intervalo, o ritmo de crescimento do produto petrolífero alcançou 185%, enquanto as exportações petrolíferas prosperavam anualmente a 9,8% e abrangiam cerca de 70,7% do total dos ingressos fiscais no ano de 1957 (CORONIL, 2013; FURTADO, 2008). Sobreposta à expansão industrial, o aumento de produtividade do setor petrolífero industrial quase 80% superior à produtividade dos demais setores no

período destacado sugere que o advento industrial não implicou em alterações significativas na capacidade produtiva nacional, isto é, a constituição de uma economia petroléira não se traduziu em impulso à industrialização (BAPTISTA, 2010 [1997]; FURTADO, 2008; MEIRES, 1989). Atesta Furtado (2008) que a correspondente elevação do coeficiente de importação em 59,1% da oferta total de bens entre 1954 e 1956 denunciava que o avanço do setor manufatureiro coincidiu com a tendência à substituição da produção interna por artigos importados, conformando a política industrial *perezjimenista* como mera expressão da política de gastos públicos e implicando à indústria nacional um caráter artificial, condicionada aos rendimentos do setor exportador.

Isto se deu, segundo o diagnóstico de Furtado (2008), pelo fato de a economia petroléira não lograr a redução do coeficiente de importações e por predispor o decréscimo da força de trabalho ocupada, tendo o montante de recursos gerado pelo setor petroléiro exercido parco efeito sobre os salários médios. Despida de mecanismos fiscais eficientes, resultou comprometida a transmissão dos aportes petroléiros ao conjunto da economia nacional por intermédio da absorção direta da mão-de-obra e do montante de pagamentos aos fatores relacionados à produção doméstica, o que, segundo ele, determinaria a expansão da capacidade produtiva. Em outros termos, o contraste entre a escassa capacidade de absorção da força de trabalho pelo setor petroléiro e o vertiginoso crescimento populacional que experimentara o país, haja vista a alta densidade de capital por pessoa própria da indústria petroléira frente à manufatura e à agricultura, implicou na progressiva regressão da população economicamente ativa e no comprometimento da geração de empregos (BAPTISTA, 2010 [1997]; MEIRES, 1989). Cabe fazer menção ao registro de Ferreira (2012) acerca do surgimento dos *barrios* como produto da profunda segregação social de amplos contingentes da classe trabalhadora venezuelana, cuja origem está intimamente vinculada ao processo de industrialização petroléira. Diante desse cenário, a distribuição dos ingressos petroléiros tornou-se a principal ocupação dos venezuelanos, tendo atuado o setor terciário urbano como grande depósito residual de mão-de-obra não alocada em atividades diretamente produtivas, ao abarcar 30% da população ativa em 1941, 36% em 1950 e 46% em 1961 (BAPTISTA, 2010 [1997]; MEIRES, 1989).

Assim, as enormes disparidades que se manifestam junto à ocupação da força de trabalho também engendraram desperdícios fiscais, já que, ante a criação de um mercado nacional de alto poder de compra, a debilidade por parte dos encadeamentos produtivos

internos, reduzidos à promoção de infraestrutura, induziu a ampliação das importações em detrimento da expansão da capacidade produtiva nacional. Trata-se da intervenção compensatória do Estado frente à atrofia das atividades produtivas privadas, seja através de subsídios agrícolas orientados ao abastecimento do mercado interno ou àqueles direcionados ao fornecimento de insumos básicos pelo setor não-petrolero, o que explica a hipertrofia estatal na Venezuela, já que o gasto público se converte em plataforma fundamental para a atividade econômica interna (CORONIL, 2013; MEIRES, 1989). Diante da tendência de acúmulo generalizado de funções pelo Estado, a mitigação dos ingressos petroleros se verifica como mitigação das próprias divisas nacionais, fator que assume grande dramaticidade em fins da década de 1970, quando se manifesta o esgotamento do modelo de acumulação predominante ao longo do período de expansão precedente.

Fatalmente, a orientação de Pérez Jimenez pela maximização dos ingressos mediante o aumento da produção viria a contrariar os interesses do circuito industrial, que buscava reorganizar o sistema de dominação adaptando a envoltura institucional ao modelo de desenvolvimento em curso. A crise fiscal suscitada pela reversão do ciclo expansivo que se prolongou da década de 1940 a fins de 1957 anteciparia a derrocada do *perezjimenismo* quando, tendo recorrido a outra insurgência militar, a instalação de uma segunda junta provisória, desta vez presidida pelo almirante Wolfgang Larrazábal, reconduziu a Venezuela aos marcos da democracia liberal sob a vigência do regime designado por *Punto Fijo* (CICERO, 2010; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Celebrado em exílio, na cidade de Nova York, e erigido em torno de um arranjo institucional conciliatório protagonizado pelos partidos *Acción Democrática* (AD), *Unión Republicana Democrática* (URD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei), com a anuência das Forças Armadas, *Punto Fijo* assentou as bases da acumulação nacional sobre o setor industrial exportador, conformando uma sólida estrutura de classes interna no seio da qual vigoraria a IV República (1958-1998), em estreita coordenação entre o setores privado e o capital transnacional, petrolero e industrial (FERREIRA, 2012; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

A inauguração do novo pacto democrático-representativo coincidiu com a retomada do projeto industrial com ênfase protecionista e alocação de volumosos recursos fiscais (outrora destinados aos investimentos em obras públicas e no setor de serviços) em favor do financiamento industrial, com amplo respaldo à acentuação da intervenção estatal através de ajuda técnica e creditícia à setores industriais vinculados direta ou

indiretamente à estratégia de desenvolvimento em marcha (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). De imediato, foram emitidos, com fins restritivos, reajustes junto às tarifas alfandegárias, requerimentos de licença prévia a vários artigos contemplados pelo TRC, além de decretos que limitaram a importação de produtos suntuários e exonerações parciais ou totais para maquinários (LUCAS, 2005; MAZA ZAVALA, 1964). Esperava-se que a gradual majoração na eficiência das indústrias venezuelanas suscitasse reduções apreciáveis sobre os custos de produção e conseqüentemente sobre o nível geral de preços, incrementando a ocupação de mão de obra junto à indústria, o nível geral de salários, o fluxo de investimentos privados e o intercâmbio comercial, com prioridade para o consumo de produtos nacionais (LUCAS, 2005; FURTADO, 2008). Aludindo razões de conveniência nacional, o programa industrial *puntofijista* se reservou à manutenção da tutela estatal sobre o fomento das indústrias siderúrgica, petroquímica e metalúrgica (inicialmente implementadas no período anterior), por exigirem grande volume de investimentos e atuarem como supridoras de artigos essenciais para a manufatura nacional (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

Na prática, a redemocratização do Estado sob a direção do setor industrial redundou na conversão da indústria petroleira como eixo principal do processo de acumulação nacional, bem como no incremento da arrecadação petroleira e ampliação do montante de beneficiários, transformando permanentemente a Venezuela em uma nação petroleiro-rentista (BAPTISTA, 2010 [1997]). Na ocasião da queda dos preços do barril, em 1959, o reincidente mandato de Rómulo Betancourt (AD, 1959-1963) procedeu importantes mudanças na legislação petroleira, ao elevar a taxa de imposto sobre a renda de 28,5% para 47,5% e alterar a distribuição do excedente petroleiro entre Estado e companhias de 52/48 para 65/35, além de promover a redução brusca no volume produzido (MEDINA SMITH, 2005; RIBEIRO, 2018; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Cabe ressaltar, ainda, a implementação do primeiro controle de câmbios da história moderna venezuelana (MEDINA SMITH, 2005).

Em lugar de reestabelecer a estabilidade financeira ante um contexto altamente deficitário legado pelos vertiginosos gastos ensejados por Pérez Jiménez e em meio à emergência de prematuras contradições junto à coalisão sustentadora do pacto, tais medidas repercutiram na intensificação da saída de capitais ao longo do período de 1958 a 1963, fato que comprometeu cerca de metade das reservas internacionais venezuelanas à época (MEDINA SMITH, 2005). Nesse contexto de crise conjuntural, a drástica redução da renda petroleira se traduziu na contenção do gasto público, redução da oferta

creditícia e ajustes substanciais nos salários dos trabalhadores petroleiros, produzindo uma inesperada contração do produto industrial, inédita desde 1941 (LUCAS, 2005). Cabe mencionar, ainda, a atuação desmobilizadora expressa pelo *Avenimiento Obrero Patronal* no tocante à neutralização de qualquer contestação ante a condução dos negócios petroleiros, assegurando a contenção das demandas da classe trabalhadora por meio de um restrito sistema patrimonialista de benefícios sociais (FERREIRA, 2012).

A articulação coletiva entre as principais nações petroexportadoras em torno da recém fundada Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁷, como aposta à estabilização do mercado petroleiro mundial e preservação de seus interesses frente às corporações petrolíferas, aceleraria os processos de intervenção pela desapropriação e nacionalização das jazidas ao longo da década de 1970 (CÍCERO, 2015; DUTRA, 2019; MOMMER, 1996). Concomitantemente, em correspondência à abordagem cepalina pela racionalização dos recursos e eficácia na execução das estratégias de desenvolvimento industrial na América Latina, a intenção planificadora e o comportamento mais intervencionista e tecnocrático assumido pela experiência *puntofijista* desembocaram no estabelecimento de novos mecanismos de regulação do setor petroleiro (LUCAS, 2005; FURTADO, 2008). Nesse sentido, destacamos a fundação, em 1959, da *Comisión Coordinadora de la Conservación y Comercio de Hidrocarburos*, órgão responsável por supervisionar a atuação estrangeira no que toca à comercialização e conservação de jazidas. Na esteira dela, observou-se a fundação de um conjunto de indústrias estatais intensivas em energia, tais como a *Siderurgica del Orinoco* (SIDOR) no ano de 1962 e a primeira estatal petroleira, *Corporación Venezolana del Petróleo* (CVP), em 1960 (CARRIZALEZ NAVA, 2015; FERREIRA, 2012; MOMMER, 1996). Por fim, cabe mencionar a fundação, no ano de 1969, da *Central de Coordinación y Planificación* (Cordiplan), encarregada da elaboração de estratégias de investimentos a médio e longo prazo mediante um planejamento nacional designado por *Planes de La Nación*, os quais abrangeram intervalos quadrienais de 1960-1963, 1963-1966, 1965-1968, 1970-1974 a 1976-1980 (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981).

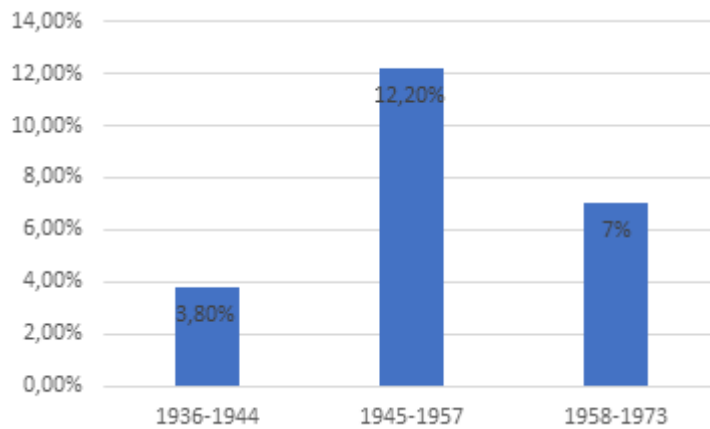
¹⁷ Em aberta contestação ao monopólio das transnacionais petroleiras, e na esteira dos últimos processos de descolonização em Ásia e África e do recrudescimento da Guerra Fria, a Conferência de Bagdá, celebrada em setembro de 1960 e contando com a participação de Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, procurava coordenar a produção visando a elevar o preço do barril e estabilizar o mercado mundial a partir da equiparação dos regimes fiscais e do estabelecimento de novos contratos, mais vantajosos aos países produtores. À época, os cinco países fundadores respondiam por noventa por cento do comércio internacional de petróleo. Posteriormente, se integrariam à OPEP Qatar (em 1961), Indonésia (1962), Líbia (1962), Emirados Árabes (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971), Gabão (1975), por fim Equador e Angola (2007) (DUTRA, 2019).

Acerca das alterações sociopolíticas inauguradas pelo pacto democrático-representativo *puntofijista*, Heinz Sonntag e Rafael de la Cruz (1981) destacam a progressiva incursão produtiva do Estado venezuelano enquanto patrocinador do projeto industrial, tendência muito evidenciada na ocasião das nacionalizações do ferro e do petróleo (1976), tendo se convertido a um subsidiário da acumulação privada de capital:

Es indudable que el Estado actúa con muchas de sus empresas como una suerte de subsidiario de la acumulación privada del capital, al encargarse de empresas poco o nada rentables o de fábricas que producen a bajo costo insumos para la industria privada o de industrias cuyo mantenimiento es del llamado interés social. Pero parece igualmente visible que el Estado empieza, al menos en algunos renglones, a comportarse como una fracción del capital y a entrar en competencia con el capital privado (SONNTAG; DE LA CRUZ., 1981, p. 934).

Parece claro que o retorno da democracia representativa na Venezuela pós-Peréz Jiménez significou a ampliação do pacto tático gestado em torno do desenvolvimento econômico capitalista dependente na Venezuela, expresso pelo avanço da classe industrial sobre o Estado, único financiador possível do projeto industrial, reforçando a relação capital privado-estatal e a orientação petroleiro-rentista do país. Ainda que o enorme peso desempenhado pelas estatísticas do petróleo ocultasse as dimensões reais do processo de industrialização, verificamos que, no período compreendido entre 1958 a 1973, o ritmo de crescimento do produto industrial, avaliado em 7% interanual, superou aquele registrado pelo produto interno bruto (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Ao longo do mesmo intervalo, haja vista o ligeiro crescimento da participação industrial junto ao produto de 11,8% para 14,25%, acompanhado pela ampliação dos níveis de produtividade do trabalho e de ocupação industrial (os quais acusaram, respectivamente, uma média de crescimento de 2,5% e 4,7% interanual), atribuímos aos positivos resultados industriais também um caráter qualitativo (LUCAS, 2005). Com efeito, do reestabelecimento de relativa estabilidade monetária a partir do período presidencial de Raúl Leoni (AD, 1964-1969), verificou-se a concentração cada vez maior dos investimentos públicos no setor secundário, que registraram um crescimento interanual de 5,1% (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Cobrindo cerca de 82% da demanda em 1968, as promissoras expectativas quanto ao pleno abastecimento do mercado interno pelas manufaturas nacionais sugeriram um eficaz cumprimento da primeira fase da política de substituição de importações, orientada ao provimento de bens de consumo, e sinalizaram o despontar de uma nova etapa industrial, pertinente à realização da substituição de artigos intermediários e de bens de capital (LUCAS, 2005).

Gráfico 1.2 – Taxa média de crescimento interanual (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de Lucas (2005).

Convém ressaltar, contudo, que logo se evidenciariam sinais de desaceleração do fôlego industrializador, atribuídos ao caráter desintegrado do complexo industrial nacional, à contribuição em baixos patamares deste em matéria empregatícia e junto ao volume de exportações, além da elevada saída de capitais em função da crescente importação de insumos e bens de capital (BANKO, 2005; BAPTISTA, 2010 [1997]; LUCAS, 2005). Sob a iminência do debilitamento industrial em razão da saturação do mercado interno e do estancamento da ocupação de mão de obra nas indústrias, Rafael Caldera (Copei, 1969-1974) operou a revisão dos requisitos de proteção industrial então implementados, encaminhando-os fundamentalmente às indústrias de bens intermediários (74%), com a predominância dos setores metalmeccânico e químico (LUCAS, 2005). O estabelecimento de núcleos industriais complementares como a *Corporación Venezolana de Guayana (CVG)*, centro promotor das indústrias de ferro, aço e alumínio orientado à descentralização da produção nacional e desenvolvimento regional, evidencia a afirmação do novo caráter de desenvolvimento nacional a partir do estabelecimento do potencial industrial de exportação como alternativa ao esgotamento da primeira etapa de substituição de importações (BANKO, 2005; FERREIRA, 2012; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Nestes termos, ao Estado coube a função de canalizar o crescente fluxo de investimentos estrangeiros, dos quais parte considerável corresponde à indústria manufatureira, aos propósitos da estruturação do sistema industrial exportador (LUCAS, 2005; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Visando a favorecer a inserção competitiva da produção venezuelana junto ao Pacto Andino, tanto em qualidade quanto em preço, e na medida em que se aplicava a nova política de substituição de importações,

atendendo às reivindicações da fração comercial-importadora pela supressão do sistema protecionista, foram detonados novos conflitos em torno do acesso aos fundos estatais (BANKO, 2005; CORONIL, 2013; LUCAS, 2005).

Dada a celeridade e as circunstâncias sob as quais se desenvolve a estrutura produtiva industrial e petroleira na Venezuela, depreendemos que o advento do projeto de industrialização e de incremento comercial por *Punto Fijo* significou o estreitamento de suas relações de dependência, em especial junto aos Estados Unidos (FERREIRA, 2012). Sem diferir significativamente das circunstâncias inauguradas pela ditadura *perezjimenista*, a acomodação de altos níveis de monopolização e estrangeirização junto à economia venezuelana, fundamentais para o comportamento consoante das classes dominantes dominadas em relação ao capital imperialista, permaneceria inalterada ao longo da experiência democrático-representativa de *Punto Fijo*, a despeito da propensão à planificação por parte do Estado. Na prática, dada a condição de proprietário das jazidas de petróleo legada pela reforma de 1943, a paulatina centralização das competências financeiras e produtivas pelo Estado acirrou sua participação econômica hipertrofiada *pari passu* à agudização da hiperconcentração do capital transnacional no setor exportador, petroleiro e industrial. Este fenômeno determinou a convergência de interesses entre a embrionária burguesia industrial e o capital transnacional, petroleiro e industrial, especialmente evidente no âmbito da construção civil, conformando os contornos oligopólicos assumidos pela produção industrial venezuelana paralelamente e em relação ao processo de integração de circuitos industrial-financeiros e comerciais privados (CORONIL, 2013; SONNTAG; DE LA CRUZ, 1981). Como exemplo, no contexto da ampliação da capacidade instalada da *Siderúrgica del Orinoco* (Sidor) em princípios da década de 1970, em que 78% da produção se exportava como minério de ferro não processado, 61% da totalidade dos investimentos foi proveniente do exterior, sob a forma de empréstimos que se destinavam a adquirir equipamentos (LUCAS, 2005).

Respondendo a mais da metade da produção mundial a princípios da década de 1970, a ação coordenada da comunidade de países membros da OPEP como reguladores da oferta mundial de petróleo produziu uma série de embargos econômicos visando ao endurecimento das negociações e à progressiva apreciação dos preços do barril, cujo preço médio passou de US\$3,71 em 1974 para US\$10,53 no ano seguinte, alcançando o seu ápice no período de 1982, a US\$27,47 – em valores não atualizados aos níveis do presente ano (BARROS, 2007; DUTRA, 2019; MOMMER, 1996). Contornadas as deliberações por parte do cartel das Sete Irmãs na fixação dos preços internacionais do

petróleo, que predominaram ao longo de cinco décadas, pressionando-os constantemente para baixo, os sucessivos aumentos nos preços internacionais do petróleo acarretados pelo desempenho da OPEP produziram, adiante, uma crise energética sem precedentes. Ditados em 1973 e 1979, os episódios designados por “choques do petróleo” (haja vista sua repercussão paralisante sobre as economias ocidentais) encarnariam o auge do uso das commodities como arma política e comercial, precipitado pela reação ao expansionismo sionista sobre a Palestina e Egito na ocasião da Guerra dos Seis Dias (1967) e da Guerra de Outubro (1973)¹⁸. Por sua vez, no caso venezuelano, sucedeu da expressiva apreciação do preço do barril um extraordinário crescimento da receita fiscal nacional, de 11,18 bilhões para 36,44 bilhões de bolívares entre 1973 e 1974, fator que, à época, tornou possível a expansão do gasto público sem o comprometimento do produto (CANO, 2002; BENEDITO, 2018).

Visando a assegurar condições mais favoráveis à arrecadação diante da iminente prescrição das concessões, programada para princípios de 1983, passou a vigorar a regulação dos investimentos estrangeiros nos marcos da *Superintendencia de Inversiones Extranjeras* (SIEX), em consonância à promulgação da *Ley de Bienes afectos a Reversión en las concesiones de hidrocarburos* em 1971 (CARRIZALEZ NAVA, 2015; LUCAS, 2005; MOMMER, 1996; RIBEIRO, 2018). Expresso como a antessala da nacionalização, tal marco regulatório validava a restituição pelo Estado de instalações em propriedade de companhias petroleiras atuantes em território venezuelano cujas concessões estivessem em vias de expiração (CARRIZALEZ NAVA, 2015; MOMMER, 1996). A seu curso, em razão da iminente expiração das concessões, a política fiscal expansionista conviveu com a descapitalização do setor petroleiro, já que, para auferir ganhos no curto prazo, as companhias petroleiras passaram a apelar tanto à ampliação da produção como ao desinvestimento no setor (MOMMER, 1996). No mesmo ano, Rafael Caldera promulgou a *Ley que Reserva al Estado la Industria del Gas Natural*, reservando ao executivo nacional controle sobre as operações relacionadas ao gás natural, importante insumo à indústria petroleira cuja captação está geralmente associada à própria extração de petróleo, inferindo sobre seu preço e designação produtiva. Carrizalez Nava (2015)

¹⁸ Por razões de coerência, optamos por referenciar tais conflitos a partir dos respectivos termos a eles atribuídos pela historiografia árabe. Para tanto, contamos com a gentil contribuição da militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Gercyane Mylena Pereira de Oliveira; do historiador, vice-presidente do Instituto Brasil-Palestina (Ibraspal) e autor de “Palestina: do mito da terra prometida à terra da resistência”, Sayid Marcos Tenório; e, por fim, de Houssam Shahine.

assinala que este marco regulatório esteve vigente até sua derrogação pela *Ley Orgánica de Hidrocarburos Gaseosos*, no ano de 1999.

Lograda a propriedade pública do subsolo e a progressiva apropriação de parcela crescente do excedente petrolífero, abre-se caminho para a nacionalização ou, mais exatamente, a um processo de estatização mediante a reivindicação da propriedade da indústria petrolífera pelo Estado venezuelano (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015; RIBEIRO, 2018). Estimulada pelo favorável contexto de brusca apreciação nos preços petrolíferos, foi promulgada a *Ley Orgánica que reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos*, que outorgava controle estatal sobre o mercado doméstico de hidrocarburos, sucedida pela estatização integral da indústria petrolífera a partir de 1º de janeiro de 1976 (CARRIZALEZ NAVA, 2015; CICERO, 2015; MOMMER, 1996; RIBEIRO, 2018). Veremos que, para todos os efeitos, a emergência da nacionalização da atividade petrolífera na Venezuela como desdobramento do processo de apropriação estatal de um recurso natural limitado e monopolizável guarda estreita relação com a orientação rentista do modelo de desenvolvimento em curso no país, a despeito de qualquer pretensão em se alcançar algum grau de soberania energética (MOMMER, 1996; BENEDITO, 2016).

Reservando ao Estado o domínio sobre o conjunto das atividades relacionadas aos hidrocarbonetos, desde as operações de exploração ao refino, os lineamentos da estatização petrolífera *puntofijista* determinaram a conversão das concessionárias estrangeiras em filiais operativas mediante a fundação da estatal *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), a 1976, na ocasião da presidência de Carlos Andrés Pérez (AD – 1974 a 1978) (BENEDITO, 2016). Em nome da racionalidade técnica, preservou-se a ingerência estrangeira sobre as decisões estratégicas nacionais a partir da admissão de convênios de assistência técnica e de comercialização junto às antigas concessionárias, da manutenção de contratos de associação com entidades privadas e de compensação às transnacionais pelos equipamentos e instalações estatizados¹⁹ (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015; RIBEIRO, 2018).

¹⁹ Atendendo às reivindicações da Fedecámaras e do grande capital petrolífero, a admissão de graves desvios pela comissão convocada por Carlos Andrés Pérez a fim de tornar consensuais os lineamentos da nacionalização venezuelana, tais como o acesso a informação privilegiada por meio dos convênios tecnológicos e comerciais, a constituição de empresas mistas em atividades legalmente reservadas à agência estatal e o pagamento de licenças e patentes aos monopólios transnacionais, desfigurou o sentido nacionalista previsto ao dito marco regulatório, tendo sido denunciado por uma série de intelectuais e especialistas a partir do documento: *Con los convênios tecnológicos las transnacionales siguen controlando la industria petrolífera – Remitido del 22 de mayo de 1977* (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015). O apelo, no entanto, não produziu qualquer reconsideração por parte do governo de Carlos

Assim, a alteração do regime de propriedade da indústria petrolífera na Venezuela resultou ser especialmente vantajosa ao grande capital petrolífero na medida em que não afetou significativamente a continuidade operativa junto às filiais vinculadas às grandes companhias extratoras, implicando ao vendedor, PDVSA, os riscos técnicos e comerciais relacionados às etapas produtivas mais onerosas, como exploração e prospecção (BENEDITO, 2016; CARRIZALEZ NAVA, 2015; RIBEIRO, 2018). Ademais, contraditoriamente, haja vista o monopólio comercial exercido sobre o mercado mundial pelas grandes petrolíferas, o processo redundou na neutralização da autonomia nacional sobre os preços de exportação junto aos contratos firmados entre a PDVSA e as companhias privadas, conquista atribuída à fundação da OPEP (BENEDITO, 2016; CARUSO, 2015). Compensada pelo auge petrolífero, a persistência das regras de apropriação da renda petrolífera nos termos anteriores à estatização, justificadas por seus pretensos efeitos sobre a ampliação dos níveis de investimento, não deteve o ritmo do revigoramento fiscal a despeito do impedimento prévio a que o Estado usufrísse de sua condição de único acionista para auferir dividendos (BENEDITO, 2016; MOMMER, 1996; RIBEIRO, 2018).

Resta claro que, para o caso venezuelano, o oportuno cenário de ampliação da capacidade de negociação dos países petrolíferos ao longo das décadas de 1940 a 1970 desembocou não na neutralização da renda petrolífera, mas no alinhamento às democracias liberais e no recrudescimento da dependência, comprometendo enormemente os direitos nacionais em favor dos interesses transnacionais. Ou seja, na prática, ao reproduzir os vícios legados pelo período concessionário, preservando o domínio transnacional sob

Andrés Pérez. No que toca às distorções produzidas pelos convênios tecnológicos e comerciais, nos termos de Maza Zavala encarados como constituidores de um enclave transnacional sobre a indústria petrolífera nacional, sublinhamos: “Os convênios de assistência técnica e de comercialização são complementários. Se, por sua parte, os primeiros propendem a perpetuar a dependência tecnológica da indústria petrolífera venezuelana, os segundos tendem a manter a dependência comercial em relação aos monopólios transnacionais, e entre ambos comportam uma enorme sangria de excedente econômico gerado na Venezuela a favor desses monopólios. [...] Em razão dos convênios tecnológicos, ‘assessores’ dos monopólios transnacionais atuam na direção comercial das empresas operadoras nacionalizadas, que são simplesmente ex-filiais desses consórcios. Assim, [por exemplo], funcionários da Exxon, sob pretexto de ‘serviços técnicos’, velam zelosamente na Lagoven pela aplicação do respectivo contrato de compra e venda de petróleo para aquele monopólio. Como tal convenio estabelece o compromisso da produção exportável da Lagoven quase exclusivamente com a Exxon, ao mesmo tempo que confere a esta poder de suspender as aquisições de petróleo na medida e conveniência que deseje, a principal operadora venezuelana queda à mercê da Exxon neste aspecto vital, e dá ao consórcio norte-americano uma arma de grande poder para defender seu ‘contrato tecnológico’, que é fonte de dominação e extração de lucros sem causa. Em suma, se o convênio de assistência técnica contribui para manter e reforçar a onerosa atadura comercial da Lagoven com a Exxon, o convênio de comercialização consagra e reafirma a ligação envolvida na suposta assistência técnica, complementando-se ambos os contratos para manter totalmente subordinada a Lagoven à Exxon (Maza Zavala apud BENEDITO, 2016, p. 163-164).

novos e mais lesivos mecanismos, restou comprometido o propósito de integração industrial e de diversificação produtiva projetado através da consigna *siembrar el petroleo*, centrada na atuação produtiva do petróleo como fonte de investimentos e de provimento de energia aos demais setores industriais (CARRIZALEZ NAVA, 2015; BENEDITO, 2016). Conforme o sentido atribuído por Benedito (2016), os desdobramentos autonomistas da reforma petroleira de 1943 e a experiência de nacionalização mutilada ou transnacionalizada de 1976 na Venezuela souberam acomodar os interesses do grande capital petrolífero ao limitarem-se à reivindicação de uma soberania rentista, alheia a ideais anti-imperialistas, anticoloniais e democráticos, como aqueles fomentados por experiências mais radicais, como a mexicana (1938) e a iraniana (1951). Porquanto conduzidas pelas elites dependentes e alheias à atuação ativa das classes trabalhadoras organizadas, a estreiteza característica das experiências de nacionalização brandas como a venezuelana perpetuou perdas econômicas qualitativas aos países petroleiros, correlativamente à ampliação do controle por parte das corporações transnacionais sobre as etapas superiores de elaboração do petróleo, em geral associadas à comercialização externa, logo, investidas de maior valor agregado (BENEDITO, 2016; DUTRA, 2019).

Assim, apesar dos esforços mais incisivos no âmbito da OPEP pela agência sobre os preços internacionais do barril, logrou ser exitosa a estratégia de incitação pelo grande capital petrolífero da concorrência entre os produtores petroleiros, como a partir do alinhamento dos países da Península Árabe aos centros capitalistas mediante o Acordo de Nova Iorque (1972), e de investimento junto à monopolização do transporte, comercialização e a tecnologia dos produtos refinados (BENEDITO, 2016; DUTRA, 2019). Concluímos, portanto, que a nacionalização do petróleo na Venezuela não implicou no recuo da participação estrangeira sobre os contratos de exploração petrolífera, sequer comprometeu seus lucros extraordinários, corroborando com o financiamento da expansão da indústria petroleira nacional mediante o incremento de sua dependência tecnológica e comercial aos grandes centros e da intensificação das remessas de capital em favor dos monopólios estrangeiros (BAPTISTA; MOMMER, 1990; BENEDITO, 2016; MEDINA SMITH, 2005; RIBEIRO, 2018).

Ao ritmo do crescimento do excedente petroleiro, verificou-se, ao longo do intervalo de 1973 e 1978, a mais acelerada expansão industrial já registrada na Venezuela, correspondendo ao crescimento médio do produto manufatureiro a 8,6% interanual, cuja cúspide abarcou 11,9% em 1976, numa participação que variou de 14,8% a 16,5% do

produto total, em meio a um contexto de maximização da produção petroleira e de grande apreciação cambial (DELGADO, 2018; LUCAS, 2005; FURTADO, 2008). Em tais circunstâncias, constatamos a partir de Delgado (2018) o comportamento compensatório entre os auges rentista e industrial na Venezuela, acompanhado do incremento da demanda e de breve expansão do nível de investimentos, especialmente em empresas públicas, e correlacionando-o ao contexto de crise do padrão industrial em vigência na América Latina. Por auge rentista, fica implícito que o contexto de abundância de divisas de meados da década de 1970 procedeu, sobretudo, do incremento nos preços petroleiros, permitindo ao Estado apropriar uma maior quantidade de renda e, através dela, desfrutar de certa defasagem temporal ante aos efeitos da crise no mercado mundial. Sobre este tema específico, trataremos com mais detalhes, nos termos de Osório (2012), na próxima seção.

Ao compensar a crescente disparidade entre os custos de produção a nível mundial, agudizada por déficits de produtividade engendrados pela assimilação de inovações técnicas pelas economias capitalistas centrais, passou a predominar na Venezuela a reaplicação dos excedentes financeiros em setores estratégicos orientados à exportação de produtos manufaturados, em especial o automobilístico, petroquímico, siderúrgico, alumínio e o de construção civil (DELGADO, 2018; LUCAS, 2005). Sobreposta à enorme facilidade de crédito e à alta inflação que acometia o dólar à época, a propensão à não desvalorização nominal do câmbio exacerbou o excesso de divisas no país que, por sua vez, suscitou a tendência à expansão da demanda efetiva e ao barateamento dos custos de produção (BARROS, 2013; CANO, 2002; DELGADO, 2018). Logo, por não responder a fatores produtivos, a expansão da demanda foi drenada ao consumo mediante aumento das importações, já que se tornava mais fácil e rentável importar que produzir, o que engendrou efeitos negativos secundários à produtividade, como a ampliação do excedente estrutural de mão-de-obra, já intensificada pela mecanização e automação do aparelho produtivo, e o rebaixamento dos salários (FURTADO, 2008; RIBEIRO, 2018). Em consequência da progressiva sobrevalorização cambial, o saldo exportador do setor industrial passou a acumular déficits, cuja pressão sobre a balança comercial, comprimida pelo crescente coeficiente de importações, contribuiu para a rápida deterioração no saldo de transações correntes²⁰ (FURTADO, 2008).

²⁰ “Dado o regime adotado, de câmbio fixo e de mercado livre, produziu-se uma rápida deterioração da conta corrente, que passou de um superávit de 7,76 bilhões de dólares em 1974 a um déficit de 5,73 bilhões

Funcional ao regime de acumulação rentista, os resultados logrados pela nacionalização desembocaram no reordenamento do padrão de rentabilidade nacional e consequente reorganização da aliança de classes no interior do pacto *puntofijista*, evidenciada pelo fortalecimento de novos setores associados às grandes corporações petrolíferas, animados pelo contexto de readequação das relações de dependência dos países periféricos. Assim, o auge rentista atuou revigorando a tendência empresarial do Estado, em sua atuação previamente protecionista, de cobrança de impostos sobre a exportação de produtos primários e engajamento direto na produção de bens primários e industriais, de forma integrada às agências e empresas públicas e assumindo função central junto à acumulação como principal agente produtivo da economia venezuelana (BANKO, 2005; CORONIL, 2013; MOMMER, 1990). Dito isso, o crescimento acelerado do aparato financeiro e produtivo do Estado suscitou a superestimação das perspectivas de crescimento econômico e de superação do subdesenvolvimento nacional, encarnadas pelo projeto *Gran Venezuela* no que toca ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais no conjunto da economia, respaldado pelo petróleo nacionalizado (FURTADO, 2008; LUCAS, 2005).

Resulta que a importância estratégica conferida aos hidrocarbonetos enquanto núcleo dinamizador da economia compeliu a formulação de um novo enfoque industrial além da indústria básica orientada à exportação, conduzido pelos grupos econômicos ascendentes e decorrente do reinvestimento da renda petrolífera na nascente indústria automobilística nacional (CORONIL, 2013). Erigida em torno da emissão de licitações para a fabricação local de motores e peças de veículos destinados à exportação, a política automotriz *adecista* procurou conciliar os antagonismos entre as intenções protecionistas do setor privado nacional e o abastecimento das grandes fabricantes estadunidenses, projetando sua realização sob a participação transnacional por meio de sua conversão em empresas de capital misto (CORONIL, 2013). Entretanto, dadas as restritas dimensões dos mercados venezuelano e andino, e a subsequente recessão provocada pela crise energética, o desempenho do setor automotriz venezuelano esteve condicionado à reestruturação de ordem organizativa e comercial, e sua orientação ao mercado externo

em 1978. No fim do período havia claros indícios de uma sobrevalorização real progressiva da taxa de câmbio, tendência que se acentuou durante os quatro anos seguintes” (LARRALDE *apud* FURTADO, 2008). Cano (2002), por sua vez, acrescenta que o deficitário balanço de transações correntes induziu à ampliação da dívida externa, cujo acréscimo em bilhões de dólares esteve avaliado de 6 a 23 entre 1975 e 1979 (CANO, 2002).

sucedeu disfuncional para a integração da indústria nacional, a exemplo do caso mexicano²¹ (CORONIL, 2013).

Contrariando as ilusões desenvolvimentistas, que justificavam a imprescindibilidade do capital estrangeiro para o financiamento da indústria nacional, dada a insuficiente mobilização de recursos internos, em Venezuela raras vezes predominou a associação entre o capital local e capitais estrangeiros, já que os últimos desfrutavam de equivalente tratamento protecionista para a importação de insumos (CARUSO, 2015; LUCAS, 2005). Constata Coronil (2013), em larga exposição, que o prematuro desenvolvimento da indústria automotriz não representou exceção à regra, comprovando a predileção do capital local por investimentos mais tradicionais e que lograssem retornos mais imediatos. Concomitantemente, o extenso volume de benefícios subtraídos da economia doméstica contribuía ao progressivo endividamento do país.

En Venezuela, el fomento a las exportaciones en esta etapa era más bien un medio para socavar una política proteccionista y para reducir la separación entre los sectores de ensamblaje y de partes y piezas, y no una estrategia de desarrollo en sí mismo, ya que el reciclaje de los petrodólares seguía definiendo la dinámica interna de la industria local y su papel en la industria nacional. [...] De hecho, la promoción estatal de las industrias intermedias con un potencial de exportación, junto a la rápida expansión de los proyectos que dependían de financiamiento, tecnología e insumos externos, consolidó una retirada no expresa del apoyo a la sustitución de importaciones. [...] El objetivo por alcanzar ya no fue el de integrar la industria automotriz y la burguesía local en el seno de la nación, sino vincular el capital local y el transnacional en el seno de las estructuras productivas globales (CORONIL, 2013, p. 350-352).

Veremos que o esgotamento deste modelo de acumulação, gestado pelo ciclo expansivo do modo de produção capitalista sob a sustentação do comércio internacional petrolífero e expresso a partir da queda tendencial da acumulação junto ao conjunto industrial até então proeminente, qual seja, indústrias de base e de produtos intermediários como a siderúrgica, elétrica, automobilística e, eventualmente, a petrolífera, reestruturaria a divisão internacional do trabalho em novas relações. Superado o breve intervalo de internalização produtiva decorrente da desorganização do mercado mundial pós-1945, assumimos o advento de uma fase recessiva marcada pela retração da capacidade de importação de bens intermediários e de capital necessários à produção industrial e por

²¹ No tocante aos paralelos entre o desenvolvimento da política automotriz venezuelana e a da indústria maquiadora mexicana, nas palavras de Coronil (2013, p. 350): “En ambos países los fabricantes de vehículos se opusieron a la integración local y a las medidas de racionalización de la industria (como los límites al número de firmas encargadas de la terminación y los modelos de vehículos) desde el inicio de la formulación de la política en 1962. Ello hizo inevitable la fragmentación y la dependencia externa de la industria.”

restrições junto à realização dessa produção sob a ótica de esgotamento da vigência do padrão de reprodução industrial diversificado, ainda assentado na capacidade primário-exportadora e, por extensão, submetido à deterioração dos termos de intercâmbio (MARINI, 1994; OSÓRIO, 2012). Para o caso venezuelano, a insuficiente compensação lograda pelo auge rentista escancarou a ineficiente incidência dos capitais industriais locais junto à estrutura produtiva nacional, que encontraram dificuldades para completar seu ciclo de valorização diante da expressiva dependência dos aportes petrolíferos e do desempenho desmobilizador da sobrevalorização cambial sobre suas exportações (BAPTISTA, 2010 [1997]; DELGADO, 2015). É válido o registro de que o robusto crescimento industrial outrora experimentado correspondeu sobretudo à atuação em plenas capacidades de instalações industriais já instaladas, justificando, adiante, o rebaixamento das políticas protecionistas em prol da ampliação produtiva e da constituição de novas plantas (LUCAS, 2005). Assim, constatados o arrefecimento dos níveis de investimento e a abrupta contração industrial a partir de 1977, registrando acréscimo de apenas 4% frente aos 11,9% alcançados no ano anterior, inaugura-se um período de transição, ainda em meio à alta nos preços do barril, que sepultaria o processo de industrialização tal como instituído no país caribenho até então.

1.3: A *Apertura Petrolera* como reconfiguração *puntofijista* ao eixo neoliberal e a emergência do bolivarianismo

Na seção anterior, coincidindo com a reorganização do mercado mundial sob a égide estadunidense pós-1945, perpassamos as características fundamentais da primeira fase acumulativa, que consistiu em pujantes impulsos sobre o mercado interno procedentes do aproveitamento da renda diferencial petrolífera, os quais acrescentam à capacidade produtiva nacional sem incitar a correspondente contrapartida da demanda doméstica, tampouco a possibilidade de escoamento ao mercado externo. O esgotamento deste padrão ocorreu, como vimos, na ocasião do auge rentista, isto é, no ápice da capacidade de captação dos proventos petrolíferos pelo Estado, catapultado pela estatização petrolífera e pelo endividamento externo pautado na produção futura. Expressa pelo profundo descompasso entre as variáveis consumo e produção doméstica, a dramática disparidade da relação capital-produto na Venezuela, cerne do argumento de Baptista (2010 [1997]) acerca de uma suposta paralisação da dinâmica de acumulação rentística, alude às contradições gestadas junto à frágil rentabilidade do capital privado

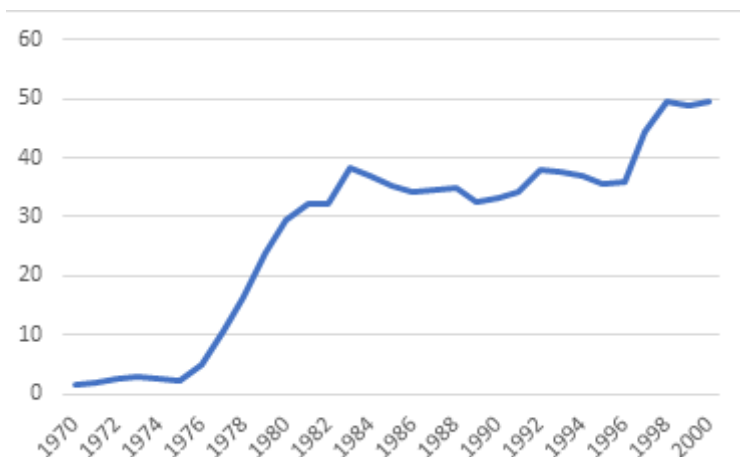
em face da magnitude representada por um capital de origem “exógena”, a qual não poderia ser corrigida mediante o fomento à restauração produtiva pelo mero aumento da demanda. Assim, segundo o autor, a artificialidade do capital doméstico seria escancarada na medida em que o Estado se torna mais preeminente, incapaz de sustentar o ritmo da acumulação até então prevalecente.

Em nosso entender, articulada ao espraiamento da crise estrutural a finais dos anos 1960, sobressai o advento de uma fase recessiva marcada pela retração da capacidade de importação de bens intermediários e de capital necessários à produção industrial e por restrições junto à realização desta produção, sinalizando os efeitos de um esgotamento do padrão de reprodução industrial vigente, ainda assentado na capacidade primário-exportadora e, por extensão, submetido à deterioração dos termos de intercâmbio (MARINI, 1994; OSÓRIO, 2012). Vimos que o estabelecimento deste padrão surtiu como recurso à reprodução ampliada da dependência, em especial quando do incremento da associação entre o capital industrial nacional ao capital estrangeiro como solução à carência de divisas, incidindo desfavoravelmente sobre os mecanismos de apropriação do valor no âmbito da acumulação mundial (OSÓRIO, 2012). Dada a fugacidade das melhorias sociais em um contexto dependente, simultaneamente à ampliação das funções estatais, acentuaram-se os traços estruturais herdados da quadra histórica passada, produzindo efeitos devastadores sobre o nível de vida de vasto contingente populacional. Assim, resulta patente o agravamento da concentração da renda nacional, a proletarização de amplos contingentes populacionais, o clientelismo sustentador do consumo nacional, a atrofia agroalimentar e o acirramento da repressão política às organizações populares e movimentos sindicais (CARUSO, 2015).

Embora o caso venezuelano não repousasse imediatamente sobre a carência de divisas, é emblemático o incremento da dívida externa no período destacado, quando o governo aproveita o auge dos preços petrolíferos para aumentar a emissão de títulos da dívida, a qual havia saltado, em valores atualizados, de US\$ 2,29 a espantosos 24 bilhões no intervalo de 1975 a 1979 (CANO, 2002; CARUSO, 2015). Frente ao quadro de contração econômica e de debilitamento do setor industrial, as dificuldades em sustentar a produção frente à elevada demanda interna, estimuladas, ainda, pela apreciação da moeda, suscitaram um incremento indiscriminado de importações, conduzindo ao desequilíbrio da balança comercial (BANKO, 2005; BAPTISTA, 2010 [1997]). Dali em diante, é possível constatar o predomínio de pronunciada queda de investimentos públicos na indústria básica, coincidindo com a reorientação destes às indústrias de exportação de

recursos minerais estratégicos (BANKO, 2005; LUCAS, 2005). O Gráfico 1.3 a seguir ilustra parte desse cenário, com foco na evolução da dívida externa acumulada.

Gráfico 1.3 – Total da dívida externa acumulada, DOD US\$ a preços atuais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (2022).

A exemplo das demais formações dependentes latino-americanas, a ampliação da produção interna de valores de uso na Venezuela prescindiu da transformação das condições de produção, isto é, do desenvolvimento do setor de bens de capital, fator que atribui à industrialização venezuelana um caráter intensivo de capital e de forte dependência de insumos e maquinário estrangeiro. Apesar do alargamento do mercado doméstico marcado pelo rápido processo de urbanização do país, a lenta absorção da mão de obra local e a baixa capacidade de realização da produção internamente corroboraram para que o consumo da classe trabalhadora não fosse determinante ao ciclo do capital, já que o incremento da renda produzido pela expansão dos salários se deu de forma concentrada e a realização da principal mercadoria produzida, o petróleo, se dava sobretudo no mercado externo (FERREIRA, 2012).

Evidência incontestável do predomínio da cisão nas fases do ciclo do capital junto à estrutura produtiva industrial-dependente, a saber, o divórcio entre as esferas de produção e realização do valor próprio do ciclo de acumulação dependente, a produção interna de bens de consumo necessários à reprodução da vida da classe trabalhadora não prevalece junto à internalização da produção industrial, ao passo que o consumo das frações de classe mais abastadas, que se apropriam de parte do valor, tende a ser satisfeito com importações, orientando a produção nacional aos bens de consumo suntuários (MARINI, 2011[1973]). Isto posto, como compensação à cisão do mercado interno, o esforço de

ampliação da produção exportável recai sobre a superexploração da força de trabalho e a disparidade entre o nível médio da produtividade e os salários monetários cristaliza, mediante os subsídios²² estatais, a prática de distribuição discricionária dos ingressos petroleros, visando a reparar tanto a baixa capacidade de consumo de grande parcela da população quanto o parco alcance dos investimentos privados (FERREIRA, 2012). Da frequente subtração da mais-valia angariada na esfera do comércio mundial, seja por meio de sua conversão em demanda de bens importados (consumo improdutivo), seja por meio dos mecanismos de drenagem de valor predominantes, resultou a enorme vulnerabilidade fiscal e a permanente descapitalização do Estado venezuelano, que constantemente recorre a mecanismos de financiamento externo assentados sobre a renda petrolera futura.

O estabelecimento do eixo capitalista sobre bases neoliberais surge, então, como novo paradigma das relações sociais de produção, orientado à reconfiguração das cadeias globais de valor a partir da reversão das tendências técnico-organizacionais próprias do pós-guerra. Partindo da perspectiva compartilhada por Duménil e Lévy (2014) e Mészáros (2011), concebemos tal reviravolta como o esforço de consolidação hegemônica estadunidense frente ao cenário de queda da lucratividade dos setores produtivos globais ao longo da crise estrutural na década 1970, evidenciado pela suspensão da conversibilidade ouro-dólar e pela monopolização da moeda estadunidense como principal meio de circulação de mercadorias mundialmente.

A emblemática atuação do Federal Reserve em favor da recentralização do capital através do brusco aumento da taxa nacional de juros como medida de contenção inflacionária nos Estados Unidos, haja vista a profunda desvalorização da moeda estadunidense, conduziu, por sua vez, à sucessão de desvalorizações cambiais e crises inflacionárias junto às economias dependentes latino-americanas, cujo crescimento já se encontrava condicionado pelo capital externo, precipitando a emergência da crise da dívida no continente a partir de 1982 (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). Principais beneficiárias dos fluxos de juros, as grandes corporações financeiras internacionais colecionariam níveis de lucratividade significativos, responsáveis por assentar o novo processo de valorização do capital em torno do mercado de ações. A abrupta reversão do ciclo

²² Sujeita às contínuas oscilações da inflação e aos altos preços da *canasta básica*, em larga medida derivados de um quadro de deterioração da produção agrícola tradicional, a crescente participação do setor público junto ao consumo interno revela as enormes dificuldades enfrentadas pelo povo venezuelano para garantir a própria subsistência na medida em que a dependência se aprofunda (FERREIRA, 2012).

expansivo do capital, fomentada pela forte elevação da taxa de juros internacionais, produziu uma súbita interrupção do fluxo de petrodólares, a qual, em convergência com o significativo colapso dos preços²³ petroleiros à época, exacerbou enormemente as debilidades na balança de pagamentos venezuelana.

Na esteira da fuga de capitais, a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio levou à adoção da estratégia de depreciação cambial, ampliando as expressões da dependência venezuelana a um cenário de escassez de divisas e à constituição de uma dinâmica de extremos cambiais, ou seja, de valorização e desvalorização subsequentes, que subordinasse os ciclos de preços e a disponibilidade de divisas aos fluxos financeiros (FURTADO, 2008). As distorções junto à estrutura de preços relativos, derivadas da permanente volatilidade fiscal, corroboraram, por extensão, a expressiva corrosão salarial e a retração dos principais indicadores sociais, agravando vertiginosamente as condições de vida do povo venezuelano. Não nos parece casual, portanto, que o curso do salário real, fundamental à subsistência da classe trabalhadora venezuelana, tenha declinado drasticamente ao fim da década de 1970, sendo momentaneamente interrompido nos primeiros anos da década de 1990, e, desde então, sua contração não tenha sido revertida (BAPTISTA, 2010 [1997]). Haja vista a contínua desvalorização do preço do barril, e apesar dos inócuos resultados logrados desde a fixação cambial e a prática de esterilização de divisas, que visassem conter os efeitos do câmbio sobre a crescente inflação, foi deflagrada pelo governo de Luis Herrera Campins (Copei – 1979 a 1984) a drástica desvalorização do *bolívar*, episódio conhecido como *Viernes Negro* e que corresponde à primeira tentativa de aplicação de medidas de ajuste macroeconômico no país caribenho (BANKO, 2005; LÓPEZ MAYA, 2005).

À época, já se anunciava a hegemonização do capital financeiro que viabilizasse novos matizes da integração do sistema produtivo dependente como alternativa às exigências da acumulação capitalista pelos grandes centros, tendo assumido centralidade na reprodução ampliada do capital o sistema da dívida pública associado à reestruturação produtiva em torno da especialização em *commodities* industriais de baixo valor agregado (AMARAL, 2012; BREDA, 2020). Assim, na esteira da crise estrutural dos centros capitalistas, a constituição de um regime de valorização orientado pela ampliação da produtividade do capital sobre a do trabalho, haja vista a realocação do capital da esfera

²³ “O preço do barril de petróleo, em valores atualizados ao nível de 2009, caiu de US\$90,5 por barril de Brent, em 1980, para US\$60, em 1983, e para US\$26,5 em 1986 (valores atualizados para o ano de 2010)” (BARROS, 2013, p. 103).

produtiva à financeira, que submetesse quase que integralmente a condução monetária e fiscal nacional, em nome da estabilização monetária e do controle inflacionário, à remuneração dos segmentos financeiros, ou seja, aos lucros dos grandes grupos rentistas, é apontada por Amaral (2012) como a tônica do novo ciclo histórico que começa a emergir. Por suposto, essa transição conduziu a um incremento sem precedentes da dívida externa venezuelana, e, adiante, em prol da geração de superávits comerciais, conformar-se-ia uma das características centrais de um novo padrão, a saber, a exacerbação do viés exportador especializado em produtos primários.

Quanto ao amadurecimento²⁴ do caráter rentístico da economia venezuelana, assentado nos rendimentos procedentes dos direitos de propriedade estatais sobre a exploração petrolífera, o deslocamento do eixo de acumulação capitalista à lógica especulativa-financeira nos leva a sustentar, para o caso venezuelano, a correspondência entre a perpetuação do regime de acumulação petroleiro-rentista sob a égide da valorização financeira a partir da exacerbação do capital transnacional sobre o setor petroleiro. Resta mencionar, ainda, que o novo escopo de subordinação às altas finanças em matéria de política monetária também contou com a liberalização dos juros pagos ao sistema financeiro, então aplicado em empréstimos de duvidosa necessidade, encerrando a Venezuela em um ciclo externo de endividamento de proporções inauditas.

Ainda que a recuperação das exportações petroleiras suscitada pela abrupta alta dos preços do barril desde a Revolução Iraniana e, posteriormente, pela emergência do conflito entre Irã e Iraque, tenha postergado momentaneamente o ensaio ao neoliberalismo, o lançamento da Comissão para a Reforma do Estado (COPRE) pelo governo de Jaime Lusinchi (AD – 1984 a 1989) demonstrava a disposição do *puntofijismo* pela implementação de reformas neoliberais, aceleradas quando do acirramento da crise (BARROS, 2013; LUCAS, 2005). A incontornável reativação da demanda doméstica desde o breve fôlego obtido nos níveis de investimento e de consumo, mediante a aposta em políticas recessivas e de contração da atividade interna, inevitavelmente conduziria ao estímulo às importações, atualizando o intercâmbio desigual e reforçando os mecanismos de transferência de valor. Esse cenário corroborou com a conversão do

²⁴ “El capitalismo rentístico llegaba a su madurez cuando sus límites, circunscritos por el mercado nacional, se erigían como obstáculos al desarrollo de las fuerzas productivas. Antes de iniciarse esta nueva etapa, sin embargo, el extraordinario auge de la renta en la década de los setenta hizo posible que se insistiera en la integración unilateral [importadora, por parte de Venezuela]. Y es sólo con la caída de la renta, a lo que se une la cuestión de la deuda pública externa, cuando comienza la nueva etapa que ya se vislumbraba desde años antes: la integración productiva con el mercado mundial a través de la exportación de todo género de bienes” (BAPTISTA; MOMMER, 1990, p. 19-20).

modelo de desenvolvimento então erigido em bases protecionistas e distributivas à irrestrita implementação do pacote de ajustes recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) como solução para a crise, ainda nos marcos de *Punto Fijo* (BARROS, 2013; CICERO, 2015).

Em perspectiva, a breve reversão do quadro de escassez de divisas e o fôlego econômico condicionado pela retomada dos fluxos de capitais decorrentes da adesão ao receituário neoliberal conduziu a um cenário inicial de apreciação cambial e recuperação inflacionária em grande parte do continente no início da década de 1990, à exceção da Venezuela (FURTADO, 2008). Frente aos desfavoráveis termos de intercâmbio até o final da década de 90, coube aos fluxos financeiros, atraídos pelo diferencial entre as taxas de juros e pela expectativa de reestruturação da dívida, o protagonismo sobre a apreciação do câmbio, utilizada como âncora dos preços (FURTADO, 2008). Assim, muito embora a nova conjuntura prontamente voltasse a induzir os mesmos problemas estruturais engendrados pela carência de capitais ao longo da década anterior, como demonstrado pela sequência de colapsos cambiais em México (1994-1995), Brasil (1999), Argentina (2001) e Uruguai (2002), no caso venezuelano, a acentuada sinuosidade dos preços petrolíferos exacerbava a já profunda deterioração dos termos de troca e, por extensão, a tendência à flutuação cambial permanente, agudizando a vulnerabilidade econômica do país frente à excessiva abertura financeira e à mobilidade de capitais (FURTADO, 2008).

Em nome da reestruturação da dívida, justificou-se a adesão a uma ampla abertura externa que viabilizasse a fluidez dos movimentos do mercado. A partir do anúncio do *VIII Plan de la Nación* ou *Gran Viraje* pelo segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), outrora o maior símbolo do projeto desenvolvimentista estatal venezuelano, o cumprimento de uma série de medidas tais como a desregulamentação do controle de preços, incremento de tributos públicos e de privatizações²⁵ e a eliminação de subsídios aos alimentos e à gasolina significou o desmantelamento da rede protecionista que norteava o modelo de desenvolvimento *adeco-copeyano* (BANKO, 2005; FERREIRA, 2012). Partindo do diagnóstico de que o desequilíbrio das contas externas derivaria das

²⁵ Cabe ainda destacar que, conforme salientam Cano (2002) e Caruso (2015), boa parte dos recursos obtidos via privatizações (cerca de US\$ 6,2 bilhões no intervalo de 1989 a 1999) foram designados à amortização dos juros da dívida, em grande medida contraída entre 1973 e 1979, ou seja, auge do *boom* petrolífero, quando o governo aproveitou o auge dos preços para aumentar a emissão de títulos da dívida pública, a qual havia saltado de US\$ 6 a espantosos 23 bilhões entre 1975 a 1979 durante o primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez (1974 a 1978), em valores não atualizados.

distorções produzidas pelo modelo de industrialização substitutiva, a adesão de Pérez às políticas de ajuste retificou a independência do BCV em relação ao executivo, produzindo a liberalização da taxa de juros e atenuando o controle estatal sobre os investimentos estrangeiros, cujo ingresso passara a ser regulamentado via conversão em títulos da dívida pública (BANKO, 2005; CANO, 2002; LUCAS, 2005). O aprisionamento da política econômica venezuelana a tais recomendações propiciou extraordinários lucros aos especuladores rentistas através do incremento da taxa real de juros, mantida sob diferenças mínimas junto aos mercados internacionais, e da intensificação dos depósitos em moeda estrangeira no exterior, além de paralisar qualquer investimento alheio ao setor petrolífero, abortando permanentemente os investimentos *puntofijistas* à indústria nacional não-petrolífera (CANO, 2002).

O *paquetazo* de Pérez instituiu, ainda, um desvantajoso regime fiscal que privilegiava a liberalização comercial em desfavor do mercado doméstico através da eliminação de barreiras não tarifárias, da simplificação das tarifas de importação e do abrandamento dos tributos sobre a extração do óleo pesado, cuja arrecadação passou a incidir sobre os royalties em lugar do volume produzido (BANKO, 2005; LUCAS, 2005). Barros (2007) evidencia que, pouco a pouco, a nova estratégia fiscal acelerou a mitigação dos níveis do benefício correspondente ao Estado advindo das exportações petrolíferas, apesar do crescimento da receita. Se, no ano de 1981, os ingressos brutos produzidos pelas exportações petrolíferas haviam acumulado US\$ 19,1 bilhões, gerando ao Estado venezuelano cerca de US\$13,9 bi em impostos, nos anos 2000, a arrecadação alcançou apenas a marca de US\$11,3 bilhões, embora a receita pela exportação do óleo totalizasse US\$ 27,3 bilhões na ocasião.

Instituiu-se, ainda, o rompimento com o regime de câmbio fixo em favor da livre conversibilidade do *bolívar* a partir da instituição de mecanismos de bandas de flutuação cambial de 7,5%, os quais seriam mantidos pelo governo bolivariano durante os primeiros anos da administração Chávez, até a estabilização macroeconômica em 2003 (CANO, 2002; FERREIRA, 2012). Consecutivamente ao emprego da flexibilização cambial, em tese, responsável por amparar a balança comercial²⁶ ao longo do processo de abertura,

²⁶ Classificado por Cano (2002) como não tendencial, o comportamento da balança comercial seguia em um movimento contínuo de sístole e diástole, ditado pela dinâmica econômica de extremos cambiais. Quanto às importações, durante a abertura “contraem-se em 40% entre 1988 e 1990, pela violenta recessão e desvalorização cambial; sobem em 1991/93, pela valorização do câmbio e pelo alto crescimento do PIB; voltam a cair em 1994/95, de novo pela desvalorização e pela recessão, subindo novamente em 1997/99, principalmente pela alta valorização cambial” (CANO, 2002, p. 105). As exportações de petróleo extrapesado, à revelia, recuavam na medida em que se agudizava a crise, muito embora constituíssem ainda

verificamos a avultosa promoção das importações de bens de consumo em 73% e a retração das de bens de capital em 30%, conduzindo à depreciação na formação líquida de capital fixo e, por extensão, a constituição de um quadro de forte paralisia no processo de acumulação de capital (FERREIRA, 2012). Sujeitos às flutuações do mercado petrolífero e às oscilações cambiais, os resultados da balança comercial, marcados por modestos superávits até 1998, passariam a ser cada vez mais pressionados pelo deficitário saldo de transações correntes, haja vista as crescentes drenagens de recursos em serviços da dívida e remessas de lucros, as quais, em bilhões, somavam US\$ 9,3, enquanto os investimentos diretos apenas US\$2,6 no ano de 1996 (CANO, 2002).

O curto fôlego propiciado pela elevação dos preços do barril desde o advento da Guerra do Golfo (1989/1991) antecedeu a deflagração de uma recessão ainda mais intensa no país, predominante ao longo de 1993 a 1997. Sob a égide das políticas neoliberais, restaram dramáticas ao desempenho econômico e produtivo as repercussões do agudo descompasso entre os principais fatores de produção (trabalho e capital), detidamente, o declínio dos salários e o incremento de lucros e dividendos, além da brusca redução dos investimentos públicos e privados e da brusca redução da receita auferida pelo Estado (BENEDITO, 2016). A repercussão da tendência ao recuo na taxa de acumulação da produção interna foi particularmente impactante ao setor não-petrolífero, que não dispunha de capital próprio a ser reinvestido, até que a compensação suscitada pelos excedentes petrolíferos restasse insuficiente para conter as sucessivas baixas na produção (FERREIRA, 2012). Assim, no princípio de 1989, o pronunciado recuo de 8,3% experimentado pelo produto transmitiu ao circuito industrial uma regressão da ordem de 14,4%, provocando, na ocasião, contundente impacto sobre grande parte dos setores²⁷, à exceção daqueles com emprego de níveis mais baixos de tecnologia (circuito alimentício e de materiais não ferrosos) (BANKO, 2005; BENEDITO, 2016; VERA, 2009). Correspondendo à mais profunda crise experimentada pelo setor industrial venezuelano até então, vulgarmente referida por desindustrialização, também procedeu deste cenário grande volume de falências, elevada capacidade ociosa na indústria, além de um grave quadro de desabastecimento, tendências que se agudizariam nas décadas posteriores (BANKO, 2005; LUCAS, 2005; MEDINA SMITH, 2005).

81% das exportações totais, desbancadas pelo maior protagonismo das exportações não-tradicionais, majoritariamente de bens primários (BARROS, 2013).

²⁷ Banco (2005) estima desempenho negativo sobre os setores alimentício (-4,7%), calçados (-6,8%), bebidas (-18,3%), além das indústrias básicas de ferro e aço (-11,2%) e minerais não metálicos (-17%).

Acerca das graves consequências produzidas pela abertura comercial à indústria nacional, destaca Banko (2005):

Los datos precedentes evidencian que se produjo un verdadero desplome de la industria como consecuencia de la caída de la demanda, de los altos niveles de inflación, las elevadas tasas de interés y los incrementos en los costos de servicios en general. La situación se agravó por los recortes presupuestarios de PDVSA y las industrias básicas de Guayana (CVG), lo que incidió negativamente en los sectores industriales privados que estaban vinculados con aquellas empresas. A ello se agregó la ausencia del tradicional apoyo del Estado en cuanto a las compras de artículos manufacturados venezolanos. Por otra parte, la industria sufrió un fuerte impacto debido a la apertura comercial que permitió la introducción de multiplicidad de productos extranjeros (BANKO, 2005, p.45).

Diante da aguda recessão, a crescente instabilidade social, cujo ápice foi expresso pela culminação de uma série de protestos espontâneos em fevereiro de 1989, por duas tentativas de golpe de Estado em 1992 (ambas assumidas por Hugo Chávez), e, finalmente, pela deposição de Pérez por corrupção em 1993, tornou evidente que a correlação de forças então vigente perdera a capacidade de acomodar as contradições dispostas em *Punto Fijo*, defrontadas pelo numeroso contingente de trabalhadores precarizados nos *barrios* de Caracas.

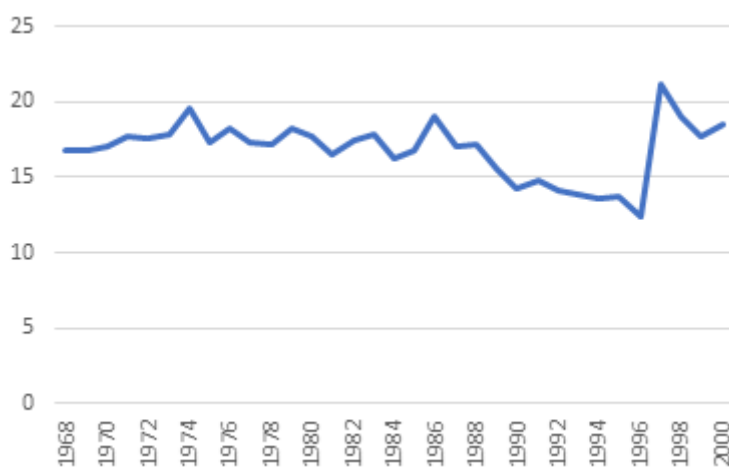
Nesse ínterim, conforme constata Ferreira (2012), a contundente resposta dos setores da classe trabalhadora venezuelana mediante a violenta irrupção que inaugurou uma situação pré-revolucionária no país, denominada *Sacudón* ou *Caracazo*²⁸, perpassa necessariamente a deterioração dos níveis de consumo, dinamizado pelas benesses do petróleo desde o fim da concessão dos subsídios governamentais, bem como dos poucos programas sociais direcionados às classes mais vulneráveis, os quais, uma vez subordinados aos resultados econômicos, sucumbiram precipitadamente frente aos

²⁸ O espontaneísmo inerente ao conjunto de revoltas populares denominadas por *Caracazo* surpreendeu tanto os grupos políticos críticos à *puntofijo*, que não souberam como direcioná-lo, quanto a capacidade repressiva do próprio Estado (BARROS, 2013). Acerca do *Caracazo*, declara Coronil (2013, p. 455): “En ese contexto, Pérez aumentó el precio de la gasolina, el más barato del mundo, para comenzar a acercarlo a los niveles del mercado mundial. El gobierno asumía que esta medida se aceptaría como un paso económico razonable, por lo cual no preparó a la población antes de aplicarla. Pero en la petrodemocracia venezolana, [...] al violar lo que la gente consideraba su derecho por nacimiento, quebraba un vínculo moral de protección entre Estado y pueblo. En respuesta a esta medida, el 27 de febrero los propietarios privados de ómnibus y camionetas duplicaron sus tarifas [...]. Afectados por el gobierno y por el sector privado, los trabajadores y los estudiantes, que hacían uso del transporte, dieron inicio a protestas espontáneas que pronto se ampliaron hasta llegar a ser motines y saqueos masivos, que crecieron desde las tiendas de los barrios populares hasta llegar a los centros comerciales de Caracas y de otras ciudades. Durante dos días, cientos de miles de personas de la capital y otras ciudades participaron en este levantamiento colectivo; [...]. El gobierno, pasmado, solo logró controlar las calles tras suspender las garantías constitucionales, arrestar a varios miles de personas e imponer el Estado de sitio. La revuelta, de cinco días, fue la mayor y la más violentamente reprimida de las que se han realizado contra un conjunto de medidas de austeridad en toda la historia latinoamericana”.

câmbios estruturais engendrados pela economia política neoliberal. Lançando mão do argumento de Coronil (2013) relativo à estreita correspondência entre a consolidação da unidade nacional e o seu engajamento econômico subordinado enquanto uma nação petroleira, deduzimos que, uma vez desgastado o compromisso rentista assumido pelo Estado, incorreu-se na supressão da própria autoridade estatal. Em resposta à crise institucional, haja vista o crescente endividamento público, a acirrada defesa pela racionalização do gasto público e pela privatização das empresas estatais buscou desvincular do ônus da dívida os capitais privado e estrangeiro, imputando-a ao conjunto da classe trabalhadora venezuelana (CARUZO, 2015).

Frente a este cenário de desequilíbrio externo, a contraparte do processo de privatização seria a política de captação de capitais internacionais. Visando a acomodar a majoração da incidência de capital estrangeiro como compensação à insuficiência do orçamento público, as medidas liberalizantes ensejadas por meio do programa *Agenda Venezuela*, na ocasião da segunda presidência de Rafael Caldera (Copei – 1994 a 1999), assentaram em definitivo a reforma *puntofijista* às premissas do Consenso de Washington. Comparecem, desde então, o redimensionamento estatal via descentralização de serviços públicos, a ampliação das privatizações dos circuitos de alumínio (Alcasa, Carbonorca, Venalum), ferro e aço (Sidor, Fesilven), além da flexibilização das leis estatizantes sobre setores estratégicos antes intocados pelo capital privado, como a indústria petroleira e a petroquímica (LUCAS, 2005). Paralelamente à consolidação de tais disposições liberalizantes, a sustentada contração da indústria não-petroleira agudiza o declínio do emprego industrial e estimula o incremento das importações, que passam a satisfazer de 30,5% a 39% do total da demanda interna no intervalo de 1994 a 1998 (BANKO, 2005). Cabe a ressalva de que o bom desempenho obtido pelo produto manufatureiro nos anos de 1995 e 1997 (gráfico 1.4), derivado, em grande medida, da robusta incidência de investimento estrangeiro naquele ano (gráfico 1.2), não se repetiria nos anos seguintes, frustrando as expectativas em torno da reversão do quadro de contração.

Gráfico 1.4 – Industrialização (manufatura; valor agregado em % do PIB)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (2022).

Já o Gráfico 1.5, a seguir, demonstra a significativa exacerbação da exportação de capitais no período referido.

Gráfico 1.5 – Estimativa de fuga de capital segundo dados do Banco Mundial, em milhões de dólares (100:1995)



Fonte: Medina Smith (2005).

Com Teodoro Petkoff à frente da pasta de planejamento, a austeridade de Caldera acenava para a estabilização cambial e para o controle do quadro inflacionário, cujo ascendente ritmo alcança 885% entre 1994 e 1998, além da contenção da acentuada retração do setor privado não-petroleiro, tendência acelerada pelo debilitamento do

sistema bancário²⁹ naquele ano (BANKO, 2005; BARROS, 2013; LUCAS, 2005). Previsto o processo de privatização de entidades bancárias públicas pela proposta de desregulamentação financeira (notadamente da *Cooperación Venezolana de Fomento*, em 1946), com o objetivo de facilitar o acesso, pelo mercado interno, às linhas de crédito para financiamento de grandes projetos de infraestrutura nacional, coube ao Estado se encarregar da amortização dos juros passados até que se produzisse, a longo prazo, a redução nominal dos serviços da dívida (BARROS, 2013). Na prática, todavia, a liberalização do sistema financeiro tornou os entes federativos reféns das linhas de crédito de bancos internacionais e agências de financiamento externo, cuja concessão permaneceria condicionada à aplicação das medidas de ajuste, fato que contribuiu para o acréscimo do endividamento externo e para a contração das atividades não-petroleiras (CARUZO, 2015).

Pretendendo mitigar o contundente impacto do corolário neoliberal sobre os ingressos nacionais e conter o cenário de agitação social, a *Agenda Venezuela* de Caldera passou a apostar em um maior controle sobre a capacidade produtiva petroleira associada ao reestabelecimento de um regime fiscal menos desvantajoso, que privilegiasse o pagamento de dividendos exclusivamente ao Estado (PÉREZ, 2012). Correlativamente, a cumplicidade entre os interesses do capital estrangeiro e da burocracia da PDVSA converteu-se no processo de internacionalização da companhia. Dentre as reformas concernentes ao setor petroleiro anunciadas pelo processo de *Apertura Petrolera* (1992-1998), destacamos, pois, o processo de internacionalização da PDVSA, que restringiu a ingerência estatal junto ao setor de hidrocarbonetos e logrou uma estrutura regulatória orientada à minimização dos ingressos fiscais petroleiros, privilegiando a exportação de seus excedentes através de vantajosos preços de transferência³⁰ (MOMMER, 2013).

²⁹ No que diz respeito às debilidades apresentadas pelo sistema bancário na ocasião, Caruso (2015) aponta a compatibilidade entre o capital bancário e o setor monoexportador petroleiro, já que, a rigor, a conformação do setor bancário nacional esteve intrinsecamente relacionada à captação das divisas logradas pela exploração do petróleo. Sob o aporte da renda petrolífera, o setor bancário conheceu um crescimento exponencial quando do auge do preço do barril, fomentando linhas de crédito à formação de capital junto ao comércio, ao ramo imobiliário e, de modo menos consistente, ao setor industrial. Vale a ressalva de que, em função de sua origem, o capital bancário operava em favor da concentração de capitais em setores afeitos à dinâmica dependente petroleiro-rentista, e não como meio integrador das cadeias produtivas nacionais, posteriormente privilegiando a atuação na área de seguros, hipotecas e em compra de ações e títulos referentes às principais empresas do país.

³⁰ “En la segunda mitad de 1990, PDVSA estuvo traspasando a través de precios de transferencia, un promedio del orden de 500 millones de dólares anuales en ganancias, desde sus cuentas domésticas a sus filiales extranjeras. Durante los dieciocho años posteriores al inicio de la internacionalización, las filiales extranjeras de PDVSA nunca pagaron dividendos a la compañía matriz en Caracas. En realidad, generar ingresos para el país nunca fue el objeto de esta política. Pero en diciembre de 2001 el gobierno de Chávez las construyó a pagar dividendos por primera vez” (MOMMER, 2013, p. 6).

Recorrendo às categorias de Maza Zavala³¹ (1964), depreendemos o significado do avanço das transnacionais petroleiras sobre a PDVSA enquanto esforço de majoração do grau de monopolização exercido sobre a mais-valia gerada como compensação à acelerada reversão cíclica na década de 1970, cabendo ao Estado venezuelano, a despeito do comprometimento permanente da balança de pagamentos, assegurar a transferência de dólares para as matrizes sob múltiplas formas, em desfavor do seu reinvestimento doméstico. Assentada na majoração do volume exportado, e uma vez alijadas as cotas de produção estabelecidas pela OPEP e reduzidas as obrigações fiscais de porcentagem do ingresso bruto da PDVSA, a *Apertura Petrolera*, ao acomodar o avanço do capital privado e estrangeiro sobre os negócios petroleiros visando a expansão da companhia enquanto uma corporação global de energia, comprometeu o vínculo rentístico sustentador do sistema político e do modelo produtivo em voga no país (MOMMER, 2013; RIBEIRO, 2018). Em meio a este cenário recessivo, os poucos resultados logrados pelas contrarreformas *puntofijistas* ante a progressiva queda do preço do barril evidenciou a colisão definitiva da estrutura sociopolítica a partir da debilitação dos partidos tradicionais (LÓPEZ MAYA, 2005). Assim, as novas perspectivas abertas pela crise revelariam a fragilidade das percepções predominantes sobre o sistema político venezuelano, cuja pretensa excepcionalidade financeira manteve a Venezuela cativa dos interesses das grandes petrolíferas, dissimulando os interesses corporativos destas à ideia de progresso nacional e conformando o aprofundamento da dependência petroleiro-rentista no país.

Conforme vaticinam Mommer (2013) e Ferreira (2012), a política de internacionalização representou a contraface³² da política de desvalorização cambial estabelecida a partir de *Viernes Negro*, em equivalência ao processo de

³¹“Según Maza Zavala, en la década de los ochenta se produjeron nuevas formas de dominación y de dependencia como resultado de la deuda externa. Consideró que los programas de ajuste impuesto por el FMI y el BM afectaron las economías nacionales y se fueron transnacionalizando. Asimismo, el Estado social sufrió el impacto del neoliberalismo y, como consecuencia, disminuyó el gasto social. Por su parte, la apertura, el mercado y la interdependencia fracturaron el Estado nacional con todos sus elementos fundamentales” (AGUILAR; HERNANDEZ, 2006).

³² “A partir de 1983, enquanto a economia venezuelana entrava em colapso a partir de uma brusca desvalorização do Bolívar e o sistema social e político do país começava a se esboroar, com protestos de rua de motivação econômica representando 82% das mobilizações do país (López Maya e Lander, 2005:26), PDVSA expandia-se para mercados como o estadunidense e o europeu, adquirindo ou se associando a empresas para constituir uma estrutura própria de distribuição por meios de suas operadoras Citgo, AB Nynas Petroleum, Ruhr Oel, Uno-Vem Company, refinaria Isla, entre outras. Esta expansão consistia em uma estratégia de resistir às ambições de *siembra petrolera*, por meio da exportação de capitais” (FERREIRA, 2013, p. 70).

desnacionalização³³ de empresas públicas que atuassem junto aos setores estratégicos no continente, e objetivava evitar que o governo recorresse aos fundos de reserva da companhia quando do acirramento do endividamento e da crise fiscal. Assim, com a anuência dos governos *puntofijistas*, a companhia incorporou um complexo de refinarias subsidiárias no exterior, dentre elas a robusta Citgo³⁴ ao mercado estadunidense, e adquiriu autonomia para precificar o óleo bruto e estabelecer contratos de fornecimento que serviriam como garantia à obtenção de créditos estrangeiros, a despeito da baixa demanda internacional e da então restrita política de cotas da OPEP. Na sequência, buscando minimizar o pagamento de *royalties* ao governo, a empresa adotou uma série de medidas que contornassem as normas de controle da OPEP, como a adoção de novos parâmetros pautados pelo volume exportado em lugar da quantidade produzida, e o incremento da produção a partir de categorias não convencionais como o petróleo extrapesado, cujo processamento derivaria que não estivessem sujeitos à impostos (MOMMER, 2013).

Valendo-se do vazio jurídico sobre a participação dos capitais privados pelo marco legal para a nacionalização, as novas diretrizes viabilizaram três mecanismos de operação entre as filiais da PDVSA e companhias estrangeiras, a saber: convênios

³³ No caso venezuelano, refutamos o termo desnacionalização tal como é adotado para designar o processo de avanço do capital estrangeiro sobre os setores produtivos mais dinâmicos na América Latina, em função da centralidade desempenhada pelas grandes companhias petrolíferas internacionais para a constituição mesma da exploração dos hidrocarbonetos no país, sequer contornada quando da nacionalização das reservas de petróleo em 1976. Conforme argumenta Maza Zavala (1971, p. 75), “La economía venezolana actual se caracteriza por una creciente integración entre los intereses del capital extranjero en todos los sectores neocapitalistas y los del capital de residentes, y por la expansión del enclave a zonas pré-capitalistas, de modo que estas se van reduciendo progresivamente. Incluso en los casos en que el capital nacional es de propiedad oficial en totalidad – Siderúrgica del Orinoco, Petroquímica de Morón – o en parte – *Alcasa* - la integración señalada muestra adelantos significativos. Mientras ello ocurre, aumenta la disparidad – económica, social, tecnológica – entre el sector neocapitalista y el ‘atrasado’”. Ainda no que diz respeito à prévia predominância do capital estrangeiro junto às economias de enclave como a venezuelana, Bambilra (2012 [1974], p. 168-169) ressalta que “o maquinário para a instalação de indústrias (...) chega não como mercadorias, mas como investimento do capital estrangeiro. (...) não cabe falar em um processo de conversão das mercadorias-maquinário em capital-maquinário, pois, desde o início, o maquinário já chega como capital estrangeiro. Nesses casos, a presença do capital estrangeiro tem que ser tomada como um dado da industrialização; é um componente desde o início intrínseco a ela, e, portanto, não tem sentido falar de um processo de desnacionalização da indústria”.

³⁴ O recente confisco por tribunais estadunidenses do patrimônio da Citgo, estimado em U\$ 7 bilhões, com o intuito de cobrir as dívidas contraídas pela subsidiária para com a mineradora canadense Crystallex Internacional, em maio de 2020, coloca em relevo o predomínio de atividades especulativas pela estratégia bolivariana nos atuais marcos. Evidentemente, a decisão da corte estadunidense reflete com nitidez o alto grau de ingerência da política de sanções econômicas e comerciais a que a Venezuela vem sido submetida desde 2017. Para os fins desta pesquisa, o que nos cabe questionar aqui, para além dos constrangimentos imperialistas, é que base econômica os torna possível, detidamente, quais as razões da prorrogação de tais contratos pelos bolivarianos.

operativos, associações estratégicas e convênios de lucro compartilhado, admitindo o encadeamento³⁵ das atividades de exploração em território nacional, destacadamente junto à Faixa do rio Orinoco, ao refino, distribuição e armazenagem do petróleo venezuelano por multinacionais no exterior (BARROS, 2013). Importa salientar que tal manobra, subterfúgio para a atração de investimentos em capital fixo os quais, em tese, incrementariam a capacidade produtiva e a competitividade da empresa, salvaguardou o reembolso dos investimentos privados e a transferência dos lucros às empresas de propriedade da PDVSA no exterior sem sequer assegurar a participação do Estado como sócio majoritário junto aos consórcios, renunciando o controle decisório deste às companhias privadas e corroborando enormemente para a ampliação da exportação de capitais (BARROS, 2013). À ressalva de ter sido a PDVSA uma notável exceção à lógica das privatizações, dada a indisputável predominância econômica do Estado em razão de sua condição de proprietário das reservas petrolíferas, a acentuação da autossuficiência da empresa na condução dos negócios petrolíferos e a consequente monopolização do mercado doméstico pelos setores ligados ao petróleo e ao comércio importador avançaram consideravelmente ao longo da hegemonização do neoliberalismo no país, sedimentando a máxima “o Estado dentro do Estado”, em alusão à aparente desvinculação entre a empresa e o próprio Estado (MOMMER, 2013).

Em 2000, as receitas petrolíferas foram de 50 bilhões de dólares, dos quais o Estado venezuelano recebeu 10 bilhões (20%) e os restantes 40 bilhões foram gastos nos denominados custos operativos PDVSA e na transferência da renda petrolífera ao capital petrolífero internacional ou ao capital privado nacional. Transferir lucros ao exterior foi o verdadeiro resultado da internacionalização. De 1995 a 2000, a empresa esteve transferindo, de suas contas domésticas para suas filiais estrangeiras, uma média de 500 milhões de dólares anuais em lucros (MOMMER *apud* BENEDITO, 2016, p. 224).

Longe de engendrar soluções favoráveis à reestruturação produtiva e de legitimidade política que mitigassem os efeitos do colapso do rentismo-petrolífero, a adesão venezuelana à ortodoxia neoliberal antecipou a iminente deterioração do regime *puntofijista* quando, em 1998, o preço do barril de exportação alcança seu menor valor em quase três décadas (10,57 US\$), lançando margem para a inauguração de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico (PODE, 2006).

2 O INVENTAMOS O ERRAMOS: DETERMINANTES DA POLÍTICA INDUSTRIAL BOLIVARIANA À LUZ DAS LEIS DA DEPENDÊNCIA PETROLEIRO-RENTISTA

¿Dónde iremos a buscar modelos? La América española es original. Originales han de ser sus instituciones y su gobierno. Y originales, los medios de fundar uno y otro. O inventamos o erramos
(RODRÍGUEZ, 2018 [1842], p. 75)

Vimos que a crise do regime *puntofijista* esteve intimamente associada ao processo de debilidade econômica experimentado pela formação dependente petroleiro-rentista, desencadeado a partir da reconfiguração estrutural capitalista sob um novo esquema de reprodução e expresse, em níveis mais aparentes, pela pronunciada desvalorização dos preços do petróleo e seus efeitos deletérios sobre o desempenho fiscal e cambial nacional. No longo prazo, não havia qualquer expectativa de recuperação econômica do preço do barril, pressionado pelos crescentes custos de produção e por uma demanda global pouco promissora, além da concorrência entre produtores não associados à OPEP (DUTRA, 2019; PÉREZ, 2012).

Posto que o crescimento do produto venezuelano permanecia condicionado ao oscilante comportamento dos preços petroleiros e, portanto, altamente sensível às flutuações da conjuntura internacional, parecia imperativo conter o desequilíbrio estrutural através do fomento à reestruturação produtiva e do investimento doméstico, a fim de se evitar o colapso econômico. Longe de engendrar soluções favoráveis à reestruturação produtiva que mitigassem as repercussões da estagnação econômica, a adesão ao esquema *fondomonetarista* por parte dos governos de Pérez, Velásquez e Caldera conduziu a um cenário de redução drástica dos níveis de investimento e a uma queda significativa da produtividade do gasto público, refletindo no colapso dos serviços, deterioração da infraestrutura e contração dos níveis de consumo (BARROS, 2013).

Os efeitos adversos derivados das políticas monetárias restritivas em meio ao cenário de descontrole inflacionário, como a progressiva contração dos salários e dos déficits em insumos de trabalho, suscitaram a elevação das taxas de juros e a sobrevalorização do *bolívar* em 35,8% (cotação de 1999), fato que corroborou com o incremento das importações e a elevação dos custos de produção, potencializando, ante a deterioração dos serviços públicos, o impacto recessivo sobre a atividade produtiva

doméstica (LARRALDE, 2000). Como consequência da liberalização econômica *puntofijista*, Gerardo Lucas (2007) constata que, entre 1994 a 2000, houve o estabelecimento de uma profunda crise no setor industrial, marcada por um significativo recuo do produto industrial e incremento da produção primária petroleira, com redução da participação do setor manufatureiro junto ao PIB de 18,1 para 14,2% entre 1987 a 1999, segundo dados do BCV; por sua vez, a participação do setor petroleiro junto ao PIB passou de 19,4 para 28,7% no período destacado (LARRALDE, 2000).

No cenário político, observa-se que, movidos pelo panorama de transição, crescentes índices de abstenção eleitoral conviveriam com experiências insurrecionais e de participação direta gestadas ao longo da década de 1980, corroborando para o surgimento de novas concepções organizativas e programáticas, as quais produziram, adiante, importantes dividendos políticos a partidos como MVR, PPT e MAS³⁶ (LÓPEZ MAYA, 2005). Empenhada em neutralizar os impactos da crise, a sistematização dos princípios organizacionais do movimento bolivariano, à época expresso como uma organização de caráter cívico-militar denominada MBR-200, havia desdobrado, em 1996, na elaboração do documento Agenda Alternativa Bolivariana (AAB). Referenciado a partir do *Proyecto Nacional Simón Bolívar* (1992), o documento pretendia inaugurar uma nova política energética denominada *Internalización Petrolera*, com a recuperação pelo executivo nacional da administração dos recursos provenientes do petróleo e o fomento a mecanismos endógenos de dinamização produtiva e tecnológica a partir da recuperação dos níveis de renda fiscal relacionados ao setor petroleiro (FRÍAZ, 2014).

Acerca do paradigma da *siembra petrolera*, as formulações bolivarianas recorreram ao nacionalismo petroleiro e à mobilização da categoria “povo” no âmbito da cultura política venezuelana, reconstituindo o imaginário rentista em torno da maximização da renda captada pelo Estado e da democratização do acesso aos aportes petroleiros (FRÍAZ, 2014; LÓPEZ MAYA, 2005; PÉREZ, 2012). Porquanto buscasse incidir sobre a estratégia de acumulação globalizada do setor petroleiro nacional em favor do financiamento de programas sociais, o programa bolivariano viria a enfrentar uma

³⁶ A emergência de novos atores como o *Movimiento Quinta República* (MRV) *Patria Para Todos* (PPT) e *Movimiento al Socialismo* (MAS), os dois primeiros originados do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), e *La Causa R* (LCR), enquanto principais propugnadores da profunda reforma constitucional à época, correspondeu a uma das expressões da deterioração político-institucional e do rechaço popular aos partidos tradicionais (AD e Copei), desencadeada pela crise no padrão de acumulação capitalista-rentístico a partir da reconfiguração do modo de produção capitalista na década de 1970, a exemplo da explosão social de 27 de fevereiro de 1989, das tentativas de golpe empreendidas em 1992 e da destituição de CAP em maio de 1993 (LÓPEZ MAYA, 2005).

ostensiva campanha difamatória³⁷ na ocasião da candidatura de Chávez à presidência em dezembro de 1998, a qual contou com a adesão dos executivos da PDVSA e de demais porta-vozes de setores industriais, seguidos por contingente de quadros políticos e sociais vinculados ao *puntofijismo* (LÓPEZ MAYA, 2005). Veremos que a conformação de uma robusta frente eleitoral em torno da candidatura situacionista de Salas Römer (Pólo Democrático), a qual contou com a improvisada adesão *adeco-copeiana* às vésperas da eleição, pareceu enfatizar o descrédito popular à reincidência liberal-*puntofijista*, reafirmando o perfil rupturista reivindicado pelos bolivarianos (LÓPEZ MAYA, 2005).

Concebido a partir de um arcabouço eleitoral, a aspiração por uma nova hegemonia política, com a convocação de uma constituinte pela refundação da república por parte do MRB-200, incitou, no ano de 1997, o surgimento do Movimento Quinta República (MVR), partido respaldado por uma frente ampla denominada Polo Patriótico (PP), em torno da difusão de um projeto sociopolítico identificado pela candidatura de Chávez à presidência. Constata López Maya (2005) que, em que pesem as continuidades e discrepâncias entre ambos quanto à concepção organizativa, detidamente no que diz respeito ao vínculo com os *círculos bolivarianos*³⁸, o estabelecimento de uma institucionalidade partidária comum resultou em importantes dissidências junto ao movimento bolivariano original, especialmente por parte de seu componente militar, em favor de novos agrupamentos políticos heterogêneos e pouco propositivos.

Sem nos atermos demoradamente aos processos de reestruturação interna do partido, entendemos que o esforço de Chávez, em abril de 2001, por reviver o MBR-200, paralelamente à atuação partidária e enquanto canal de organização do movimento popular em favor da aceleração do processo revolucionário, avalizado pela precedente

³⁷ “Desde que lanzara su candidatura en 1997, el estilo discursivo de Chávez, en más de una oportunidad, dio pie para que sus adversarios tomaran elementos con los cuales desatar campañas satanizadoras de su figura. El hecho de que fue responsable de un golpe de Estado era elemento importante para la construcción de esta imagen. En tal sentido, a lo largo de la campaña en distintas oportunidades, generalmente aprovechando algún desliz discursivo, Chávez fue estigmatizado como autoritario, fascista, antidemocrático, propiciador de la violencia, un candidato que de ganar no titubearía en barrer con las instituciones y desatar un clima de terror que llegaría a una guerra civil. [...] Sin embargo, la torpeza con que los partidos ejes del bipartidarismo quisieron capitalizar estos dislates terminó neutralizando las palabras de Chávez o, en algunos casos, incluso beneficiándolo” (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 234-235).

³⁸ “Como ya se señaló, se ingresaba a la organización a través de un compromiso bolivariano. Los militantes se agrupaban en los círculos bolivarianos, donde se discutía intensamente de política. Tales círculos eran coordinados por coordinadoras en el nivel municipal y regional. Se convocaban asambleas municipales, estatales y nacionales para recoger opiniones de diversa índole, y se realizaban conscientes esfuerzos para equilibrar, mediante una intensa ejercitación del debate y estudio en común, así como del cultivo de relaciones interpersonales, las complicadas relaciones entre los civiles y militares que pertenecían a la organización. Así mismo, se cultivaban relaciones horizontales y procedimientos democráticos, incluyendo, aunque excepcionalmente, el voto secreto y la aceptación de la decisión de la mayoría como mecanismo para procesar conflictos” (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 195).

trajetória insurrecional bolivariana, poderia corroborar a hipótese de Ronald Balza (2009)³⁹ relacionada à intencionalidade prévia de instauração do Socialismo do Século XXI, a despeito do abortamento daquela iniciativa quanto do súbito golpe em 2002 e da crise política instalada em 2004. Na avaliação de Barros (2007, 2013), por sua vez, a ênfase nos desequilíbrios macrossociais sobre os macroeconômicos e a não consecução imediata de objetivos estratégicos precisos acusaria a ausência de um projeto econômico definido, tendo sido a execução inaugural da política econômica bolivariana conduzida reativamente aos lineamentos do período anterior, reforçando um caráter pouco afeito a transformações radicais no campo econômico. Para todos os efeitos, adiante, a apropriação dos aportes petrolíferos com preeminência econômica estatal, enfatizando o rentismo sob moldes democráticos, operará em franca contradição junto à proposta de construção de um novo modelo produtivo de tipo socialista, fundamentado pela lógica de ampliação da produtividade do trabalho, quando inadvertido da superação da condição dependente, a despeito do ritmo com que o processo avance.

Em circunstâncias de aumento na participação eleitoral da ordem de 9,25%, os quais majoritariamente favoreceram a Chávez, a vitória eleitoral do Polo Patriótico, tanto no executivo como nas representações parlamentárias em novembro daquele ano, lançou margem para a implementação de uma profunda reforma político-institucional e inauguração de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico que desarranjasse os fundamentos *puntofijistas* até então predominantes. A iminente deterioração daquele regime seria antecipada, ainda em 1998, pelo recuo do preço do barril de exportação a seu menor valor (10,57 US\$) em quase três décadas, valor quase equiparável ao preço de custo (10,35 US\$). A seu turno, a insistente baixa nos preços petrolíferos corroborou para uma significativa contração na arrecadação fiscal, a redução das exportações e a deterioração da balança de pagamentos, projetando a inauguração de um cenário de difícil manejo macroeconômico aos bolivarianos (PALMA, 2002; PÉREZ, 2012).

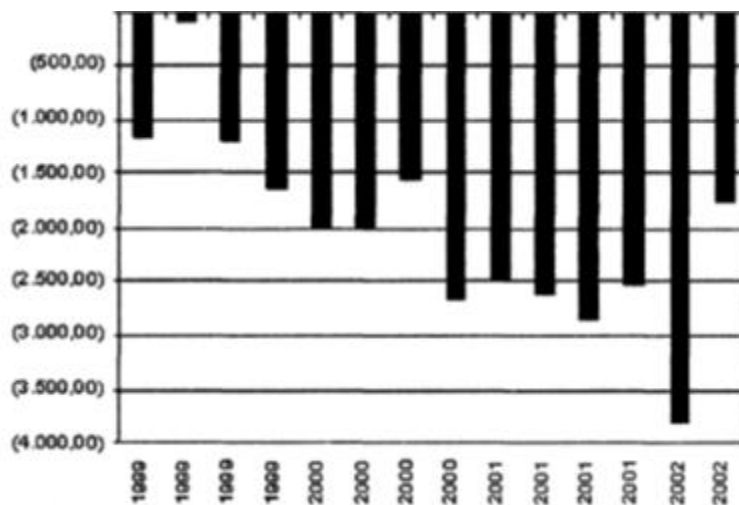
2.1 Ruptura política e ortodoxia macroeconômica como alternativa à crise estrutural do modelo *puntofijista*

³⁹ “Para destruir ‘los elementos de la vieja sociedad’ sería indispensable tener (y mantener) *suficiente* poder, puesto que, en última instancia, los revolucionarios deberían estar dispuestos a destruir violentamente a sus opositores. Habiendo fracasado el intento armado de 1992 y abiertos, paradójicamente, los mecanismos de la democracia representativa para tomar electoralmente el poder, pasaría a ser relevante la cuidadosa construcción de alianzas temporales. Adoptar al socialismo como consigna desde el principio pudo impedir el logro de este objetivo” (BALZA apud PÉREZ, 2012, p. 13-14).

A conjuntura de debilitamento petrolífero e de conseqüente deterioração das expectativas fiscais e cambiais na Venezuela, combinada ao processo estrutural de desinvestimento evidenciado desde a década de 1990 em grande parte dos setores econômicos, comprovaram, a curto prazo, a impossibilidade de se sustentar grandes alterações no campo econômico (SEVERO, 2009). Com efeito, no lapso de 1992 a 1999, a redução em 7,8% dos níveis de consumo e a expressiva queda de 32,7% junto aos investimentos em capital fixo potencializaram a depressão do mercado doméstico em meio a expectativas de rentabilidade adversas, até então combatidas mediante a implementação de políticas monetárias restritivas e altas taxas de juros (LARRALDE, 2000). Ademais, o acúmulo de elevados compromissos do serviço da dívida pública externa (cerca de 5,1% do PIB em 1999 e 6,1% em 2001), acrescida em números absolutos Bs 8 bilhões no mesmo intervalo, além das investidas especulativas contra o *bolívar* e a tendência à sobrevalorização cada vez mais evidente do *bolívar* comercial contribuíram para a massiva saída de capitais da ordem de US\$ 23 bilhões entre 1999 a 2001, conforme já visto no Gráfico 1.2 (BARROS, 2007; CICERO, 2015; ORTEGA, 2002; PALMA, 2002).

Desprovidos do respaldo petrolífero, a contrapartida previsível frente a tamanha descapitalização foi a adesão a uma série de restrições fiscais visando à contenção dos gastos públicos e o incremento da tributação (16,6% do PIB em 1999, atingindo 19,2% no ano seguinte), tendo o aumento de arrecadação amparado substancialmente o nível de poupança do *Fondo de Inversiones para la Estabilización Macroeconómica* (FIEM), aporte para a garantia do equilíbrio fiscal, cambial e monetário e embrião do visado *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), a partir de 2005 (BARROS, 2007; CANO, 2002; CICERO, 2015). Admitindo a tolerância pela orientação neoliberal e potencializado pela restrição na produção de 3,45 a 3,16 milhões de barris ao dia, conforme as diretrizes da OPEP, o produto encolheu 5,8%, acompanhado pela contração da receita fiscal; como os ingressos não aumentavam no ritmo das despesas, as altas necessidades de financiamento por parte do governo desencadearam um novo endividamento junto ao FMI (CANO, 2002).

Gráfico 2.1 – Saídas de Capital (em milhões de US\$)



Fonte: BCV, retirado de Palma (2002).

As expectativas de contração da demanda global por petróleo seriam surpreendidas pelo espetacular crescimento do mercado chinês, o qual, combinado a um maior controle produtivo por parte da OPEP ensejado pela Venezuela, em acordo com demais potências petrolíferas como México, Noruega, Omã e Rússia, conduziu a um súbito reaquecimento da economia mundial e à expressiva ascensão do nível de preços do barril em 1999 em 50% (CANO, 2002; CICERO, 2015; PÉREZ, 2012). Graças à melhora substancial nos termos de intercâmbio, a economia venezuelana experimentou uma redução dos custos de produção e mais vantagens junto à participação fiscal, muito embora tais fatores não tenham sido suficientes para compensar uma retração de 5,9% no produto naquele ano, reflexo da forte contração precedente (PÉREZ, 2012; SEVERO, 2009).

Importa sublinhar a atuação diplomática bolivariana como um significativo instrumento de estabilização econômica através da efetivação de acordos que restringiram a oferta dos combustíveis e estimularam a alta dos aportes petrolíferos (CICERO, 2015; OURIQUES, 2015). O acúmulo logrado pela diplomacia petrolífera bolivariana por meio da rearticulação do regime de quotas da OPEP serviria, adiante, como esteio para o fortalecimento de canais de integração político-estratégica, além de pavimentar o reestabelecimento estratégico da OPEP no âmbito geopolítico mundial, consumado na ocasião da segunda cúpula de chefes de Estado da OPEP realizada em Caracas, nos anos 2000 (CICERO, 2015).

Es un error suponer que el alza de los precios mundiales del petróleo no ocurrió por acaso o por los mecanismos autómatas de la acumulación capitalista mundial. Al contrario, es resultado de una política activa del estado venezolano desde el primer día del gobierno del Presidente Hugo Chávez. Fue a partir de esta política que la OPEP recobró fuerza suficiente para enfrentar las multinacionales y los gobiernos de los países metropolitanos –especialmente los Estados Unidos – que se beneficiaban enormemente con los precios del barril de petróleo abajo de US\$ 6 dólares. El contraste entre el precio en este nivel en 1998 y aquel que se verificó en 2009 cuando señaló 146 dólares por barril (con promedio anual cercano a los 60 dólares por barril), indica una brutal elevación de la renta petrolera (OURIQUES, 2015, p. 76).

Parece sintomático que o plano de governo *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: una revolución democrática*, cuja importância reside na antecipação programática das diretrizes adotadas pelo Presidente Chávez a partir de 1999, tenha preservado a manutenção do sistema de bandas cambiais como mecanismo de controle inflacionário, bem como a garantia da segurança jurídica dos investimentos estrangeiros, o reforço da autonomia administrativa do BCV e a adesão a uma série de restrições fiscais visando à contenção dos gastos públicos (BARROS, 2007; CANO, 2002; PALMA, 2002). Haja vista a imediata imprecisão de alternativas inscritas fora do fundamento neoliberal como solução para a instabilidade econômica, a nova estrutura econômica manteve o petróleo como centro gravitacional, ao mesmo tempo em que propugnava pela diversificação e dinamização do aparato produtivo, favorecendo a acumulação de capital no país e incrementando os níveis de consumo e renda da população, apoiando-se de antemão no mercado como mecanismo fundamental de distribuição de recursos (BARROS, 2007; CICERO, 2015).

Desde a retórica “mudando a mão invisível do mercado com a mão visível do Estado”, o *Programa econômico de transición 1999/2000* elaborado por Maritza Izaguirre, fiadora da estabilização econômica pela via ortodoxa, se propôs a criar as bases para a reativação econômica por meio de políticas fiscais e monetárias restritivas, estas últimas ratificadas pela manutenção da política de bandas cambiais visando a assegurar o controle inflacionário (BARROS, 2007). No âmbito do esquema de bandas cambiais, introduzido em 1996 pelo reincidente mandato de Rafael Caldera e preservado pelo Presidente Chávez até 2002, as pressões sobre o câmbio seriam asseguradas às custas da constante intervenção do BCV pela satisfação das demandas por divisas via emissão de títulos de estabilização monetária (TEM), os quais ofereciam ao mercado alto rendimento, combinada aos esforços da instituição por controlar a liquidez frente o contexto de disparidade inflacionária (PALMA, 2002). Visando à preservação das reservas

internacionais de que dispunha o país, este esquema, então sujeito a frequentes ajustes cambiários, implicou em perdas significativas ao BCV sem que fossem, entretanto, alcançados resultados expressivos em termos de controle sobre o nível geral de preços (PALMA, 2002). Tampouco logrou conter a sustentada sobrevalorização do *bolívar* derivada do crescente fluxo de petrodólares ao longo de todo o período de vigência, suscitando a crescente disparidade entre o câmbio nominal e o equilíbrio de importações (PALMA, 2002).

Constata Palma (2002) que a notável estabilidade cambiária do período 1999-2001, notável ao menos para os padrões venezuelanos, decorreu, sobretudo, do comportamento mais favorável assumido pelos preços petroleiros (US\$ 16 por barril em 1999, alcançando US\$26 no início dos anos 2000 e US\$22 no primeiro semestre de 2001), bem como da estabilização do nível da oferta através dos esforços da OPEP junto aos mercados internacionais. Apesar da rígida restrição monetária e da escalada na taxa de juros, a tendência à exacerbação da fuga de capitais e a consequente mitigação das reservas internacionais desnudaria o esgotamento do vigente sistema de bandas a partir do segundo semestre de 2001, então substituído pelo regime de livre flutuação em fevereiro de 2002 (OURIQUES, 2015; PALMA, 2002). Como assevera Ouriques (2015), veremos que desde a adesão bolivariana pelo controle de câmbio com manutenção da abertura de contas de capitais (fenômeno recorrente no capitalismo dependente e acentuado a partir da consolidação do rentismo), a permanente exportação de capitais atuou como combustível aos processos inflacionários no continente, corroborando, no caso venezuelano, para um inequívoco indício do fortalecimento da fração capitalista financeira e de agudização da dependência na ocasião da inauguração da V República.

Contornada a escalada inflacionária⁴⁰ por meio do uso intensivo da política cambial, os bolivarianos puderam se dedicar à reativação econômica e à reversão do

⁴⁰ A estrutura inflacionária na formação dependente venezuelana sob esquema petroleiro-rentista não se apresenta como fenômeno estritamente monetário, mas como combinação de fatores multicausais que, em nosso juízo, repousam fundamentalmente sobre sua condição dependente (EL TROUDI, 2010; FERREIRA, 2012). Dentre os principais fatores de tensões inflacionárias identificados por El Troudi (2010), ressaltamos a baixa produção nacional de bens e serviços, bem como a alta dependência de insumos importados pelo aparato produtivo, o que pressiona os custos de produção e, uma vez que mecanismos de controle de preços não incidem sobre os preços nos mercados internacionais, corrobora para escassez pontual de produtos e a situações de desabastecimento em tempos de crise. Nesse sentido, a insuficiente produção de alimentos desempenha significativa importância na reprodução ampliada da dinâmica inflacionária no país caribenho, conduzindo à recorrência de importações massivas – cenário sem grandes alterações, seja em meio à bonança ou à escassez de recursos (EL TROUDI, 2010; FERREIRA, 2012; MAZA ZAVALA, 2009). Cabe mencionar que a espiral inflacionária também se desdobra em implicações cambiais (MAZA ZAVALA, 2009). Logo, resulta inócuo em termos antiinflacionários o estabelecimento de estratégias restritas à distribuição dos ingressos ou a políticas monetárias que contraiam de maneira

estancamento produtivo herdado desde o agravamento das contradições produzidas pelos lineamentos *puntofijistas* (BARROS, 2007; SEVERO, 2009). Por suposto, a reivindicação dos aportes petroleros como base do modelo de acumulação proposto pelo *Programa econômico de transición 1999/2000* não escapou à regra de promoção do desenvolvimento produtivo a partir do predomínio econômico petrolero-estatal, embora não se contestasse abertamente a política de privatizações nem se fizesse referência ao intervencionismo de modo tão expresso como a partir de 2001, junto ao *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)* (PDESN) (SEVERO, 2009). Sob a consigna da reindustrialização, concebida como instrumento para impulsionar a diversificação econômica e a geração de empregos, o Presidente Chávez apostou, ainda em 1999, na reestruturação do então ministério das indústrias desde a fundação do *Ministerio de Producción y Comercio* (MPC), tendo este incorporado, à época, as funções desempenhadas pelo então *Ministerio de Agricultura y Cría* (MAC), sem, no entanto, lograr reverter o acelerado processo de falências e de declínio da produção industrial (LUCAS, 2006). No que toca à recuperação dos níveis de investimento público e do estímulo aos setores industriais, foram anunciadas a expansão da capacidade de refinação petrolífera, maior exploração do gás natural e incentivos à tecnologia petroquímica, além de investimentos nos sistemas de transporte e eletricidade – o que nos leva a supor, a partir de Severo (2009), que tais investimentos estivessem concentrados no setor da indústria extrativa e em infraestrutura.

Já os investimentos privados nacionais pouco contribuíram para a reativação econômica neste primeiro momento, um provável efeito do duradouro recuo da participação dos setores industrial e agrícola junto ao produto, desvelando as carências no nível de produtividade da economia não petrolera. Apesar disso, observou-se uma leve recuperação do produto industrial registrada nos anos 2000, em grande medida impulsionada pela indústria privada (4,2%), enquanto o setor manufatureiro público seguia apático, em contração de 0,6% (GIORDANI, 2009; LUCAS, 2006). Ainda que os índices de desemprego permanecessem estáveis e apesar do crescimento da formalização de 46% para 50% entre 1999 e 2001, manteve-se a tendência ao decréscimo da

excessiva a liquidez e o gasto público – medida largamente adotada por governos *puntofijistas* de inclinação neoliberal e, mais recentemente, operada na presidência de Nicolás Maduro a partir da brutal desvalorização do bolívar e da contração do volume monetário em circulação, período designado pelo sociólogo Luis Salas Rodriguez (2020) por *El Reacomodo* (2016-2017) como a antessala do quadro hiperinflacionário atual.

participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho empregada (BARROS, 2007; FERREIRA, 2012).

La Encuesta Industrial Anual realizada por la Oficina Central de Información y Estadística (OCEI), demostraba que para 1996 había 12.771 establecimientos industriales, con un promedio de más de cinco personas empleadas, ocupando 469.000 puestos de trabajo que quedaron reducidos para el año 2002 a 6.773 establecimientos que daban ocupación a 320.194 personas, según información del Directorio Industrial publicado por el Instituto Nacional de Estadística (INE), sucesor de la OCEI. Esto significa que durante el gobierno de Chávez se profundizó la crisis industrial al punto de perderse el 52% de las empresas y 19% del empleo. El Índice del Volumen de la Producción, publicado por el BCV, que mide la producción física, revela que las empresas manufactureras que aún quedaron trabajando, produjeron en el 2002 el 80,4% del volumen con respecto a 1997 (LUCAS, 2006, p. 194).

A despeito das restrições orçamentárias, a aposta do Presidente Chávez em uma política fiscal expansiva para o intervalo 2000-2001, visando à recuperação dos níveis de consumo das camadas populares venezuelanas, amparada pela política de maximização da renda petroleira e em associação à retomada do investimento público, desempenhou papel primordial no aumento da produtividade e no crescimento econômico evidenciado a partir de 2003, bem como à eficácia social e política lograda através das *Misiones Sociales*, no mesmo ano (GIORDANI, 2009; SEVERO, 2009). Neste primeiro momento, a significativa ampliação dos gastos sociais concentrou-se especialmente em educação, correspondendo de 3,8% a 4,7% do produto entre 1999 a 2001, seguidos dos gastos em saúde e em infraestrutura, em média constantes em 1,5% e 0,5%, respectivamente (BARROS, 2007).

Lograda a imediata estabilização macroeconômica, afirma Barros (2007), criaram-se as condições necessárias para que o Presidente Chávez, tendo angariado a confiança do mercado, avançasse rumo a contornos mais nítidos da estratégia bolivariana até constituir uma institucionalidade que, no longo prazo, permitisse a apropriação dos recursos do petróleo. De acordo com o diagnóstico bolivariano, a reversão da política de *Apertura petroleira* e a reconstituição da soberania nacional sobre o petróleo requereria a refundação da democracia venezuelana por intermédio de uma profunda transformação estrutural emanada predominantemente da reorientação político-institucional advinda do processo constituinte, então anunciado no imediato do triunfo eleitoral em dezembro de 1998 (BARROS, 2007). Vale mencionar que, até então, o controle sobre a elaboração da política petroleira e, por consequência, o controle diretivo sobre a administração da PDVSA, não havia sido prescrito pelo *Programa econômico de transición 1999/2000*,

tampouco pelo plano de governo. Coincidindo com o contexto de crise de legitimidade da IV República, de acordo com Giordani (2009), o processo constituinte e a subsequente aprovação do novo texto constitucional evidenciaram a confrontação não apenas da superestrutura política como também do modelo de desenvolvimento e demais relações inerentes ao metabolismo social vigente, assentando a estratégia de redefinição do Estado como promotor do desenvolvimento.

Sob a vigência da *Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela* (CRBV), novamente eleito com 59,8% dos votos, a contundente vitória obtida por Chávez nas eleições presidenciais de 2000 desnuda a debilidade da oposição encarnada na ocasião por Francisco Arias Cárdenas e Cláudio Fermín, candidatos igualmente alheios aos partidos tradicionais, bem como o acúmulo de capital político em torno do projeto bolivariano. Em termos de correlação de forças, a favorável projeção do Polo Patriótico quando da convocação da nova Assembleia Nacional Constituinte (ANC), além da opção constitucional pelo estabelecimento de uma arquitetura legislativa unicameral, garantiriam uma maioria cômoda aos bolivarianos (64%), quando contrastada com os resultados obtidos junto às eleições legislativas de novembro de 1998 (36%) (CICERO, 2015; LÓPEZ MAYA, 2005; SEVERO, 2009). É evidente que tal vantagem não os desonerou de alianças junto a deputados opositores, em especial para a aprovação de leis orgânicas e habilitantes, as quais delegassem ao presidente atribuições legislativas e requeressem, a depender do tipo de decisão, maioria qualificada de três quintos ou dois terços (LÓPEZ MAYA, 2005).

En diciembre de 2000 finalizó un período de intensa actividad electoral. En un lapso de 25 meses, que se inició en noviembre de 1998, se habían llevado a efecto dos elecciones presidenciales, dos para gobernadores de estados, se eligieron dos parlamentos, se dieron dos comicios de representantes a las legislaturas regionales, se votaron los representantes para una Asamblea Nacional Constituyente, una elección de alcaldes, otra para concejales y miembros de juntas parroquiales y tres referendos. De este conjunto de comicios, durante el año 2000 se celebraron, en un solo acto en el mes de julio, las segundas elecciones presidenciales, de gobernadores, de diputados a la nueva Asamblea Nacional y a los consejos legislativos estatales, así como las de alcaldes para los 335 municipios del país. El 3 de diciembre se realizaron las elecciones de concejales, de miembros de las juntas parroquiales y un referendo nacional (LÓPEZ, MAYA, 2005, p. 247).

Em meio ao contexto de *megaelecciones*, ainda em dezembro de 2000, cabe mencionar o referendo sindical envolvendo a ‘modernização’ do vigente contrato de

trabalho da categoria petroleira, proposta denominada *Nuevo Enfoque Laboral* (NEL)⁴¹, sustentada por Héctor Ciavaldini, então presidente da PDVSA, que coincidia com práticas neoliberais as quais sacrificavam diversos direitos sob o pretexto de aumentar a eficiência da indústria. Visando a enfraquecer centrais sindicais tradicionais tais como a Fedepetrol, Fetrahidrocarburos e, em especial, a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), afins ao *puntofijismo*, a iniciativa de Ciavaldini contou com o apoio bolivariano na medida em que facilitava a penetração junto ao setor sindical da *Fuerza Bolivariana de los Trabajadores* (FBT), imprimindo neste âmbito a mesma renovação que incidia sobre a esfera parlamentar (FERREIRA, 2012; LÓPEZ MAYA, 2005).

Tendo demonstrado grande desconhecimento acerca da estrutura sindical nacional, a aposta bolivariana em um deslocamento de representação que não favorecia em absoluto a organização da classe trabalhadora, articulada à suspensão decretada pela ANC das negociações contratuais junto aos sindicatos por 180 dias, conduziu à deflagração de uma exitosa greve petroleira em prol da manutenção dos direitos conquistados, esgotando a presidência de Ciavaldini e ensejando a primeira derrota eleitoral do governo, na ocasião do referendo (FERREIRA, 2012). O mesmo tom confrontacional dispensado pelos bolivarianos às centrais sindicais opositoras não seria utilizado em prol da renovação do conjunto da direção empresarial, que de modo oportunista buscou fazer prevalecer seus interesses sobre os direitos do conjunto da classe petroleira (FERREIRA, 2012). Embasados em Ferreira (2012), identificamos esse episódio como primeiro indício de mobilizações de oposição ao governo (ainda que não necessariamente *puntofijistas*), cuja repercussão frente à onda de renovação da institucionalidade sindical e de ampliação de sua legitimidade, que outrora mereceu grande desprestígio junto aos trabalhadores, corroborou, adiante, para a grande magnitude

⁴¹ “Este ‘contrato moderno’ sacrificaba logros básicos de los trabajadores con el fin de aumentar la eficiencia de la industria. En primer lugar, proponía extender a tres años la duración del contrato colectivo petrolero que, a partir de 1946, se venía negociando cada dos años. En segundo lugar, Ciavaldini argumentaba que el sistema de comisariatos solamente favorecía a 30% de la fuerza laboral y proponía reemplazarlo con un sistema de tarjetas para hacer compras en los supermercados. Así, desestimaba el argumento de militantes sindicalistas (incluyendo algunos chavistas) de que sería preferible mejorar la calidad de los productos en los comisariatos en lugar de abolir el sistema. En tercer lugar, Ciavaldini proponía contratos separados para los empleados de PDVSA y para aquellos de las empresas contratistas, otra vez cambiando una práctica vigente desde 1946. Esta iniciativa implicaba una mayor fragmentación del movimiento obrero petrolero pero tal vez respondía al objetivo de facilitar la penetración del FBT en el sector. Por último, Ciavaldini proponía aumentar el salario básico, argumentando que éste determinaba el monto de la jubilación cuyo valor se había disminuido a través de los años. De hecho, ese mismo argumento fue utilizado por los neoliberales para justificar la modificación del sistema de prestaciones sociales en 1997. Ciavaldini también era partidario de eliminar la retroactividad de las prestaciones sociales” (ELLNER *apud* FERREIRA, 2012, p. 165).

de convocações grevistas, bem como o golpe de Estado em abril de 2002 e a paralisação petroleira que se estendeu de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003⁴².

Ante à desarticulação setorial suscitada desde o frustrado paro nacional, a estratégia organizacional bolivariana passou a se concentrar na promoção do paralelismo sindical de projeção nacional através da implementação da *Unión Nacional de Trabajadores* (UNT), reproduzindo a velha lógica de favoritismo oficialista em meio às disputas sindicais, aliada ao ativo fomento de associações cooperativas, em harmonia com a estratégia de desenvolvimento endógeno adotada adiante (FERREIRA, 2012).

A dimensão das mobilizações contra o governo bolivariano, ainda que concentrassem sobretudo a burguesia e pequena burguesia proprietária e não-proprietária (profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes), não deixou de contar com a participação de uma parcela do operariado industrial. De outra parte, também é verdade que a vitória do governo bolivariano sobre esse mais duro ataque da oposição também deve ser tributada em grande parte a atuação da classe operária industrial (FERREIRA, 2012, p. 167).

Pouco a pouco, evidenciada a crescente e sustentada disputa pela apropriação dos aportes petroleiros em torno da distribuição do ingresso, a disposição por reformar as regulamentações legais e o funcionamento da principal estatal venezuelana de petróleo revelou, de modo mais consistente, as linhas estratégicas do projeto bolivariano. Nesse diapasão, foi notório o desempenho dos constrangimentos imprimidos pela CRBV ao processo de internacionalização ensejado via *Apertura* à PDVSA, cujas funções foram restritas a elementos operacionais da produção de hidrocarbonetos, reservando ao Estado maior controle sobre os contratos de exploração e produção, bem como sobre a totalidade das ações de que dispunha a empresa (BARROS, 2007; SEVERO, 2009). A centralidade desempenhada pela propalada *renacionalização* bolivariana, enquanto profunda revisão do marco jurídico petroleiro baixo o regime neoliberal, ao projetar a regulamentação sobre a questão petrolífera, incidindo sobre os custos operativos da empresa extratora e seus planos de expansão, assegurou a propriedade estatal sobre os recursos naturais (GIORDANI, 2009; RIBEIRO, 2018).

Em contraste com o marco fiscal então predominante durante a *Apertura*, demasiado flexível e direcionado ao superávit operacional petroleiro, os bolivarianos passaram a apostar na majoração dos royalties, buscando expandir a arrecadação fiscal petroleira, fato que, adiante, permitiu ao Estado capturar um excedente sem precedentes

⁴² Para informações pendentes acerca da gênese, motivações e magnitudes de tais mobilizações, recomendamos consultar Dennis (2001), López Maya (2005) e Uzcátegui (2010).

quando da brutal elevação da renda petroleira a partir de 2008 (GIORDANI, 2009; RIBEIRO, 2018). Vistas retrospectivamente, é possível assinalar correlações entre as reformas instituídas a partir de 2001, cujas linhas são inauguradas a partir da promulgação da CRBV, e a reforma petroleira de 1943, acerca dos alcances nacionalistas e da proeminência jurídico-tributária do Estado venezuelano como proprietário das reservas petroleiras (BENEDITO, 2016; RIBEIRO, 2018). Ao fim e ao cabo, mesmo inseridas em intervalos distintos, ambas se converteram em melhores condições de acumulação e, por extensão, de sobrevivência ao rentismo quando comparadas ao entreguismo característico dos episódios *gomezista* e *aperturista* precedentes, sem, no entanto, representar uma contundente ameaça aos interesses das petroleiras estrangeiras (BENEDITO, 2016; RIBEIRO, 2018).

Em correspondência aos postulados previstos pela CRBV, contando com valiosas contribuições de Jorge Giordani (2009), foi lançado o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)* (PDESN), dirigido a promover a transformação da base econômica nacional, melhorar a distribuição dos recursos e ampliar significativamente a taxa de investimentos a partir da ênfase sobre o protagonismo estatal. Dali em diante, todo o arcabouço de procedimentos relacionados à condução da política econômica bolivariana, detidamente no que concernia à formulação da política petroleira e de desenvolvimento, seria baseado em suas diretrizes (CICERO, 2015). Mantida a estabilização da produção, com a reiteração do cumprimento das quotas de produção acordadas entre os membros da OPEP, o PDESN objetivava reverter as linhas traçadas pela *Apertura* e assegurar o controle sobre a oferta petroleira, propiciando ao país condições de defender preços internacionais mais vantajosos (BARROS, 2007; MOMMER, 2003). Em que pese a insustentabilidade dos avanços econômicos e sociais frente à anomalia dependente petroleiro-rentista em crise, e sem negligenciar o caráter primário exportador da economia venezuelana, o PDESN estabeleceu o ordenamento de um novo modelo produtivo em função dos setores manufatureiros de maior valor agregado, tais como a indústria de alumínio, aço e hidrocarbonetos, cujo rearranjo lograsse a integração entre as distintas cadeias produtivas em detrimento do modelo rentista predominante, mitigando a excessiva dependência do país aos ingressos petroleiros (BARROS, 2007; CARRIZALEZ NAVA, 2015; PÉREZ, 2012).

Afeito à tradição neoestruturalista do pensamento cepalino, o PDESN antecipa a implementação de políticas de desenvolvimento endógeno convenientes à integração entre a economia nacional e o mercado, com particular ênfase na promoção de atividades

produtivas no interior do país, as quais visavam corrigir as distorções estruturais entre as regiões, fortalecendo mecanismos de integração regional e projetando, inclusive, o ingresso da Venezuela como membro associado ao Mercosul (BARROS, 2013; CICERO, 2015; SEVERO, 2009). Conferido inicialmente mediante o estímulo de subsídios estatais, o projeto prescreveu a diversificação dos investimentos e a gradual substituição do investimento público pelo capital privado como motor da ampliação da capacidade industrial instalada, em favor da progressiva substituição das receitas fiscais derivadas da renda (BARROS, 2013). Embora sobressaísse a importância da formação de novos capitais nacionais através da prioridade conferida ao investimento privado nacional, destaca Barros (2013, 2007) que, para este propósito, seria também admitido o financiamento via fluxo de capital estrangeiro (IED), sob a alegação de se conterem as pressões inflacionárias sobre a moeda suscitadas a partir de políticas de expansão do crédito. Para conferir viabilidade aos seus enunciados, o equilíbrio orçamentário previsto pelo plano seria assegurado pela manutenção da dinâmica cambial de estabilização baseada no sistema de bandas, que avançaria na neutralização dos ataques especulativos e no ancoramento do sistema de preços, até que, no início de 2002, o comportamento adverso dos preços petroleiros e o aumento da oferta junto aos mercados internacionais exauriu definitivamente aquele esquema (BARROS, 2007; PALMA, 2002).

A despeito dos significativos avanços conquistados mediante a política de defesa dos preços petroleiros e a progressiva recuperação das exportações daquele setor em princípios dos anos 2000, as quais alcançam a cifra \$29,3 bilhões em comparação a \$19,7 bilhões registrado em 1981, os indícios de aprofundamento da condição dependente em sua especificidade petroleiro-rentista compareciam junto ao encolhimento percentual do aporte fiscal nacional então alcançado (\$11,3 bilhões), inferior aos níveis experimentados no ano de 1981(\$13,9 bilhões). Como compensação a esse déficit, parecia imperiosa uma reforma no regime fiscal petroleiro. Ao conferir a proposição de um crescimento autossustentado, diversificado e aberto à economia mundial, o *Plan de la Nación (2001-2007)* lançou então as bases para a regulamentação pública sobre os negócios petroleiros, cujo marco foi a promulgação de Leis Habilitantes, marcadamente a *Ley Orgánica de Hidrocarburos (LOH)*⁴³, em novembro de 2001 (CÍCERO, 2015; SEVERO, 2009).

⁴³ “Ley Orgánica de Hidrocarburos, promulgada en el 2001 – redactada por Álvaro Silva Calderón, quien sucedió a Rodríguez Araque como ministro [junto ao MEM] (Rodríguez Araque [ministro empossado por Chávez, desde 1999] pasó a la Secretaría General de la OPEP) – estableció una tasa mínima de regalía de un 30 por ciento (con alguna flexibilidad a la baja, hasta el 20 por ciento para crudos convencionales y hasta un sexto en el caso de crudos extra-pesados). Al mismo tiempo, la ley bajó la tasa del impuesto sobre

Autorizado pela Assembleia Nacional a promulgar leis que facilitassem a adoção de reformas, sob o pacote de 49 leis consignado pelo Presidente Chávez aparecem, enfim, os aspectos medulares do projeto bolivariano, dirigidos a temas estratégicos tais como petróleo, gás natural, propriedade rural, sistema financeiro, imposto sobre a renda aplicados aos campos produtivos, cooperativas e pesca (BARROS, 2007; LÓPEZ MAYA, 2005; SEVERO, 2009).

Entre o conjunto das Leis Habilitantes, sobressaem a Lei de Terras, que produziu avanços na reforma agrária, a Lei de Pesca, que priorizou o direito ao trabalho para os pequenos pescadores e a *Ley de Hidrocarburos* (LOH), cuja importância reside no estremecimento produzido junto à autonomia da estatal petrolífera em relação ao poder público, suscitando grande resistência no âmbito da gerência da empresa (BARROS, 2007). Caberia, a partir de então, às competências do *Ministerio de Energía y Minas* (MEM), atual *Ministerio del Poder Popular del Petróleo* (MINPET), o direcionamento das atividades de exploração, produção, refino e comercialização do petróleo, alavancando o controle governamental sobre a administração dos recursos naturais e sobre o planejamento de políticas públicas, até então orientadas segundo a burocracia da estatal petrolífera herdada do período *puntofijista* (BARROS, 2007; CAMPOS, 2015; CÍCERO, 2015). Estava incluso, ademais, o incremento dos royalties bem como o controle sobre a contabilidade interna e externa da companhia, explicitando os enormes prejuízos protagonizados pelas filiais estrangeiras e a desmedida apropriação dos recursos pela burocracia da PDVSA (BARROS, 2007; MOMMER, 2003).

Ainda que apenas os contratos futuros estivessem sujeitos à apreciação da LOH, deduzindo toda a base de acordos e concessões então existentes, as iniciativas mais incisivas por parte do projeto bolivariano culminaram na agudização das disputas em torno dos excedentes petrolíferos, por constrangerem os interesses das transnacionais petrolíferas, bem como das classes dominantes organizadas em torno do Estado (LANDER, 2005; LÓPEZ MAYA, 2005). Sobreposta à dimensão institucional, a conversão dos inconciliáveis interesses das classes trabalhadora e do capital em torno da apropriação dos aportes petrolíferos nas mãos do Estado conferiria caráter eminentemente político a cada novo fato, culminando na aberta confrontação entre oposição e governo e

la renta aplicada a crudos convencionales, del 59 por ciento al 50 por ciento; para los crudos extrapesados se mantuvo la tasa de 32 por ciento. En total, hubo un incremento en los niveles impositivos basado en el incremento de la tasa de regalía. La ley también reserva al Estado la mayoría accionaria en cualquier asociación para la exploración y producción de hidrocarburos líquidos” (MOMMER, 2003, p. 13).

na reorientação do conjunto da oposição a estratégias insurrecionais, centralizadas, sobretudo, pela *Fedecámaras* e pela gerência administrativa da PDVSA.

2.2 Disponibilidade de valor desde a intervenção sobre os recursos petrolíferos e a gênese do *Nuevo Modelo Productivo* (NMP)

Vimos que a estratégia de recuperação dos preços dos hidrocarbonetos através da rearticulação política da OPEP, por intermédio do aparelho diplomático bolivariano em favor da expansão global da demanda petrolífera, desempenhou inquestionável impacto sobre a ampliação da arrecadação fiscal experimentada pelo país caribenho no ano de 2001 (CICERO, 2015; LANDER, 2005). A reversão do apuro financeiro a partir da estabilização dos preços petrolíferos significou o fim da inevitabilidade de políticas econômicas neoliberais regressivas em termos de distribuição dos ingressos e maior margem à atuação bolivariana no fomento a uma institucionalidade que burlasse a burocracia estatal em favor da transformação do modelo produtivo.

Apesar disso, a dinâmica econômica venezuelana permanecia desprovida de impulso próprio, incapaz de reverter os constrangimentos estruturais ensejados pela formação econômica dependente e pelo esquema petrolífero-rentista. Claro está que, em que pese a indissociabilidade entre as esferas política e econômica na Venezuela, conferida pela proeminência financeira do Estado enquanto proprietário das reservas petrolíferas, tornou-se incontornável modificar a participação fiscal do Estado venezuelano e, então, legitimar a adoção de uma agenda intervencionista sobre os excedentes petrolíferos. A seu turno, a incorporação do intervencionismo pelos bolivarianos desembocou em estratégias insurrecionais por parte da oposição entre abril e dezembro; detidamente, um golpe⁴⁴ incumbido da revogação das Leis Habilitantes que,

⁴⁴ “No final daquele ano [2001], pela primeira vez durante o governo Chávez e em rejeição ao pacote de 49 leis aprovadas pelo Presidente mediante poderes habilitantes, uma das quais foi a de hidrocarbonetos, diferentes setores da oposição começaram a se articular numa aliança e agenda comum que os levou a convocar no dia 10 de dezembro uma primeira paralisação cívica nacional durante 12 horas. [...] Uma segunda greve se iniciou no dia 9 de abril de 2002, a qual tinha agora como principal motivação o respaldo à greve iniciada pelos altos executivos da PDVSA o dia 04 do mesmo mês e na qual fazia-se já explícita a demanda da saída de Chávez do poder. Esta parada desembocou no golpe de Estado do 11 de abril que depôs o Presidente por 48 horas. [...] Sem designar plenamente o seu gabinete, o “presidente” Carmona Estagna designou a Guacaiouri Lameda como presidente da PDVSA e derogou, conjuntamente com as outras 48 leis da habilitante, a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. [...] Derrotado o golpe de abril, tenta-se retornar à normalidade tanto na indústria quanto no resto do país. [...] No dia 14, restabelecido nas funções presidenciais, Chávez aceita a renúncia que Parra [Gaston Parra Luzardo, então presidente da PDVSA] e seus companheiros de equipe apresentaram na semana anterior, designa a Ali Rodríguez Araque para o cargo de presidente e reincorpora os destituídos diretamente por ele no programa dominical anterior ao

frustrado, conduziu à paralização das atividades petroleiras convocada pela gerência da PDVSA, articulada com parte do sindicalismo representado pela CTV e do setor empresarial, além dos meios de comunicação privados (LANDER, 2005; LÓPEZ MAYA, 2005; LUCENA, 2005).

O irrompimento da paralisação das atividades da PDVSA entre novembro de 2002 a fevereiro de 2003 como contrapartida à implementação das diretrizes regulatórias propostas pela LOH, movimento político designado por *paro petroleiro*, trouxe à superfície as hostilidades latentes entre o governo bolivariano e a gerência *puntofijista* da empresa. Em apenas quatro meses, a devastação econômica suscitada pela paralisação afetou substancialmente os ingressos petroleiros e a capacidade produtiva nacional, provocando um expressivo recuo da ordem de 27% do produto e redução de 8% na atividade econômica no primeiro semestre de 2003 (LÓPEZ MAYA, 2005; MAZA ZAVALA, 2009). No que concerne ao setor manufatureiro, o volume produzido no lapso de 1998 a 2003 não ultrapassou os 73,4% do registrado em 1997, comprometendo a participação do produto manufatureiro de 17,36% para 16,24% junto ao produto total em 2003. A falência de pequenas e médias indústrias e de estabelecimentos comerciais incrementou os níveis de desemprego de 15,4% para 20,3% e a taxa de inflação atingiu 31%, patamar equivalente ao registrado em 1999 (LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009).

Sobreposta aos efeitos da greve patronal, a intensificação da fuga de capitais incitou as autoridades monetárias a estabelecer um rígido controle de capitais que limitasse as remessas ao exterior e as cotas de importação, além de apostar num esquema monetário restritivo mediante a adoção de um regime cambial fixo a partir da fundação da *Oficina de Régimen de Cambio Diferencial* (CADIVI) (LUCAS, 2021; PALMA, 2011). Apostou-se, ainda, na implementação de um controle de preços aos principais itens da *canasta importadora*⁴⁵, visando a garantir o abastecimento e impedir a deterioração do

golpe. Os fatos iniciados em dezembro de 2002 mostram que nesta área [setor petroleiro] o êxito para o governo foi mais tímido” (LANDER, 2005, p. 56-58).

⁴⁵ Para termos dimensão de sua extensão, adiante, seguem trechos da lista de produtos sujeitos à regulação, publicados na Gazeta Oficial 37.626 tal como reproduzido por Lucas (2021, p. 59-60): “(A) Alimento para consumo humano. 1. Arroz de mesa. 2. Avena y sus preparados. 3. Preparaciones para la alimentación infantil. 4. Harina de maíz precocida. 5. Harina de trigo. 6. Pastas alimenticias, pan de trigo, carnes de res, de pollo, de pavo, de gallina, de ovino, de caprino y de porcino; sardinas enlatadas, atún enlatado, jurel enlatado, leche completa en polvo, pasteurizada y esterilizada, UHP; leche maternizada o humanizada, leche de soya, quesos blancos no madurados, huevos de gallina, aceites comestibles, excepto de oliva; margarina, leguminosas, azúcar, mayonesa, sal, papa, jurel, atún, tomate, sardinas. [...] Todos están declarados, a partir de este momento, bienes de servicios, bienes y servicios de primera necesidad en todo el territorio nacional. Otros bienes de consumo. Medicamentos de uso humano y veterinarios, materiales

salário real pela elevada inflação (BARROS; 2007; MAZA ZAVALA, 2009; PALMA, 2011). Ao reverter as condições de plena mobilidade de capital desfrutadas desde a *Agenda Venezuela* de Caldera, a ancoragem cambial seguida do controle de preços reaqueceu as hostilidades entre o setor produtivo privado e o oficialismo bolivariano, tendo sido tais regulamentações recorrentemente empregadas pela oposição para justificar os prejuízos acumulados pela indústria nacional, em especial em termos de desabastecimento e ampliação do volume de importações (LUCAS, 2021).

Diante de tamanha adversidade, salientam Ferreira (2012) e López Maya (2005) o crucial significado da reversão deste episódio, tanto no tocante ao debilitamento da oposição e à legitimação da política de apropriação da renda petroleira pelo executivo, quanto à centralidade assumida pela classe operária petroleira como força política organizada junto à retomada do controle produtivo da principal empresa do país. Ao extrapolar os limites programáticos do governo bolivariano, a neutralização do *paro petroleiro* pela experiência de controle produtivo por 63 dias ininterruptos coloca em relevo o potencial inerente ao controle real sobre os meios de produção estratégicos nas mãos do operariado petroleiro. Ferreira (2012) vai além ao vaticinar que o episódio transcende em importância o caso venezuelano, significando a reafirmação do proletariado industrial, vinculado à produção de valor, como classe revolucionária incontornável a um processo de mudança social. O mesmo nível de mobilização ocorreu em outros setores industriais e do comércio ao cabo dos processos de reestatização ensejados a partir de 2004-2005, conduzindo a preeminência assumida pelos trabalhadores em meio à inoperabilidade oposicionista a experiências de compartilhamento diretivo entre cooperativas, sindicatos e/ou demais formas organizativas e o Estado.

Durante dos meses, contra viento y marea, y contando con el apoyo de las comunidades organizadas, los trabajadores intentaron poner en funcionamiento, sin jefes ni directivos, la industria petrolera, enfrentando las amenazas de los meritócratas golpistas, superando los problemas técnicos y las acciones de sabotaje y terrorismo informático. Nunca se vio tan nítidamente en el país un enfrentamiento entre las clases sociales. Por una parte, los propietarios de los medios de producción, despojados de toda máscara y sin intermediario alguno, asumían la responsabilidad directa de la conducción del paro patronal. Mientras que los trabajadores, tratando de sacarse de encima a

médico-quirúrgicos, pañales desechables, papel higiénico, [...]. Otro renglón. Materias primas, insumos y servicios utilizados en la elaboración y colocación en el mercado nacional, así como su envase y envoltorio. Servicios. Suministro de agua, electricidad, gas, teléfono residencial y aseo urbano, alquiler de viviendas, de atención médica, paramédica, de apoyo diagnóstico y de hospitalización; funerarios, de transporte público en todas sus modalidades, matrículas y mensualidades escolares para todos los niveles de educación, y estacionamiento”.

la burocracia *cetevista*, también optaban por acercarse hasta las instalaciones petroleras y de forma voluntaria incorporarse al proceso de recuperación de la industria. Los sindicatos clasistas orientaban a los trabajadores a no abandonar los puestos de trabajo y a enfrentar a la vigilancia de las empresas si era preciso con tal que éstas permanecieran abiertas. En un esfuerzo sobre humano, el 80% de la actividad de la industria petrolera fue pasada a manual, para superar los sabotajes informáticos. Los puertos pasaron a control de los trabajadores de los muelles y los barcos traídos a puerto por los marinos que desalojaron a los oficiales que los tenían secuestrados en altamar. Las refinerías produjeron la gasolina y el gas que hacía falta a la población, y los sindicatos de camioneros garantizaron la distribución de combustible en todo el país. A finales de enero de 2003, era evidente que el paro petrolero había sido derrotado y en febrero comenzó a recuperarse progresivamente, y no sin dificultades, la normalidad en la industria petrolera. [...] el imperialismo y la oposición no entregaron de buena gana el control que teníamos sobre PDVSA, sobre las empresas básicas. Se las arrebatamos. No estamos discutiendo que a la patronal le arrancamos un 10% aumento salarial, no!, estamos diciendo claramente que en cierto modo le ‘expropiamos’ las empresas que tuvieron secuestradas desde hace más de medio siglo. Nada más ni nada menos que se les arrebató el control sobre el 80% de la economía nacional. Si eso no es una revolución, que vengan entonces los especialistas en revoluciones a decirnos: ¿qué fue lo que sucedió entre diciembre de 2002 y febrero de 2003? (CHIRINO apud FERREIRA, 2012, p. 170-171).

Em correspondência às valiosas reflexões de Ferreira (2012), não nos parece casual, portanto, que a conformação de uma situação revolucionária na Venezuela tenha coincidido com a organização do operariado petrolero e industrial como classe social, não diluído por categorias genéricas como “povo”, cujo protagonismo no intervalo de paralisação das atividades produtivas possibilitou, mediante a sua própria práxis, mantê-las em funcionamento. Contudo, a despeito deste tremendo avanço, uma vez reestabelecido o controle sobre a PDVSA, a nomeação pelo Presidente Chávez de representantes dos trabalhadores aos sistemas de cogestão, seguida da completa substituição da cadeia gerencial precedente, acusaria que o saldo das ações políticas do operariado petrolero fora revertido ao executivo, em detrimento da autonomia dos trabalhadores (FERREIRA, 2012; LÓPEZ MAYA, 2005). Diante disso, fica patente o ofuscamento da aceleração da luta de classes pela continuidade do processo político venezuelano capitaneada por vias institucionais, obrigando o governo a impulsionar políticas de redistribuição de riquezas de ampla cobertura, as quais culminaram na elaboração de um novo modelo produtivo, em resposta à crise política e econômica desatada entre os anos 2002-2004 (ÁLVAREZ R., 2009; FERREIRA, 2012).

Garantida pela atuação conjunta entre a classe operária e as Forças Armadas (FAN), como ressaltado por Ferreira (2012)⁴⁶, a proeminência do executivo nacional

⁴⁶ Não entraremos, aqui, no mérito da constituição de uma unidade cívico-militar mediante a implementação da Milícia Bolivariana ao conjunto das Forças Armadas Nacionais (FAN) pela *Ley Orgánica de las Fuerzas*

sobre a PDVSA em desfavor da autonomia administrativa empresarial significou, portanto, o emprego de um novo modelo produtivo que, ao reforçar o caráter público da renda petroleira, legitimou a alocação dos excedentes, então reaplicados em favor do desempenho da própria empresa, para o financiamento de políticas de desenvolvimento econômico. Diante do severo recrudescimento dos níveis de emprego, da atividade produtiva interna e da arrecadação tributária, a nova proposta de organização social da produção ensejada pelos bolivarianos, designada *Nuevo Modelo Productivo* (NMP), aspirava à correção das causas estruturais da exclusão social, dos desequilíbrios intersetoriais e das disparidades regionais a partir do impulso ao desenvolvimento endógeno das forças produtivas internas e da primazia produtiva de bens e serviços socialmente demandados (ÁLVAREZ R., 2009; ARGUELLO, 2005).

Consignado aos objetivos estabelecidos pela proposta de fundação da V República, o incentivo a estratégias econômicas solidárias e a unidades organizacionais alternativas como cooperativas e associações comunitárias por parte da *Ley Especial de Asociaciones Cooperativas* (LEAC) convergiam a este novo modelo de desenvolvimento, dito endógeno e sustentável (ÁLVAREZ R., 2009; ARGUELLO, 2005). Ainda que a tradição cooperativista⁴⁷ venezuelana antecederesse em algumas décadas a administração bolivariana, contexto em que se destacam exitosas experiências como a *Central Cooperativa de Servicios Sociales del estado Lara* (Cecosesola) na década de 1960, o enérgico fomento estatal ao cooperativismo decorreria da necessária resolução, a curto prazo, de carências sociais pronunciadas desde o paro, além da reestruturação de

Armadas Nacionales Bolivarianas (LOFANB), tal como elabora Ferreira (2012) ao investigar os fatores que poderiam lograr um controle operário mais efetivo, além da tutela das forças armadas. Assim, nos deteremos sobre o papel das FAN naquela ocasião específica, ou seja, quando do controle produtivo alcançado pelos petroleiros ao longo dos 63 dias de paro, reiterando seus questionamentos quanto à descontinuidade da atuação das FAN como aparato repressivo aos trabalhadores no contexto bolivariano. Nas palavras de Ferreira (2012, p. 174-175): “O balanço do dirigente máximo da *Corriente Clasista Unitaria y Revolucionaria Autónoma* – C-CURA, Orlando Chirino, organização que talvez seja a que mais longamente vem reafirmando em sua prática a necessidade de autonomia sindical, tratava de resgatar a experiência de controle da produção sobre a indústria petroleira para a classe trabalhadora. Mas caberia problematizar aqui o fato de o acesso às instalações da empresa ter sido garantido pelas Forças Armadas, então em mãos do governo policlassista bolivariano. Esse elemento restringe a evidência de um controle operário, enquanto um efeito poder dual, nestas circunstâncias. A manutenção da força armada nacional por fora do controle dos trabalhadores não é, nesse sentido, um fato menor. Mas incide diretamente sobre o aspecto central do controle operário, ou seja, o controle direto sobre as ações políticas em sua própria esfera de domínio. Neste caso, a manutenção do aparato de coerção do Estado, ainda que simpático aos trabalhadores na circunstância, mantém a cisão entre o econômico e o político, base do esquema geral de dominação do Estado burguês. Esse ‘detalhe’ talvez ajude a explicar por que foi tão fácil desarticular essa conquista dos trabalhadores”.

⁴⁷ Um breve panorama da tradição cooperativista venezuelana foi esboçado por Lucena (2005) e Parker (2006); no último, consta uma sucinta análise comparativa entre o histórico cooperativista venezuelano e o de outros países da América Latina e Espanha.

empresas em situação de falência (PARKER, 2006; LUCENA, 2005). Vale ressaltar o caráter permanente do novo modelo em contraste com o aspecto conjuntural das políticas sociais predominantes até 2001, expresso, por exemplo, junto ao *Plan Bolívar 2000*, um programa de emprego provisório que não incluía qualquer tipo de capacitação profissional para além de um paliativo aos altos índices de desemprego herdados da década anterior (ÁLVAREZ R., 2009).

Na esteira da inscrição de elementos da economia social e comunitária, o novo aporte socioprodutivo também recomendava o incentivo público à micro, pequena e média empresa, bem como aos setores informais, de modo a estimular a capacidade empregatícia da iniciativa privada em prol dos benefícios coletivos e do crescimento econômico (ÁLVAREZ R., 2009; PARKER, 2006). A manutenção deste objetivo, outrora consagrado pelo art. 308⁴⁸ da CRBV, antecipa as contradições deflagradas a partir da proposta de modificação do regime de propriedade encampada pelo referendo constitucional de 2007 e ampliadas pelo anúncio de uma transição ao socialismo no seio do processo bolivariano, debate que retomaremos adiante. De todo modo, à época, a recepção desta medida pela *Confereracion de Industriales de Venezuela* (Conindustria) enquanto uma agressiva ingerência estatal sob as atividades produtivas, eventualmente relacionada à redução de competitividade do setor manufatureiro, evidenciaria a contundente recusa do empresariado nacional às receitas de inclinação cepalina (LUCAS, 2021; PARKER, 2006).

A través de diversas modalidades de micro y pequeños créditos otorgados por entidades financieras del Estado se fomentan organizaciones productivas de la economía social: pequeñas y medianas empresas, cooperativas y demás formas productivas asociativas. Se le da un extraordinario impulso a la utilización de las compras y la contratación de servicios y obras de todo el sector público para generar capacidad productiva. Petróleos de Venezuela y otras empresas del Estado, como las empresas hidrológicas y las empresas básicas como la Corporación Venezolana de Guayana, impulsan programas de capacitación y financiamiento para la creación de cooperativas con las cuales establecer contratos de compras, de mantenimiento y *outsourcing* de servicios diversos. Dada la particular debilidad del sector agrícola y pecuario – el país importa cerca de 70% de sus alimentos – en estos programas se les da especial énfasis a estos sectores (LANDER *apud* PARKER, 2006, p. 67).

⁴⁸ “El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento oportuno”.

2.2.1 A aposta bolivariana no desenvolvimento endógeno via Nuevo Modelo Productivo (NMP)

Malgrado a terminologia emprestada das teses de Oswaldo Sunkel⁴⁹ (1991, 2006), o enfoque de desenvolvimento endógeno então empregado pelos bolivarianos parecia não responder a modelos previamente elaborados, sequer alcançava postulações acabadas, o que nos leva a respaldar as constatações de Barros (2007, 2013) acerca de seu caráter processual. Tal fato, a nosso juízo, não sugere que não houvesse, no seio da institucionalidade bolivariana, partidários do modelo cepalino. Frente à diversidade de leituras em disputa relacionadas a este conceito, sem reduzir a condução econômica bolivariana a uma sucessão de improvisações ou restringir suas dimensões ao *establishment* cepalino, buscaremos desvelar o significado assumido pelo desenvolvimento endógeno ao programa bolivariano, à luz das considerações de Vera (2006). Adiante, veremos que o propósito inicial de impulsionar um desenvolvimento “*desde adentro*” será complementado por elementos de planificação participativa com vistas à transformação do modo de acumulação vigente.

Grosso modo, o significado em torno do processo de desenvolvimento concebido por Sunkel (1991) recuperaria as postulações de Raúl Prebisch no que tange ao fomento de um mecanismo endógeno de acumulação que beneficiasse as plataformas industriais domésticas e engendrasse um crescimento dinâmico e produtivo, pautado em estímulo técnico, em vantagens comparativas e em ganhos de produtividade (SUNKEL, 1991;

⁴⁹ Em *El Desarrollo desde dentro: un enfoque neo-estructuralista para América Latina*, em resposta ao desfavorável legado neoliberal no continente latino-americano, o economista chileno Oswaldo Sunkel retoma o desafio industrializador de Prebisch visando a fomentar a acumulação a nível local e regional, mediante reformas estruturais que mobilizem as potencialidades produtivas nacionais, e incorporando críticas aos ajustes impostos pelo FMI em suas repercussões sobre a balança de pagamentos. Parker (2006) apresenta ressalvas à redução do modelo de desenvolvimento bolivariano ao horizonte cepalino, demarcando as distinções entre as políticas adotadas na Venezuela e o conceito de Sunkel (1991, 2006) a partir de suas particularidades, na medida em que o conceito de desenvolvimento abordado no país caribenho ultrapassa os âmbitos fundamentalmente produtivos ou econômicos. Desde a exitosa experiência de rearticulação da OPEP por intermédio do aparelho diplomático venezuelano, o aprofundamento das dinâmicas de integração energética e de atração de investimentos no continente herdou, de fato, contornos além dos exclusivamente comerciais. Como exemplo, Parker (2006) menciona, ao lado da promoção de uma integração continental para além do âmbito comercial, a insubordinação às recomendações de mecanismos financeiros como o FMI, o controle sobre o volume de exportações bem como o respaldo popular sem precedentes com que contava o Presidente Chávez, o que, segundo ele, garantiu grande margem para inovações. O depoimento de Carlos Lanz, responsável pela misión *Vuelvan Caras*, é citado para fins de ilustração: “Oswaldo Sunkel es un neo-estructuralista, es como decir alguien que plantea una concepción que no compartimos totalmente por sus raíces estructuralistas; incluso puede tener rasgos de industrialismo. En el enfoque de este autor no aparece la economía social ni la economía solidaria, ni la economía popular, lo sustentable, la sustentabilidad tampoco aparece claramente definida; el papel de la subjetividad es ignorada” (LANZ *apud* PARKER, 2006, p. 62-63).

VERA, 2006). De antemão, sua declaração *exportar o morir sigue siendo nuestra penitencia*, sublinhada nas análises de Barros (2007, 2013) e Vera (2006), torna insuspeita a conveniência desta consigna ao padrão de especialização produtiva subordinada aos ditames da divisão internacional do trabalho. Desta vez, contudo, à revelia do prévio protagonismo dos mercados internos e dos “vícios estadocêntricos”, o novo modelo cepalino visaria a superar as debilidades identificadas junto à estratégia original de substituição de importações, priorizando os mercados externos nos marcos do regionalismo econômico internacional (SUNKEL, 1991; VERA, 2006). O respaldo ao *Auerdo de Libre Comercio para las Américas* (ALCA), evidentemente, não residia entre tais alternativas integracionistas em razão de sua incompatibilidade aos pressupostos de desenvolvimento endógeno almejado pelos bolivarianos (PARKER, 2006). Como alternativa, apostou-se na ampliação da arquitetura multipolar através de organizações tais como ALBA, UNASUR e *Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones*, visando a costurar alianças estratégicas pautadas por linhas de complementariedade econômica em busca de maior soberania sobre recursos naturais (PSUV, 2010).

Na sequência, foram viabilizados programas de atendimento a necessidades sociais em saúde, abastecimento alimentar, educação e habitação, entre outros, coordenadas centralizadamente pelo executivo e com recursos diretos da estatal petrolífera. Denominadas *Misiones Bolivarianas*⁵⁰, tais programas se configuraram como o aspecto social da nova estratégia de desenvolvimento endógeno, dirigidos

⁵⁰ Dentre aquelas de maior projeção, destacamos: a *Mision Barrio Adentro I e II*, encarregadas da assistência integral em saúde via acordos de cooperação com Cuba, incluindo assistência médica primária, fornecimento de medicamentos, assistência domiciliar e serviço de saúde 24 horas; *Mision Robinson*, (concebida a partir do *Plan Nacional Extraordinário de Alfabetización Simón Rodríguez*) e *Mision Ribas*, respectivamente orientadas à erradicação do analfabetismo e à formação a nível secundário visando à melhor inserção junto ao sistema educativo e ao aparato produtivo nacional; *Mision Sucre*, em correspondência à recém fundada *Universidad Bolivariana de Venezuela*, responsável pela inserção junto ao sistema de educação superior dos graduados na *Mision Ribas*; *Mision Mercal* e a *Productora y Distribuidora de Alimentos* (PDVAL), relacionadas ao abastecimento agroalimentário através da constituição de uma ampla rede de distribuição de produtos básicos subsidiados que atendia cerca de metade da população; *Mision Guaicaipuro*, orientada à garantia dos direitos dos povos indígenas; e *Mision Zamora*, responsável pela capacitação e assistência técnica aos camponeses (BARROS, 2007; LÓPEZ MAYA, 2016; UZCÁTEGUI, 2010). Os dados oficiais são impressionantes e dignos de nota. De imediato, as pautas sanitária e educacional apresentaram os melhores indicadores, passando a educação a merecer em média 8% do produto venezuelano e o volume estimado de consultas realizadas desde 2003 no âmbito da *Barrio Adentro I* ultrapassar 210.000.000, empregando 33.321 pessoas entre pessoal cubano y venezuelano (LÓPEZ MAYA, 2016). Vigorou, ainda, um importante processo de regularização urbano-fundiária em bairros populares, impulsionando uma dinâmica de organização comunitária através dos CTU que viriam a propiciar outros processos de organização para a autogestão popular a serem contemplados pelos *Consejos Comunales* a partir de 2006 (LÓPEZ MAYA, 2016). A análise atenta de Uzcátegui (2010) ressalta, contudo, que o mesmo desempenho não seria registrado pelo segundo módulo daquele programa (*Mision Barrio Adentro II*), tendo a escassez de recursos e a precarização das condições laborais corroborado a desaceleração e regressão dos indicadores a partir de 2008.

majoritariamente à classe trabalhadora residente dos *barrios* precarizados (GIORDANI, 2009; FERREIRA, 2012; UZCÁTEGUI, 2010).

De fato, a retomada do investimento público em estratégias econômico-sociais mediante a distribuição da renda petroleira tinha por intuito impulsionar progressivamente a produtividade social por meio da recuperação da capacidade de consumo das maiorias venezuelanas, da reversão das insuficiências produtivas internas e da incorporação de mecanismos de autogestão produtiva a nível coletivo (GIORDANI, 2009). Adiante, tal receita se constituiria como referência imprescindível à construção das bases do novo modelo produtivo, de perfil transicional socialista, aspirado pelos bolivarianos. Estima Giordani (2009) que, no lapso de 2004 a 2006, cerca de 82% da totalidade da renda petroleira, que então alcançava não menos que um quinto do produto venezuelano, esteve aplicada em políticas de investimento social, enquanto 13,1% foram alocados em favor da promoção de infraestrutura física.

Para situarmos a importância das *misiones* ao esforço distributivo bolivariano com fins socioprodutivos, sublinhamos que, do montante destinado às políticas sociais no intervalo destacado, aproximadamente 19% corresponderam às *misiones*, o que equivale em números absolutos a US\$ 13,5 bilhões (GIORDANI, 2009). Victor Álvarez R. (2009), ex-Ministro de Industrias Básicas y Minería (Mibam) e ex-presidente da *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG), detalha com precisão como algumas delas também cumpriram funções socioprodutivas mediante o engajamento em capacitação técnica-produtiva e de formação sócio-política, como nos casos das *Misiones Zamora* e *Vuelvan Caras*⁵¹, rebatizada *Misión Che Guevara* a partir de 2007.

⁵¹ Coordenada pelo *Ministerio de Economía Popular* (Minep) e especialmente implicada aos objetivos de desenvolvimento endógeno territorial junto a comunidades urbanas excluídas da dinâmica socioprodutiva nacional, a *Misión Vuelva Caras* (MVC) ocupou-se da inserção socio-laboral dos egressos de misiones educativas, orientando-os ao trabalho cooperativo. Seria descrita por Elías Jaua, quem esteve à frente do Minep até 2004, nos seguintes termos: “Es a partir de 2004 que se asume la economía popular como parte de la estrategia para la transformación del modelo social y productivo del país, superando el capitalismo y en tránsito hacia el socialismo...En marzo de 2004 y en el contexto de una estrategia para burlar la burocracia estatal, creamos la *Misión Vuelva Caras*, orientada al fomento de la economía popular y la transformación del modelo productivo. Vuelvan Caras significa transferencia de los medios de producción, del poder financiero hacia los actores de la economía social. Ya no perseguimos la democratización del capital, sino transferir poder económico y político a los sujetos de la economía popular” (JAUÁ *apud* PARKER, 2006, p. 70). Por sua vez, dedicada à erradicação do latifúndio, a *Misión Zamora* representou um massivo programa de recuperação de terras ociosas e de organização dos trabalhadores rurais objetivando o desenvolvimento da produção agropecuária interna (e, por extensão, o abastecimento do mercado nacional) e a reversão da tradicionalmente deficitária balança comercial agroalimentar venezuelana. Haja vista a precária produtividade rural no país, agudizada por décadas de desinvestimentos, coube à *Misión Zamora* a promoção de uma série de incentivos à produção nacional através de processos de regularização fundiária e de inserção socioprodutiva dos trabalhadores rurais junto a terras ociosas e/ou improdutivas, admitindo, ainda, acesso a financiamento e assistência técnica estatal. Para informações pendentes, conferir Álvarez R. (2009).

Embalados pelo arranque de prosperidade mundial induzido pelo extraordinário crescimento chinês, a ascensão dos preços das matérias-primas e insumos industriais e o auge dos preços petroleiros em 2004 (U\$32,28) – superando o valor atingido em 1986, marco da queda acentuada do preço do barril desde o entrecosques (1973-1979), pareciam sinalizar a mudanças nos termos de troca a favor das economias petroexportadoras (BARROS, 2007; CICERO, 2015). Favorecida pelo vigoroso movimento ascendente dos preços petroleiros, em razão da crescente demanda energética internacional e pela volátil situação no Oriente Médio desde a deflagração da Guerra no Iraque, a ampliação dos ingressos fiscais e da capacidade tributária na Venezuela permitiu à administração bolivariana operar sem grandes restrições orçamentárias, colecionando importantes dividendos políticos que conduziram ao amortecimento dos efeitos da greve patronal (CICERO, 2015; MAZA ZAVALA, 2009). Tal saldo também contribuiu para a obstrução da tentativa de revogação do mandato presidencial de Chávez na ocasião do referendo revogatório convocado pela *Coordinadora Democrática* (CD) em 2004, pavimentando a emergência de uma nova etapa marcada pelo distanciamento dos bolivarianos em relação ao desenvolvimento democrático-liberal e rumo à defesa aberta do “Socialismo do Século XXI” como nova orientação do modelo produtivo endógeno (LÓPEZ MAYA, 2005, 2016). Além do favorável resultado no referendo, o boicote oposicionista às eleições parlamentárias de 2005 facilitou o alargamento da margem de ação governamental na economia, aprofundando as linhas da reforma petroleira ensejada pelos bolivarianos desde a promulgação das LOH (LÓPEZ MAYA, 2005).

Concomitantemente à ampliação qualitativa das linhas da reforma do setor petrolífero, materializou-se a convergência entre a política petroleira estatal e a política industrial implicada com os objetivos do desenvolvimentismo endógeno bolivariano (LÓPEZ MAYA, 2006, 2016). Suscitando o aprofundamento da *Internalización Petrolera*, dirigida à maximização da captação da renda e ao fortalecimento da participação fiscal, salientam Barros (2007) e Cicero (2015) a substancial contribuição de um novo regime fiscal a partir de 2005, munido do incremento percentual da arrecadação de royalties e da cobrança de alíquotas sobre preços exorbitantes do barril que excedessem U\$26, as quais seriam transferidas integralmente ao executivo e, então, redistribuídas a diversos fundos específicos.

A promulgação da *Ley de contribución especial sobre precios extraordinarios del mercado internacional de hidrocarburos* alcançaria, adiante, a alta dos preços situada em 2008, ampliando a participação porcentual do fisco nos ingressos brutos petroleiros e

disponibilizando mais recursos para o gasto social e a reativação econômica (LÓPEZ MAYA, 2016; SEVERO, 2006). Assegurada a propriedade dos recursos petroleros pelo Estado, veremos que o dinamismo conferido às medidas intervencionistas, apesar da captação de volumes de excedentes cada vez mais robustos, não logrou contribuir com o arrefecimento dos arranjos orientados à transferência de recursos do setor público ao setor privado nacional e internacional, outrora intensificados pela política de *Abertura Petrolera* (MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015).

No que toca às fontes especiais de financiamento do gasto público, antigos mecanismos como o FEM⁵² caducaram em importância diante da inauguração de novos fundos dispersos entre diferentes entes públicos por intermédio do executivo. Constituído pelos excedentes petroleros, o surgimento do *Fondo para el Desarrollo Económico e Social del País* (Fondespa), por exemplo, patrocinou a execução de projetos e obras relacionados a infraestrutura, transporte e atividade agrícola (BARROS, 2007; CICERO, 2015). Por sua vez, mediante reforma da *Ley del Banco Central*, coube ao executivo a promoção de medidas de alavancagem financeira via concessão de crédito vinculado aos excedentes das reservas internacionais ao sistema produtivo nacional, destinados a partir do *Fondo de Desarrollo Nacional S.A.* (Fonden)⁵³. Conforme ressalta Fagiolo (2009), a instituição do Fonden representou uma profunda alteração no esquema de financiamento da economia venezuelana, na medida em que restringiu a atuação do BCV junto à

⁵² Os recursos do *Fondo de Estabilización Macroeconómica* (FEM) foram amplamente mobilizados na ocasião da crise situada entre 2002 e 2003, à revelia das reformas a que fora submetido nos anos precedentes. Assim caracteriza Maza Zavala (2009, p. 74) o FEM: “De paso hay que decir que el FEM, que ha sufrido varias reformas desde la creación en noviembre de 1998, ya para finalizar el gobierno de Rafael Caldera, hasta el presente, entre otras reformas ha sufrido las siguientes: la de octubre de 2001 y la de octubre de 2002, que no afectó el artículo 6 de su estatuto legal, que es clave para la acumulación de recursos en divisas en esa caja de ahorros de la nación: el artículo mencionado dispone que los excedentes sobre los ingresos promedios de exportación de hidrocarburos en los últimos cinco años, originados por los incrementos de precio de dicha exportación, deben ser depositados en el Fondo; en virtud de esa fórmula el FEM acumuló recursos por más de US\$6.000 millones, parte de los cuales fueron utilizados por el gobierno los años 2002 y 2003 [...]. En noviembre de 2003, una nueva reforma para reducir los aportes de PDVSA al 50% de lo que antes disponía. Lo cierto es que el FEM no ha recibido aportes desde entonces y su capital ha disminuido hasta sólo US\$ 700 millones”.

⁵³ Assim consiste o significado de Fonden, nas palavras de Fagiolo (2009, p. 103): “se trata de una empresa bajo la forma de sociedad anónima, cuyo control accionario y estatutario es tarea del Ministro de Finanzas y cuya política es administrar con eficiencia y eficacia los excedentes petroleros transferidos por PDVSA y aportes del BCV, producto del diferencial del nivel óptimo de reservas internacionales, con el fin de financiar proyectos dirigidos al desarrollo económico, social y productivo del país. Acerca dos valores absolutos os quais constituíram o Fonden, destaca Severo (2006, p. 21): “Desde su creación, se ha transferido al Fonden exactamente 21.818 millones de dólares: 1.500 en 2005, 6.800 en 2006, 6.700 en 2007 y 6.677 millones de dólares en 2008. Según informó el presidente [Chávez] en su Mensaje Anual a la Nación, “cuando el petróleo se disparó por encima de 100 dólares, yo fui el primero que dijo: ‘hay que crear una contribución especial’, porque eso es lo que llaman ganancia súbita. Bueno, fíjense, producto de esos meses del año 2008, en los cuales el petróleo llegó hasta casi 130 dólares el barril, el venezolano, nos quedaron en el Fonden 5.730 millones de dólares”.

totalidade das divisas por conceito de renda petroleira, limitando-a à administração das reservas para as necessidades da economia doméstica.

Também esteve contemplado o estímulo às microempresas com fins à diversificação produtiva a partir da criação do *Fondo de Desarrollo Microfinanciero* (Fondemi), financiado por recursos do *Banco de Desarrollo Economico Social* (BANDES), além do *Fondo Nacional de Ciencia y Tecnología* (Fonacit), incumbido do direcionamento de recursos provenientes do setor privado à ampliação da base tecnológica nacional (ARGUELLO, 2005). No que toca à contribuição tributária para reversão da debilidade fiscal, o novo enfoque do máximo órgão *Servicio Nacional Integrado de Administracion Aduanera y Tributaria* (SENIAT), através das campanhas *Plan Evasion Cero* y *Plan Contrabando Cero*, incrementou a arrecadação em 60% ao ensejar maior controle alfandegário e incidir com maior veemência sobre empresas transnacionais e nacionais historicamente isentas ou inadimplentes (SEVERO, 2009).

No mais, recomendamos consultar Maza Zavala (2009) para uma análise pormenorizada acerca da fundação de novos bancos de investimentos, setoriais e comunitários, o que nos permite apreciar a importância estatal em termos de desempenho fiscal e de investimento produtivo à época. Adiante, embasados pelas advertências deste autor, veremos que a proeminência de operações de crédito público e a incorporação dos dividendos da atividade petroleira e das utilidades cambiárias do BCV como fontes ordinárias de financiamento, não obstante a afluência sem precedentes dos ingressos petroleiros e de ingressos tributários internos, redundariam em um progressivo endividamento público, marcadamente repousado sob o aumento da dívida interna.

2.2.2 *O advento da industrialización soberana em suas contradições aparentes*

Como ponto de partida para a discussão acerca das linhas centrais da política industrial bolivariana, nos valem do conteúdo da *Declaración de Pozo de Rosas*, bem como do Acordo Marco para a Reativação Industrial e a Transformação do Modelo Produtivo e do Decreto para o Subministro de Matérias Primas ao Setor Transformador Nacional, tal qual expresso por Parker (2006), Barros (2007, 2013) e Severo (2009), respectivamente. O primeiro documento, redigido em abril de 2003 pelo então *Ministerio de la Producción y el Comercio* (MPC, 1999-2005), posteriormente designado *Plan de Desarrollo Endógeno de la Industria Venezolana* quando da adesão à terminologia cepalina, discriminava as cadeias produtivas setoriais que o governo aspirava promover,

a saber: alumínio, hidrocarbonetos, plástico, sidero-metalúrgica, calçados, têxtil, automotiva e florestal (PARKER, 2006). Mediante o engajamento estatal em indústrias de produção primária e na prestação de serviços básicos, este novo enfoque procurou forjar uma aliança entre o capital privado e as empresas estatais (PDVSA, CVG, Corpoelec, HidroCaribe) sob grandes plantas industriais designadas como núcleo endógeno básico, as quais seriam complementadas por núcleos endógenos menores circunscritos ao movimento cooperativista (FAGIOLO, 2009; PARKER, 2006; VERA, 2006).

Nesse sentido, o desempenho de iniciativas provenientes de *misiones* produtivas orientadas à capacitação profissional e incorporação econômico-produtiva da comunidade organizada cumpriu grande importância para promoção de novas relações produtivas baseadas em princípios de cooperação e autogestão (ÁLVAREZ R., 2009). A nova estratégia introduzida pelos bolivarianos suscitou, ainda, uma reorientação da política de mercado das estatais integradas ao núcleo endógeno básico, cuja produção se destinava fundamentalmente à exportação, priorizando, a partir de então, a demanda de pequenos e médios industriais do mercado doméstico, garantindo-lhes o abastecimento de insumos em condições especiais de pagamento (LUCAS, 2021).

Se comienza por establecer las industrias consideradas pilares fundamentales para crear lo que hoy llamaríamos un núcleo endógeno básico. En este trabajo el ministro y el Ministerio de Industria pues también tienen un papel fundamental que jugar. En este impulso creador inicial de la industria del hierro y del acero surgen la electro y la metalmecánica, estamos hablando de otras áreas: la química básica, la infraestructura de energía, transporte y comunicaciones a partir de la utilización de recursos naturales hasta entonces desaprovechados (CHÁVEZ *apud* VERA, 2006, p. 5)⁵⁴.

Em sintonia com a promoção da colaboração entre o capital privado e as empresas estatais encadeada ao trabalho cooperativo capacitado por *misiones* socioprodutivas já mencionadas, caberia às indústrias primárias a garantia de insumos básicos a setores manufatureiros de maior valor agregado, em sua maioria vinculados à atividade produtiva privada, de modo a ensejar maior integração produtiva interna e estimular a exportação de setores produtivos não-tradicionais (LUCAS; 2021; PARKER, 2006; SEVERO, 2009; VERA, 2006). A ênfase na projeção da capacidade produtiva para a exportação abarcou, inclusive, a produção cooperativista ao suscitar entre tais entidades projetos de integração comercial no âmbito do Mercosul e da região caribenha e, ainda, a promoção de apoio

⁵⁴ Hugo Chávez Frias, Aló Presidente 205, Maracaibo, Sep. 2004.

financeiro venezuelano a associações cooperativas de outros países, como nos casos da uruguaia *Cooperativas Federadas de Ahorro y Crédito* (Cofac) e da *Cooperativa Láctea Sancor de Argentina* (FAGIOLO, 2009). Conforme salienta Fagiolo (2009), comparecem em alguns destes casos acordos de transferência tecnológica entre empresas cooperativas estrangeiras e os núcleos endógenos menores em favor de ganhos de produtividade das plantas instaladas e do funcionamento de fábricas inoperantes no país.

Nos albores de 2004, a elevação do produto em 18,3%, desempenho excepcional na história econômica venezuelana, desdobrou-se no fortalecimento das *missiones*, no revigoramento do setor manufatureiro e na difusão de instâncias como o *Ministerio de Industrias Básicas y Minería* (Mibam, 2005-2011), *Ministerio de Economía Popular* (Minep, 2005 - 2008 – substituído pelo *Ministerio del Poder Popular para la Economía Comunal*, Minec) e *Ministerio de Industrias Ligeras y Comercio* (Milco, 2005-2009), relacionadas à urgência que o governo imprimia à agenda de economia social (ARGUELLO, 2005; MAZA ZAVALA, 2009; LUCAS, 2021). Por intermédio do Mibam, se insere um amplo plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas e mineradoras, a partir do qual subsídios do Fonden contemplaram diversos projetos estratégicos como o financiamento de uma nova siderúrgica, o *Complejo Siderurgico Nacional*, a partir da aquisição das plantas da expropriada *Siderúrgica del Turbio* (Sidetur); além da criação da *Compañía Nacional de Industria Básica* (Coniba), responsável por onze empresas de produção social (EPS)⁵⁵ atuantes nos setores de mineração, tubos sem costura para passagem de petróleo, papel e celulose, dentre outros (BARROS, 2007; CSN, 2020; SEVERO, 2009). No que se refere ao setor petrolífero, sublinhamos a construção e reativação de um conjunto de novas refinarias, dentre elas, a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), situada no Complexo Industrial do Suape, produto da cooperação entre a PDVSA e a Petrobras. Outro importante empreendimento neste setor foi a reativação, sob parceria cubano-venezuelana, da *Usina de Cienfuegos*, de tecnologia soviética, com pretensões à estruturação de um moderno polo petroquímico no centro-sul do território cubano (BARROS, 2007; SEVERO, 2009).

Em matéria de infraestrutura e transporte, projetou-se por iniciativa do Mibam a instalação de um complexo de indústrias de cimento e de processadoras de alumínio via

⁵⁵ Vislumbradas como iniciativas organizativas dedicadas ao estímulo da economia social e à diversificação produtiva, as Empresas de Produção Social (EPS) figuraram como novo tecido produtivo junto ao processo de transição ao Socialismo do Século XXI, sob o qual predominam pressupostos participativos e a primazia dos valores de uso sobre os valores de troca, no âmbito da distribuição dos excedentes. Retomaremos este conceito com mais detalhes, adiante, na última seção do presente capítulo.

EPS Servicios de Laminación (Serlaca), no estado Bolívar, além da construção de estradas, ferrovias e metrô em Maracaibo e Los Teques (BARROS, 2007; LUCAS, 2021; SEVERO, 2009). Em favor da aceleração da produção de alumínio de maior valor agregado, acordos firmados junto às empresas suíço-americanas *C-Holding Group* e *Gerald Metals. Inc* pela modernização das plantas de laminação e processamento da *CVG Aluminios del Caroní* (Alcasa), além da instalação de uma nova extrusora de alumínio, foram sucedidos, a partir de 2012, por robustos investimentos de fundo binacional conjunto entre Venezuela e China, obedecendo ao mesmo fim (FERREIRA, 2012). Outras iniciativas no âmbito do circuito industrial de alumínio contaram com convênios estrangeiros para ampliação da produção de alumina e bauxita via *CVG Bauxilium* e da *Industria Venezolana de Aluminio C.A.* (Venalum), firmados junto à empresa francesa *Aluminium Pechiney* e a comercializadora suíça *Glencore*, respectivamente, e garantidos por contratos de venda futura da produção (LUCAS, 2021).

Para o ano de 2006, o Sistema Elétrico Nacional, por sua vez, acumulou investimentos que alcançaram US\$ 3 bilhões em financiamento atribuídos por organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *Corporación Andina de Fomento* (CAF), aplicados, entre outros projetos, na construção de uma nova usina hidrelétrica denominada *Central Hidroeléctrica Manuel Piar* (Tocoma), também no estado Bolívar (SEVERO, 2009). Executada pela *CVG Electrificación de Caroní* (Edelca) até a sua paralisação no ano de 2019, Tocoma correspondeu a um notável projeto estratégico de aproveitamento hidrelétrico no *Bajo Caroní*, a complementar as capacidades da *Central Hidroeléctrica Antonio José de Sucre* (Macagua), *Central Hidroeléctrica Francisco de Miranda* (Caruachi) e *Central Hidroeléctrica Raúl Leoni* (rebatizada *Central Hidroeléctrica Simón Bolívar*, a partir 2006). Cumpre registrar, ainda, que, através dos programas *Sembrando Luz* e *Misión Revolución Energética*, projetou-se a construção dos primeiros parques eólicos do país, além da instalação de sistemas solares fotovoltaicos, micro redes rurais híbridas e grupos geradores em comunidades indígenas e regiões fronteiriças, predominantemente nos estados Zulia e Falcón (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017). Em que pese o quadro de deterioração do parque elétrico nacional que vigorava na última década, tamanho impacto denotado pelo reposicionamento da Venezuela como 4º maior incremento de capacidade elétrica instalada entre os países mais populosos do continente, repousou, também, na ampliação da capacidade termoelétrica à base de combustíveis domésticos, como o diesel (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017).

No âmbito manufatureiro, dentre as numerosas iniciativas estatais de recuperação e promoção de novas empresas nos marcos do programa *Fábrica Adentro*⁵⁶, empreendido através do *Ministerio de Industrias Ligeras y Comercio* (Milco), destacamos a *Central Azucarero Ezequiel Zamora* (CAEZ), a *Venezolana de Alimentos Mi Casa, S.A* (Venalcasa), *Venezolana de Industrias Tecnológicas C.A.* (VIT) e *Venezolana de Telecomunicaciones* (Vtelca), as últimas adscritas à *Zona Franca Industrial de Paranaaguá*, no estado Falcón, e amparadas por convênios de cooperação junto ao governo chinês (LUCAS, 2021). Tais iniciativas, adiante, seriam alçadas à categoria empresas mistas⁵⁷ ou como empresas de produção social (EPS). Igualmente, cabe menção à inauguração da *CVG Aluminio de Carabobo C.A.* (Alucasa) e *Corporación Eléctrica Nacional S.A* (Corpoelec), empresa operadora de caráter social e público dedicada à reorganização do setor elétrico (CARRIZALEZ NAVA, 2015; LUCAS, 2021). Constituídas por convênios binacionais iraniano e sino-venezuelanos, temos, respectivamente, a *Veniauto Industrias C.A* e a *Corporación Automotriz ZGT, C.A.*, dedicadas à montagem e comercialização de peças automotrizes, além da fábrica de tratores *Venirán Tractor* que, ainda em 2006, efetivara a entrega de suas primeiras 400 unidades (LUCAS, 2021; SEVERO, 2009). Vale mencionar, também, o *Centro de Producción de Rines de Aluminio* (Rialca), parceria sino-iraniana encarregada do fornecimento de insumos aos convênios de ambos os países na Venezuela, tendo operado sob modelo conselhistas de controle obreiro desde a sua reestatização, em meados dos anos 2000 (LUCAS, 2021). A seu turno, do estreitamento das relações entre Venezuela e Bielorrússia em 2006 resultou na incidência de acordos de cooperação junto aos setores alimentício e habitacional, incluindo a instalação da montadora de veículos pesados *Veneminsk*, concebendo um gradual intercâmbio no lapso de 2007 a 2011, retomado no ano de 2017 a despeito do bloqueio (INE, 2018).

Como se vê, o aparente desenvolvimento de fontes produtivas internas concretizou-se mediante esforços de ampliação comercial e de diversificação de mercados, tanto no âmbito manufatureiro quanto no intercâmbio petrolífero, este último

⁵⁶ “Para hacer realidad Fábrica Adentro, el Ejecutivo ha tomado una serie de medidas ‘que están destinadas a crear un marco jurídico que ayude al sector industrial’. Entre ellas está el reciente aumento en 15 puntos de los aranceles para la importación de productos que se fabrican en el país o que no son catalogados como prioritarios; ‘no estamos prohibiendo la importación, estamos encareciéndola vía impuesto para desestimularla y permitir al industrial colocar su producción’. Paralelamente se emitió un decreto en el que se elimina el pago de aranceles e IVA a 700 productos; ‘Casi todos esos códigos tienen que ver con maquinarias, partes y piezas, reduciendo hasta en 25% su costo de importación’” (APORREA, 2006).

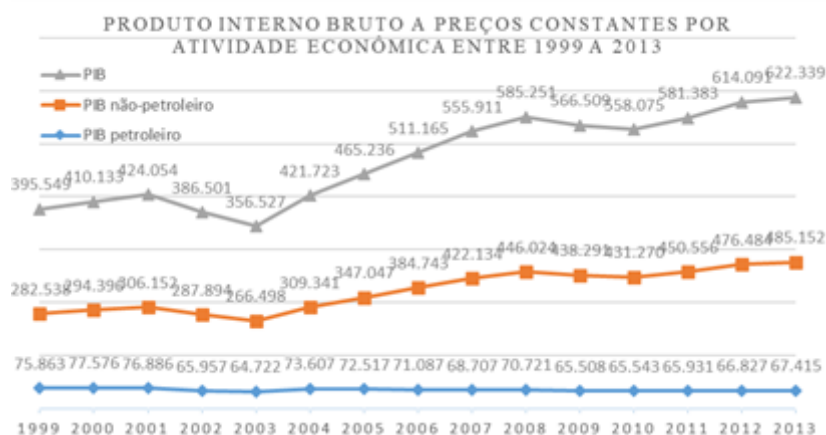
⁵⁷ Para explicações mais detalhadas acerca destas categorias, consultar referências 67 e 69, na última seção deste capítulo.

marcadamente orientado à ampliação da capacidade instalada de refino no país (BARROS, 2007; SEVERO, 2009). Dentre tais esforços, residiram práticas de assessoramento estrangeiro, como no caso da assessoria cubana à CAEZ; estreitamento de relações junto a investidores privados, nacionais e estrangeiros; e, por fim, o estabelecimento de convênios de cooperação estratégica e de transferência tecnológica, grande parte integrados por China, Rússia⁵⁸, Irã, países do continente latino-americano e membros da OPEP. Não obstante, o protagonismo do intercâmbio econômico, financeiro e, inclusive, tecnológico com os Estados Unidos, principal destino das exportações petrolíferas (38% do total) e maior fornecedor de bens e serviços requeridos para o consumo e produção nacionais (33%), não foi substantivamente afetado por tais circunstâncias (MAZA ZAVALA, 2009). Ao contrário, Maza Zavala (2009) estima que, em termos absolutos, o incremento do intercâmbio com a economia estadunidense tenha saltado de US\$ 4,6 bilhões a US\$ 24,3 bilhões em uma década (1998-2007), uma expressão incontestável do estreitamento dos vínculos de dependência em âmbito comercial, para além da dependência quanto a serviços tecnológicos em âmbito produtivo.

Partindo do valor nominal do ano de 1997 enquanto referência (base 1997: 100), deduzidos os efeitos da inflação sobre os valores correspondentes à produção de cada ano, constatamos o produto bruto venezuelano em termos reais, cujo ritmo de crescimento determinaria o ritmo real da atividade econômica ao longo de 1999 a 2013, expresso conforme o valor da moeda no ano de 1997 em centenas de milhões de bolívares (mmBs). Conforme evidenciado pelo gráfico 2.2, o produto não-petrolífero predomina sobre o petrolífero e simula mais fielmente o comportamento do produto agregado.

⁵⁸ Optamos por prescindir da menção aos acordos de cooperação firmados entre Venezuela e Rússia, intensificados ao longo do intervalo de 2006 a 2012, por estes se concentrarem sobremaneira no setor bélico, a partir da produção de armamentos.

Gráfico 2.2 – Relação entre PIB total, PIB petroleiro e PIB não-petroleiro, a preços constantes (1997:100)

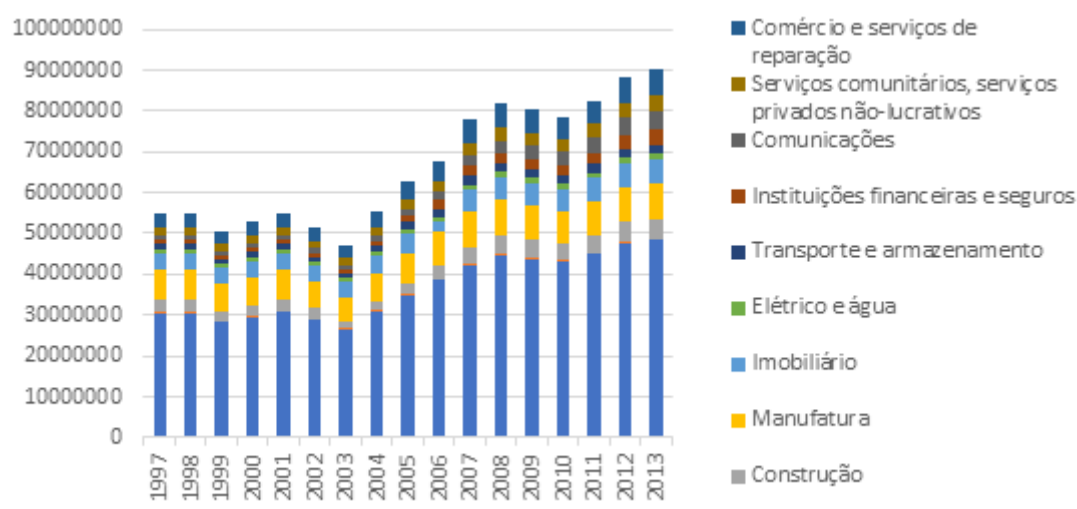


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCV.

Ainda que de maneira oscilante, é nítida a tendência à gradual redução da participação do PIB petroleiro junto ao produto agregado, fato que, a partir de Maza Zavala (2009), depreendemos derivar do paulatino estancamento do potencial físico e de transformação preponderante nesta indústria há pelo menos duas décadas, além de refletir, em menor grau, a restrição de seu nível produtivo desde a rearticulação da OPEP, em meados dos anos 2000. Por sua vez, a participação da economia não-petroleira tende a ser gradualmente mais significativa no período destacado, progredindo de 71,4% no primeiro ano da gestão Chávez a 77,9% no ano de 2013, o que redundou em um crescente aporte do ingresso fiscal não-petroleiro. Disso inferimos que, aliados ao propósito bolivariano de promoção do investimento privado como principal fator explicativo do crescimento econômico a longo prazo, tanto a recuperação verificada junto ao produto agregado quanto o crescimento dos níveis de empregos registrados estiveram fundamentalmente hipotecados ao desempenho do setor privado (67%) (EL TROUDI, 2010).

À primeira vista, constatada a aparente recuperação da participação do produto manufatureiro na composição do produto não-petroleiro (gráfico 2.3), tendo apresentado tendências crescentes a partir de 2003, precipitam-se hipóteses relacionadas à exitosa atuação estatal na compensação das distorções engendradas pela formação social dependente petroleiro-rentista à economia produtiva, sustentada pela transmissão, via gasto público, da renda petroleira convertida em capital aos setores considerados estratégicos.

Gráfico 2.3 – Produto não-petrolero por atividade econômica, a preços constantes (1997:100)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE (2021).

Restou demonstrado que a expansão do produto não-petrolero entre 2004 a 2008 procederia primordialmente do consistente crescimento dos setores terciário (comércio e serviços, registrando crescente participação de 7,92% a 11,03% no produto agregado), de serviços de intermediação financeira (de 2,34% a 4,89%, no mesmo intervalo) e de telecomunicações (de 3,26% a 4,32%), além do incremento da capacidade elétrica instalada, cujo crescimento médio interanual alcançou 3,63% (ÁLVAREZ R., 2009; BARROS, 2007; SEVERO, 2009; VERA, 2009; LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017). A seu turno, dentre os segmentos industriais de maior incidência neste processo, designado por Severo (2006, 2009) e Barros (2007, 2013) como *industrialización soberana*, sublinhamos o setor automotivo (13,5%), o alimentício e o de tabaco (10,6%), pneus e produtos plásticos (10,3%), e em menor medida, o de maquinário e equipamentos (7,0%). Por mais alentador que resulte ser o desempenho do produto experimentado neste intervalo, contudo, uma aproximação em perspectiva mais ampla das determinações e implicações desse processo tende a demonstrar a sua incipiência e debilidade junto à acumulação produtiva na Venezuela.

Com efeito, o notável crescimento da atividade econômica concentrado entre 2004 e 2006 comprova o prévio empenho bolivariano em investimentos em bens de capital, isto é, na aquisição de maquinários, componentes e instalações industriais, cujo impacto conduziu ao incremento da produção industrial (gráfico 2.3) e ao expressivo aumento da exportação de bens não-tradicionais, especialmente ferro, aço, alumínio e peças automotivas (FERREIRA, 2012; LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009). Em números

absolutos, a exportação de produtos metalúrgicos saltou de US\$ 780 milhões para US\$ 3,1 bilhões ao longo do decênio de 1999 a 2008, representando neste último ano 50% do total (MAZA ZAVALA, 2009). Correlativamente, a pontual redução das importações de bens de consumo finais, de 37,6% para 24,2% do total importado, e o acréscimo da formação bruta de capital fixo em 25,7% deste total, indicador que se duplicou no período em destaque, parecem reforçar o aparente cenário de renovação do processo de substituição de importações sob manejo bolivariano (BARROS, 2007; SEVERO, 2009; SUTHERLAND, 2016).

Tais logros, atribuídos por Barros (2007) e Severo (2009) à exitosa instituição do Acordo Marco para a Reativação Industrial e Transformação do Modelo Produtivo e do Decreto para o Subministro de Matérias Primas ao Setor Transformador Nacional, demonstraram, entretanto, sua fragilidade na medida em que a brecha real entre a produção nacional e a demanda agregada interna seguiu estimulando a ampliação das importações e o aumento dos preços. Veremos que o crescimento superior ostentado pelo comércio importador anteciparia desequilíbrios na balança de pagamentos frente a saldos favoráveis na conta corrente cada vez mais reduzidos, até que se exaurisse, a partir de 2011, a fase expansiva do ciclo de preços petrolíferos.

O fôlego exportador não-tradicional em setores da indústria extrativa de baixo valor agregado, particularmente predominante nos grandes conglomerados industriais nacionais, nos leva a inferir que os investimentos em bens de capital estiveram especialmente concentrados neste setor, malgrado os agudos retrocessos acumulados pela indústria de transformação de maior complexidade residenciais no país (FERREIRA, 2012; VERA, 2009). Vera (2009) aponta como única exceção o desempenho da indústria petroquímica. Como consequência direta da abundante disponibilidade de combustíveis domésticos e seus derivados pelo *Complejo Refinador Paranaguá*, compreendido pelo conjunto de refinarias de *Falcón* e *Bajo Grande*, no estado Zulia, a participação termoelétrica prevaleceu junto à expansão da cobertura elétrica nacional, com predomínio de tecnologias de alto consumo energético e baixa eficiência térmica (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017).

Por sua vez, a manifestação da tendência ao decréscimo da participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho empregada (gráfico 2.4), produto da gradual transferência destes trabalhadores à modalidades de ocupação mais infladas como o setor de serviços, confirma que o incremento experimentado pela produção industrial decorreu, fundamentalmente, do aumento da capacidade instalada de 45,1% a 61,1%

entre 2003 e 2007, mantendo-se em 57,60% para 2012 (INE, 2021; FERREIRA, 2012; LUCAS, 2021; VERA, 2009). Ao que agrega a análise de Sutherland (2016) acerca dos níveis de formação bruta de capital fixo em relação à força de trabalho ocupada aplicados à indústria privada não-extrativa para o intervalo de 1997 a 2014, em que se verifica um incremento deste indicador até 2007 seguido de um pronunciado descenso da ordem de 68% nos anos posteriores, regredindo a níveis inferiores aos registrados em 1997.

Gráfico 2.4 – Participação do emprego industrial sobre o emprego total



Fonte: Retirado de Vera (2009).

Assim, as limitações em termos de capacidade produtiva então demonstradas pela formação dependente petroleiro-rentista remetem à acentuação de outra brecha estrutural fundamental, desta vez entre o nível de investimentos produtivos que se realizam e o nível necessário à manutenção da expansão econômica, cálculo limitado às dimensões das contas do produto. Para atender aos objetivos aspirados pelos bolivarianos, se requereria a aplicação de proporções mais generosas do ingresso fiscal em investimentos produtivos, os quais, em média, alcançaram apenas 23% do produto interno bruto no intervalo de 1998 a 2006, 45% destes aportados ao setor privado e 55% ao setor público (MAZA ZAVALA, 2009). Estima Álvarez R. (2009) que, para 1977, os investimentos produtivos alcançaram 70,6% do produto agregado (destes, 13,1% ao setor público e 57,5% ao setor privado), enquanto, para 2007, registrou-se uma expressiva mitigação desta participação para 33,8% do produto, tendo tais investimentos recaído essencialmente sobre o setor público.

Essas constatações sinalizam fortes evidências de que o breve dinamismo industrial alcançado pelos bolivarianos não correspondeu a reversões significativas em

termos do contínuo decréscimo de participação industrial junto ao produto agregado; ao contrário, Vera (2009) adverte que, comparativamente, os índices registrados entre 1999 a 2007 repercutem como os piores resultados auferidos pelo produto industrial nas últimas quatro décadas. Com efeito, a participação da manufatura em importância relativa abrangeu apenas 15,97% do produto em finais de 2008, tendo alcançado 16,7% em 2005 e 17,36%, em 1999 (ÁLVAREZ R., 2009). Este parco dinamismo sequer incrementou substantivamente a participação das exportações não petroleiras industriais sobre as exportações totais, prevalecendo, em seu lugar, a recomposição regressiva das exportações de setores industriais de baixa complexidade e produtividade, o que compromete o objetivo de diversificação da oferta exportável pelo país (VERA, 2009). Tais indícios desvelam a reprodução da tendência à deterioração dos níveis de produtividade do trabalho junto à atividade industrial e a limitada expansão do aparato produtivo interno lograda pelos bolivarianos, então agravada por um prévio contexto de expressivas perdas de unidades industriais (ÁLVAREZ R., 2009; SUTHERLAND, 2016; VERA, 2009).

De igual modo, a despeito do significativo aumento na extensão da superfície cultivável e do financiamento agrícola (público e privado), a manutenção da tendência ao decréscimo da participação do produto agrícola junto ao produto agregado, cuja incidência não ultrapassou 4,39%, coloca em relevo a debilidade em termos de produtividade e rendimento de recursos neste setor (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2010). Assim sendo, tendo em vista todas essas limitações, as quais não se esgotam em explicações relacionadas às incertezas ou resistências do setor privado à novos investimentos produtivos como sugere Lucas (2021), o aumento da demanda agregada interna de produtos manufaturados tendeu a ser satisfeito por um crescente volume de importações, induzidas pela apreciação do câmbio real após 2005.

Em síntese, como assevera Maza Zavala (2009), a dinâmica de crescimento verificada ao longo de quase uma década (1999-2008) na Venezuela exhibe um escasso resultado, cuja somatória dentre as taxas de variação do produto interno bruto não ultrapassa 3,4%, alcance incipiente diante de um afluxo de ingressos sem precedentes na história fiscal do país. Ademais, restou demonstrado tratar-se de um crescimento inorgânico, já que a conformação deste não se constituiu sobre a atividade industrial e agrícola, recaindo, fundamentalmente, nos setores do comércio e de serviços dedicados à comercialização e distribuição de bens e serviços importados, beneficiados pela apreciação do câmbio (ÁLVAREZ R., 2009; MAZA ZAVALA, 2009).

A despeito do insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero na última década, observamos o incremento da participação petrolífera na pauta de exportações, marcadamente a do petróleo cru, acompanhando a alta dos preços do barril (CEPAL, 2022), como demonstraremos adiante. Deste cenário, depreendemos, portanto, a agudização da crescente especialização produtiva em setores de baixo valor agregado a que o país está submetido desde o esgotamento do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro nas décadas de 1950-60, fenômeno ininterrompido a despeito das transformações de ordem político-institucional perpetradas pelos bolivarianos. Retomaremos essa hipótese adiante, no último capítulo desta investigação.

Isto posto, Maza Zavala (2009) aponta que, haja vista a estagnação do volume físico exportado, cerca de metade (49%) do fluxo de divisas registrados entre 2004 e 2007 procederia do dinamismo alcançado pela elevação dos preços petrolíferos, restando as fontes de financiamento nacional sujeitas, assim, à fatores exógenos e conjunturais. De encontro ao que assevera o autor, uma vez lograda a reformulação da gerência da PDVSA, que outrora reinvestia quase exclusivamente seus lucros no exterior, ressaltamos que a procedência dos recursos mobilizados pelo conjunto das *misiones* passou a derivar sobretudo dos rendimentos da própria empresa, ao invés dos orçamentos dos ministérios aos quais estavam vinculadas – ou seja, de fontes extraordinárias de financiamento, ao invés dos ingressos tributários internos (BARROS, 2007; CICERO, 2015; GIORDANI, 2009).

Desses fatos derivariam ao menos duas consequências, antecipadamente advertidas por Maza Zavala (2009), as quais consideramos conveniente pontuar. A primeira diz respeito ao comprometimento da capacidade de gestão requerida pela atividade petrolífera, isto é, da manutenção do potencial operativo e ampliação do potencial produtivo da estatal petrolífera. Trata-se de uma lacuna da maior importância já que, a despeito da minguante participação do polo produtivo petrolífero junto ao produto agregado, o valor nacionalmente produzido segue sendo muito impactado pelas determinações do setor petrolífero exportador, quais sejam, a proeminência das exportações do petróleo junto às exportações totais e a expressiva contribuição da renda petrolífera para as reservas internacionais do país.

A segunda diz respeito, exatamente, à sustentabilidade do fluxo contínuo da renda internacional proveniente do petróleo e, por extensão, de sua conversão em capital mediante o processo de investimento produtivo em favor da diversificação industrial no país. Cientes do peso aportado pelo investimento público, marcadamente constituído pelo

ingresso petroleiro, ao dinamismo produtivo e à acumulação nacional, sem nos atermos com rigor à dialética entre a produção e a apropriação do valor própria da condição dependente, constatamos que o regime fiscal interno na Venezuela passa a depender essencialmente da histórica volatilidade dos preços petroleiros, cuja tendência é perder impulso a médio e longo prazo. Em outras palavras, o modelo produtivo endógeno bolivariano, ao fim e ao cabo, submeteu-se como horizonte normativo à automática reprodução da lógica *sembrar el petróleo*, resultando ser uma condição insuficiente para a reativação econômica nacional.

Sendo assim, partindo das considerações de Cícero (2015) e Fagiolo (2009), inferimos que a centralidade assumida pela renda petroleira neste novo modelo produtivo, no qual a economia social aparece como um componente transversal de políticas sociais e econômicas, denuncia que o desempenho do processo de *industrialización soberana* reproduziria a mesma sinuosidade a que estavam submetidos os preços do combustível no comércio internacional. Seu ritmo expansivo, portanto, só seria possível por um breve tempo e às expensas das reservas internacionais de que dispunha o BCV.

2.3 Limites da alternativa endógena e a inflexão ao socialismo produtivo venezuelano

Diante do parco fôlego dinamizador procedente de políticas de desenvolvimento endógeno ensejadas pelos bolivarianos, vimos que não se materializa a correspondência entre o predomínio do produto não-petroleiro sobre o produto agregado e o incremento de produtividade do setor manufatureiro, visto que a vantagem daquele polo produtivo se concentrou sobretudo no setor de serviços. Evidenciada a tendência à deterioração do volume de investimentos produtivos, medida em termos de descenso da formação bruta de capital fixo, tanto no setor público como no privado, constatamos que o nível de investimentos então promovido não foi suficiente para estimular o crescimento global da economia venezuelana. Na prática, o que se verificou no circuito da produção nacional foi a ampliação da produção manufatureira marcada pelo aumento da capacidade instalada e, simultaneamente, pela perda de complexidade produtiva, além da gradual redução de sua capacidade de absorção de recursos e de fatores produtivos, inclusive capital e força de trabalho.

A seu turno, a exacerbação dos elevados níveis de importação revela a vulnerabilidade da formação econômica dependente e do esquema petroleiro-rentista no

que se refere a atender, a partir da capacidade de oferta da produção nacional, a demanda agregada impulsionada mediante o incremento do gasto público. Relembremos que essa espécie de propensão ao déficit por parte do Estado, entendida, conforme Furtado (2008), a partir da acentuada participação do gasto público à expansão da demanda agregada interna e ao investimento, foi propiciada, na ocasião do primeiro mandato do Presidente Chávez, não pela diversificação produtiva ou pela substancial ampliação do volume exportado, mas pela ascensão dos preços petrolíferos, ou seja, pela acentuação do rentismo.

A finais de 2007, não obstante o crescente afluxo de recursos fiscais então registrados, tanto de origem petrolífera como de tributação interna, se descortina a recorrência de saldos deficitários nas contas públicas a partir da trajetória ascendente dos gastos correntes e de capital, cuja ampliação comprometeu, em seu conjunto, cerca de um terço do produto agregado em anos recentes (MAZA ZAVALA, 2009). Em termos nominais, levando em consideração a disponibilidade creditícia concedida ao governo pelo sistema financeiro privado, Maza Zavala (2009) estima que o gasto público total salta de aproximadamente Bs. 11.970 para Bs. 125.937 bilhões ao longo de nove anos (1999-2007), enquanto a evolução dos ingressos totais alcança de Bs. 10.374 a Bs 141.333 bilhões. O persistente comprometimento fiscal pelo desfavorável balanço financeiro justificou, então, operações de refinanciamento e amortização do déficit orçamentário via aquisição de títulos da dívida pública de curto prazo por instituições financeiras residentes, haja vista as abundantes condições monetárias internas e o limitado acesso ao crédito público externo (MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015). Ainda que a justificativa pela aplicação de tais medidas remetesse à aparente moderação da liquidez monetária e ao abrandamento da pressão inflacionária, cuja média atingiu 25% naquele período, na prática, seu desígnio se revelou como uma exitosa estratégia de liberalização da conta capital, a qual impactou negativamente o controle de câmbio em vigência desde 2003 (OURIQUES, 2015). Em outras palavras, o fortalecimento do capital financeiro a partir do recorrente endividamento estatal redundou na implementação de uma política de controle de câmbio com abertura da conta de capitais⁵⁹ que visava a acentuar a

⁵⁹ Não é nossa intenção nos ater a aspectos particulares ao regime cambial venezuelano, por entender que a perspectiva que nos interessa aqui, relacionada às concessões operadas pelos bolivarianos ao capital financeiro, não se resume a tal questão. Não se trata de projetar o problema à conjuntura cambiária então predominante; em nossa concepção, a redução desta perspectiva a explicações menores tem por intuito ocultar as causas reais da dramática exportação de capitais e do avanço do rentismo no país caribenho. Sem insistir muito neste tema, reproduziremos as considerações de Ouriques (2015, pp. 75-80), as quais nos parecem dignas de menção: “La interpretación conservadora (neoclásica) indica que en condiciones de

mobilidade de capitais, fossem financeiros ou produtivos, o que se demonstrou especialmente evidente quando da adesão por parte da PDVSA⁶⁰ à prática de emissão de títulos a partir de 2005 (OURIQUES, 2015).

Com efeito, os recursos derivados da ampliação do endividamento público interno, ao invés de cobrir as necessidades de financiamento por parte do governo quando resgatados, fortalecem a propensão ao gasto até se constituírem como um elemento consubstanciado a este, reduzindo significativamente as reservas disponíveis frente ao avanço das contas externas (via serviços da dívida e importação) (MAZA ZAVALA, 2009). Assim, parte dos ingressos petroleros se mantiveram no exterior mesmo excedendo o limite estabelecido pelo controle de câmbio e, na medida em que se acumularam os serviços da dívida, houve menor margem ao CADIVI para fazer frente às exigências de importação de bens e serviços pela fração comercial-importadora (MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015).

Desse modo, adverte Ouriques (2015), criam-se condições, a partir da adoção da política de endividamento estatal por títulos públicos nominados em dólar, para a ampliação da exportação de capitais da ordem de U\$ 4.324 para US\$ 27.781 milhões entre 1999 a 2007, cujo ritmo acelerado alcançaria, em apenas nove anos, a totalidade da cifra atingida em quatro décadas de vigência da IV República (US\$120.000 milhões). Para o ano de 2008, a despeito da pronunciada apreciação dos preços petroleros (os quais

control de cambio entra en funcionamiento el conocido ‘efecto transferencia’ (*pass-through*) del tipo de cambio sobre los precios. Así, la erupción del dólar permuta (especie de dólar paralelo) sería el mejor indicador de los precios internos y responsable último por la elevada inflación que el país sufre en el último año. La prensa “explica” el proceso de manera sencilla y, sobre todo, ideológica. Según la explicación corriente, el gobierno administra muy mal el país, despilfarras las divisas en lugar de ofertarla en tiempo necesario en CADIVI, la comisión que de hecho administra el cambio fijo liberando las solicitudes de dólares ante solicitudes de los empresarios. Además de la corrupción, la mala administración del gobierno hace con que la demanda sea cada día más fuerte que la oferta de dólares lo que resultaría en la elevación del precio del dólar en el mercado paralelo que ya alcanzaría dos o cuatro veces el precio del dólar bajo control. [...] Según la ‘explicación’ vulgar, la falta de divisas disponibles en CADIVI eleva los precios del dólar permuta, sobre todo porque el presidente de la república puede disponer de manera ‘autocrática’ el uso para el FONDEN y solamente una parte menor es depositada en el BCV. Además, la versión de prensa insiste en que PDVSA hace un uso político de las divisas cuando compra alimentos destinados a enfrentar el acaparamiento de los comerciantes (PDVAL) y también cuando destina sumas elevadas para garantizar la obra social del gobierno por medio de las Misiones. En resumen, el uso ‘político’ de las reservas es en definitiva la razón del cambio paralelo y causa última de inflación. [...] Más aún, la profecía de que el fin del control de cambio resultaría en una estampida mayor de capitales, sobre todo en virtud de la notoria sobrevaluación del bolívar. Después de enero del 2010, fue posible devaluar el bolívar, mantener el control de cambio y profundizar la fuga de capitales. La razón es sencilla: control de cambio con apertura de la cuenta de capitales es una fórmula extraordinariamente eficaz para profundizar el rentismo petrolero y fortalecer la fracción financiera del capital”.

⁶⁰ “Ahora, empresas del Estado, notoriamente PDVSA, emiten bonos en divisas mayormente y, aunque su régimen financiero es autónomo, su deuda, en última instancia forma parte de la deuda de la República” (MAZA ZAVALA, 2009, p. 71).

ultrapassaram a marca dos US\$ 100/barril) e do impacto positivo destes sobre o ingresso de divisas ao país, projetou-se a exacerbação dessa tendência, estimada em US\$ 52.000 milhões naquele ano (MAZA ZAVALA, 2009).

Outro desdobramento dessa estratégia foi a intensificação do processo inflacionário; evidentemente, suas implicações para a organização produtiva na Venezuela seriam devastadoras, dentre elas, a regressão da capacidade produtiva nacional e o agravamento da tendência à deterioração do volume de investimentos produtivos observada desde 2005. Resta claro, portanto, que não há qualquer paradoxo entre o aprofundamento do rentismo e o reforço dos estruturais mecanismos de drenagem de capital, operadores da permanente transferência de valor de que padece a formação dependente petroleiro-rentista, resultando no progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petroleiros.

Tabela 2.1 – Investimentos (em milhares de Bs.) e saída de capital (em milhões de US\$)⁶¹

Ano	Investimentos		Privada %	IBF/PIB %	Saída líquida de capital	Capital a curto prazo
	Públicos	Privados				
1998	48.000	43.000	47	15	861	-5.228
1999	42.000	35.000	45	16	-2.640	-3.242
2000	43.000	37.000	46	14	-7.544	-5.977
2001	46.000	38.000	45	17	-6.003	-7.133
2002	37.040	28.000	43	13	-11.850	-8.074
2003	38.000	30.000	44	12	-16.005	-3.230
2004	40.000	34.000	46	12	-11.932	-6.867
2005	43.000	37.000	46	23	-20.071	-8.123
2006	45.000	40.000	47	27	-22.431	-16.345
2007	(-)	(-)	(-)	24	25.743	-21.540
Média	42.000	36.000	46	17	-7.187	-8.576

Fonte: Maza Zavala (2009).

Os sinais de desaceleração sustentados pelo produto manufatureiro ao longo de 2007-2008 prontamente converteram-se em estancamento e recessão nos anos subsequentes, sugerindo que a manufatura nacional havia atingido o seu teto produtivo sem a contrapartida de novos investimentos orientados à ampliação de sua capacidade

⁶¹ IBF: Investimento bruto fixo. PIB: produto interno bruto (produto agregado).

operativa (EL TROUDI, 2010). A adoção de uma acentuada restrição da liquidez monetária para combater a espiral inflacionária, mesmo combinada com políticas de regulação da taxa de juros ao setor manufatureiro, não logrou evitar efeitos de contração sob a atividade econômica, impactando negativamente o outorgamento de créditos públicos e de fundos dirigidos ao financiamento dos setores produtivos privados (EL TROUDI, 2010).

Outrossim, o aprofundamento do modelo rentista no seio do Sistema Elétrico Nacional⁶² seria desvelado pelo arrefecimento nos níveis de consumo elétrico nacional, intensificado, em 2009, pelos níveis críticos registrados em *Embalse del Guri*, principal represa do complexo *Central Hidrelétrica Simón Bolívar* – então grande responsável pelo provimento hidroelétrico ao país caribenho (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017; LUCAS, 2021). Dentre outros efeitos deletérios então transmitidos e não solucionados pelo *Nuevo Modelo Productivo*, prevaleceram, ainda, as insuficiências em termos de produtividade da economia não petroleira, de inferior composição orgânica média em comparação ao setor petroleiro, e a predominância de setores de baixo valor agregado no âmbito do aparato produtivo nacional.

Ademais, o crescimento experimentado entre os anos 2004 a 2006 pouco alterou a parca articulação e desigual densidade do tecido industrial nacional, concentrado nos estados de Miranda, Aragua, Carabobo, Lara e Táchira, além de não reverter a concentração oligopólica da produção nacional, com predomínio do setor privado junto às redes de distribuição (EL TROUDI, 2010). Assim, as ponderáveis iniciativas promovidas pelos bolivarianos em termos de unidades industriais pouco impactaram o

⁶² Perpassamos brevemente, na seção anterior, o histórico predomínio de recursos fósseis como fontes primárias de energia elétrica na Venezuela, detidamente carvão, coque, gás e diesel, como fator determinante à reprodução do modo de acumulação rentista a despeito das iniciativas *puntofijistas* e bolivarianas orientadas ao fomento de matrizes energéticas mais afeitas à sustentabilidade. Assim, os episódios marcados pela redução dos subsídios petroleiros, tanto entre 1982 a 1998 como ao largo de 2009 a 2014, converteram-se ao Sector Eléctrico Nacional em agudos desinvestimentos em capacidade elétrica e perda de qualidade do serviço elétrico nacional; neste último caso, regrediu-se a níveis inferiores à média regional latino-americana pela primeira vez desde o ano de 1958, o que sugere a reprodução ampliada da dependência aos combustíveis fósseis nos marcos do sistema elétrico nacional (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017, p. 18). No que concerne ao caráter rentista predominante na indústria elétrica venezuelana, destacamos o seguinte: “En cuanto al consumo eléctrico, el modo rentista del sector eléctrico venezolano provoca una causalidad bidireccional entre la demanda eléctrica nacional y el crecimiento económico derivado de la exportación de hidrocarburos. Esto implica que un aumento en el consumo de electricidad es evidencia del crecimiento económico rentista; y éste estimula en el país un derroche de electricidad generada a partir de los combustibles. Esto sólo ha sido posible por la disponibilidad de abundantes productos refinados nacionales, por los subsidios gubernamentales, tanto a los combustibles fósiles como a las tarifas eléctricas, lo que ha fomentado la ubicación del país en los primeros lugares en cuanto a consumo eléctrico per cápita en Latinoamérica” (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017, p. 18).

quadro de permanente concentração produtiva, em que 80% da produção nacional se realiza por cerca de 571 grandes empresas – o que corresponde a apenas 12% da totalidade setorial, redundando em módicas ofertas de empregos no setor manufatureiro, predominantemente os de baixa qualificação (EL TROUDI, 2010).

Assumida como uma crise de valorização resultante do exaurimento das forças produtivas nacionais, a agudização da recessão econômica conduziu ao amadurecimento das pretensões bolivarianas a um movimento transicional como espaço de consolidação da V República, oportunizado pela contundente vitória do presidente Chávez nas eleições presidenciais de 2006 (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Visando a superá-la, apostou-se na busca pela maturação produtiva assentada na ampliação da capacidade instalada e atualização tecnológica das empresas básicas sob intervenção planejada do Estado, que incidisse junto ao nível de produtividade do aparato industrial vigente até a sua substituição por cadeias produtivas responsáveis por impulsionar novas relações sociais de produção em todos os setores da economia (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Implementadas a partir de experiências de planificação econômica e, simultaneamente, incubadoras de novos padrões de organização do trabalho, tais relações de produção alternativas seriam constituídas a partir da inauguração de novas modalidades de propriedade, entre estatais (públicas e mistas), social-coletivas (cooperativistas, comunais e empresas socialistas) e privadas (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009; MÁRQUEZ, 2019).

Recordemos que, ao extrapolar as atribuições da CRBV, a aspiração bolivariana ao processo de transição requereu a adaptação dos princípios constitucionais a um novo marco jurídico no qual se descortinariam as etapas de câmbio político relacionadas à superação dos legados do regime anterior. Assim, coube à proposta de reforma constitucional encaminhada à referendo popular no ano de 2007, o *Proyecto de Reforma de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, detidamente ao *Criterio 91*⁶³, projetar o novo regime de propriedade incumbido da superação das formas de

⁶³ “La sociedad alternativa necesita de una forma de propiedad más avanzada, con mayores posibilidades de despliegue del potencial productivo y que refleje de mejor manera los intereses tanto individuales como sociales. Esta es la propiedad social colectiva y la definimos por el criterio 91. Él nos dice que cada empresa tendrá una proporción 90/10: 90% en los trabajadores y 10% en los inversionistas. Con esto garantizamos que la dirección de las empresas recaerá sobre los trabajadores, pero manteniendo el estímulo individual y la posibilidad de que pioneros y emprendedores con grandes ideas puedan explotarlas, pretendiendo quedarse con parte de la fortuna que con ellas se genere. Por su parte, los trabajadores propietarios no tendrán derechos de propiedad privada. Ese 90% no será hereditario, solo les da el derecho al control y dirección de los procesos mientras se encuentren laborando en la empresa; [...] Aquellas [inversionistas] podrán invertir en una empresa y adquirir lo que se llama acciones de participación. Estas les permiten optar por un derecho, el de disponer de 10% de la parte de las ganancias que no van a reinversión. [...] Con él

produção capitalistas no país caribenho (GIORDANI, 2009; LÓPEZ MAYA, 2016; MÁRQUEZ, 2019)

De acordo com as concepções desenvolvidas por Jorge Giordani (2009), Haiman El Troudi (2006, 2010) e Heinz Dieterich (2005), a reversão das insuficiências em termos de produtividade da economia não petroleira estaria adstrita à máxima apropriação coletiva da renda internacional proveniente do petróleo, e, portanto, restava incontornável a manutenção do protagonismo estatal como proprietário e distribuidor da renda. A superação do protagonismo estatal, por sua vez, decorreria de mecanismos constitucionais de descentralização administrativa que, aliada ao processo de erradicação da antiga institucionalidade, promoveria a progressiva atribuição de caráter comunal à propriedade estatal e a incorporação de uma base econômica produtiva e comercial comunal (VENEZUELA, 2010).

Designado por *socialismo productivo venezolano*, este novo padrão de produção, distribuição e consumo prescindiria do modelo de apropriação e distribuição dos excedentes então predominante, modificado através do processo de ampliação da economia social em paralelo ao controle social do mercado a partir do engajamento comunitário na produção de bens e serviços e na organização do trabalho (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Para tanto, seria imperativo o redesenho de políticas setoriais com particular ênfase nos setores agrícola, industrial e tecnológico, dedicadas à reversão das insuficiências produtivas internas e à transformação do aparato produtivo nacional, em apoio ao desenvolvimento da economia social (ÁLVAREZ R., 2009). Uma vez demonstrada a sua superioridade material a médio prazo, projetou-se a constituição de um novo regime de acumulação embasado em uma economia não petroleira, autossustentada e planificada em função da satisfação das necessidades básicas da população, assumido como prelúdio para a consecução de uma transição socialista no país. Sobre isso, El Troudi (2010) salienta:

Un punto de inflexión ha de producirse en el ámbito de la estructura económica venezolana. Quiebre en línea con la configuración de la historia nacional, armonizado con los dos períodos antecesores, los orígenes agrícolas y el modelo basado en la producción y exportación petrolera. Este nuevo contexto ha de suponer un salto evolutivo, caracterizado por la conformación de un periodo en el que se consolida el carácter multiproductor de la economía venezolana. El desarrollo petrolero diversifica sus vetas de valor agregado;

también adquieren el derecho de poseer 10% de los votos para las decisiones de la junta [...]. ¿De quién será la propiedad? Porque el inversionista será dueño solo de las acciones de participación, los trabajadores tendrán todo el derecho del control productivo y las comunas poseerán 90% de las ganancias correspondientes al gasto. La conclusión es que ¡será propiedad social!” (MÁRQUEZ, 2019, p. 188).

comienza a consolidarse un sólido sector industrial y manufacturero; la inversión extranjera se involucra con el desarrollo nacional en términos de asociaciones estratégicas para el mutuo beneficio; la apropiación social del conocimiento estimula la innovación científica tecnológica; la agricultura y la minería empujan las palancas del encadenamiento productivo; la soberanía alimentaria asegura la satisfacción de las necesidades nacionales; el talento humano se capacita permanentemente y posee conciencia social de su compromiso frente al colectivo, en diversos órdenes de la economía real se generan excedentes exportables destinados al comercio internacional por una parte, y al intercambio equivalente y complementario con otras naciones del mundo, por otra (EL TROUDI, 2010, p. 209).

Na mesma esteira, Giordani (2009) destaca o seguinte:

Consideramos, sin embargo, que mientras coexista un modelo de acumulación capitalista basado en la extracción de plusvalía por vía económica, ese tránsito hacia una sociedad diferente de tipo socialista deberá elaborar un conjunto de políticas y estrategias económico-sociales que impulsen progresivamente el aumento de la productividad de la inversión social, la cual por su lenta maduración en el tiempo y el espacio venezolano actual, debe preservar la propiedad del Estado de esa misma renta tratando de alcanzar la máxima eficacia y eficiencia en la distribución colectiva de esa renta de modo de alcanzar en un futuro no muy lejano una capacidad de reproducción autosustentable. De hecho, este propósito ha sido el sueño de varias generaciones de venezolanos expresada en la famosa idea de *sembrar el petróleo* (GIORDANI, 2009, p. 80).

Nos parece pertinente reiterar que o registro do que se convencionou designar por Socialismo do Século XXI, nesta seção, não responde a critérios estritamente cronológicos, haja vista sua antecipada alusão (mesmo que de modo pouco concreto), na ocasião do V Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005 e ao longo da campanha eleitoral na qual o presidente Chávez se apresenta à reeleição. Logo, ao menos formalmente, a proposta de inflexão ao socialismo no seio do bolivarianismo precedeu as manifestações mais imediatas da crise estrutural que se descortinou a partir de 2008, remanescente da Grande Depressão da década de 1970, cuja negativa repercussão sob os preços das *commodities* se fez sentir sobre a redução da receita de exportação e, por extensão, sobre o poder de compra externo que então dispunha o país.

Não é nossa intenção exaurir, aqui, as concepções em torno das postulações do Socialismo do Século XXI na Venezuela bolivariana, análise que necessariamente partiria de suas correspondências e redefinições em relação às experiências socialistas do século XX à luz da economia política da transição, o que excederia longamente os limites desta investigação. Sobre essa temática, recomendamos consultar Boron (2010), Dieterich (2005) e Molina *et al.* (2019). Por ora, o que nos interessa é caracterizar, até 2013, a reorientação produtiva de direcionamento socialista almejada pelos bolivarianos, detidamente o seu lineamento industrial e como este enfrenta questões centrais da

formação econômica dependente e do esquema petroleiro-rentista, de modo a se alcançar um desenvolvimento das forças produtivas superior àquele erigido sob o modo de produção capitalista.

Prosseguindo aos lineamentos da planificação participativa da produção a cargo da *Comisión Central de Planificación* (CCP)⁶⁴, instância subordinada ao nível máximo do executivo nacional, estes estiveram adequados aos princípios do *Plan de Desarrollo Económico Social de La Nación* (LGPDESN 2007-2013), os quais fundamentaram a refundação da república a partir de sete diretrizes⁶⁵ em estreita relação com a reforma constitucional rechaçada em referendo popular naquele mesmo ano (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009; LÓPEZ MAYA, 2016).

Alheios à planificação centralizada característica do “socialismo real”, seriam incorporados aos aportes do *Nuevo Modelo Productivo*, por intermédio da CCP, pressupostos de planificação que combinassem o ativo engajamento popular à orientação estatal, validando a elaboração de planos produtivos locais e regionais em sintonia aos objetivos estratégicos deliberados em âmbito nacional. Sistematizados em torno de um *Plan Nacional de Producción* (PNP), tais pressupostos reservariam ao Estado controle direto sobre atividades produtivas de valor estratégico e regulação indireta sobre empresas privadas de produção social e cooperativas, através de medidas como a fixação de metas de produção, estímulo à desmercantilização de bens e serviços via distribuição subsidiada ou gratuita da produção e controle flexível sobre as margens de preço e lucro (EL TROUDI, 2006, 2010). Quanto às atribuições outorgadas ao setor público, de cumprimento obrigatório, a CCP requereu a utilização plena da produção de empresas básicas (petroquímica, siderurgia, energia, tecnologia) em favor do fortalecimento do

⁶⁴ “Para recordar brevemente después de la conformación que diera nacimiento de la institución de CORDIPLAN, el 30 de diciembre de 1958, y luego con su reemplazo por el Ministerio de Planificación y Desarrollo al inicio de este gobierno, a través de la Ley Habilitante de ese año [2007], el nuevo cambio y la concepción de la actividad con un nivel estratégico centralizado y otro de carácter táctico y flexible, ha procedido a organizar el aparato del Estado a partir de una máxima autoridad que solamente deja por encima de la misma Comisión solo a la propia Presidencia de la República” (GIORDANI, 2009, p. 127).

⁶⁵ Nas palavras de López Maya (2016, p. 215-216), as diretrizes estabelecidas nos trilhos do Socialismo do Século XXI seriam: “a) la creación de una *Nueva Ética Socialista* sostenida sobre las corrientes humanistas del socialismo y las nacionalistas de Simón Bolívar; b) la búsqueda de la *Suprema Felicidad Social* a partir de la construcción de una sociedad incluyente; c) la construcción de una *Democracia Participativa y Revolucionaria*, que transforma la debilidad del individuo en fuerza colectiva; d) un *Modelo Productivo Socialista*, entendiendo por ello la eliminación de la división y jerarquización social del trabajo y la eliminación del criterio de la producción de riqueza subordinada a la reproducción del capital para ser sustituida por otra que sirva a la satisfacción de las necesidades humanas. Adicionalmente, el PPS señala una modificación de la estructura socio territorial de la nación para ajustarla al nuevo modelo productivo [*Desarrollo Territorial Desconcentrado*], la utilización del petróleo para convertir a Venezuela en una *Potencia Energética Mundial* y una *Nueva Geopolítica Internacional* dirigida a la búsqueda de la multipolaridad como orden internacional”.

tecido produtivo endógeno e da capacidade interna de produção de bens e serviços, além da diversificação do potencial exportador de bens finais uma vez satisfeitas as demandas domésticas (EL TROUDI, 2006, 2010). Nesse intuito, dentre as cadeias produtivas a serem impulsionadas prioritariamente, destacamos a metalmecânica e a produção de bens de capital para a indústria siderúrgica e de alumínio; construção habitacional e agroindústria; automotriz e ferroviária, além da naval e portuária; petroquímica e indústria de fertilizantes e, por fim, a elétrica a partir do petróleo extrapesado (EL TROUDI, 2010).

Por sua vez, a paulatina incorporação do setor empresarial privado aos pressupostos de planificação participativa, com ênfase nos *núcleos de desarrollo endógeno* (NUDES) e em pequenas e médias empresas (PYMES), implicou na elaboração de um inventário de empresas privadas por recuperar, assegurando-lhes acesso a subsídios e incentivos públicos hipotecados aos recursos do FONDEN e de fundos binacionais (EL TROUDI, 2010). Diante da recusa em assumir compromissos concretos pela transformação do modelo produtivo, mesmo admitida a manutenção de relações mercantis nos marcos do estabelecido pela CRBV, tais empresas de produção mercantil não desfrutariam dos mesmos incentivos em termos fiscais, financeiros e cambiais como aquelas reorientadas à economia social (ÁLVAREZ R., 2009).

Detendo-nos nas considerações de El Troudi (2010) e Giordani (2009), resta patente a centralidade assumida pela proposta de proliferação de empresas fabricantes de bens de capital, bens intermediários e tecnologia (setor 1) às pretensões bolivarianas de ampliação das capacidades industriais instaladas e fortalecimento dos encadeamentos produtivos, visando a fomentar o patrimônio produtivo nacional em favor do desenvolvimento dos demais segmentos, como o de bens de consumo essenciais (setor 2). Para este fim, constou a atribuição de valor tático à inovação científico-tecnológica mediante revisão da *Ley Orgánica de Ciencia, Tecnología e Innovación* (LOCTI, 2005), acrescida de incremento orçamentário à atividade científica e maior vinculação a agendas prioritárias ao desenvolvimento nacional como a agroindústria, o fortalecimento tecnológico da indústria petroleira em águas profundas e a captação de tecnologias dos consórcios estratégicos no circuito comercial (EL TROUDI, 2010; FLORES URBÁEZ *et al.*, 2014).

No que concerne ao propósito de eliminação do intercâmbio desigual e de substituição da divisão hierárquica do trabalho, o *socialismo productivo venezolano* considerou imprescindível o incremento da capacidade de importar tecnologias e de

desenvolvê-las internamente através de iniciativas de integração energética regional e internacional, mediante a obrigatoriedade da transferência tecnológica junto aos consórcios petrolíferos e de investimentos científicos a partir do aproveitamento do potencial petroquímico (PSUV, 2010). Na sequência, assentada no que se designou por *revolución agrária* (em lugar de reforma agrária), a atividade produtiva agrícola foi convocada a desempenhar um importante papel junto à desconcentração agroindustrial, à redistribuição do ingresso e ao aporte de matérias primas e insumos à indústria, pautada pelo uso eficiente dos recursos disponíveis (EL TROUDI, 2010; LÓPEZ MAYA, 2016; VENEZUELA, 2007). Complementarmente, vigorou o avanço de perspectivas sustentáveis no âmbito da infraestrutura elétrica em favor da ampliação da capacidade hidroelétrica e da instalação de sistemas de eletrificação com predomínio de energias renováveis, particularmente a eólica e a solar fotovoltaica, as quais revertiam o consumo doméstico de combustíveis com fins de geração e distribuição termoeletrica, de alto custo de manutenção e baixa qualidade (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017; VENEZUELA, 2007). Também compareceu a promoção da atividade termoeletrica a partir da massificação do uso do gás natural (LGN) nos marcos da *revolución gasífera*, incrementando a disponibilidade de gás ao mercado interno e ao abastecimento energético regional via *Gasoduto Transcaribeño* e *Gran Gasoducto del Sur* (GGS) (CARRIZALEZ NAVA, 2015; VENEZUELA, 2007).

Tais aportes científicos e tecnológicos buscariam alavancar um novo modelo substitutivo de importações embasado na conversão do potencial produtivo das indústrias básicas de *Guayana* à elaboração de produtos de maior valor agregado, e dotado de subsídios, políticas de proteção da produção nacional e licenças de importação à insumos ou bens de capital requeridos, em apoio à industrialização e à transformação produtiva do país (EL TROUDI, 2006, 2010; GIORDANI, 2009). A definitiva conversão do conjunto das empresas de *Guayana* em um polo de desenvolvimento nacional, que promovesse a irradiação econômica em seu entorno de modo a forjar um crescimento articulado a outros setores, suporia, adiante, a sua reorientação em novas formas de gestão produtiva sob formato socialista (EL TROUDI, 2006, 2010; GIORDANI, 2009). Para este fim, seria aprovado o *Plan Guyana Socialista 2009-2019*, orientado à integração a nível nacional dos processos produtivos do circuito siderúrgico e de alumínio baixo controle obreiro direto e dos conselhos de trabalhadores, cujo estabelecimento prescindiria, de modo no

mínimo controverso, da manutenção de formas associativas em setores considerados estratégicos como os sindicatos⁶⁶ (MÁRQUEZ, 2019; LUCAS, 2021).

Imediatamente ao anúncio de inflexão ao socialismo, o alinhamento das jurisdições industrial-petrolíferas às diretrizes do desenvolvimento endógeno através do *Plan Siembra Petrolera* culminou no processo de migração dos convênios operacionais à fundação de empresas de capital misto⁶⁷ como nova modalidade de exploração erigida sobre os princípios de construção do Socialismo do Século XXI (CICERO, 2015; VENEZUELA, 2010). Consolidando um mecanismo cuja previsão legal remontava à Lei de Hidrocarbonetos de 1967, o processo de migração para as empresas mistas consistiu na conversão dos antigos convênios em contratos relacionados aos procedimentos operacionais necessários à exploração petrolífera, cujo custo dos investimentos variaria conforme a participação dos acionistas, junto aos quais a PDVSA se destacaria como sócia majoritária (CICERO, 2015).

Embora a nova regulamentação alegasse acomodar maior controle estatal sobre a participação do capital transnacional nos negócios petrolíferos ao assegurar a maioria acionária nacional (o que, em tese, redundaria no incremento da arrecadação rentista), na prática logrou transmitir a preservação dos vínculos transnacionais ao *socialismo productivo venezolano*. Salienta Cicero (2015) que a controversa medida garantiu às corporações internacionais maior peso decisório no âmbito gerencial e administrativo por meio da adoção de um desfavorável sistema de compensação financeira que lhes conferiu a transferência de até 40% dos lucros e parte dos dividendos rentistas mediante pagamento

⁶⁶ “Ejercer el control obrero a través de los consejos de fábricas. Eliminar como forma de asociación, la autogestión y los sindicatos. Se debe quitar el sindicato porque no es mecanismo de participación, sino un mecanismo de lucha.” (DAMIÁN apud LUCAS, 2021, p.79-80). “Si la máxima instancia de toma de decisiones es la junta empresarial, conformada por todos los trabajadores (que representan 90% de los votos) y los inversionistas (que constituyen el 10%), ¿para qué abrir otro espacio que hable sobre los mismos temas? ¿Para las reivindicaciones? Eso será tratado en la junta y con capacidad de tomar decisiones. Por esa razón, no existirá necesidad de organizarse en sindicatos” (MÁRQUEZ, 2019, p. 198).

⁶⁷ Acerca da estrutura administrativa que sobressai no âmbito das empresas mistas, definidas por Cícero (2015, p. 152) como a então mais recente morada do capital privado nos negócios petrolíferos ao suplantarem a vigência dos convênios operacionais, destacamos: “las empresas mistas contarán con la siguiente estructura: una junta directiva con tres directores de PDVSA, dos directores de la empresa asociada y distintos gerentes y algunos puestos estratégicos reservados tanto para PDVSA como a los socios. Serán organizaciones totalmente autónomas que declararán sus ganancias a los accionistas, que deberán declarar y pagar impuestos, que estarán sometidas a las leyes laborales y que van a tratar de crecer en sus áreas de operaciones” (*ibid.*, 2015, p. 138). Quanto às garantias asseguradas à participação do capital transnacional neste controverso arcabouço legal, o autor ressalta: “No ano de 2012, segundo dados de Uzcátegui (*apud* CICERO, 2015), 32 empresas mistas estavam em atividade no país [no que concerne à atividade petrolífera]. Havia, também, cinco licenças para a exploração territorial do gás natural, outras três para a exploração do mesmo gás em alto-mar bem como mais três zonas assignadas para a exploração a partir do sistema de lucros compartilhados. [...] Algumas das empresas transnacionais envolvidas em tais contratos são: British Petroleum (BP), Chevron-Statoil, Repsol, YPF, Total Oil, ConocoPhillips e ExxonMobil”.

pelos serviços prestados, tendo sido os casos de expropriações de empresas nacionalizadas no âmbito petrolero indenizadas a contento pelo Estado venezuelano. Veremos que a celebração da modalidade de empresas mistas nos negócios petroleros, implicada na exacerbação da lógica privatista dos convênios operacionais, incidirá na ampliação da exportação de capitais provenientes da exportação petrolera e na contração dos investimentos no setor, reproduzindo, assim, de maneira ampliada, as ingerências transnacionais junto a atividade petrolera.

La formación de las empresas mixtas no es un hecho aislado ni circunstancial. Obedece a una planificación, teóricamente desarrollada, y para ello las empresas transnacionales utilizan todos los medios, instancias y organismos que sean necesarios con tal de lograr las modificaciones que les convengan. Las empresas mixtas son, precisamente, la nueva forma y manera de actuar de las corporaciones internacionales y, por tanto, el instrumento de la profundización de la dependencia estructural de nuestro país. El núcleo empresarial internacional logra, a través de las mixtas, desnaturalizar el espíritu, propósito y razón de ser de la nacionalización. La constitución de las empresas mixtas garantiza la continuidad de las corporaciones internacionales en la planificación, desarrollo y aplicación de la estrategia en la industria petrolera venezolana. Y dadas las distintas manifestaciones de la dependencia estructural, tales como la económica, financiera, comercial, tecnológica, militar, cultural, política, comunicacional, ejercen el control y, por tanto, consolidan su dominio. De esa manera se impide que el Estado pueda tener un papel decisivo en la comercialización directa de los hidrocarburos, y además constituyen agentes de descapitalización de la economía (PARRA LUZARDO *apud* CICERO, 2015, p. 141).

A médio prazo, o LGPDESN produziria o aplainamento necessário à viabilização do *Proyecto Nacional Simón Bolívar* ou *Primer Plan Socialista* (PPS), cuja vigência referenciava-se no ano de 2021, sugerindo a consumação dos ideais de soberania nacional e emancipação social outrora cultivados por Bolívar e abertamente enquadrados aos marcos socialistas (EL TROUDI, 2010; VENEZUELA, 2007). Em termos programáticos, é possível constatar consonâncias entre o PPS e a promoção de mecanismos de desenvolvimento endógeno característico das linhas estratégicas previamente adotadas, determinados, desta vez, pela subordinação dos objetivos precedentes à construção de relações de produção alternativas e ao avanço em direção ao estadocentrismo abertamente inspirado pela experiência cubana.

De imediato, o alinhamento estratégico do novo eixo de coordenação interinstitucional seria conduzido pelo executivo nacional, tendo sido sintomática a fundação do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), em meados de 2007, como instrumento de unificação das forças políticas que compunham a base governamental para a nova etapa, demandando, para tanto, a dissolução dos demais partidos da aliança,

incluindo o próprio MVR (CICERO, 2010; LÓPEZ MAYA, 2016). Originalmente concebido como um instrumento de sustentação à estratégia da via democrática ao socialismo bolivariano, o surgimento do PSUV suscitou a intensificação de tensões no interior do bolivarianismo haja vista a resistência de partidos como Podemos, PPT e PCV em decretar sua própria diluição (LÓPEZ MAYA, 2016).

No âmbito dos encadeamentos produtivos, a planificação industrial instituída via PNP vigorou com base em planos setoriais ou *Plan por Rubros*, capazes de identificar, a nível de unidade econômica (PYMES), as potencialidades e gargalos junto aos setores selecionados com o objetivo de estabelecer diagnósticos no âmbito da produção, processamento, distribuição e comercialização e elaborar políticas públicas em matéria de assistência técnica, insumos, financiamento e capacitação laboral (EL TROUDI, 2010). Cabe mencionar, ainda, o desenvolvimento do projeto *Mapa Industrial de Venezuela* (MIV), implementado pela *Fundación Centro Nacional de Desarrollo e Investigación em Tecnologías Libres* (CENDITEL) por solicitação do *Ministerio del Poder Popular de Industrias y Producción Nacional* (MPPIP) e complementado pelo levantamento de dados fundamentais acerca do aparato industrial venezuelano no recém fundado *Sistema Integral de Gestión para la Industria y el Comercio* (SIGESIC) (VERA; BÁEZ; RANGEL, 2013). As informações registradas no SIGESIC, a seu turno, estariam sob incumbência das próprias unidades econômicas nacionais, alçadas como protagonistas no processo de elaboração do projeto.

Inaugurado em 2011, o MIV se constituiria como uma relevante ferramenta encarregada de análises prospectivas em matéria industrial estimadas a partir dos dados do SIGESIC. Dentre elas, destacamos a estrutura de custos de produção e formação de preços no mercado doméstico, especialmente de bens de primeira necessidade; detecção de monopólios e da incidência de capital estrangeiro no tecido industrial nacional, além de fatores relacionados à produção, em seus aspectos tecnológicos e humanos (VERA; BÁEZ; RANGEL, 2013). O intuito seria alavancar a acumulação de valor entre empresas de características técnico-produtivas afins e, então, conformar uma rede de integração entre cadeias produtivas regionais e nacionais, desde a elaboração de insumos básicos até produtos finais, incidindo sobre sintomas intrínsecos ao sistema socioprodutivo venezuelano como a escalada inflacionária e a baixa capacitação, além dos episódios de desabastecimento (BÁEZ; RANGEL, 2013).

Indo além dos inventários nacionais até então difundidos via *Encuestas Industriales e Estadísticas de Comercio Exterior* pelo INE, tal proposta alcançaria, ainda,

dimensão continental por meio da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos* (ALBA-TCP), mirando no estabelecimento de convênios internacionais que consolidassem, de modo permanente, potenciais em termos de complementariedade econômica e de solidariedade entre os países membros (VERA; BÁEZ; RANGEL, 2013). Malgrado a elaboração de um órgão executor denominado *Observatorio del Sistema Socio-productivo Venezolano*, encarregado da formulação de políticas públicas embasadas por tais prospecções, a viabilização desta proposta esbarrou, segundo Oscar Varsavsky⁶⁸ (*apud* BÁEZ; RANGEL, 2013), em fundamentações de ordem meramente técnica e desenvolvimentista sobre as quais se justificou o MIV, sem transcender os limites da economia de mercado.

Quanto aos aspectos organizacionais da produção, o salto à nova etapa, expresso juridicamente pelo PPS, procederia da progressiva incorporação de entidades econômicas privadas e estatais à dinâmica das Empresas de Propriedade e Produção Social (EPS)⁶⁹ associadas ao âmbito comunal, as quais assumiriam diretamente parte crescente da produção de bens e serviços essenciais à população (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2006; LÓPEZ MAYA, 2016; VENEZUELA, 2007). Assim, a ampliação da base material da produção e a integração entre cadeias produtivas regionais resultaria do fortalecimento da economia social, cujas células organizativas fundamentais derivariam do processo de

⁶⁸ Reproduziremos textualmente algumas das considerações de Vera, Báez e Rangel (2013, p. 7) em torno da perspectiva que Oscar Varsavsky imputa à concepção de desenvolvimento predominante junto ao MIV, catalogada em sua obra *“Ciencia, política y cientificismo”* como desenvolvimentista e de enfoque cientificista, logo, alheia aos objetivos de apropriação da informação e do conhecimento como bem público inscritos sob o modo de produção socialista: “Si se llegaran a utilizar [el enfoque teórico de] las Cadenas Productivas en el MIV formulando políticas que promuevan el crecimiento económico rápido, otorgando privilegios al empresariado privado nacional, consiguiendo aumentar las exportaciones pero a su vez seguir importando, ampliando mercados bajo el lema de la competitividad, imitando la tecnología importada, entre otros; se estaría siguiendo un estilo tecnológico, productivo y organizacional desarrollista en términos de Varsavsky” (*ibid.*, 2013, p. 7). Assim, de acordo com Varsavsky, para além da provisão de informação detalhada acerca do sistema produtivo venezuelano, caberia ao MIV embasar-se como instrumento político sob a perspectiva de uma ciência realmente autônoma e socialmente orientada, voltado ao desenvolvimento de potencialidades produtivas afins ao projeto venezuelano de construção de um novo sistema social.

⁶⁹ “Son Empresas de Producción Social (EPS) las entidades económicas dedicadas a la producción de bienes o servicios en las cuales el trabajo tiene significado propio, no alienado y auténtico, no existen discriminación social en el trabajo y de ningún tipo de trabajo, no existen privilegios en el trabajo asociados a la posición jerárquica, con igualdad sustantiva entre sus integrantes, basadas en una planificación participativa y protagónica [...] La nueva forma de generación y apropiación de los excedentes económicos, será productivamente eficiente y productora de bienes y servicios de calidad, de tal modo que compitan exitosamente con las empresas privadas capitalistas del país y de los otros países con los cuales se intercambian bienes y servicios. [...] La empresa del Estado dedicada a la explotación de los hidrocarburos, dada su extraordinaria capacidad de compra y contratación, alcanzará un papel fundamental en el desarrollo de las EPS, delegando progresivamente actividades productivas específicas en ellas, de acuerdo con el nivel de complejidad que requieren las tareas y las capacidades desarrolladas en el país y fomentando nuevas EPS que la conecten orgánicamente con el tejido productivo nacional.” (VENEZUELA, 2007, p. 22).

institucionalização das *misiones* e demais unidades associativas existentes, como as cooperativas (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2004, 2010).

O redesenho da estrutura produtiva exigiria, por sua vez, a difusão de uma nova geometria socio-territorial na qual experiências organizativas comunitárias, embasadas por pressupostos participativos, canalizariam mecanismos de planificação democrática em meio aos diversos poderes (EL TROUDI, 2010; VENEZUELA, 2007). Coube, então, ao *Sistema Nacional de Planificación Participativa*, desdobrado na fundação de instâncias como o *Consejo Federal de Gobierno* (CFG), *Consejos Estatales de Coordinación de Políticas Públicas* (CECPP) e *Consejos Locales de Planificación Pública* (CLPP), ancoradas sob os *Consejos Comunales* (CC)⁷⁰, fomentar o engajamento popular na planificação local, regional e nacional, orientado à identificação das potencialidades socioeconômicas regionais, ao encadeamento de dinâmicas produtivas comunais e à distribuição de recursos baixo financiamento público (EL TROUDI, 2010).

Uma vez implementada a propriedade social dos meios de produção coletivos e comunitários, incidiríamos, a priori, na autonomização financeira das comunas a partir dos rendimentos das empresas sociais e comunais, e, por extensão, ao que Mészáros (2011) designou por participação plena do conjunto dos produtores associados junto às tomadas de decisão em âmbito político, produtivo e cultural. Para além das vantagens em termos de remuneração, empregabilidade e satisfação de necessidades básicas da população, a transferência da propriedade dos meios de produção à esfera social engendraria um novo tipo de vínculo produtivo qualitativamente superior, no qual prevaleceria a produção de valores de uso sobre os de troca e a aplicação dos excedentes em favor do bem estar social, suplantando a sua costumaz apropriação privada (ÁLVAREZ R., 2009; GIORDANI, 2009; MÁRQUEZ, 2019).

Ao fim e ao cabo, conduzindo conscientemente a direção dos processos produtivos e distributivos, a autogestão dos produtores associados induziria à progressiva substituição dos organismos estatais locais e, superada a dupla condição de referência

⁷⁰ Cumpre mencionar a prévia promulgação, em 2006, da *Ley de los Consejos Comunales* e, posteriormente, em 2010, da *Ley Orgánica de las Comunas*, além da inauguração do Poder Popular no âmbito das disposições fundamentais do Poder Público, através da proposta de reforma constitucional no ano de 2007, conformando mecanismos de consulta popular constituídos pelas representações dos conselhos comunais, *obreros*, camponeses, estudantes e demais entidades organizadas por comunidades, comunas e cidades autogestionadas (VENEZUELA, 2007). Na prática, como constatou Ferreira (2012), tais mecanismos produziram graus de corresponsabilidade social entre cidadãos e o conjunto do poder político que não prosperou rumo a descentralização pretendida, a despeito da proposta de socialização dos recursos petrolíferos e autonomização financeira aos núcleos de desenvolvimento endógeno socio-popular, ratificando a subordinação hierárquica de boa parte dos movimentos de base à agenda governamental.

política e produtiva encarnada pelo Estado, estabelecer-se-ia uma coordenação genuinamente não hierárquica entre as unidades produtivas como primeiros indícios de conformação de um Estado comunal no país caribenho (GIORDANI, 2009).

Na ocasião da promulgação, ainda no ano de 2008, do *Decreto Ley Habilitante para la Defensa Popular en el Acceso a los Bienes y Servicios*, o propósito industrialista bolivariano contaria, ainda, com a recuperação de uma série de empresas outrora privatizadas e posteriormente rebatizadas em setores estratégicos como energia, alimentação e construção, despontando como marcos mais emblemáticos a reestatização da *Siderúrgica del Orinoco* (Sidor); do *Complejo Siderúrgico Guayana* (Comsigua); de *Electricidad de Caracas*; da *Industria Venezolana Endógena del Papel* (Invepal); além de *Aluminios Venezolanos* (Alven), *Aluminios de Barquisimeto C.A* (Albarca) e outras do circuito de alumínio (LUCAS, 2021; VENEZUELA, 2015; VERA, 2006). Optamos por condensar a menção das iniciativas contempladas pelo processo de nacionalização conjuntamente à conformação de novas fábricas socialistas, coincidindo com a implementação do programa *200 Fabricas Socialistas* anunciado pelo Presidente Chávez, entre as quais *Corporación Socialista de Cemento*, *Empresa Socialista Lácteos del Alba*, *Empresa Socialista Pedro Zaraza S.A.* e a *Petrocasa S.A.* Agregadas a isso, comparecem expropriações, como no caso da *Crystallex International Corporation*, transnacional canadense que explorava, sob concessão, minas de ouro na região de *Las Cristinas*, além da *Briquetera del Caroní* (*Bricar*, então designada *Venpracar*) e *Orinoco Iron*, ambas plantas industriais situadas em *Puerto Ordaz*, no estado Bolívar, pertencentes à subsidiária *International Briquette Holding* (IBH), divisão de briquetes da siderúrgica *Sivensa S.A.* (LUCAS, 2021; VENEZUELA, 2015). Instalações de companhias prestadoras de serviços relacionados às atividades primárias da exploração petroleira estiveram igualmente sujeitas à estatização.

Em vasta apreciação de Gerardo Lucas (2021)⁷¹, constatamos que processos expropriatórios de empresas e complexos industriais levados a cabo pelo governo

⁷¹ Na ocasião da expropriação de uma série de centrais açucareiras privadas as quais viriam a fazer parte da recém fundada *Central Azucarero Ezequiel Zamora* (CAAEZ), nos marcos da estratégias de expropriação junto ao setor agroalimentício, o presidente Chávez teria anunciado em seu programa dominial Aló Presidente, em novembro de 2006: “El Central Motatá va a ser expropiado, nadie se asuste con ello, le pagamos a ellos lo que custe el central y nosotros sin atropellar a nadie vamos a convertir la central en una verdadera empresa socialista”(LUCAS, 2021, p. 91). Vale destacar que, em alguns destes casos, foi concedida aos trabalhadores a responsabilidade por seu funcionamento, enquanto em outros casos priorizou-se a administração segundo modelo de cogestão entre Estado e trabalhadores, com predomínio de pelo menos 51% de participação estatal. Ainda sobre a incorporação do mercado e o papel da propriedade privada nos marcos da planificação bolivariana, destacamos também as reflexões de El Troudi (2010, p. 168): “Qué sucedería en el país si se decidiese abruptamente estatizar o nacionalizar todas las empresas

bolivariano, intensificados nesta etapa, contaram ora com indenização equivalente, ora com acordos junto aos antigos proprietários ou, ainda, derivaram de confiscações por infração à legislação venezuelana.

Por suposto, a consolidação de tais decretos, a rigor, esteve precedida por intensas mobilizações por parte do operariado industrial, tais como a ofensiva dos trabalhadores e lideranças sindicais sidoristas articulados ao *Comité Nacional de Solidariedad com los Trabajadores de Ternium*, que reclamara ao governo, ao longo de quinze meses, seus compromissos de campanha relativos à renacionalização da Sidor (FERREIRA, 2012). Na sequência, consagradas as expropriações ou reativação de estatais defasadas, cabe registrar a implementação de experiências de *cogestión revolucionaria* entre cooperativas de trabalhadores e a direção estatal, detidamente nos emblemáticos casos de *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG-Alcasa) e Invepal, discussão já apreciada por Ferreira (2012) e Uzcátegui (2010) e sobre cujo registro prescindiremos de nos demorar para não o prolongar em excesso. Dessa forma, apesar do acúmulo suscitado pelo envolvimento dos trabalhadores alcasianos em matéria de contabilidade produtiva mediante adesão ao orçamento participativo, em procedimentos de inovação tecnológica e na reanimação da economia local, então hipotecada pela boa saúde do circuito de alumínio, tais experiências não redundaram em alterações significativas nas relações de produção, sendo o aprofundamento do exercício da cogestão eventualmente abortado a partir das incursões do executivo nacional (FERREIRA, 2012; UZCÁTEGUI, 2010).

Admitida como uma poderosa ferramenta de fomento industrial, além de fonte rentística extraordinária, a centralidade desempenhada pelos hidrocarbonetos à geração de investimentos produtivos domésticos, à satisfação do abastecimento energético e à própria consolidação do *Nuevo Modelo Productivo Socialista* suscita dúvidas quanto à relevância da planificação participativa na intervenção do modo de acumulação vigente.

privadas y el comercio? Ello no ha de estar planteado en la Política Económica Bolivariana. Rumbo al socialismo puede, sin dificultad alguna, desarrollarse la iniciativa privada siempre que acepte las nuevas reglas del juego y reconozcan que el socialismo es nuestra realidad renovada. La empresa privada tiene inexorablemente que sumergirse en las aguas de las transformaciones nacionales, [...]; Los sectores empresariales que persistan en la línea capitalista ortodoxa de la máxima ganancia, más temprano que tarde han de adaptarse voluntaria y conscientemente o estarán destinados a su desaparición como agentes económicos. Ojalá el espíritu obcecado de algunos no les ubique en el terreno de la desestabilización política y económica”. Propugnada a incorporação de empresas de produção mercantil ao formado de EPS como eixo de sustentação ao modelo produtivo socialista, não houve, para além dos incentivos outorgados via políticas públicas, elaboração melhor acabada de como sucederia tal convencimento. Conclui o autor, em provocação ao que define por “ortodoxia dogmática e sectarista” no seio da tradição marxista: “Ello puede darle argumentos a la línea ortodoxa socialista que clama por su nacionalización sin compensaciones” (EL TROUDI, 2010, p. 168).

Esperava-se que a sustentada tendência à elevação dos níveis de preço do barril no mercado mundial corroborasse com a extração de petróleos mais pesados, abundantes na promissora *Faja del Orinoco*⁷², o que tornaria a sua exploração economicamente viável e garantiria plenos recursos à ampliação do consumo e da produção de maior valor agregado pela indústria nacional (DUTRA, 2019; VENEZUELA, 2010).

Conciliado à captação da renda internacional proveniente do petróleo, o salto definitivo a um novo regime de acumulação fundamentalmente baseado no trabalho estaria condicionado, em médio e longo prazo, à vitalidade da política de inclusão social e ao acelerado desenvolvimento das forças produtivas nacionais, através da industrialização de tipo endógeno. Nesse ínterim, enquanto a apropriação da renda petroleira subsistisse como premissa fundamental, conceber-se-ia uma espécie de “anomalia” produtiva caracterizada por El Troudi (2010), Lopéz Maya (2016) e Giordani (2009) como *socialismo rentístico*⁷³. Nos defrontaremos com maior rigor com esta “anomalia”, suas implicações ao programa industrial apresentado nas linhas pregressas e em articulação ao padrão de reprodução vigente na Venezuela no próximo capítulo. Por ora, consideramos importante assinalar a incontestável admissão da máxima de Uslar Pietri pelos bolivarianos, em correspondência à unanimidade historicamente atribuída à renda petroleira como alavanca ao desenvolvimento nacional, visando a lograr a diversificação da produção e, por fim, contrarrestar a inserção dependente da Venezuela no mercado internacional como economia fornecedora de *commodities*.

Nos llama a sorpresa que se califique de política explícita el hecho de fortalecer el Estado rentista, *hecho que ocurre como necesario en una fase como la que*

⁷² Acerca da expansão da fronteira exploratória na América do Sul e Caribe suscitada pela comprovação, a partir de 2011, da mais extensa reserva de óleo cru do mundo na região da Bacia do Orinoco, estimada em 220 bilhões de barris, sublinhamos: “Antes da inclusão do petróleo pesado do Orinoco, a participação da região já tinha crescido de forma substancial. [...] Como fica claro, as reservas do Orinoco são suficientes para catapultar a região a uma posição relevante na indústria e na geopolítica da energia mundial. Ao somá-la às demais, a participação nas reservas totais do planeta atinge praticamente um quinto. Se pelo menos parte deste petróleo pesado for aproveitado nos próximos quinze anos, a América do Sul deixará de ser marginal. Evidentemente, o desafio venezuelano vai além da viabilização de novos projetos. O último ano em que superou três milhões de barris por dia está distante no passado, foi em 1998. Depois de 2005, o volume extraído não parou de cair. Em 2011, quando as reservas do Orinoco foram adicionadas, a produção venezuelana não passou de 2,5 milhões de barris por dia. Não existe expectativa de reversão até o final da década. Ao contrário, com a paralisação dos investimentos da PDVSA, o declínio alcançou dez por cento ao ano no último quinquênio e, nesse ritmo, o volume extraído em 2020 pode nem chegar a 1,5 milhões de barris por dia” (DUTRA, 2019, p. 368-369).

⁷³ Nas palavras de López Maya (2016, p. 304): “El Chavismo, pese a la mucha retórica sobre una economía blindada ante el capitalismo, ha carecido de una visión económica que trascienda y/o supere el modelo rentista petrolero que alimenta y dinamiza toda la economía venezolana desde los años veinte del siglo pasado. Ese modelo rentista, que tiene en el mercado internacional petrolero su principal fuente de recursos, se vio favorecido en la era chavista por subidas sostenidas del precio del barril, hasta alcanzar en los catorce años de gobierno de Chávez diez veces más de lo que valía al comenzar su primer mandato”.

estamos atravesando en cuanto a las insuficiencias de la producción interna y el grado de necesidades acumuladas como deuda social que aún no han sido canceladas y que en parte vienen a condicionar el avance de las fuerzas productivas del país aún en los momentos actuales. La cuestión está en que esa captación de la renta internacional y la distribución de la misma al interior de Venezuela no vienen a fortalecer a los propietarios del capital quienes, aún en las peores condiciones terminan por captar igualmente una parte sustantiva de dicha renta dentro de la puja distributiva. Lo importante se encuentra en cómo dicha renta se distribuye en los sectores excluidos de la sociedad, y entre aquellos sectores productivos que pudieran reemplazar a la economía extractiva, y cómo ella permitirá enfrentarse a los retos que significan orientan la sociedad en su conjunto y en particular su aparato productivo, a funcionar bajo una lógica diferente que permita superar el capitalismo petrolero actual por otro que superando la fase en que nos encontramos, pueda orientarse hacia una sociedad basada en el trabajo como lógica que define la esencia de una de tipo socialista (GIORDANI, 2009, p. 78-79, grifo nosso).

As expectativas em relação à superação do *socialismo rentístico* não tardariam a ser frustradas. Na esteira do que assevera Carcanholo (2019), deflagrada a tormenta financeira desde o colapso dos empréstimos hipotecários *subprime* nos Estados Unidos, a qual revelaria, em poucos meses, a emergência de uma profunda e duradoura crise estrutural, a precipitação de uma primeira fase de contração da produção global provocaria contundentes pressões às contradições inerentes ao modelo produtivo em construção, até então insipientes. Tais contradições vieram à tona quando do abrupto debilitamento dos preços petroleros em 2009, cuja retração alcança de US\$ 129,5 a menos de US\$40 em apenas seis meses, repercutindo de maneira incisiva sobre a capacidade do governo em atender compromissos sociais e cumprir com o aportado pelo modelo produtivo socialista, à revelia das reservas internacionais disponíveis e da instável recuperação do barril registrada no ano seguinte (LÓPEZ MAYA, 2016).

3 HUNDIÉNDONOS EN EL EXCREMENTO DEL DIABLO: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA VENEZUELA BOLIVARIANA

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. O socialismo vulgar (e, a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (MARX, 2012 [1875], p. 32-33).

Deflagrada a irrupção da crise estrutural nos Estados Unidos, eixo central da acumulação mundial, encerra-se a breve trajetória ascendente do neoliberalismo como resposta à contração da dinâmica capitalista a finais da década de 1960, ressentindo como uma aguda queda da produção doméstica e incremento do déficit governamental na Venezuela, dado os seus efeitos sobre o circuito petrolífero e o peso superior do mercado estadunidense à economia venezuelana. Até então, vimos que a inundação de petrodólares suscitada pela última fase próspera da economia global, a despeito das inúmeras iniciativas diversificadoras e industrializantes empreendidas pelos bolivarianos, redundaram na agudização dos desequilíbrios inerentes à industrialização dependente, reforçando a estrutural exportação de capitais no país caribenho. Preservados acima dos US\$ 100 até 2012, ainda que com oscilações, os altos preços do barril contrastavam com a acelerada regressão de unidades industriais e redução das atividades produtivas, inclusive a petroleira⁷⁴, cujo minguinte desempenho, a partir de 2007, é caracterizado

⁷⁴ Vale a ressalva de que entre os anos 2016-19, o colapso da produção petroleira alcançaria proporções inauditas (-74%), agregado à catástrofe social e econômica suscitada pela imposição de sanções ao país caribenho, introduzidas a partir de 2008 e que abrangeram do cancelamento de vistos ao confisco de propriedades, embargo comercial e congelamento bancário e financeiro (LUCENA, 2020)

pela paralisação de refinarias e pelo crescente endividamento externo da estatal petrolífera (CEPAL, 2022; MAZA ZAVALA, 2009).

Em meio ao cenário de desvalorização cambial suscitado pela oscilação petrolífera, e a despeito da eliminação de três zeros do signo monetário desde a reconversão ao *Bolívar Fuerte* (Bs F), os anuais decretos de reajuste do piso salarial a preços constantes passaram, a partir de 2010, a não render incremento significativo às remunerações, corroídas pela crescente inflação (27%), sequer retardaram a pronunciada deterioração do poder aquisitivo das amplas maiorias (CEPAL, 2022; LÓPEZ MAYA, 2016). Veremos que a série de desvalorizações decretadas a partir de 2013 tornariam os salários cada vez mais insuficientes para cobrir os custos da *canasta alimentaria* (Gráfico 3.1). Impelida pelo retrocesso verificado nos indicadores sociais, restou forçosa a ampliação de beneficiários à programas de assistência conduzidos através da *Misión Mercado de Alimentos S.A.* (Mercal) e *Productora y Distribuidora de Alimentos S.A.* (Pdval, subsidiária da Pdvsa), ambas orientadas ao abastecimento de alimentos subsidiados; bem como da inauguração da *Gran Misión Vivienda* (GMV), incumbida de reanimar o setor habitacional e alocar as populações desalojadas pela conjuntura de inundações a finais de 2010; além de outras *misiones* dirigidas ao sistema previdenciário e a outorga de auxílio econômico à mulheres e mães adolescentes em situação de vulnerabilidade (LÓPEZ MAYA, 2016). Na sequência, já no primeiro mandato do presidente Nicolás Maduro (PSUV, 2013-2018), sublinhamos a fundação de um sistema de contribuição monetária aos nacionais em situação de precariedade econômica denominado *Carnet de la Patria*, integrado à rede de distribuição de gêneros alimentícios e de subsistência *Comité Local Abastecimiento y Producción* (CLAP) (LÓPEZ MAYA, 2016).

Com efeito, a exacerbção da vulnerabilidade estrutural da formação dependente petrolífera-rentista conduziu ao acelerado debilitamento dos serviços públicos em suas dimensões agroalimentar, educacional e habitacional, em especial a energética e tecnológica, inaugurando um crescente quadro de insatisfação social. Cabe fazer menção aos poucos resultados registrados pela *revolución agrária* no âmbito da produção de alimentos e da agroindústria, cujo acréscimo em 20% entre 1999 e 2005 perde fôlego a partir de 2008, desdobrando-se no agravamento do cenário de desabastecimento, drenagem da população rural às zonas urbanas e consequente ampliação do coeficiente de importações e encarecimento de gêneros alimentícios (ÁLVAREZ R., 2009; LÓPEZ MAYA, 2016). Para o ano de 2010, de acordo com a *Confederación de Asociaciones de*

Productores Agropecuarios (Fedeaagro), calcula-se que a cobertura de importados abrangem cerca de 70% da totalidade de alimentos consumidos no país (LÓPEZ MAYA, 2016).

Com a retração dos recursos fiscais aportados pela PDVSA aos serviços prestados em educação e saúde, sobressai o gradual arrefecimento da *Misión Ribas* e *Misión Barrio Adentro I*, da qual mais da metade dos módulos de atenção primária à saúde se encontravam inoperantes em 2013. Outras *misiones* de menor projeção como *Sucre*, *Milagro* e *Guaicaipuro*, por sua vez, foram retiradas do orçamento a partir de 2009, tendo o seu financiamento restrito a ingressos extraordinários (LÓPEZ MAYA, 2016). A seu turno, a despeito dos novos incentivos no âmbito do *Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación* (SNCTI) e de seus avanços em matéria organizativa, a crise prontamente debilitou sua estruturação, convertendo-se na desaceleração do fluxo de investimentos naquele setor. Por fim, exauridos os subsídios governamentais tanto para as tarifas elétricas quanto para os combustíveis fósseis, o estado de emergência elétrica que se instalou ao longo de 2012 e 2015, demonstrado pelo decréscimo na disponibilidade média anual em cerca de 30% em contraste aos altos níveis de consumo, prejudicou o acesso às fontes primárias de geração de energia pelas unidades termoelétricas, predominantes na matriz energética nacional (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017; LUCAS, 2021). Assim, apesar dos avanços logrados em infraestrutura de transporte e energia e na integração energética regional, justificadas pela forte vocação exportadora assumida pelo referido modelo produtivo, empreendimentos emblemáticos como a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), a *Central Hidroeléctrica Tocomá*, além da *Usina de Cienfuegos*, às quais já nos referimos, seriam paralisados ou abandonados a partir de 2014 e 2016, respectivamente.

Do exposto até aqui, inferimos a correspondência entre o suposto exaurimento das forças produtivas nacionais, tal qual concebido pelos bolivarianos, e o arrefecimento da mais recente ascensão cíclica do capitalismo mundial. Visando compensar o esgotamento das condições de elevação da taxa média de lucro, crises desta magnitude concebem a recomposição das modalidades de reprodução do capital em novas formas organizativas na esfera da produção e da circulação e, por suposto, de novas configurações de exploração da força de trabalho – marcadas, nas economias dependentes, pela intensificação da superexploração, em razão das significativas perdas de posições do trabalho em relação ao capital (BREDA, 2020; CARCANHOLO, 2019; OSÓRIO, 2012).

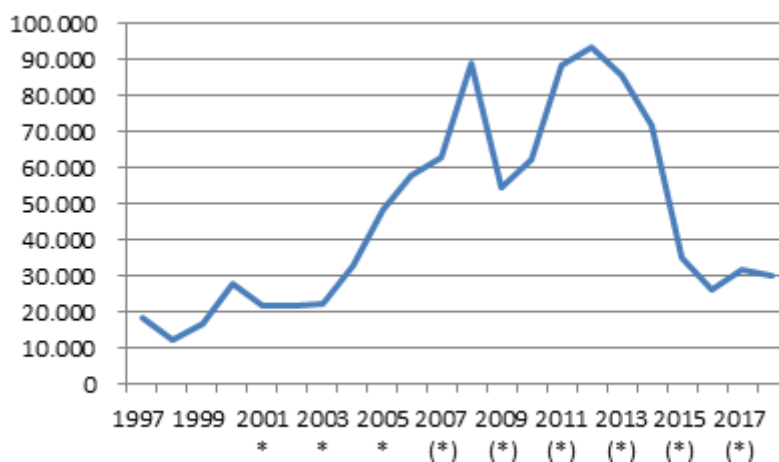
Dito isto, nossa hipótese é a de que a acentuação do modo de acumulação rentista sob o modelo produtivo endógeno bolivariano condiz com a intensificação do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva em setores de baixo valor agregado, em curso há pelo menos três décadas na Venezuela.

3.1 A intensificação do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva na Venezuela bolivariana

Coincidindo com o excepcional cenário marcado pela apreciação dos preços petrolíferos, a implementação da estratégia de desenvolvimento endógeno pelos bolivarianos defrontou-se com a melhoria conjuntural na inserção externa do país caribenho, que logrou reter uma parcela maior do valor produzido, aliviando relativamente a atuação dos determinantes estruturais da dependência. Em que pese o insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero na última década, o incremento da participação petrolífera na pauta de exportações, mais influenciado pela alta dos preços do que pelo volume físico exportado, corroborou para este afrouxamento das restrições para a acumulação interna no país caribenho (Gráfico 3.1).

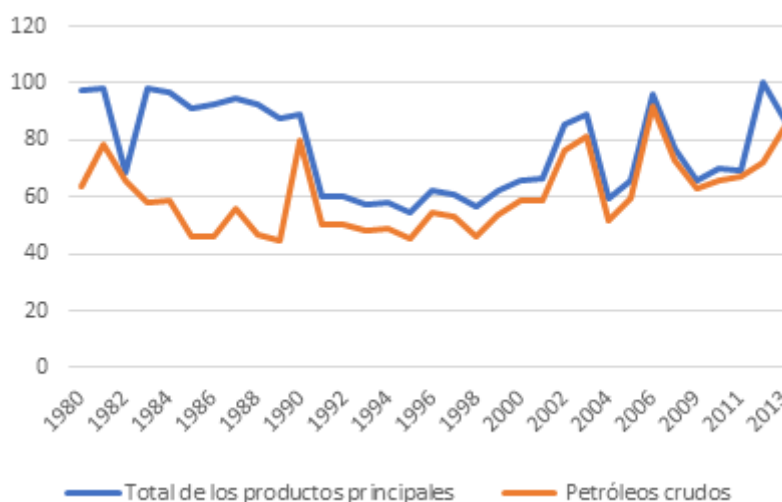
No ano de 2005, no decurso da *industrialización soberana*, as exportações constituíram 39,6% do valor em relação ao produto, enquanto o principal valor de uso exportado, petróleo cru, correspondeu a quase 60% da totalidade do valor auferido pelas principais exportações naquele ano. Junto a outros produtos derivados, dos combustíveis parcialmente refinados ao coque, os hidrocarbonetos responderam por 88% do produto, ao passo que as exportações manufatureiras não ultrapassaram 9,4% (BANCO MUNDIAL, 2022; CEPAL, 2022; MOLINA *et al.*, 2019). Igualmente, produtos metalúrgicos de baixo valor agregado, tais como ferro, aço e alumínio responderam por níveis crescentes, os quais, em valores absolutos, saltaram de US\$ 780 milhões para US\$ 3,1 bilhões ao longo de 1998 a 2007 (MAZA ZAVALA, 2009). Para 2013, apesar da redução do peso das exportações, a proeminência das exportações associadas a bens básicos se agudiza (98,2%), correspondendo o petróleo cru à 85% e a manufatura à apenas 1,8% desta totalidade, o que denota a exacerbação do caráter exportador da formação econômica dependente petrolífera-rentista e uma dependência superior em relação aos hidrocarbonetos enquanto principal valor de uso de exportação (CEPAL, 2022; MOLINA *et al.*, 2019). Os gráficos a seguir ilustram esses dados.

Gráfico 3.1 – Valor total das exportações de bens e serviços na Venezuela



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

Gráfico 3.2 – Participação porcentual do petróleo cru em relação aos principais produtos de exportação



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

A apreensão dos contornos assumidos pela reconversão produtiva desde o predomínio da financeirização como elemento dinamizador da acumulação nos conduz ao breve exame do padrão de reprodução vigente na América Latina, fundamentação teórica elaborada por Marini (2012) e Jaime Osório (2012, 2016) como recurso à historicização dos eixos sustentadores da valorização em dado período/formação econômico-social. Cumpre salientar que a conformação de tais modalidades de reprodução mediante valores de uso, processos produtivos, modos de exploração da força de trabalho, mercados de realização e políticas estatais específicas constituem uma síntese

de múltiplas determinações, as quais, por suposto, conservam as tendências e contratendências estruturantes do modo de produção capitalista como processo histórico (OSÓRIO, 2012). Sem nos atermos à análise pormenorizada dos distintos padrões sobre cada uma das fases do ciclo do capital na formação dependente petroleiro-rentista, nos limitamos a demonstrar em que padrão se insere a proposta *socialismo productivo venezolano*, visando a desvelar os encadeamentos, ajustes ou, ainda, as eventuais reversões operadas nos rumos do vigente padrão e, finalmente, se esta proposta poderia corroborar o arrefecimento dos laços de dependência.

Na esteira da terceira revolução tecnológica (1940-60) e como desdobramento da emergência de uma nova etapa do padrão industrial – de uma modalidade internalizada a outra articulada às cadeias globais de valor com estreito vínculo ao capital estrangeiro –, vigora a reorganização da divisão internacional do trabalho mediante nova segmentação dos processos produtivos, com o deslocamento da produção de bens de capital dos centros capitalistas aos mercados periféricos e dependentes (MARINI, 1994; OSÓRIO, 2012).

No caso venezuelano, o predomínio dos hidrocarbonetos como valor de uso determinante percorreu integralmente o conjunto das modalidades de reprodução, seja na etapa agromineira-exportadora associado à produção cafeeira e cacaueteira, seja readequado às novas condições inauguradas pela etapa industrial sob direção transnacional, em que se estabelece a estruturação do aparelho produtivo petroleiro e da matriz institucional que o compete.

Assim, como vimos, ao longo da ditadura *perezjimenista* e da primeira fase de *Punto Fijo*, eventos como a promulgação da *Ley de Hidrocarburos* de 1943 e a nacionalização do petróleo, a princípios de 1976, corresponderam à fundação de novas bases de acumulação, ainda adscritas a uma estrutura produtiva exportadora e inerentemente dependentes do exterior. Nesta fase, nos deparamos com a promoção das indústrias básicas induzida pela implementação de políticas de substituição de importações (ISI), acompanhadas de uma ênfase econômica protecionista e da contínua ascensão do salário real assentado sobre a renda petroleira entre 1962 e 1978. Tais fatores, ainda que tenham impulsionado o processo de industrialização e logrado a ampliação do mercado interno, estimularam as importações e conformaram o descompasso estrutural entre a produtividade do trabalho e os níveis correspondentes de salário real (BAPTISTA, 2010). Como não poderia deixar de ser, tais contornos, assumidos pelo avanço industrial

dependente na Venezuela sob esta modalidade de reprodução, propiciaram gargalos que se aprofundaram posteriormente, tanto na esfera produtiva como na circulação.

Com o declínio do padrão industrial diversificado e a hegemonização da estratégia de desenvolvimento neoliberal, a síntese de valorização do capital se desloca do capital industrial ao capital produtivo-financeiro, acelerando a rotatividade do capital (ou, dito de outro modo, diminuindo o tempo de rotação do capital) como compensação à queda tendencial da rentabilidade, fato que contribui, por extensão, à elevação da apropriação do valor (AMARAL, 2012; CARCANHOLO, 2019; OSÓRIO, 2012). Prescindiremos da menção a outros fatores relacionados à emergência desta nova forma histórica de valorização, como a integração dos sistemas de produção a nível mundial, a expansão dos fluxos internacionais de capitais e a pretensa autonomização da esfera financeira (fictícia) frente à produtiva, já registrados nas seções precedentes. A esta altura, nos interessa resgatar como se constitui, na formação dependente petroleiro-rentista, a reativação da reprodução capitalista sob a égide neoliberal, isto é, quais os impactos da reordenação do mercado mundial aos segmentos industriais predominantes, aos objetivos de dinamização produtiva e à vitalidade do mercado interno na Venezuela.

Em nosso entender, o que parece escapar ao diagnóstico de Baptista (2010 [1997]) acerca de um suposto colapso da acumulação rentista diz respeito aos desequilíbrios suscitados, a partir da irradiação da crise estrutural a finais dos anos 1960, pela transição do padrão de reprodução industrial integrado ao capital estrangeiro para o padrão exportador de especialização produtiva na Venezuela. Como vimos nas seções precedentes, a suposta paralisação da dinâmica de acumulação rentística, em alusão à debilidade do capital doméstico em centralizar e sustentar a acumulação, coincidiu, simultaneamente, com o auge dos preços petroleiros e com a ampliação das funções estatais sob a estrutura produtiva industrial e petroleira à época. Consideramos, pois, que a explicação oferecida pelo autor peca quando atribui à lógica de acumulação interna autonomia absoluta em relação às determinações desencadeadas pela reconfiguração estrutural capitalista sob um novo esquema de reprodução, o qual determinou o esgotamento da estratégia desenvolvimentista no país caribenho. Dali em diante, resignados à ofensiva dos centros imperialistas sobre o excedente produzido nas regiões dependentes, os novos contornos assumidos pelo desenvolvimento dependente venezuelano restringiram as dimensões do Estado e a abrangência dos serviços públicos, comprometendo o valor tributável da produção petroleira em favor do avanço

transnacional sobre a PDVSA e abortando qualquer iniciativa de diversificação produtiva ante o incremento do peso dos hidrocarbonetos na pauta exportadora.

Assim, constatamos que a etapa de ajuste e liberalização comercial e financeira desde a reconfiguração *puntofijista* às premissas do Consenso de Washington, deflagrada com a emergência do *Viernes Negro* (1983) de Herrera Campins e *Gran Viraje* de Carlos Andrés Pérez (1989-93) e definitivamente implementada via *Apertura Petrolera* (1992-98) de Caldera, não logrou restaurar a taxa de acumulação da produção interna, sequer propiciou os efeitos distributivos e níveis de investimento esperados, restando o grande fluxo de capital estrangeiro então suscitado majoritariamente sob a exacerbação da exportação de capitais (BANKO, 2005; MEDINA SMITH, 2005). Cumpre salientar que a gênese do projeto bolivariano hodierno, movimento reivindicativo que incorpora o ideário forjado ao longo do século XIX por Bolívar, Rodríguez e Zamora, se constitui precisamente neste período, adquirindo crescente notoriedade política através do debilitamento do pacto de classes vigente, até a sua ascensão à institucionalidade em um contexto de difícil manejo macroeconômico (FERREIRA, 2012; LÓPEZ MAYA, 2005).

A seu turno, sob a égide do neoliberalismo, conformou-se uma etapa de transição que desemboca em uma nova modalidade de reprodução, caracterizada pela intensificação das trocas internacionais enquanto espaço de realização do valor produzido internamente e sustentada, entre outras bases, pela busca sistemática de elevação da produtividade, desvalorização real da força de trabalho, além da valorização do capital fictício mediante o endividamento público, interno e externo (BREDA, 2020; LUCE, 2018; MARINI, 2011 [1973]; OSÓRIO, 2012). Como buscamos demonstrar, sob o esquema petroleiro-rentista, este novo padrão manifesta-se através do fim dos subsídios e outras formas de proteção industrial, de uma aguda tendência desindustrializadora com redução da participação da indústria de transformação no produto, além da intensificação do viés exportador, detidamente em petróleo cru, ferro, aço e alumínio, ampliando a desfavorabilidade dos termos de intercâmbio e as restrições à dinâmica interna de acumulação. Como nos adverte Vera (2009), este cenário não se explica apenas como consequência da adesão *puntofijista* à ortodoxia neoliberal, residindo, em nosso entender, no acirramento das feições que assume a industrialização dependente na Venezuela.

É nesse quadro de incertezas [esgotamento de condições de elevação da taxa média de lucro] que emergem, no plano econômico, os signos da conformação de um novo padrão exportador de especialização produtiva, o qual começa a tomar forma a partir dos anos 1970-1980 e que se caracteriza pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de

relocalização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como ‘toyotismo’, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência.

[...]

Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as ‘janelas de oportunidades’ abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população (OSÓRIO, 2012, p. 85 e 104).

Ao longo da breve fase ascendente inaugurada pela apreciação das *commodities* a partir de 2003, a melhora do saldo da balança comercial e de transações correntes em relação ao produto corroborou a flexibilização dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural (IVE) na América Latina, circunstância que viabilizou na Venezuela um intervalo de acelerada acumulação, caracterizado pelo fôlego dinamizador procedente de políticas de desenvolvimento endógeno (BCV, 2018; GONÇALVES et al., 2008). Para tanto, restou fundamental à estabilização macroeconômica a rearticulação do regime de cotas da OPEP pela diplomacia petroleira bolivariana e a reversão do processo de internacionalização da PDVSA, visando ao alargamento do intervencionismo estatal em favor de uma institucionalidade implicada aos objetivos de elaboração do *Nuevo Modelo Productivo* (NMP) (ÁLVAREZ R., 2009; CICERO, 2015).

Assim, através do financiamento estatal em infraestrutura, serviço de apoio à atividade produtiva e subsídios concedidos à produção de bens e serviços básicos, projetou-se um mecanismo endógeno de acumulação em benefício da ampliação da capacidade industrial instalada, complementada por núcleos menores coadjuvados pelo movimento cooperativista, visando à consolidação do capital privado como motor do investimento produtivo, em substituição às receitas fiscais derivadas da renda (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Nos marcos da implementação do modelo produtivo endógeno, vimos que a aparente renovação da estratégia de substituição de importações pelos bolivarianos, marcada pelo advento da *industrialización soberana*, procedeu, fundamentalmente, do incremento da exportação de bens metalúrgicos de baixo valor agregado, além da difusão de setores de comércio e de serviços dedicados à distribuição de bens e serviços importados.

Conforme sublinhamos, erigida sobre a expansão dos recursos provenientes da renda petroleira, o desenvolvimento das condições de produção e consumo ao longo da

industrialización soberana assume caráter inorgânico na medida em que aprofunda a atrofia dos setores agrícola e industrial (MAZA ZAVALA, 2009). Paralelamente, constatamos a acentuação da exportação de capitais, perpetuada pela concessão bolivariana à liberalização da conta de capitais e pela crescente remessa via amortização dos serviços da dívida, conduzindo ao progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petrolíferos e a distribuição cada vez mais concentrada destes internamente (CAPUTO, 2019; MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015).

Passemos, então, à análise das pretensões bolivarianas de proliferação de empresas de bens de capital em favor do fortalecimento do tecido produtivo endógeno e da expansão da capacidade interna de produção de bens e serviços, visando a respaldar o deslocamento do eixo de acumulação a cadeias produtivas adscritas ao setor 2 (bens de consumo essenciais), incumbidas da diversificação do potencial exportador e pelo fomento de novas relações sociais de produção.

Por esta estratégia, depreendemos que a indução, via intervenção planejada do Estado, ao progresso técnico e à atualização tecnológica de indústrias estratégicas, ou seja, à elevação da produtividade do trabalho via incremento da mais-valia-relativa, como compensação à deterioração dos termos de intercâmbio e à descapitalização operada por meio das transferências internacionais de valor, concebe como generalizável o desenvolvimento das forças produtivas tal qual operado pelas economias centrais no século passado. Relembremos que tais economias transitaram à uma configuração produtiva qualitativamente superior valendo-se do fornecimento de meios de subsistência e de matérias-primas, bem como, indiretamente, da desvalorização real da força de trabalho pelas e nas periferias (MARINI, 2011 [1973]). Nos termos de Marini (2011 [1973])⁷⁵, o processo de especialização produtiva industrial dos países centrais correspondeu ao deslocamento do eixo de acumulação da mais-valia absoluta à mais-valia relativa como método para a elevação da composição orgânica nacional e, por extensão, à apropriação pelos mesmos de taxas superiores de mais-valor no mercado mundial. Ao

⁷⁵ “O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção” (MARINI, 2011 [1973], p. 138).

contribuir para contrarrestar o declínio tendencial da taxa de lucro no capitalismo central, a América Latina corrobora não apenas para a expansão quantitativa da produção, como para a superação das contradições inerentes à acumulação no centro, evitando, ali, a materialização de uma cisão estrutural no ciclo do capital (LUCE, 2018; MARINI, 2011 [1973]).

Partindo desta ótica, o programa proposto pelos bolivarianos se configura como um feito inexecutável nos marcos do capitalismo dependente, já que não estão disponíveis as mesmas condições outrora desfrutadas pelo centro para a transformação do eixo de sua acumulação, restando incontornável recorrer a recursos como a superexploração da força de trabalho para se alcançar uma alteração qualitativa da produtividade do trabalho no circuito não-petrolero. Nesse sentido, nos parece oportuno resgatar o que vaticinou Marini (2011 [1973]):

Além disso, essas recomendações [relativas ao desenvolvimento tecnológico] ignoram as condições concretas em que se dá a introdução do progresso técnico nos países dependentes. Essa introdução depende, como assinalamos, menos das preferências que eles tenham e mais da dinâmica objetiva da acumulação de capital em escala mundial. Ela foi a que impulsionou a divisão internacional do trabalho a assumir uma configuração em cujo marco foram abertos novos rumos para a difusão do progresso técnico e deu-se a esta um ritmo mais acelerado. Os efeitos daí derivados para a situação dos trabalhadores nos países dependentes não poderiam diferir em essência dos que são consubstanciais a uma sociedade capitalista: redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. Mas esses efeitos teriam de aparecer modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente. É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real (MARINI, 2011 [1973], p. 168 - 169).

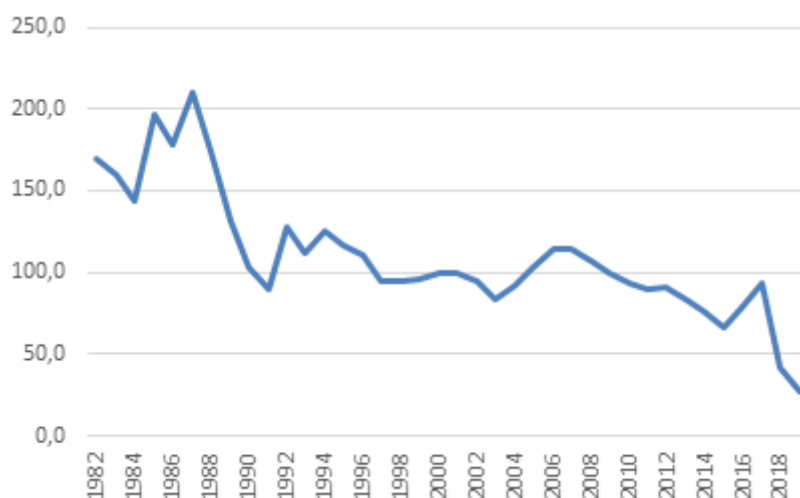
Em face do acirramento das transferências de valor, a imposição das formas de superexploração no plano da produção interna e, a partir delas, a generalização de um novo grau de intensidade do trabalho que conduza à acentuação da extração de mais-valia relativa, redundam necessariamente na diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores e na restrição da possibilidade de realização dos bens produzidos nacionalmente (MARINI (2011 [1973])). Constatações afins demonstram a relevância analítica da categoria superexploração da força de trabalho ao tema que nos ocupa. Ao relacionar a tendência à deterioração do trabalho formal no país caribenho às novas condições de subordinação do trabalho desde a crise do padrão industrial diversificado, Ferreira (2012) joga luz às razões estruturais do caráter hipertrofiado do exército industrial de reserva (EIR) e do predomínio da informalidade junto ao reduzido nível de

emprego industrial na Venezuela, que abrangeu cerca de 20% de contratistas, informais e trabalhadores temporários entre 2007-2008. Trata-se da expressão do descenso absoluto da demanda de trabalho (desemprego estrutural), fenômeno levado a extremos na periferia, associado ao processo de acumulação ampliada nas últimas décadas, fatores que revelam o contundente impacto conferido pela superexploração da força de trabalho não apenas à estrutura produtiva, mas à reprodução social total do capital sob a dependência petroleiro-rentista.

Em 2014, com um nível de participação de 56% da população economicamente ativa (PEA) na oferta de mão de obra do país, sendo 93,04% desta classificada como ocupada, constatamos que a porcentagem do conjunto de trabalhadores ocupados que não apresenta qualquer vinculação contratual alcança 37% (Gráfico 3.4) (FREITEZ et. al., 2014; INE, 2022). Em contraste ao argumentado por Curcio (2017), que acusa a tendência decrescente para as taxas de desemprego ao longo do período de 2003 a 2014, pareceram-nos questionáveis os critérios envolvidos na classificação da população ocupada, os quais respondem, segundo a *Conferencias de Estadísticos del Trabajo* (CIET) e em conformidade às recomendações da OIT, a pelo menos uma hora de trabalho por período de referência convencionado (dia/semana). Isso nos sugere que a estimativa referente à taxa de desemprego naquele ano, em 6,95%, poderia apresentar distorções significativas, ocultando formas encobertas de desemprego (FREITEZ et. al., 2014; INE, 2022). Assumimos que tais aspectos sinalizam um acirramento da precarização do trabalho na formação dependente petroleiro-rentista sob administração bolivariana, o que se configura como um indicador do incremento tendencial da superexploração.

Desdobrado na acelerada expansão do EIR em sua dimensão paupérrima, as consequências da acumulação dependente sobre a força de trabalho na Venezuela corroboram para a privação de direitos da crescente mão de obra excedente excluída do processo produtivo, além da restrição da capacidade de consumo necessário à realização do capital e do rebaixamento do nível dos salários (FERREIRA, 2012), conforme se vê no Gráfico 3.3. Diante deste difícil panorama econômico, os incrementos salariais operados nos últimos sete anos não tardariam a ser dirimidos pelo crescente índice inflacionário, retrocedendo a níveis superiores aos registrados em anos prévios à ascensão institucional dos bolivarianos (LÓPEZ MAYA, 2016).

Gráfico 3.3 – Salário-mínimo real (índice anual médio, 2000:100)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

Outro relevante parâmetro para a avaliação do poder de compra do salário-mínimo legal em relação aos valores de uso necessários à reprodução das condições de vida dos trabalhadores são as séries históricas correspondentes à *canasta básica* disponibilizadas pelo *Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores* (Cenda)⁷⁶, cuja variação anual registrada entre julho de 2013 a julho de 2014 alcançou 71,9% ou o equivalente a Bs. 6.520,73, conformando um déficit de 45,5% em termos aquisitivos (CENDA, 2021). De acordo com o Cenda (2021), para 2014, foram requeridos cerca de 4 salários-mínimos por *canasta básica*, variação decorrente do incremento dos preços dos gêneros alimentícios, ainda que parte destes fossem contemplados pela política de regulação de preços.

⁷⁶ “La Canasta de Alimentos, Bienes y Servicios Básicos está conformada por el costo mensual de los alimentos (Canasta Alimentaria de los Trabajadores/CENDA/compuesta por un total de 60 productos de consumo básico), más el de los artículos de higiene personal y del hogar (un total de 15 art. indispensables para la higiene personal y del hogar), servicios públicos básicos (gas, aseo, agua, luz eléctrica, teléfono y transporte/tarifas mínimas); vivienda (costo de alquiler y/o pago crédito hipotecario sectores populares de la gran Caracas), salud (solo incluye artículos indispensables en una cruz roja hogareña/reposición cada tres meses), educación (costo útiles, textos y uniformes escolares) vestido y calzado, siendo estos los gastos más significativos que tiene una familia trabajadora venezolana, integrada por cinco (5) miembros, dos (2) de los cuales hipotéticamente trabajan. No incluye gastos en recreación. Metodología y cálculos propios, incluye la recolección directa de la información en el Área Metropolitana de Caracas. La Canasta de Alimentos, Bienes y Servicios Básicos del mes de julio 2014 tuvo un costo de Bs. F. 15.588,54 presentando una variación de Bs. 692,58/4,6% mayor a la registrada en el mes de junio 2014 cuando presentó una variación de Bs. 550,91/3,8%. Esta variación es más alta a la registrada en julio 2013 que fue de 3,4%. Seis grupos de los siete que conforman la canasta de alimentos, bienes y servicios básicos registraron incrementos: vivienda 6,9%, alimentos 4,9%, art. Aseo personal y del hogar 3,7%, educación 2,9%, salud 2,7%, vestido y calzado 2,1%. El grupo servicios públicos básicos (tarifas mínimas) no presentó variación respecto al mes pasado” (CENDA, 2021).

Funcional ao capital industrial, o enorme contingente populacional absorvido pelo EIR, porquanto altamente dependente da renda petroleira, se vê obrigado a recorrer, não raras vezes, ao assistencialismo estatal para lograr sua sobrevivência imediata. Assim, em que pese o prévio estabelecimento da propensão à progressiva diminuição da jornada de trabalho pela CRBV e a redução da duração máxima semanal das jornadas de 44 a 40 horas pela *Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras* (LOTTT), promulgada ainda em 2012, o que se verifica é a elevação da mais valia relativa na base da acumulação mediante a privação de bens de consumo essenciais à classe trabalhadora como compensação ao não-incremento da capacidade produtiva, ou seja, a configuração de um descompasso entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida.

Gráfico 3.4 – Distribuição percentual dos ocupados por tipo de contrato



Fonte: Freitez et. al, 2014.

Assim, apesar do apelo ao endogenismo, calcado na produção de insumos para as indústrias estratégicas e no esforço de distribuição da mais-valia em favor da demanda interna, não há indícios de que o mercado doméstico venezuelano tenha se conformado como uma esfera de realização capaz de imprimir dinamismo à acumulação nacional. Uma evidência eloquente disto é o predomínio do déficit crônico do aparato produtivo nacional, apresentado por Maza Zavala (2009) ao constatar a crescente proporção da cobertura de bens importados na totalidade da oferta de bens (Tabela 3.1). Tampouco há indícios de reversão da dependência nas esferas tecnológica e financeira por obra das exigências de transferência tecnológica junto aos convênios de cooperação, os quais se ativeram à fabricação e operação dos meios de produção sem abalar o monopólio da

tecnologia correspondente, conformando, ao lado da prática de assessoramento estrangeiro, mecanismos de apropriação de mais-valor por renda monopólio.

Tabela 3.1 – Procedência da oferta de bens (%)

Ano	Participação no total		Participação nas variações	
	Nacional	Importado	Nacional	Importado
1999	82	18	66	34
2000	81	19	65	35
2001	78	22	67	33
2002	86	14	63	37
2003	86	14	65	35
2004	79	21	62	38
2005	75	25	52	48
2006	72	28	50	50
2007	70	30	45	55

Fonte: Retirado de Maza Zavala (2009).

Sem a contrapartida do consumo doméstico, o processo de reprodução dependente tende a aprofundar a estrutural estratificação do mercado interno e a desproporção entre os setores, sacrificando cada vez mais o consumo dos trabalhadores em favor do consumo das classes não-produtoras e do engajamento econômico exportador, na tentativa de superar as contradições inerentes ao ciclo dependente e valorizar-se (FERREIRA, 2012; MARINI, 2011 [1973], 2012). Tais contradições denotam a reprodução ampliada da segunda cisão entre as fases de produção e circulação (segunda cisão do ciclo do capital), expressa pelo impulso à produção industrial alheio à prévia consolidação do setor 1 e alheio à generalização da mais-valia relativa ao conjunto do aparato produtivo. Por suposto, a não predominância de bens salários na esfera produtiva, a composição concentrada do consumo aos capitalistas e camadas médias altas e o encarecimento da *canasta básica* comparecem na determinação do valor da força de trabalho no país caribenho sem a correspondente elevação da remuneração, convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital.

Haja vista a compressão da capacidade de consumo dos trabalhadores a partir da redução dos salários, a tendência é que o investimento tecnológico não predomine nos setores de produção destinados a atender a esfera baixa de circulação, o que explica a predominância, para o caso venezuelano, dos investimentos em bens de capital nas indústrias extrativas de baixo valor agregado, orientadas à exportação. Ao coincidir com

o progressivo incremento das importações de bens de consumo manufaturados e de bens de capital procedentes dos centros industriais como eixo vital da acumulação, a difusão do novo modelo produtivo pelo esquema industrial bolivariano engendra o modo de circulação que o corresponde, repondo a segunda cisão. Em termos gerais, por forjar expectativas de consumo desvinculadas da produção interna, o caráter disruptivo dos encadeamentos entre produção e realização próprio das economias dependentes, aliado ao recurso da superexploração da força de trabalho, obstaculiza o desenvolvimento do setor 1, corroborando à baixa complexificação da atividade industrial e à fixação da mais-valia extraordinária na produção nacional de bens suntuários, subsetor marcado pela proeminência do capital estrangeiro, pela monopolização precoce e por maior produtividade em relação à média nacional (BREDA, 2020; LUCE, 2018; MARINI, 2011 [1973]).

Isto posto, entendemos que não há possibilidade de resolução pelo *socialismo productivo venezolano* das contradições dispostas na esfera de realização mediante o incremento da produtividade do trabalho induzido via progresso técnico, necessariamente predominante nos setores da esfera alta do consumo e sob condições de superexploração da força de trabalho. Ao reeditar a restrição do mercado interno própria do ciclo dependente, combinado à acumulação sob o esquema petroleiro-rentista pautada pela realização de massas crescentes de valor ao invés da elevação da taxa de mais-valia, o *socialismo productivo venezolano* reproduz a necessidade de expansão ao exterior para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial, difundindo o padrão industrial dependente venezuelano ainda que sob diferentes bases. O que nos leva a afirmar, embasados por Marini (2011 [1973]), que, em uma economia dependente tal qual a venezuelana, a difusão do progresso técnico necessariamente redundará em ampliação da superexploração da força de trabalho, tendendo a adequar-se a um ciclo de capital que reproduza em escala ampliada a dependência.

Ao retomar o que asseveram Marini (2011 [1973], 2012) e Osório (2012, 2016), não pretendemos insinuar que a atuação das formações dependentes e periféricas se restrinja a mero reflexo em relação aos centros imperialistas. Diversamente, embasados pelos indícios de atualização das características constitutivas da dependência, concebemos que o desempenho de seus processos de acumulação é delimitado, a médio e longo prazo, pelos movimentos de reprodução do capital de maneira sistêmica, a despeito das aparências conjunturais. Assim, como buscamos comprovar, é possível que coincidam episódios favoráveis à acumulação dependente em contextos de aberto

declínio da taxa média de lucro nas economias centrais, como na ocasião da bonança experimentada pelos países petroleiros em plena transição para a fase recessiva do presente ciclo, marcada pela deflagração da crise estrutural nos anos 1968/69; e, ainda, no decurso da *industrialización soberana*, coincidindo com o último ciclo de apreciação das *comodities*. A neutralização da tendência à redução da rentabilidade do capital, contudo, necessariamente culmina na reestruturação do ciclo de reprodução sob novos matizes, de ordem tecnológica, produtiva, organizacional; e haja vista o seu engajamento subordinado, tal reestruturação dificilmente se concentraria em regiões periféricas e dependentes enquanto novos eixos centrais da acumulação a nível mundial (OSÓRIO, 2012). Dito isto, somos levados a questionar a possibilidade de reversão, por meio da política industrial bolivariana e, via de regra, de políticas macroeconômicas tomadas em âmbito nacional, das determinações ditadas pelo vigente regime de reprodução e, como expressão destas, do padrão exportador de especialização produtiva na Venezuela e em nosso continente.

Assumindo tais constatações, a proposta bolivariana de conversão do eixo de acumulação rentista a partir do modelo produtivo endógeno “socialista” reproduz as tendências estruturantes da formação dependente em sua especificidade petroleiro-rentista, em muito aceleradas a partir da precipitação da crise. Sob tal modelo, vimos que comparecem e se agudizam a regressão de unidades industriais em número e complexidade, a participação da manufatura cada vez mais reduzida no produto, além da intensificação do viés exportador, da extrema especialização produtiva e da exportação de capitais. Na medida em que a proposta incita o desenvolvimento das forças produtivas resignado à reprodução automática da *siembra*, isto é, ao fortalecimento do rentismo, em função da imbricação deste aos determinantes estruturais da dependência, coincide necessariamente em sua dinâmica interna e externa com a orientação do padrão de reprodução no qual está inserida. Nesse sentido, não houve grandes constrangimentos à realização da produção junto ao mercado externo ou à satisfação do consumo da esfera alta via importação, capaz de deslocar o centro gravitacional da acumulação para a demanda doméstica e a indústria nacional, desfecho evidenciado pela ausência de mudanças significativas na estrutura produtiva e no padrão de inserção internacional do país. Assim, em que pesem as características históricas particulares desta experiência, resta patente que a acentuação do modo de acumulação rentista sob o *socialismo productivo venezolano* condiz com a agudização da crescente especialização produtiva

em setores de baixo valor agregado — o que se configura como um inequívoco indício de incremento da dependência.

3.2 Debilidades da *siembra* bolivariana: a aposta no *socialismo rentístico* e o fortalecimento dos determinantes estruturais da dependência

Constatado o vigoroso impacto da reconversão produtiva engendrada pelo atual padrão exportador à proposta de reposicionamento da indústria nacional sob o *socialismo productivo venezolano*, resta analisar como tal estratégia se relaciona com os fundamentos da dependência petroleiro-rentista na esfera da produção e a premissa sob a qual descansam, isto é, com o modo de acumulação rentista e seu investimento via *siembra*. Conceitualmente, trata-se da “anomalia” produtiva referida previamente por *socialismo rentístico* em alusão ao “necessário” fortalecimento do rentismo como recurso às insuficiências na produção interna, pressupondo a superação do modo de acumulação vigente através da subvenção estatal no âmbito da distribuição.

De acordo com autores como Baptista (2010), Mommer (1992) e Furtado (2008), frente às vulnerabilidades suscitadas pela dinâmica fiscal pró-cíclica ao regime de acumulação vigente na Venezuela, o excesso de liquidez sustentado durante os períodos de bonança petroleira tende a gerar excedentes no saldo de conta corrente que induzem à apreciação cambial e a maiores níveis de gasto público, até a que se instale uma crise de realização do setor privado nacional. Por essa ótica, tais vulnerabilidades procederiam de uma sorte de transmissão da conjuntura externa à economia interna, o que dificultaria a produção de uma resposta contracíclica capaz de evitar uma eventual deterioração fiscal cada vez que os preços petroleiros registrem baixa.

Haja vista a intensiva atuação da estratégia cambial como mecanismo de distribuição da renda às maiorias venezuelanas, as razões da pretensa estagnação e do subsequente colapso da taxa de acumulação de capital nos ramos não-petroleiros, detidamente no setor industrial, são frequentemente atribuídas às repercussões dos limites estruturais do rentismo-petroleiro em desfavor do aparato produtivo nacional (BAPTISTA; MOMMER, 1990; LUCAS, 2005). Ao encarnar o capítulo venezuelano da Doença Holandesa⁷⁷, indiferente às particularidades da modalidade capitalista dependente em sua especificidade petroleiro-rentista, salta aos olhos a admissão de

⁷⁷ Para uma crítica acerca das lacunas teóricas apresentadas por esta categoria como explicação ao subdesenvolvimento na Venezuela, consultar Ferreira (2012).

questionáveis premissas por tal diagnóstico como o caráter pré-capitalista da renda petroleira e o desempenho econômico não-produtivo nacional, isto é, desvinculado da geração de valor. A nosso juízo, interpretações afins, desintegradas da totalidade e restritas às dimensões mais palpáveis da dinâmica de acumulação do capitalismo dependente petroleiro-rentista, comparecem junto ao modelo de desenvolvimento endógeno bolivariano e em sua renovada versão, o *socialismo productivo venezolano*, conduzindo-os a estratégias políticas etapistas e ao obscurecimento das causas reais do subdesenvolvimento no país caribenho.

En el caso venezolano actual existen ventajas y fortalezas que derivan de su situación productiva basada en la economía petrolera. Lo que aparece a primera vista como una rémora producto de la captación de una renta petrolera, como renta al fin y en *discordancia* con el mismo modelo productivo capitalista, así como lo fue en sus inicios la rémora derivada de la renta de la tierra que debió ser superada posteriormente con la propia dinámica de acumulación capitalista, en nuestro caso particular y específico con el advenimiento del nuevo modelo productivo socialista, en su posterior desarrollo de las fuerzas productivas, y con el cambio también ulterior de las relaciones de producción, dicha rémora podrá ser superada diluyendo la paradoja actual de atraso y dependencia de la renta para ser aplicada a un avance de la sociedad (GIORDANI, 2009, p. 96, grifo nosso).

Pero, ¿es acaso posible hacer convivir el Socialismo del Siglo XXI con una economía basada en la exportación del petróleo? La respuesta es estridentemente afirmativa. De hecho, tal condición particular de abundantes recursos hidrocarbúricos venezolanos le brinda un ribete sui generis a la revolución. La riqueza petrolera y gasífera lejos de ser obstáculo para el tránsito hacia el socialismo, lo cataliza. [...] Como se sabe, la renta es una *categoría precapitalista*, en consecuencia, de acuerdo a una interpretación dogmática y lineal del marxismo, se tendrá que superar tal encuadre rentístico para desarrollar las fuerzas productivas capitalistas y abrir paso posteriormente al socialismo...No asumir tal interpretación supone una interrogante, ¿puede existir un socialismo rentista? (EL TROUDI, 2010, p. 123-124, grifo nosso).

Ocorre que, como vimos, a distribuição social da renda petroleira e seu investimento produtivo não são necessariamente acompanhados da redução da desigualdade na distribuição fatorial do mais-valor gerado a partir do esforço produtivo, privilegiando o fator capital em detrimento do fator trabalho – lógica exacerbada sob o neoliberalismo (ÁLVAREZ R., 2009). Embasados por Breda (2020) e Carcanholo (1981), consideramos que a diferença de produtividade do trabalho em relação aos capitais atuantes em economias de maior composição orgânica média, evidência incontestável do *modus operandi* da dinâmica dependente, e, como contrapartida, a gradual redução de sua capacidade de absorção de recursos e de fatores produtivos, explícita a

predominância de um déficit⁷⁸ de apropriação do capital convertido a partir da renda gerada nacionalmente, proveniente, no caso venezuelano, das exportações petrolíferas. Esta crescente parcela de valor não apropriada é, por sua vez, acumulada junto às economias imperialistas – o que leva Caputo (2019) a acusar o financiamento de parte do déficit estadunidense pela volumosa transferência de recursos venezuelanos ao exterior. Assim, ao longo de 2006 a 2008, apesar da apreciação dos preços petrolíferos e do positivo desempenho econômico então registrado, como apurou Maza Zavala (2009), a política distributiva do mais valor gerado tanto pelo trabalho como pelas rendas públicas derivadas do petróleo às maiorias venezuelanas já apresentava, a médio prazo, nítidos sinais de esgotamento. Uma vez deflagrada a crise, a paralisia do processo de acumulação conduziu, então, à reação do capital no sentido de recompor sua lucratividade, incidindo de modo mais assertivo sobre o rebaixamento do nível dos salários, a ampliação da superexploração da força de trabalho, além da acentuação do assalto sobre o orçamento do Estado e sua dívida pública.

Não é casual, portanto, que o incremento das exportações totais seja acompanhado pelo incremento superior de ativos financeiros venezuelanos no exterior, os quais alcançaram de 122 a 291 bilhões de dólares entre 2005 e 2013; isto é, parte do valor produzido foi apropriado de modo meramente financeiro, marcadamente por setores privados vinculados ao circuito comercial-importador e bancário, ao invés de ser transferido aos setores produtivos domésticos (CAPUTO, 2019; OURIQUES, 2015). Grosso modo, sem estabelecer, aqui, prioridades entre as formas⁷⁹ de drenagem do valor, tais mecanismos operam, de modo estrutural e sistemático, no sentido de despojar o valor produzido no conjunto das economias latino-americanas como a determinação negativa inscrita na reprodução dialética da lei do valor em escala mundial, ao compasso da nova divisão internacional do trabalho estabelecida quando da queda da taxa de lucro no capitalismo central, a finais da década de 1960 (AMARAL, CARCANHOLO, 2012; BREDA, 2020; MARINI, 2011 [1973]).

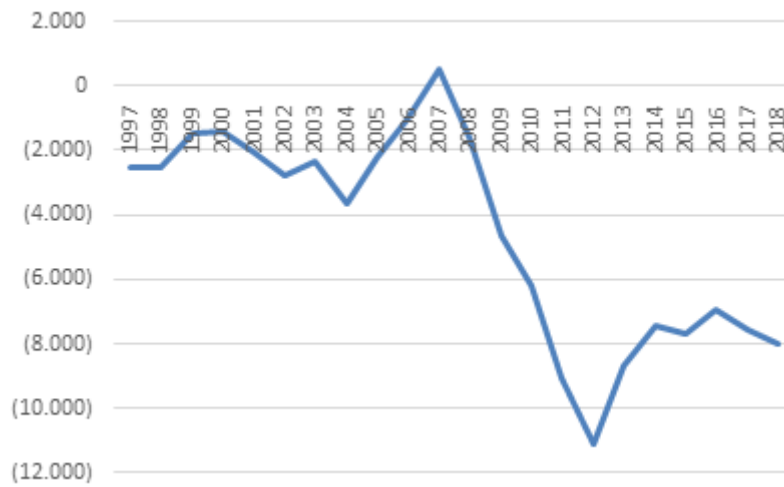
⁷⁸ “A distinção qualitativa entre produção e apropriação de riqueza, de riqueza capitalista (ou valor), permite pensar na distinção quantitativa entre elas; em outras palavras, podemos pensar neste momento na não-identidade do valor produzido e do valor apropriado. É essa diferença que determina o surgimento da categoria transferência de valor” (CARCANHOLO *apud* BREDA, 2020, p. 147).

⁷⁹ Buscando aproximações ao nível global de transferência de valor no intervalo referido, dentre as modalidades pelas quais perpassam os indicadores que escolhemos privilegiar, temos as transferências via fragmentação do mais-valor produzido em lucro, juro e renda, ou seja, resultantes da propriedade do capital; bem como a drenagem de valor por meio do intercâmbio desigual, isto é, da maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias, um mecanismo oculto nas trocas comerciais (AMARAL, CARCANHOLO, 2012; BREDA, 2020).

De maneira bastante sucinta, buscaremos apontar aproximações às tendências de transferência de valor no contexto da formação dependente petroleiro-rentista, com ênfase na apropriação por transferências via propriedade do capital, predominantes no atual padrão, assumindo a diminuição conjuntural dos fatores de descapitalização por deterioração dos termos de intercâmbio enquanto os preços do barril estiveram apreciados.

Ao longo do decênio 2000-2010, o crescimento da mobilidade de mercadorias e de capitais acarretou um substancial incremento do acervo de investimentos estrangeiros no conjunto das economias do continente latino-americano, o qual gera, por sua vez, rendimentos proporcionalmente altos, prevalecendo sobre os investimentos em carteira (BREDA, 2020; CARCANHOLO, 2017). No caso venezuelano, contudo, constatamos que o fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto (IED) apresenta volume inferior ao registrado quando do processo de abertura comercial e liberalização financeira operado por *Punto Fijo*, tendo apresentado desempenho negativo entre 2006 e 2009 como desdobramento das nacionalizações de ativos estrangeiros pelos bolivarianos (CEPAL, 2011). A seu turno, quanto à ampliação dos fluxos de IED a US\$ 5,302 bilhões verificada no ano de 2011, grande parte (65%) direcionados ao setor petroleiro e às atividades financeiras (20%), esta não representou incremento substancial da entrada líquida de capital, mesmo superando o volume registrado nos anos anteriores, por concentrar-se no reinvestimento de lucros e empréstimos entre as próprias filiais (CEPAL, 2011). Em contrapartida, verifica-se um vertiginoso crescimento da remessa de lucros e dividendos a partir de 2012, comportamento espelhado sob a balança de rendas venezuelana (Gráfico 3.5), em razão da importância deste componente ao seu cálculo (BCV, 2018).

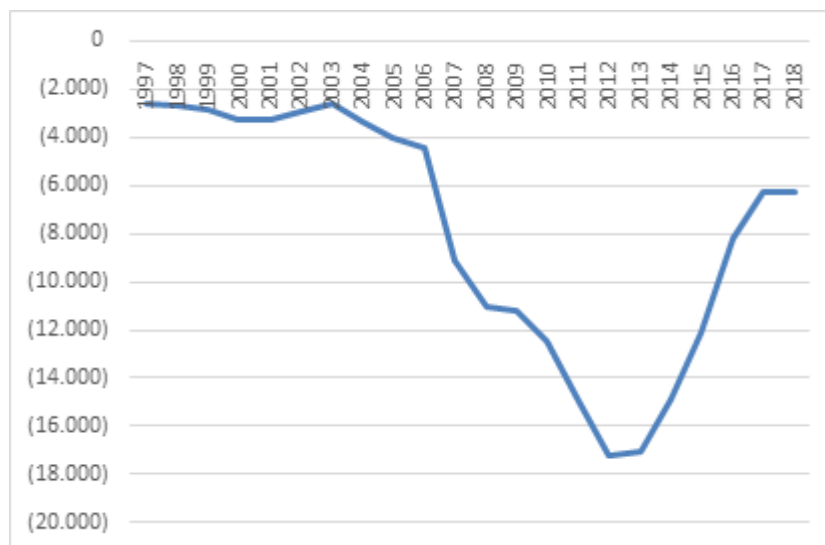
Gráfico 3.5 – Balança de rendas em valores nominais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCV (2018).

Assumimos, portanto, o registro deficitário na balança de rendas como um indício de incremento das transferências na modalidade propriedade de capital. Nessa mesma linha, inferimos que o desempenho negativo apresentado pelo comportamento agregado da balança de serviços (Gráfico 3.6) condiz com o robusto incremento do endividamento a partir de 2007 (Gráfico 3.7), o qual, por sua vez, justifica a ampliação da drenagem de valor por juros e amortizações dos serviços da dívida no imediato 2013-2014, quando do arrefecimento da favorável conjuntura.

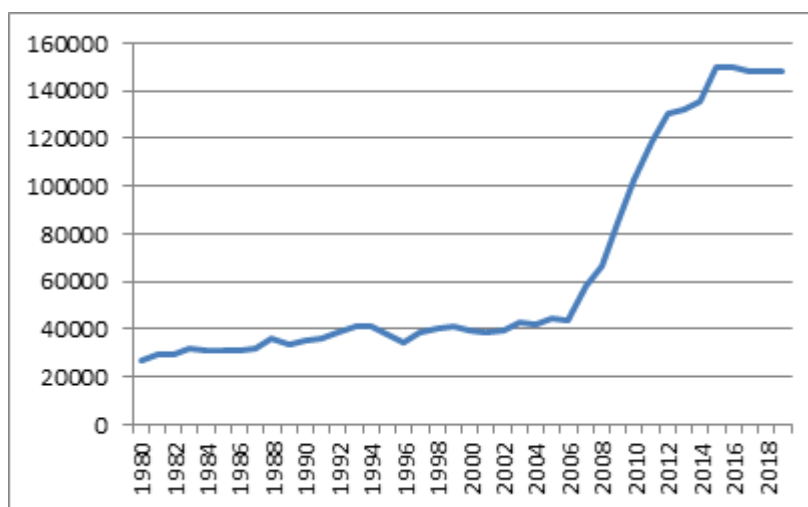
Gráfico 3.6 – Balança de serviços em valores nominais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCV (2018).

Outro flagrante fator de descapitalização revelado pela balança de serviços deficitária refere-se ao aprofundamento da dependência científica e tecnológica sob o *socialismo productivo venezolano*, expresso no aumento das importações de bens de capital e das despesas com licenças e patentes sob monopólio dos países centrais, até então respaldada pelos saldos da balança comercial, sugerindo a preservação da aguda estrangeirização do aparato produtivo nacional pelo programa industrial bolivariano (CEPAL, 2022). Parece-nos, por fim, que o ponto de virada situado a partir de 2013 sinaliza o devastador cenário de deterioração das receitas venezuelanas corroborado pelo arrefecimento das rendas da exportação petroleira e acentuado em proporções até então inéditas desde o avanço das sanções imperialistas, quando não há margem orçamentária ao cumprimento dos juros e pagamentos anuais do sistema da dívida diante de tamanha debilidade na dinâmica de acumulação interna.

Gráfico 3.7 – Dívida externa total, em valores nominais

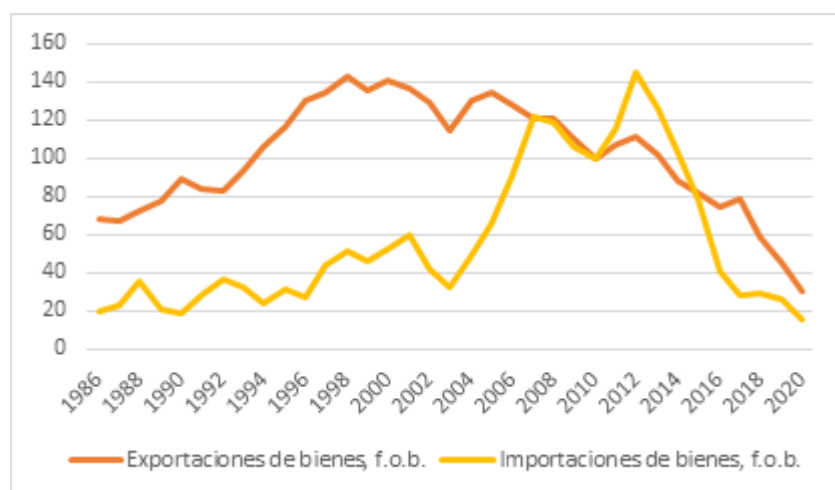


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

Isto posto, os déficits comerciais estruturais experimentados pela formação econômica dependente petroleiro-rentista não se explicam, portanto, apenas por distorções cambiais constituídas pelos oscilantes fluxos de petrodólares, repousando fundamentalmente sobre sua acentuada dependência estrutural em relação aos preços de alimentos e bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho, determinados pelo mercado mundial, além da grande vulnerabilidade financeira de suas contas externas. Nesse sentido, Ferreira (2012) nos adverte que, sob qualquer estratégia cambial adotada, o estímulo à produtividade dos fatores de produção agrícola e industrial mediante

investimentos públicos inevitavelmente incidiria no aumento das importações, haja vista a indisponibilidade no mercado nacional de matérias primas, insumos e maquinário, determinada por sua condição dependente tecnológica (Gráfico 3.8). Assim, consideramos que a concessão ao capital financeiro junto ao controle de câmbio operada pelos bolivarianos como recurso fiscal à manutenção dos investimentos sociais e produtivos no despontar da recessão, na esteira da forte desvalorização do bolívar em 43% operada como medida anti-inflacionária entre 2010 e 2015, se apresenta como um fator de contribuição ao errático quadro de hiperinflação experimentado a partir de 2017, agudizado pelo avassalador peso das sanções econômicas, comerciais e financeiras impostas ao país caribenho (DACHEVSKY; KORNBLIHTT, 2017; SALAS RODRIGUEZ, 2020).

Gráfico 3.8 – Índices de volume de comercio exterior (2010: 100).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Cepal (2022).

Vimos que a alternativa encontrada pelos bolivarianos para modificar a composição da forma de apropriação da mais valia gerada internamente seria, a princípio, através da substituição do capital rentista pelo capital privado e, finalmente, mediante a ampliação da economia social como sinalização ao socialismo. Nesse sentido, Parker (2006) nos alerta sobre a reprodução de concepções essencialistas em torno da economia social e do movimento cooperativista, fomentado massivamente e a curto prazo, nas quais se assume o assessoramento estatal como suficiente à consolidação exitosa das organizações cooperativistas em meio à uma dinâmica dominada pela lógica do capital, o que, em tese, salvaguardaria a sua capacidade de inovação socioeconômica (PARKER,

2006). O registro de cooperativas no país atingiu o seu ápice no breve intervalo de 2001 a 2006, alcançando de 1045 a 91.157, para em seguida totalizar mais de 225.000 até o ano de 2008 (LUCAS, 2021). Para o ano de 2006, segundo censo realizado pelo *Instituto Nacional de Estadísticas* (INE), foram identificadas cerca de 3.654 cooperativas dedicadas à produção manufatureira, das quais apenas 41% foram consideradas ativas, apresentando, em média, 12,7 associados cada. Dentre o conjunto de cooperativas manufatureiras, 807 teriam sido provenientes da *Misión Vuelvan Caras* e pelo menos 25,7% teriam recebido financiamento estatal, o que nos leva a questionar as genuínas motivações cooperativistas no grande volume de novos registros (LUCAS, 2021). Ainda de acordo com Gerardo Lucas (2021), estudos posteriores comprovariam que, para o ano de 2010, cerca de 87% do total de cooperativas teria deixado de existir.

Este não é um detalhe secundário e apresenta implicações profundas à estratégia bolivariana de construção de um poder dual orientada à edificação do Estado Comunal. Recordemos que a superação da condição rentista, isto é, a preponderância de um regime de acumulação alternativo a partir da extração de mais valia pelo trabalho objetivado procederia da redistribuição estratégica de referida renda à economia social agregado ao protagonismo assumido pelos trabalhadores no plano produtivo, através da imposição da propriedade social dos meios de produção coletivos e comunitários. Todavia, parece imperar não apenas nas organizações cooperativas como no conjunto da economia social o mesmo princípio que rege a troca de mercadorias, na medida em que se privilegiou o cooperativismo de trabalho associado e de produção no setor de serviços, além do debilitamento da margem de ação das organizações sindicais. Dito de outro modo, conforme nos adverte Ferreira (2012), não se toca na propriedade dos meios de produção, o que traz sérias implicações ao objetivo de reestruturação das relações de produção fundadas na superexploração da força de trabalho e à própria reversão das debilidades suscitadas pela condição rentista ao processo transicional, restando pendentes por parte dos bolivarianos explicações relacionadas a quais classes sustentariam tal transição. Na esteira do que assevera a autora, entendemos que a diluição do protagonismo do proletariado industrial petrolífero desde a reversão do *paro*, único sujeito revolucionário capaz de levar a cabo a ruptura transicional socialista no país caribenho, se faz sentir junto aos retrocessos evidenciados nos rumos do processo bolivariano tomado por vias institucionais.

Diante do exposto, depreendemos, portanto, que a estratégia de investimento produtivo via *siembra petrolera* padece de uma inviabilidade estrutural já que a aposta no rentismo conduz inexoravelmente ao fortalecimento dos setores financeiros e, na melhor das hipóteses, do setor produtivo exportador; o que redundaria no aprofundamento dos mecanismos de transferência de valor, reforçando, por conseguinte, os determinantes estruturais da dependência. Logo, admitido um cenário internacional favorável às importações necessárias ao desdobramento do aparato produtivo nacional, tomado a partir da trajetória das economias centrais, o desenvolvimento logrado por tal estratégia é aquele resignado às características da industrialização dependente, a saber, à ampliação da taxa de mais valia sob a base da superexploração da força de trabalho, como compensação à exacerbação da drenagem do valor gerado internamente.

Aos nossos propósitos, importa reter a apropriação crítica do tema da *siembra* e sua função na reprodução do capitalismo dependente em sua especificidade petroleiro-rentista, buscando aproximações às tendências de acentuação da superexploração da força de trabalho e dos fluxos de transferência de valor ao longo da presidência de Hugo Chávez Frías (1999-2013). Assim, ainda que não tenhamos fôlego para mobilizar as categorias estruturantes da condição dependente com o rigor merecido, a não agregação de complexidade tecnológica ao parque industrial venezuelano, e mais, a aceleração da regressão industrial a despeito dos esforços bolivarianos, flagrantes evidências da inserção do *socialismo productivo venezolano* sob o padrão exportador de especialização produtiva, apontam para a agudização estrutural da condição dependente na marcha do processo bolivariano. Dedicados a descrever as tendências das relações de exploração e formas de descapitalização as quais consideramos mais evidentes e centrais ao nosso argumento, sem avançar decididamente no tratamento de ambas as categorias, caberia, adiante, estimar e especificar as particularidades assumidas pelo mecanismo de superexploração da força de trabalho e por cada uma das modalidades predominantes do fenômeno da transferência de valor sob a dependência petroleiro-rentista. Deixaremos tais tarefas em aberto, para trabalhos futuros.

A MODO DE CONCLUSÃO

Gestada nos marcos da dialética negativamente determinada pela economia mundial, vimos que a dinâmica de acumulação sob o esquema petroleiro-rentista historicamente encerra as opções políticas e econômicas à reprodução automática da *siembra petrolera*, enquanto premissa fundamental do investimento produtivo interno. Reduzida à reivindicação rentística nacional, a *siembra* foi encarada por diversos espectros políticos sem a correta apreensão das tendências e contradições inerentes ao processo de conversão produtiva da renda gerada em capital, sobressaindo a concepção de que, sempre que a bonança prospere, a correta orientação dos investimentos públicos, especialmente em setores produtivos agrícolas e industriais, poderia contrarrestar as tendências disruptivas do capitalismo venezuelano e superar o subdesenvolvimento no país caribenho. Assim, admitida como incontornável e, simultaneamente, integrada à projeção de um novo regime de acumulação adstrito à máxima apropriação coletiva da renda internacional a partir do protagonismo estatal, a sua adesão acrítica assegura a reprodução ampliada do ciclo dependente na marcha do processo bolivariano. Dito de outro modo, entendemos que o subdesenvolvimento venezuelano não se explica apenas por debilidades específicas do esquema rentista, ou seja, restritas ao âmbito da acumulação, mas pelas imbricações entre este e o conjunto de determinações estruturais que regem o ciclo do capital na Venezuela.

Ao empreender uma aproximação empírica ao lineamento industrial do programa bolivariano, constatamos que, do ponto de vista estrutural, seguiram vigentes as leis tendenciais identificadas no primeiro capítulo, incidindo sob o acirramento das feições que assume a industrialização dependente na Venezuela como a desigual distribuição do ingresso e a estreiteza do mercado doméstico, além da queda tendencial da produtividade do trabalho e o decréscimo tendencial do emprego industrial. Na sequência, examinamos a elaboração de um novo modelo de acumulação de tipo socialista, não petroleiro e autossustentável como medida de reestruturação econômica paralela à emergência da crise cíclica em 2008, esta reminiscente da depressão inaugurada nos anos 68/69 quando da transição entre os padrões de reprodução industrial ao exportador de especialização produtiva. Sem integrar as esferas da produção e circulação, a determinação produtiva de valores de uso distintos aos predominantes na dinâmica da acumulação interna, animada sob o signo da *siembra petrolera*, não encontra condições para a materialização de um

mercado doméstico que resolvesse a valorização. Inserido no atual padrão exportador, o *socialismo productivo venezolano* encarna a predominância produtiva de *comodities* primárias, produtos intensivos em mão de obra e de baixa intensidade tecnológica, bem como a alta dependência da importação de bens de capital e a redução do dinamismo industrial, petrolero e não petrolero. Evidenciados os paradoxos inerentes ao novo projeto de industrialização e constatado o não enfrentamento aos mecanismos compensatórios da acumulação interna, detidamente, o recurso à superexploração da força de trabalho, concluímos que o *socialismo productivo venezolano* repõe a segunda cisão no ciclo do capital ao atentar contra a remuneração e o consumo dos trabalhadores, enfatizando a exacerbação dos mecanismos de transferência de valor em suas duas modalidades, em especial quando do arrefecimento dos preços do barril. Assim, a proposta de superação do modo de acumulação rentista apenas se insinuou e o cenário que se descortina é de aparente retroatividade dos avanços logrados pelas bases bolivarianas de transição ao socialismo.

A não transformação das condições de produção e consumo a partir da favorável repercussão dos altos preços das *comodities* sobre as rendas de exportação, conjuntura marcada por um lapso de acelerada acumulação e pelo advento da *Industrialización Soberana*, não se explica, portanto, pela ausência de um impulso sustentado de desenvolvimento econômico, mas, precisamente, pela natureza deste desenvolvimento. Isto posto, coincidimos com Ferreira (2012) quanto à convergência entre o endogenismo aspirado pelos bolivarianos e o desenvolvimentismo cepalino, tomadas as suas devidas especificidades históricas, no que toca à adesão acrítica da dualidade estrutural desenvolvimento-subdesenvolvimento que, no limite, alude à falsa concepção do subdesenvolvimento como um capitalismo prematuro ou em vias de desenvolver-se. Embasados por Marini (2011, [1973]), entendemos tais fenômenos como qualitativamente distintos, assentados sob o antagonismo e a complementariedade, o que nos leva a retomar o seu axioma de que para haver maior desenvolvimento capitalista, necessariamente deve haver mais dependência.

Cumpramos acrescentar que, sucumbindo à ausência do protagonismo do operariado petrolero junto aos rumos do processo bolivariano, a regressão dos objetivos de reestruturação das relações de produção nos revela que as debilidades dispostas no seio do *socialismo productivo venezolano* não se apresentam como um problema de ordem apenas programática, mas eminentemente política. Assim, apesar do nítido empenho por parte dos bolivarianos na superação do subdesenvolvimento na Venezuela, sublinhamos

que o deslançar de uma industrialização dentro dos limites comportados pela dependência petroleiro-rentista, tal qual a implementada no período analisado, não poderia engendrar um modelo alternativo de acumulação, atuando, na prática, como um veículo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Mais, em articulação à ativação dos limites estruturais engendrados pela vigente crise estrutural capitalista, restou demonstrado que as determinações ditadas pela lógica de reprodução do capital em escala mundial e encarnadas em termos continentais pelo atual padrão exportador de especialização produtiva dificilmente poderiam ser subvertidas no âmbito da política industrial bolivariana.

Embora escape ao nosso objetivo prolongar análises centradas na mensuração dos determinantes estruturais da dependência, os resultados desta investigação colocam em relevo a acentuação da superexploração da força de trabalho e a ampliação tendencial da transferência de valor líquida agregada ao longo do intervalo 1999-2013. Tais constatações são reforçadas, sobretudo, pelos fortes indícios de adensamento da drenagem do valor gerado internamente na modalidade propriedade do capital, em resposta ao crescente endividamento público como contrapartida ao déficit fiscal. Com efeito, em que pese a conjuntura de afrouxamento relativo dos determinantes estruturais da dependência entre 2005 e 2009, seguida da vacilante recuperação dos preços petroleiros entre 2011 e 2012, presumimos também a reativação da tendência à acentuação da exportação de capitais via intercâmbio desigual no imediato 2013-2014. Evidentemente, este cenário requiere o comparecimento superior da superexploração, em muito agudizada pelas implicações suscitadas por sanções imperialistas impostas à acumulação interna. Retomando os interrogantes empregues pelas elaborações de Osório (2016) ao aprofundamento da categoria padrão de reprodução do capital, a saber, *qué se produce, como se produce y para quiénes se produce*, uma próxima etapa da investigação buscará estimar o *quantum* de valor gerado e sua proporção transferida, especificando a incidência da superexploração da força de trabalho e relacionando os fluxos de transferência de valor aos seus países de destino, em um intervalo mais amplo e recente. Por suposto, nesta agenda deverá comparecer um maior número de mediações que as por ora apresentadas, embasadas no estudo pormenorizado do ciclo do capital no capitalismo dependente petroleiro-rentista, além de abordagens relativas à teoria da renda fundiária nos marcos marxistas.

De nossa parte, enfatizamos que os avanços e contradições ensejadas pela experiência bolivariana recolocam a disjuntiva dependência e revolução para a América Latina na contemporaneidade, incidindo junto a luta de classes em dimensões continentais. Esperamos que este trabalho forneça subsídios à formulação de respostas econômicas aptas a contribuir com diagnósticos voltados à elaboração de uma orientação produtiva pós-rentista na Venezuela, inscrevendo como elemento incontornável a este fim a ruptura com o padrão exportador vigente, a superação de sua condição dependente e, por extensão, a superação das relações de produção capitalistas no país caribenho e em nossa região.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, p. 87-102, 2012.

ARGUELLO, Iris. Organizaciones del Estado que promueven la economía social en el gobierno de Chávez. **Revista Venezolana de Gerencia**, Maracaibo, v. 10, n. 32, p. 628-651, 2005. Disponível em:

http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-99842005000400006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2021.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2012 [Publicado originalmente em 1974].

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **Producto interno bruto por clase de actividad económica**. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/estadisticas/producto-interno-bruto>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BANCO MUNDIAL. **Datos sobre las cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos sobre cuentas nacionales de la OCDE**. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NE.GDI.TOTL.ZS?end=2014&locations=VE&start=1983>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

BANKO, Catalina. Estado e industrialización en Venezuela. *Expresión Económica. Revista de análisis*, n. 14, p. 35-49, 2005. Disponível em: <http://expresioneconomica.cucea.udg.mx/index.php/eera/article/view/793>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Bases cuantitativas de la economía venezolana 1830-1995**. Caracas: Fundación Empresas Polar, 1997.

BAPTISTA, Asdrúbal. **El relevo del capitalismo rentístico**. Hacia un nuevo balance de poder. Caracas: Fundación Empresas Polar, 2006.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Teoría económica del capitalismo rentístico**. 2. ed. Caracas: Banco Central de Venezuela (BCV), 2010.

BARROS, Pedro Silva. **Desenvolvimento, Integração e Cooperação entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela**: políticas públicas para a integração Amazônia-Orinoco. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e Desenvolvimento**: a política econômica em processo. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

BENEDITO, Flávio. **Economia petrolífera venezuelana**: o dilema entre a soberania econômica e a dependência estrutural (1973-1998). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

BORON, Atílio A. **O socialismo no século 21**: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo**: O caso do Brasil entre 2000 e 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 95-127, 2006.

CAPUTO, Orlando. Venezuela en la encrucijada: la grave crisis económica, social y política. In: MOLINA, Paula Vidal (coord.). **Neoliberalismo, Neodesarrollismo y Socialismo Bolivariano**: Modelos de desarrollo y Políticas Públicas en América Latina. Santiago de Chile: CLACSO, p. 252-258, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina. In: MOLINA, Paula Vidal (coord.). **Neoliberalismo, Neodesarrollismo y Socialismo Bolivariano**: Modelos de desarrollo y Políticas Públicas en América Latina. Santiago de Chile: CLACSO, p. 34-51, 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo. **La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica**. Tese (Doutorado em Economia) – Facultad de Economía, División de Estudios de Posgrado. Universidad Nacional Autónoma de México. México DF, 1981.

CARRIZALEZ NAVA, Pablo José. **O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela**: uma leitura à luz de Bamberger, Dos Santos e Marini. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CARUSO, Danilo Spinola. Acumulação de capital na Venezuela petrolífera-rentística. **Anais do simpósio Marx e o Marxismo**, Niep-MARX, UFF. Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2015/anais2015/mc5/Tc361.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

CENDA – Centro de documentación y análisis para los trabajadores. **Informe CBT julio 2014**. Disponível em: <http://cenda.org.ve/noticia.asp?id=104>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **División de Estadísticas. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Disponível em:

https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=1972&area_id=650&lang=es. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe**. Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, Santiago de Chile, 2011. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1145/1/S2012018_es.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

CHÁVEZ anuncia 200 "fábricas socialistas" y pide que "nadie se asuste" con su modelo. **La Vanguardia**, 17 jun. 2007. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/economia/20070617/51362613362/chavez-anuncia-200-fabricas-socialistas-y-pide-que-nadie-se-asuste-con-su-modelo.html>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O Rentismo Petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

COMPLEJO SIDERURGICO NACIONAL. **Cultura**. Caracas, 2020. Disponível em: <http://www.csn.gob.ve/index.php/cultura/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CORONIL, Fernando. **El Estado Mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela**. Caracas: Editora Alfa, 2013.

DACHEVSKY, Fernando; KORNBLIHTT, Juan; FURIO, Victoria J. The Reproduction and Crisis of Capitalism in Venezuela under Chavismo. **Latin American Perspectives**, v. 44, n. 1, p. 78-93, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26177915>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DE LA PLAZA, Salvador. Dependencias del exterior y clases sociales en Venezuela. **Problemas Del Desarrollo**, v. 1, n. 3, p. 31–64, 1970. Disponível em: www.jstor.org/stable/43836893 . Acesso em: 02 abr. 2021.

DE PAULA, Patrick Galba. **Teoria da renda fundiária a partir de Marx e a controvérsia sobre a renda absoluta**. Marx e o Marxismo v.6, n.10, jan/jun 2018.

DELGADO, Pedro Emilio. El rezago de la productividad industrial en Venezuela en perspectiva mundial. Renta petrolera y la deuda externa como mecanismos de compensación. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/364/36457129004/html/index.html>. Acesso em: 10 março 2021.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI**. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

DUTRA, Luis Eduardo Duque. **Capital petróleo: a saga da indústria entre guerras, crises e ciclos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

EL TROUDI, Haiman. **Dilemas económicos e institucionales de la transición**. Caracas: Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores, 2010.

EL TROUDI, Haiman. **El Salto Adelante: La Nueva Etapa de la Revolución Bolivariana**. 2. ed. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

EL TROUDI, Haiman; MONEDERO, Juan Carlos. **Empresas de Producción Social: Instrumento para el Socialismo del Siglo XXI**. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2006

EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DE BELARÚS EN LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Tractores de la Empresa mixta belaruso-venezolana “Veneminsk”**: Soberanía agraria en marcha. 2013. Disponível em: <https://venezuela.mfa.gov.by/es/embassy/news/dd4f95d81d820b0c.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FERREIRA, Carla Cecília C. **A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela**: Contradições e conflitos no capitalismo dependente petroleiro-rentista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, Carla Cecília C. O capitalismo petroleiro-rentista na Venezuela: reflexões sobre um padrão de reprodução. In: **V Jornadas de Historia Económica**. Montevideú: AUDHE (Asociación Uruguaya de Historia Económica), 2011. Disponível em: <https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/03%20ferreira.pdf>. Acesso: 03 nov. 2019.

FERREIRA, Carla Cecília C. O fardo histórico do capitalismo dependente petroleiro rentista e as contradições do processo bolivariano da Venezuela. **Revista Uruguaya de Historia Económica**, vol III, p. 63-84, 2013. Disponível em: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/Revista/Revista_3/revista%203ferreira_capitalismo_dependiente.pdf. Acesso: 03 nov. 2019.

FERREIRA, Carla Cecília C. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. Em: Sara Granemann. (Org.). **Teoria Social, Formação Social e Serviço Social**. 1ed. Rio de Janeiro: PPGSS - UFRJ, 2018, v. IV, p. 65-85. Disponível em: < <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/CCNC-digital-v4.pdf>>. Acesso: 27 de abril de 2022.

FLOREZ URBÁEZ, Matilde Flores; RINCÓN, Elita; RINCÓN, José; BARALT, Careli. Ley Orgánica de Hidrocarburos y Ley Orgánica de Ciencia, Tecnología e Innovación: un

análisis de su relación con el proceso político venezolano. **Journal of technology management & innovation**, v. 9, n. 4, p. 110-118, 2014.

FRANK, André Gunder. **América Latina**: subdesarrollo o revolucion. 2. ed. México [DF]: Ediciones Era, 1973.

FREITEZ, Anitza; GONZÁLEZ, Marino; ZUÑIGA, Genny (Coords.). **Una mirada a la situación social de la población venezolana**: Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2014 (ENCOVI 2014). Caracas: UCAB; USB; UCV; Fundación Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: https://assets.website-files.com/5d922e4172a61a7f328d4b43/5ec2eff2376780ea7d396476_encovi-2014-una-mirada-a-la-situacion-social-de-la-poblacion-venezolana.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

FRÍAS, Hugo Chávez. **Agenda Alternativa Bolivariana**. Caracas: Ediciones Correo del Oniroco, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.vtv.gob.ve/greenstone/collect/document/index/assoc/shortener/HASH014e.dir/Agenda%20Alternativa%20Bolivariana.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, Editora Contraponto, 2008.

GIORDANI, Jorge. **La transición venezolana al socialismo**. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo; CARCANHOLO, Marcelo Dias; Filgueiras, Luiz; PINTO, Eduardo. **Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina**. Texto originalmente preparado para a reunião do Grupo de Trabalho CLACSO – Setores Dominantes na América Latina, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228423016_Vulnerabilidade_Externa_Estrutural_da_America_Latina. Acesso: 02 jan. 2022.

INE – Instituto Nacional de Estadísticas. **Balance de los acuerdos de cooperación entre Venezuela y Belarús**. 2 mai. 2018. Disponível em: http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=1153:balance-de-los-acuerdos-de-cooperacion-entre-venezuela-y-belarus&catid=118:institucionales. Acesso: 03 dez. 2021.

INE – Instituto Nacional de Estadísticas. **Enlaces de Interés. Poder Ejecutivo: Ministerio del Poder Popular para Industrias**. Disponível em: http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=209:poder-ejecutivo-ministerio-del-poder-popular-para-industrias&catid=142:poder-ejecutivo. Acesso: 03 dez. 2021.

INE – Instituto Nacional de Estadísticas. **Ficha Técnica de la Encuesta de Grandes Empresas Industriales (EGEI) 2007 -2010**. Disponível em: http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com_content&id=449&Itemid=36&view=article. Acesso: 03 dez. 2021.

LANDER, Luis Edgardo. Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta. In: OURIQUES, Nildo (org.). **Raíces no Libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

LARRALDE, Humberto García. Limitaciones de la política económica actual: la ideología económica en el deterioro del bienestar del venezolano. **Revista Venezolana de Econ. y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1, p. 85-153, 2000.

LÓPEZ GONZÁLEZ, Alejandro Esteban; DOMENECH LEGA, Bruno; FERRER MARTÍ, Laia. Renta petrolera y electrificación en Venezuela: Análisis histórico y transición hacia la sostenibilidad. **Cuadernos Latinoamericanos**, v. 29, n. 51, p. 1-24, 2017.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **Del viernes negro al referendo revocatorio**. Caracas: Editorial Alfa, 2005.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015**. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

LÓPEZ MAYA, Margarita. La construcción de contrahegemonía: Notas sobre la concepción del desarrollo económico en el proyecto bolivariano. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 12, n. 2, p. 157-163, 2006.

LUCAS, Gerardo. **Industrialización contemporánea en Venezuela (1936-2000)**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2006.

LUCAS, Gerardo. **Industrialización pionera de Venezuela (1826-1936)**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 1998.

LUCAS, Gerardo. **Populismo y Desindustrialización (1974-2020)**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2021.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCENA, Héctor. Venezuela: Balance productivo y laboral. Em: DE LA GARZA, Enrique; NEFFA, Júlio César (orgs.). **Trabajo y crisis de los modelos productivos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 239-274, 2020.

LUCENA, Héctor. La crisis política en Venezuela: repercusiones y respuestas del movimiento sindical. Em: DE LA GARZA, Enrique (org.) **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

MALAVÉ MATA, Héctor. Dialectica del subdesarrollo y Dependencia. **Problemas del Desarrollo**, v. 3, n. 12, p. 23-52, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43906141?seq=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina ante la crisis mundial. **Investigación Económica**, v. 40, n. 157, p. 273–292, 1981. Disponível em: www.jstor.org/stable/42778678. Acesso em: 05 out. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, p. 131-185, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. La crisis del desarrollismo. In: MARINI, Ruy Mauro; MONCAYO, Mária (Orgs.). **La teoría social latino-americana**. Cidade do México: El Caballito, 1994. Tomo II. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html. Acesso: 05 out. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, p. 21-36, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013 [Publicado originalmente em 1969].

MÁRQUEZ, Oswaldo. **Socialismo: De la planificación centralizada al bitc in**. Caracas: Monte  vila Editores Latinoamericana, 2019.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011[Publicado originalmente em 1867].

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [Publicado originalmente em 1875].

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econ mico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015 [Publicado originalmente em 1932].

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe. **Venezuela, una economía dependiente**. Caracas: Instituto de Investigaciones – Facultad de Economía, Universidad Central de Venezuela, 1964.

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe. Consideraciones sobre la economía venezolana. En su situación actual y en su perspectiva est tica. **Problemas del Desarrollo – Revista Latinoamericana de Economía**, v. 2, n. 6, 1971. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/48631>.

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe. **La década crítica de la economía venezolana (1998-2007)**. Caracas: Ensayos, El Nacional, 2009.

MAZA ZAVALA, Domingo Felipe; MALAVÉ MATA, Héctor. La crisis capitalista mundial y el tercer mundo. **Investigación Econ mica**, v. 40, n. 157, p. 83-115, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42778670>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MEDINA SMITH, Emilio J. **La Fuga de Capitales en Venezuela, 1950-1999**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHELENA, Héctor Silva. ... qué bien describen el mundo, pero, ¿cómo hacerlo mejor? In: BAPTISTA (org.). **Venezuela siglo XX**: visiones y testimonios. Vol. 2. Caracas: Fundación Polar, 2000. Disponível em: https://bibliofep.fundacionempresapolar.org/media/1280126/vsxx_12_13_vida_de_intercambios_3_t.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

MIERES, Francisco. Evolución Socioeconómica De Venezuela. **Problemas del Desarrollo**, v. 20, n. 76, p. 167–186, 1989. Disponível em: www.jstor.org/stable/43906971. Acesso em: 26 mar. 2021.

MOMMER, Bernard. Petroleo subversivo. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. (Orgs.). **La política venezolana en la época de Chávez**: clases, polarización y conflicto. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

MOMMER, Bernard. Oil Rent and Rent Capitalism: The Example of Venezuela. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 13, n. 4, p. 417-437, 1990.

MOMMER, Bernard. Renta petrolera y distribución del ingreso. In: BELLO, Omar; VALECILLOS, Héctor (Comp.). **La economía de la Venezuela Contemporánea**: Ensayos Escogidos. Caracas: BCV (ei prensa), p. 15-40, 1990.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Cecília; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012.

OSÓRIO, Jaime. **Teoría Marxista de la Dependencia**: Historia, fundamentos, debates y contribuciones. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

OURIQUES, Nildo Domingos. Política de desarrollo y transición al socialismo. **Revista Rebelde**, v. 5, n. 1, p. 73-87, 2015.

OURIQUES, Nildo Domingos. A revolução democrática bolivariana. Uma utopia latino-americana. In: OURIQUES, Nildo (org.). **Raíces no Libertador**: bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

PALMA, Pedro A. La Política Cambiaria en Venezuela. **Nueva Economía**, Caracas, n. 18, p. 465-532, 2002.

PALMA, Pedro A. Riesgos y consecuencias de las economías rentistas. El caso de Venezuela. **Revista Problemas del Desarrollo**, Caracas, v. 165, n. 42, p. 35-59, 2011.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3 p. 514-535, 2016.

PARKER, Dick. El desarrollo endógeno: ¿Camino al socialismo del siglo XXI? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v.13, n. 2, p. 59-85, 2006.

PERÉZ S., Juan José. El Papel del petróleo en la conformación del socialismo del siglo XXI. **Temas de Conjuntura**, n. 66, p. 11-46, 2012.

PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela. **El Libro Rojo: documentos fundamentales**. Incluye modificaciones aprobadas por III Congreso Socialista. Impreso en Venezuela, junio de 2010. Disponível em http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2014/12/Nuevo_Libro_Rojo_PSUV.pdf. Acesso em: 03 nov 2019.

RANGEL, Rodolfo; BAEZ, Nelevis. Relevancia del Mapa Industrial de Venezuela (MIV) en la formulación de políticas públicas en materia socio-productiva. **Conocimiento Libre y Licenciamiento (CLIC)**, n. 5, p. 1-15, 2013.

REFINARIA de Cuba e Venezuela começa a processar 65.000 barris diários. **G1/France Presse**. Havana, 18 jan. 2008. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL265403-9356,00-REFINARIA+DE+CUBA+E+VENEZUELA+COMECA+A+PROCESSAR+BARRIS+DIARIOS.html>. Acesso em: dezembro de 2021.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. **Os caminhos de uma nova siembra petroleira: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela Bolivariana (2003-2012)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

RODRÍGUEZ, Luis Salas. **Entre el colapso y la recuperación: ¿Hacia dónde va Venezuela?** Participação da autora em seminário na modalidade virtual. De 13 a 22 de outubro de 2020.

RODRÍGUEZ, Luis Salas; FREITES, Ingerzon. **La economía venezolana: lo bueno, lo malo, lo feo y lo que vendrá**. Participação da autora em seminário na modalidade virtual. 31 de maio de 2021.

RODRÍGUEZ, Simón. **Sociedades Americanas en 1828**. Cómo serán y cómo podrían ser en los siglos venideros. México: UAM-Iztapalapa, 2018 [Publicado originalmente em 1842].

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de sembrar el petróleo. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.93-117, 2009.

SEVERO, Luciano Wexell. Chávez y la Economía Política Venezolana. **Rebelión**. Caracas, 2013. Disponível em: <https://rebellion.org/chavez-y-la-economia-politica-venezolana/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: petróleo semeando emancipação e crescimento econômico. **Rede Voltaire**. Caracas, 2006. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article141468.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SIVENSA – Siderurgica Venezolana SIVENSA S.A., **Historia**. Caracas, 2011. Disponível em: <http://www.sivensa.com.ve/contenido.php?id=2>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SONNTAG, Heinz R.; DE LA CRUZ, Rafael. Estado e Industrialización en Venezuela. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 43, n. 2, p. 905-939, 1981. Disponível em: www.jstor.org/stable/3539929. Acesso em: 12 dez 2019.

SUCOMANDANTE MARCOS. Fábrica Adentro busca la soberanía productiva. **Rebelión**, 16 dez. 2006. Disponível em: <https://rebellion.org/fabrica-adentro-busca-la-soberania-productiva/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SUTHERLAND, Manuel. El proceso de desindustrialización (anti)socialista en Venezuela, crónica de una ruina anunciada. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. 22, n. 2, p. 15-40, 2016.

TELESUR TV. **Chávez inaugura fábrica socialista de tractores**. Youtube (14m15s). 22 mai. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XelWhMj68_A&ab_channel=teleSURtv. Acesso em: 10 dez. 2021.

TELESUR TV. **Victoria perfecta de Chávez garantizó modelo socialista en Venezuela**. Youtube (1m26s). 7 out. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPjM3bFUs5I&ab_channel=teleSURtv. Acesso em: 10 dez. 2021.

USLAR PIETRI, Arturo. Sembrar el Petróleo. **Diario Ahora**. 14 jul. 1936. Disponível em: <http://hemerotecavirtualsembrarpetroleo.blogspot.com>. Acesso em: 03 abril 2019.

UZCÁTEGUI, Rafael. **Venezuela, la revolución como espectáculo**: una crítica anarquista al gobierno bolivariano. Caracas: Ed. Libertario, 2010. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/003266801ab3656615e25>. Acesso em: 02 fev. 2022.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**, de 15 de dezembro de 1999. Caracas: Ediciones de la Asamblea Nacional. Imprenta Nacional y Gazeta Oficial, 2009. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_venezuela_1006.pdf. Acesso em: 03 abril 2019.

VENEZUELA. **Decreto n. 8.938**, con rango, valor y fuerza de Ley Orgánica del Trabajo, los trabajadores y las trabajadoras, de 7 de maio de 2012. Caracas: Gaceta oficial de la República Bolivariana de Venezuela n. 6.076. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2012_leyorgtrabajo_ven.pdf. Acesso em: 03 abril 2019.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular de Industrias y Producción Nacional. **Corporación Venezolana de Guayana (CGV)**. Caracas, 2015. Disponível em: <http://www.cvg.gob.ve/?q=node/213>. Acesso: 10 dez. 2022.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería. **Petróleo y otros datos estadísticos**. 54. ed. Caracas, 2015. Disponible em: <http://www.minpet.gob.ve/index.php/es-es/comunicaciones/pode>. Acceso: 03 abril 2019.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Hábitat y Vivienda. **Petrocasa S.A.** Disponible em: <https://www.petrocasa.gob.ve/historia/>. Acceso: 10 de. 2022.

VENEZUELA. **Plan de La Nación (2001-2007)**. Caracas, set. 2001. Disponible em: <http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>. Acceso: 03 abril 2019.

VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista (PPS) – Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013**. Caracas, set. 2007. Disponible em: <http://www.psuve.org.ve/wp-content/uploads/2011/03/Proyecto-Nacional-Sim%C3%B3n-Bol%C3%ADvar.pdf>.
<https://investmentpolicy.unctad.org/international-investment-agreements/countries/228/venezuela-bolivarian-republic-of>. Acceso: 03 abril 2019.

VENEZUELA. **Proyecto de reforma de la constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Acta certificada n. 5.321.

VERA, Leonardo. Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 26, n. 71, p. 89-115, 2009. Disponible em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082009000200005&lng=es&nrm=iso. Acceso em: 10 dez. 2021.

VERA, Leonardo. **El nuevo modelo de desarrollo productivo: sus bases, límites y contradicciones**. Caracas: Faces – UCV, 2006. Disponible em: http://www.webdelprofesor.ula.ve/economia/dramirez/MICRO/FORMATO_PDF/ProblemasEconomicos/OTROS/Modelo_de_Desarrollo_Limitaciones.pdf. Acceso em: 12 dez. 2019.

VERA, Julie; BÁEZ, Nelevis; RANGEL, Rodolfo. Mapa Industrial de Venezuela como herramienta para el diseño de políticas dirigidas al “Cambio del Sistema”. **Conocimiento Libre y Licenciamiento (CLIC)**, n. 6, p. 62-66, 2013.